

Maria Marta Lobo de Araújo

O EXERCÍCIO DO MANDO

A MISERICÓRDIA DE PONTE DE LIMA NA IDADE MODERNA
A MESA, O DEFINITÓRIO E A ASSEMBLEIA DE IRMÃOS



Maria Marta Lobo de Araújo

O EXERCÍCIO DO MANDO

A MISERICÓRDIA DE PONTE DE LIMA NA IDADE MODERNA
A MESA, O DEFINITÓRIO E A ASSEMBLEIA DE IRMÃOS



O EXERCÍCIO DO MANDO

A Misericórdia de Ponte de Lima na Idade Moderna:

A Mesa, o Definitório e a Assembleia de Irmãos

Autora: Maria Marta Lobo de Araújo

Capa: António Pedro

Fotografia: Fernando de Jesus

© Maria Marta Lobo de Araújo

Edições Húmus, Lda., 2017

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão

Telef. 926 375 305

humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão

1.ª edição: Novembro de 2017

Depósito legal: 434511/17

ISBN: 978-989-755-275-5

Apoio:



SANTA CASA DA
MISERICÓRDIA DE
PONTE DE LIMA

Índice

PARTE I

Introdução	9
1. A Misericórdia e os seus homens	13
2. As Mesas e a sua composição	23
3. O Definitório	38
3.1. A sua composição e funcionamento	41
4. A Assembleia de irmãos	49
5. As elites e o exercício do mando	55
6. Os rostos do poder: o exercício da provedoria	59
Conclusão	75
Fontes Manuscritas	79
Fontes Impressas	81
Bibliografia	82

PARTE II

Composição da Mesa e do Definitório da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima (Séculos XVI-XVIII)	89
---	----

ABREVIATURAS

ADVC	Arquivo Distrital de Viana do Castelo
AIL	Arquivo do Instituto Limiano
ANTT	Arquivos Nacionais da Torre do Tombo
ASCMP	Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima
AUC	Arquivo da Universidade de Coimbra

PARTE I

Introdução

O exercício do poder nas Misericórdias portuguesas durante a Idade Moderna é hoje mais bem conhecido, fruto do elevado número de trabalhos que nas últimas décadas se têm produzido sobre estas instituições, bem como da obra *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Também sobre a de Ponte de Lima traçámos em 2000 as grandes linhas da sua gestão, dando a conhecer os seus órgãos governativos e a forma como os irmãos se repartiam pelos principais lugares do poder em termos locais. Na altura, indicámos igualmente as principais famílias que ao longo de dois séculos dominaram a Misericórdia e o seu desempenho nos seus lugares de poder. Pretendemos agora aprofundar o conhecimento sobre o exercício do mando na instituição e o funcionamento dos seus órgãos de gestão, conhecê-los nos seus meandros, analisar as temáticas que neles foram debatidas, a maneira como os irmãos lidaram com a esfera do poder e, principalmente, dar a conhecer os confrades que de forma direta estiveram implicados no governo da Santa Casa entre os séculos XVI e XVIII. Infelizmente, as informações que possuímos para o século XVI não são as que gostaríamos de ter, pois são limitadas as fon-

tes existentes para esse período; todavia, abundam para os seguintes, possibilitando conhecer quem ocupou os principais lugares do mando. Apesar de a Santa Casa possuir um arquivo muito importante e bem conservado, as primeiras décadas de funcionamento são fracamente conhecidas, devido à escassez de documentação. Esta falta reflete-se igualmente na informação que possuímos sobre os órgãos de poder. Pese embora esta realidade, o conhecimento dos mesários para alguns dos primeiros anos de funcionamento deixa-nos antever pelo menos alguns dos homens fundadores.

Estudámos em particular o funcionamento da Mesa, do Definitório e da Assembleia de irmãos, os membros de maior e de menor condição dos dois primeiros órgãos e constatámos a monopolização dos cargos por algumas famílias de ambas as condições, principalmente entre a segunda metade do século XVII e 1750. A partir da última data, a confraria perdeu parte do seu prestígio e deixou de interessar a alguns dos homens das elites. Até então as eleições eram dominadas, através dos eleitores, por algumas das mais prestigiadas famílias da vila e do concelho, quase todas com laços de consanguinidade entre si ou

com fortes relações. Todavia, nem sempre foram muito concorridas e foram-no ainda menos quando diminuiu a rotatividade nos cargos ou passou a ser realizada praticamente entre os mesmos. Sublinhe-se, no entanto, que, na primeira metade do século XVII, os irmãos eram mais assíduos no momento de escolha do órgão diretivo. Entretanto, a sociedade limiana sofreu transformações no século XVIII e assistiu ao surgimento de outros círculos de sociabilidade em termos locais, a que se juntaram a progressiva laicização, as fraudes eleitorais e a falta de novos legados, aspetos que tornaram a confraria menos atrativa. Se, por um lado, viu nascer a Sociedade Económica dos Bons Compatriotas Amigos do Bem Público em 1779, instituição que contou com muitos irmãos nobres da Santa Casa na sua génese e gestão, por outro, também não é menos verdade que a pujança da Ordem Terceira local rivalizava em algumas cerimónias públicas com a Misericórdia. O mesmo podemos dizer relativamente a algumas confrarias locais.

Demos igualmente relevo ao Definitório ou Junta, órgão composto pelos homens mais prestigiados da instituição e possuidores de larga experiência governativa. O Definitório, como era designado em Ponte de Lima o órgão que noutras congéneres se chamava Junta, ocupou na vila do Alto Minho um lugar muito importante e por ele passaram os assuntos mais relevantes e de grande sensibilidade.

A Assembleia de irmão foi também objeto de estudo, não apenas por ter funcionado em simultâneo com o Definitório, mas igualmente por nela serem analisadas muitas matérias que passavam pela Mesa e pelo Definitório. À medida que a confraria apertou o crivo dos que podiam exercer o mando, embora os irmãos continuassem a reunir-se em plenário, o órgão foi esvaziado de

funções, deixando os assuntos de serem escrutinados neste *forum*. Os irmãos reuniam-se ao longo do ano nas datas que estavam previstas no compromisso, mas nada tinham para deliberar. Esta situação não provocou nenhum mal-estar na instituição, provavelmente pela falta de enquadramento institucional desta Assembleia, mas também por nela se dar apenas conhecimento aos irmãos do que já anteriormente tinha sido decidido. Apesar de alguns assuntos passarem pelos três órgãos, estavam já em execução quando chegavam à Assembleia de irmãos, uma vez que a sua convocatória só acontecia em datas certas e poucas vezes ao longo do ano.

A monopolização dos cargos pelos mais poderosos da terra, principalmente pelos senhores dos solares concelhios, alguns deles titulados, e por outras figuras de segunda linha da nobreza, não permitiu senão mais tardiamente o acesso de membros da burguesia e até do próprio clero aos lugares da Mesa e do Definitório. Os eclesiásticos que no século XVII e primeira metade de setecentos estiveram no poder pertenciam às famílias mais proeminentes em termos locais. Já os leigos licenciados subiram a custo, à semelhança do verificado, por exemplo, em Braga e no Porto, onde também se mantiveram afastados até o tardio século XVIII.

Trabalhar uma instituição que operava com *numerus clausus* é ser confrontado com uma falta de rotatividade nos lugares do mando, contra o estipulado no compromisso, ou com uma rotatividade muito controlada entre os membros das mesmas famílias. Significa ainda assistir à tomada do poder por parte de algumas famílias, estando na Mesa ou no Definitório ou “especializando-se” num destes órgãos. Todavia, para controlar as eleições da Mesa, era necessário, como já referimos, dominar primeiro a escolha dos eleitores. Era nesta escolha que

se jogava a principal influência, por se tratar de uma eleição indireta.

A apetência pelo poder de uma Misericórdia com bons recursos pelo menos entre 1650 e 1750 não esteve ausente de fraudes eleitorais e de redes de cumplicidades. Verificou-se na de Ponte de Lima, como em muitas outras, de acordo, aliás, com os estudos mais recentes. Para serem ultrapassados estes problemas, decorrentes da confusão que internamente se instalava e colocava no poder grupos de homens, era necessário, quando o conflito não se resolvia internamente, recorrer ao rei e aguardar que a ordem regressasse.

A faculdade que as Misericórdias tinham de se corresponderem diretamente com o monarca facilitava o conhecimento do assunto por parte da Casa Real e a chegada da resposta. Esta acontecia após ter sido tomada informação em termos locais, e normalmente ordenava a repetição do ato eleitoral na presença de um dos representantes do monarca. Essa fiscalização nem sempre era bem vista dentro das Santas Casas, que gozavam de grande autonomia; porém uma ordem régia era para as Misericórdias algo levado muito a sério, tida como lei, logo uma diretiva que exigia pronto cumprimento.

Por fim, repousamos a nossa análise no estudo de dois provedores, procurando conhecer alguns dos rostos do poder desta instituição. Escolhemos um do século XVII e outro da centúria seguinte, de modo a ficarmos com um enfoque mais claro dos governantes da instituição. Escolhemos para o século XVII um clérigo, precisamente por ser nesta centúria que este corpo religioso esteve mais representado na provedoria, enquanto para o século XVIII selecionamos um fidalgo laico, pelas razões acima aduzidas.

Neste percurso não é nosso objetivo fazer um estudo exaustivo destes dois homens, procuraremos somente

conhecê-los melhor e partilhar com o leitor alguns momentos da sua vida.

Cabeça da irmandade a que todos os irmãos deviam obediência, os provedores eram homens poderosos, de autoridade reconhecida e pertencentes ou associados às famílias mais proeminentes em termos locais. A informação que possuímos, dada a riqueza do arquivo da confraria, mas também das fontes que cruzamos vindas de outras instituições, permitia alargar o nosso estudo a outros agentes do poder; todavia, ficámo-nos apenas por uma amostragem, na impossibilidade de tratarmos todos os restantes, ou pelo menos uma parte mais significativa. Esta é uma linha de investigação que pode e deve ser explorada e que pretendemos prosseguir. Conhecer os homens, a sua ascendência, os seus percursos de vida e o investimento feito nestas confrarias constitui um desafio para realçar as elites locais que nestas instituições serviram os pobres e matéria suficiente para atrair novos investigadores para esta temática.

A obra divide-se em duas partes distintas: a primeira analisa a Misericórdia e os seus homens, destacando os momentos das eleições e o funcionamento dos seus órgãos de gestão: Mesa, Definitório e Assembleia de irmãos; na segunda damos a conhecer os homens que ocuparam a Mesa e o Definitório. Na tentativa de conhecermos melhor os gestores da Santa Casa, referimos, sempre que possível, as profissões para os irmãos oficiais, os cargos e os títulos para os nobres. O estudo das profissões encontra-se mais facilitado para o século XVII, pois na centúria seguinte quase desaparecem dos registos, ganhando relevo o local de residência dos irmãos. O trabalho de encontrarmos todos os homens que serviram a instituição ao longo de quase 300 anos foi difícil e está incompleto. Mencionámos apenas os que conseguimos

apurar na documentação da Santa Casa. A identificação de alguns confrades que serviram tornou-se também problemática, ou porque os nomes se repetiam no caso dos oficiais sem outra forma de identificação que os diferenciasse, ou porque nem sempre os nomes eram integralmente mencionados, no caso dos nobres, surgindo dúvidas sobre a identificação do indivíduo em causa. Só a partir da primeira metade do século XVIII a informação se tornou mais completa, fazendo aumentar a segurança do investigador; todavia, sempre que a dúvida se instalou, optámos por deixar a identificação do indivíduo em causa tal como se afigura no registo. Encontrámos também dificuldade em saber se estávamos perante o mesmo indivíduo quando os nomes eram parecidos, mas não totalmente coincidentes. Quando foi possível cruzar com outra informação e ter a certeza de que se tratava da mesma pessoa, considerámos essa situação, mas em caso de dúvida mantivemos os dois nomes, autonomizando os dois indivíduos.

Relativamente à informação sobre as profissões ocupadas e os títulos, optámos por incluir apenas as que surgiam nos registos, sendo nossa preocupação dar somente a conhecer os homens do poder da Santa Casa e não fazer estudos prosopográficos sobre cada um deles. Conhecemos, no entanto, outras fontes que permitem essa análise, pelo menos para vários deles.

Como é do conhecimento geral, as Mesas das Misericórdias eram compostas por treze irmãos, sete nobres e seis oficiais. Para Ponte de Lima nem sempre conseguimos apurar todos os nomes. Acontece, porém, que em alguns anos surgem mais do que o compromisso permite, o que pode estar relacionado com a morte de algum deles. O mesmo se passa com o Definitório, que nesta instituição tinha oito confrades de primeira condição e igual número de segunda.

Em trabalhos anteriores demonstrámos as relações de vários dos homens da Misericórdia com a Câmara local, onde exerceram diversos cargos, mas neste estudo optámos por analisá-los apenas enquanto membros da Santa Casa, não esquecendo que estavam inseridos num contexto mais alargado, com características particulares, e que muitos deles se alistaram noutras confrarias, foram membros da Ordem Terceira, da Sociedade Económica dos Bons Compatriotas Amigos do Bem Público da vila e de outras instituições; ou seja, tiveram vários desempenhos e viveram em diferentes palcos de atuação, de sociabilidades e de poderes. Estudar os homens da Misericórdia enquanto membros de outras confrarias locais e da Ordem Terceira da vila é um desafio que se deixa, alicerçado no conhecimento que temos da pertença de alguns deles à Ordem Terceira e a várias irmandades de Ponte de Lima.

1. A Misericórdia e os seus homens

Instituição quinhentista, a Misericórdia de Ponte de Lima recebeu o compromisso da Santa Casa de Lisboa em 1530, enviado por D. João III. A partir dessa altura, a confraria passou a dar corpo a um projeto, que, embora estivesse regulamentado por normas unificadoras para todas as Misericórdias^[1], alcançou particularidades decorrentes do seu meio de inserção, o que era permitido pela Coroa, e do percurso que cada uma foi desenhando ao longo dos séculos.

A Misericórdia em análise foi fundada numa altura em que existiam já no Alto Minho a Santa Casa de Viana da Foz do Lima, a de Caminha e provavelmente as de Melgaço e Valença. Não foi, por conseguinte, a primeira, mas integrava um movimento que se alastrou a toda a região, respondendo à iniciativa régia, mas também às necessidades locais. Na altura em que foi criada, a vila conheceu um interessante crescimento demográfico, o que a levou a construir fora da muralha, local ocupado principal-

mente por mesterais. Apesar de pequena, a vila era um importante centro comercial, atraindo muitos forasteiros à sua feira e festas. Era ainda local de passagem de muitos peregrinos em direção à Galiza. Os que partiam de Braga por terra seguiam normalmente o caminho de Ponte de Lima e daí caminhavam em direção à fronteira.

Desconhece-se a data exata da criação da Santa Casa, mas recebeu de D. João III em 1530 o compromisso da Misericórdia de Lisboa; contudo, através deste documento não é possível saber o seu começo, porquanto é hoje sabido que algumas congéneres funcionaram nos seus primórdios sem regras, enquanto noutros casos o tempo entre a fundação e a receção do compromisso foi dilatado.

Várias destas confrarias foram erigidas por vontade dos homens mais influentes na terra. A movimentação das elites locais junto do poder central para erguer estas instituições demonstra bem a importância que os poderosos lhes reconheciam^[2]. Algumas surgiram

1 Apesar de o monarca enviar o compromisso da Misericórdia de Lisboa, a pedido das Santas Casas, o diploma que o acompanhava explicitava que a sua aplicação se faria dentro do possível.

2 Leia-se para este assunto Abreu, Laurinda, “O papel das Misericórdias na sociedade portuguesa de Antigo Regime”, in Fonseca, Jorge (coord. científico), *A Misericórdia de Montemor-o-Novo*, s. l., Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo, 2008, p. 40.

por vontade régia, enquanto outras foram impulsionadas pelos bispos ou arcebispos, como aconteceu em Braga. A forma como a Santa Casa de Ponte de Lima nasceu é desconhecida, embora a confraria possua um importante arquivo. Todavia, a inexistência de fontes para as primeiras décadas da sua existência, como já anteriormente assinalámos, impossibilita o conhecimento dos seus protagonistas e do momento exato em que foi erigida.

Na altura em que esta instituição surgiu, a vila alto-minhota contava apenas com a confraria do Espírito Santo, instituição de religiosos que integrava também pessoas seculares. Porém, ao longo da Idade Moderna, a rede confraternal adensou-se, conferindo maior visibilidade à Matriz, espaço onde se encontrava alocada a maioria destas instituições^[3]. Todavia, algumas das confrarias da vila tiveram sede própria, alcançando grande poder. Referimo-nos às de Nossa Senhora da Guia, São Cristóvão, São Gonçalo, São Sebastião, Nossa Senhora da Misericórdia “das Pereiras”, Nossa Senhora da Penha de França, Nossa Senhora da Lapa, Santo António, Nossa Senhora do Rosário e de São João. Sublinhamos o percurso da confraria de Nossa Senhora da Guia, instituição com forte dinamismo em termos de recrutamento de

irmãos, chamando a si, na Idade Moderna, uma importante parte dos comerciantes locais^[4].

O alargamento confraternal ocorreu no pós-Trento com o objetivo de prestar assistência espiritual aos fiéis num enquadramento espiritual e religioso fortemente marcado pela Igreja Católica, embora estas instituições cumprissem muitas outras funções^[5]. Deve também destacar-se o desempenho da confraria do Espírito Santo, instituição medieval que atingiu grande pujança ao longo da Idade Moderna, não apenas em número de irmãos, como também em atividade religiosa.

A Igreja pós-tridentina deu relevo a estas instituições, conferindo-lhes um papel relevante de enquadramento, ao mesmo tempo que promoveu alguns cultos e adorações^[6].

Em Ponte de Lima, o leque de confrarias existente ofereceu um espaço alargado de enquadramento religioso aos seus habitantes, o qual foi reforçado com o surgimento da Ordem Terceira de São Francisco. Esta instituição construiu instalações próprias em 1678, ganhando autonomia relativamente ao convento de Santo António, local onde terá sido erigida. Foi, aliás, um percurso muito sustentado que a robusteceu de irmãos no século XVIII, lhe possibilitou uma autonomia progressiva do referido convento, o engrandecimento da sua igreja e a realização

3 Barbosa, António Dantas, *Tempo de festas em Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, vols. I, II, s. l., Município de Ponte de Lima, 2017.

4 Sobre as igrejas e capelas da vila na Idade Moderna, consulte-se Araújo, Jorge Pereira, “Igrejas e capelas de Ponte de Lima”, in Almeida, Carlos A. Brochado de (coord.), *Ponte de Lima. Uma vila histórica do Minho*, s. l., Município de Ponte de Lima, 2007, pp. 277-299.

5 Para este assunto confira-se Penteado, Pedro, “Confrarias portuguesas da Época Moderna: problemas, resultados e tendências da investigação”, in *Lusitânia Sacra*, 2.ª série, tomo VII, 1995, pp. 15-16.

6 As Almas, o Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora do Rosário foram cultos que assumiram particular destaque. Leia-se Lebrun, François, “As Reformas: devoções comunitárias e piedade individual”, in Philippe Ariès; Duby, Georges (dir.), *História da vida privada. Do Renascimento ao século das Luzes*, Porto, Afrontamento, 1990, pp. 89-98.

de grandes manifestações religiosas e de sociabilidade, de que se destaca a procissão de Cinzas^[7].

Embora integrada neste alargado volume de instituições que a levou a cruzar-se com elas muitas vezes, a Santa Casa construiu ao longo da Idade Moderna um percurso autónomo, não apenas em termos funcionais, mas também em termos de objetivos. Deve sublinhar-se que o crescimento e a afirmação da Santa Casa limiana se ficaram a dever à capacidade que ela teve de atrair os poderosos locais, mas também aos muitos legados recebidos e, principalmente, às funções desempenhadas. Não tendo ultrapassado na Idade Moderna os 160 confrades, a Misericórdia não era uma grande instituição em termos de irmãos, mas era forte em capitais, património, serviços e prestígio^[8]. Contrariamente a muitas outras que procuraram ao longo dos séculos abrir as suas portas a mais homens, solicitando ao rei o alargamento do número, em Ponte de Lima isso só se verificou uma vez. Esta instituição nasceu com cem membros, como muitas outras e apenas subiu esse número uma vez, o que não deixa de ser interessante verificar. Como sabemos, a vila cresceu ao longo da Idade Moderna, mas a Misericórdia não permitiu que mais homens a integrassem, provavelmente para impedir que outros viessem perturbar o domínio dos poderosos. O caminho foi precisamente o inverso: a instituição fechou-se, deixando que só alguns exercessem os seus lugares do mando.

Instituições laicas, as Santas Casas são uma criação da Casa Real que ganharam estatuto de “imediate proteção régia” no Concílio de Trento. O facto de terem

alcançado este reconhecimento reforça ainda mais a sua ligação à Coroa e distancia-as da ação da Igreja em termos de interferência direta. A Igreja Católica passou apenas a poder interferir no campo espiritual, estando impossibilitada em termos de visitas de ir além da igreja e sacristia. Não esquecemos as ligações que estas confrarias mantinham à Igreja Católica, desde logo pelo cumprimento de duas das suas obras de misericórdia: rezar pelos vivos e defuntos e enterrar os mortos, mas é importante sublinhar que estamos perante confrarias laicas, de “imediate proteção régia”.

Embora autónoma e com sede própria, a Misericórdia de Ponte de Lima repartiu com as restantes confrarias da vila e com a Ordem Terceira alguns dos seus irmãos. Não foi raro vários elementos da Misericórdia serem simultaneamente membros de outras confrarias locais. Como funcionava com *numerus clausus*, não integrava todos os que desejavam pertencer-lhe, mas somente aqueles que cabiam no número. Por isso, houve quem manifestasse vontade de a integrar, mas perante essa impossibilidade se inscrevesse na Ordem Terceira até alcançar um lugar naquela.

A pertença em simultâneo a várias confrarias foi corrente na Idade Moderna em alguns estratos sociais. Pertencer a mais do que uma destas instituições exigia capital necessário para pagar a joia de entrada e/ou anual, bem como disponibilidade financeira para avançar com dinheiro, principalmente quando se ocupavam lugares de gestão. A dádiva de esmolas ou mesmo a oferta de alguns bens assinalavam a passagem de alguns homens

7 Sobre esta instituição veja-se José, frei Pedro de Jesus Maria, “O convento de Santo António”, in *Arquivo de Ponte de Lima*, vol. VI, 1985, pp. 141-146, Ed. fac-similada.

8 Recorde-se que estas instituições funcionavam com *numerus clausus*.

pelas Mesas, que aproveitavam esses momentos para capitalizar poder ao deixar o seu nome associado a uma benfeitoria⁹. Por outro lado, eram também eles que ou arcavam com as despesas nas principais festas da instituição e/ou se viam coagidos a pagarem despesas que a instituição não podia suportar. Assim, integrar várias confrarias, se, por um lado, alargava os espaços de sociabilidade e reforçava o sentimento de pertença¹⁰, por outro, implicava também disponibilidade financeira e de tempo para responder às solicitações que eram feitas aos seus membros.

As informações que possuímos sobre a inscrição de muitos homens de Ponte de Lima nas várias confrarias locais e na Ordem Terceira reportam-se apenas aos irmãos de primeira condição da Misericórdia, mas estamos em crer que outros lhes terão seguido os passos.

Pertencer a várias confrarias ao mesmo tempo significava também aceder a vários escalões de poder, palcos de atuação e círculos de sociabilidades. Os irmãos que acompanhámos nas várias confrarias da vila ocuparam lugares de destaque, nomeadamente o cargo de juiz.

O estudo dos homens e a sua circulação pelos diferentes palcos de poder em termos locais é um trabalho que se encontra por fazer. A sua tarefa pode ser facilitada pela importante documentação existente nos vários arquivos limianos, mas exige muito esforço, dedicação e o cruzamento de várias fontes. Só assim se compreenderão em toda a sua extensão as estratégias de poder acionadas pelas famílias e os percursos individuais e de grupo.

Esta sintonia nem sempre gerou uma convivência pacífica, sobretudo quando os símbolos das diferentes instituições não eram devidamente utilizados. Os enterros e as procissões constituíram os momentos de maior desordem, ocorrida quase sempre por questões relacionadas com a utilização das insígnias. Deve também referir-se que, após o conflito e resolvida a questão por ele responsável, as confrarias voltavam a colaborar não apenas na cedência de paramentos, mas também, por vezes, no empréstimo das suas instalações para reuniões, por exemplo.

A referência aos paramentos não foi feita de forma aleatória. A documentação das várias confrarias de Ponte de Lima é pródiga em informações sobre a forma como os paramentos de umas irmandades circulavam por outras, nomeadamente no momento das festas. Existia uma assinalável rotatividade desses bens, bem como de cortinados, demonstrando não apenas a sua importância no contexto barroco, mas também a cooperação existente entre estas instituições, pese embora as desavenças e os conflitos registados entre elas no período em análise.

A Santa Casa viu-se envolvida em conflitos com algumas confrarias da vila, mas mostrou-se sempre cooperante e participativa nas cerimónias religiosas por elas promovidas.

Protegidas pela Coroa desde a nascença, as Misericórdias receberam um conjunto de privilégios que não apenas facilitaram a execução das suas atribuições, como

9 Para a Misericórdia de Caminha consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “*Os promettimentos dos mesários da Misericórdia de Caminha no século XVII*”, in *Estudos Regionais*, II série, n.º 7, 2013, pp. 85-95.

10 Sobre este assunto leia-se Penteado, Pedro, “Confrarias portuguesas da Época Moderna”, in *Lusitânia Sacra*, 2.ª série, tomo VII, 1995, pp. 27-28.

as demarcaram das restantes confrarias existentes localmente^[11].

Agindo com grande autonomia, embora sob a tutela régia, os irmãos da Misericórdia tinham um amplo campo de atuação numa área socialmente muito relevante. Ajudar os pobres era serviço de que se aguardava recompensa no dia do Juízo Final, mas que, ao mesmo tempo, granjeava muito poder e prestígio na terra. Esta dupla função contribuiu para tornar estas instituições muito procuradas, apesar do limite de elementos imposto pela Coroa. Essa pressão fez com que em algumas delas e em certos momentos o limite imposto fosse ilegalmente ultrapassado, para posteriormente regressar à normalidade^[12]. Integrar a Misericórdia era para muitos um ato de ascensão social, não apenas por pertencerem a uma instituição onde nem todos os que desejavam conseguiam entrar, mas também porque nela se cruzavam com irmãos de maior “qualidade” e geriam importantes recursos e serviços de caridade. Estas últimas premissas eram fundamentais para os de menor condição, pois ombreavam com nobres e fidalgos em vários momentos de grande visibilidade social, como eram os peditórios, os enterros, as procissões, a recolha de informações sobre as órfãs, etc.

O compromisso de 1516 estabelecia que os membros das Misericórdias fossem homens de boa fama, sã consciência, honestos, tementes a Deus, mansos e humildes,

devendo, enquanto confrades, atuar em nome de Deus e da confraria que serviam.

Após admissão, os irmãos comprometiam-se a aceitar os cargos para que fossem eleitos, a não ser em situação de impedimento justificado, e a ir à confraria sempre que chamados pela campainha, comparecendo no dia das eleições, de quinta-feira das Endoenças e de Todos-os-Santos^[13].

O compromisso reformado de 1577 e publicado em 1600 mantinha como exigência para se integrar uma Santa Casa a probidade moral e religiosa dos candidatos e alargava o número de irmãos de cem para seiscentos na Misericórdia de Lisboa. Acrescentavam-se, no entanto, algumas restrições. Não eram aceites homens solteiros, que tivessem menos de quarenta anos de idade, cristãos-novos, que tivessem ocupações que os impossibilitassem de servir a confraria, os oficiais sem loja e os que não soubessem ler nem escrever^[14].

Este compromisso põe termo à abertura que o de 1516 contemplava, fechando a confraria a um grupo de homens que fossem chefes de família, com certa idade, cristãos-velhos, com domínio da escrita e, no caso dos oficiais, que tivessem loja. Acrescentou-se também mais uma data para irem à instituição: todos deviam marcar presença no dia de São Martinho para assistirem ao ofício celebrado por intenção dos irmãos defuntos.

11 A propósito dos privilégios que receberam e da sua importância, consulte-se Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*, Lisboa, Comissão Nacional para os Descobrimientos Portugueses, 1997, p. 62.

12 Para o caso da Santa Casa de Braga, confira-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “Os irmãos”, in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, pp. 103-114.

13 *Do compromisso da confraria da Sancta Caza da Misericórdia de Lisboa fundada pela Rainha D. Leonor de Lencastre*, Caldas da Rainha, Tipografia Caldense, 1929, pp. 3-4.

14 *Compromisso da irmandade da Casa da Sancta Misericórdia da cidade Lisboa*, Lisboa, Impresso por Antonio Alvarez, 1600, p. 2.

O compromisso de 1577 previa sanções para os que vivessem escandalosamente ou tomassem posições contrárias aos interesses da instituição, podendo ser admoestados até três vezes ou mesmo riscados pelas infrações cometidas. Para os de “qualidade”, os procedimentos seriam, naturalmente, outros^[15].

As Misericórdias comemoravam os seus irmãos defuntos numa festa que realizavam no dia de São Martinho, embora em algumas delas ocorresse em data próxima. Em Ponte de Lima, esta celebração realizava-se anualmente em novembro, mas o seu dia oscilou de acordo com a disponibilidade da instituição para a realizar. Durante a primeira metade do século XVII, várias Misericórdias procederam à alteração de partes do compromisso da Santa Casa de Lisboa de 1618, ou redigiram os seus próprios regulamentos^[16], não fazendo alterações de fundo ao citado. A Santa Casa de Ponte de Lima reformou em 1631 alguns capítulos das regras de 1618 e estabeleceu aceitar apenas irmãos residentes na vila e arrabaldes. A imposição de um limite geográfico estava relacionada, por um lado, com a existência de condições para a servir e, por outro, com os enterros. Integrar homens que residissem a uma distância considerável podia criar dificuldades institucionais na hora da morte, mas também em vida, porquanto os impediria de exercer cargos que obrigassem a grande assiduidade. Apesar do estabelecido, esta cláusula nem sempre foi

cumprida, uma vez que muitos irmãos nobres residiam nas freguesias do concelho, nos seus solares, vivendo essencialmente dos rendimentos das suas propriedades rústicas. Este facto foi matéria invocada por alguns provedores para se esquivarem a certas reuniões da Mesa. No século XVIII, ainda que de forma progressiva, a Misericórdia foi acomodando os licenciados nos lugares do poder, principalmente na Mesa. A pertença destes homens ao Definitório fez-se mais a custo, por ser um órgão que evidenciou um maior peso dos homens mais velhos e com alguma tradição de ser preenchido pelos mais prestigiados. Como o prestígio se alcança ou reforça ao longo da vida com os atos praticados, era natural que aos mais velhos correspondesse maior estima social. Estabeleceu-se também que, estando ausentes quatro irmãos nobres, seriam aceites mais quatro para os substituir, de forma a prover a confraria de homens suficientes para o seu serviço. E atendendo às condições da terra, era possível aceder a esses lugares mesmo sem saber ler nem escrever. Esta possibilidade acomodava-se à realidade de muitos oficiais que não dominavam a técnica da leitura e da escrita. Foi, aliás, frequente nas terras pequenas a admissão de homens para certos cargos sem saberem ler e escrever, quer nas Misericórdias, quer nas vereações camarárias^[17].

Os confrades de Ponte de Lima estabeleceram também expulsar os irmãos que não atuassem corretamente

15 *Compromisso da irmandade da Casa da Sancta Misericórdia da cidade Lisboa*, Lisboa, Impresso por Antonio Alvarez, 1600, p. 3.

16 As Misericórdias do Porto e Braga, por exemplo, redigiram compromissos próprios. Leia-se, para a Santa Casa do Porto, Freitas, Eugénio de Andrea da Cunha, *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, vol. III, Porto, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1995, pp. 151-204. Sobre o compromisso da Misericórdia de Braga, confira-se *Compromisso da Misericórdia da cidade de Braga*, Braga, Francisco Fernandez de Basto, 1631.

17 Nas terras mais pequenas, as elites locais nem sempre dominavam a escrita. Leia-se Monteiro, Nuno Gonçalo, *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, Lisboa, ICS, 2003, p. 51.

com as pessoas que estivessem a curar-se no hospital ou tivessem nele sido tratadas e mantivessem relações ilícitas com elas. Igual procedimento seria adotado para os que tivessem o mesmo comportamento com as suas filhas, pessoas visitadas e suas descendentes^[18]. Ameaçavam-se ainda de expulsão os que surgissem com as insígnias de outra confraria em cerimónias públicas^[19], como acontecia, por vezes.

Esta última advertência procurava desmotivar os que pertenciam a várias confrarias e apareciam nas cerimónias públicas da Santa Casa sem balandrau e com as vestes de outras irmandades. A afronta era sempre motivo de reprovação na instituição e razão para repreensão. Em caso de justificação inaceitável e depois de três admoestações, o visado podia ser expulso. Todavia, como constatámos, a confraria nem sempre usava do mesmo rigor com todos os infratores. A pena aplicada esteve, em alguns casos, de acordo com a representação social do visado na confraria.

Apesar da pena, alguns confrades terão continuado a prevaricar, não comparecendo nas procissões e nos enterros com o balandrau; estabeleceu-se por isso, em 1700, que depois da infração fossem chamados à Mesa e, em caso de ausência, se procedesse de imediato à sua expulsão^[20]. Esta foi, aliás, uma forma de estar que perpassou por muitas Misericórdias. A atitude de afronta denunciava pouco respeito pela instituição e pelas con-

seqüências que o ato podia provocar. Normalmente, estas situações refletem momentos de conflito entre as partes; porém, logo que resolvido, eram restabelecidas as relações e regressava a ordem, acatando-se o estipulado. No século XVIII, as Misericórdias transformaram-se em locais de problemas, onde imperou, por várias vezes, a desordem, refletindo a sua perda de prestígio e a crise em que muitas se encontravam.

Embora divididos em duas categorias, nobres e oficiais, sabe-se que em ambos os grupos se integravam homens com características bem diferentes. Se dentro dos nobres encontramos homens titulados, gente fidalga, contam-se também elementos da pequena nobreza e homens do clero, o que nos impossibilita de falar de um corpo com características semelhantes^[21]. No grupo dos oficiais, a unidade também não existia, bem como os níveis de riqueza. Normalmente, os mercadores apresentavam melhores níveis de bem-estar e conforto que os sapateiros ou ferreiros.

Entrar numa Misericórdia significava ser aceite num círculo de poder onde se encontravam os “melhores”. Era, por isso, integrar uma instituição de prestígio e poder que se dedicava à nobre tarefa da caridade.

Os candidatos entregavam uma petição à Mesa onde demonstravam a intenção de lhe pertencer. A partir deste momento, a instituição entrava em ação, procurando

18 Durante a Idade Moderna, várias confrarias davam grande relevo à vida moral dos seus membros, condenando vidas consideradas imorais de forma enérgica. Leia-se Mantecón Movellán, Tomás A., *Contrarreforma y Religiosidad popular en Cantabria*, Santander, Universidad de Santander; Asamblea Regional de Cantabria, 1990, pp. 73-74.

19 ASCMPL, *Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1618. Capítulos reformados de 1631*, pp. 42-42v.

20 ASCMPL, *Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1618. Capítulos reformados de 1631*, p. 64v.

21 Veja-se a propósito Sobrado Correa, Hortensio, “Las condiciones materiales de vida en el mundo rural gallego del siglo XVIII”, in García Hurtado; Manuel Reys (Ed.), *La vida cotidiana en la España del siglo XVIII*, Madrid, Silex, 2009, pp. 181-205.

conferir as declarações feitas e comprovar a inexistência de sangue mouro e judeu até à terceira geração. Tal como em outras instituições da Idade Moderna, que perscrutavam a “qualidade” das pessoas, indagando se possuíam ascendência moura ou judia (como acontecia, por exemplo, na Inquisição^[22], mas também em outras confrarias), nas Misericórdias procurava-se saber se os candidatos eram cristãos-velhos, pois teoricamente só esses podiam ser admitidos. Sabemos, contudo, que algumas Santas Casas integraram cristãos-novos.

Nesse documento eram referidos os seus pais e avós de ambas as partes, bem como os da esposa, no caso dos casados. Nesta situação, o interessado tinha de mencionar o nome da esposa, bem como o dos seus pais e avós, quer paternos, quer maternos, e ainda as terras de onde procediam. O candidato devia ainda referir a sua profissão e residência e aceitar as cláusulas do compromisso. A petição seria assinada pelo próprio, fazendo prova de que sabia escrever.

Após receção do documento, a Mesa escolhia irmãos que não fossem mesários para colherem informações sobre as declarações feitas, bem como sobre todas as condições exigidas aos confrades. No que diz respeito à limpeza de sangue, esta era realizada até à terceira geração. Feita esta averiguação, cabia à Mesa e ao Definitório pronunciarem-se, através de votação, sobre a admissão do candidato. Sempre que algum irmão possuísse informações desfavoráveis ao candidato, devia transmiti-las em segredo ao provedor para este ponderar sobre a colo-

cação da propositura a votação. Se a notícia respeitasse às condições exigidas e afetasse o perfil do candidato em causa, o seu nome não devia chegar a ser votado. Esta seleção procurava garantir a entrada de homens com probidade, uma vez que ingressar numa Misericórdia significava passar por um crivo apertado onde se escrutinavam aspetos temporais, morais e espirituais. Vencer estas barreiras era ser aceite pela instituição, mas também pela sociedade local, e pertencer a um corpo de elite.

Ser irmão de uma Misericórdia era contar com alguns direitos, mas também com deveres. O compromisso de 1516 vinculava os irmãos ao serviço da caridade, prevendo a ajuda mútua como forma de alcançar a salvação. Assim, quando eleitos, todos estavam obrigados a servir, a não ser que apresentassem legítimo impedimento. Esperava-se que comparecessem na Santa Casa quando soasse a sua campainha ou para tanto fossem notificados, deixando-se à consciência de cada um comparecer ou não. Sempre que estivessem na localidade, todos deviam apresentar-se na confraria nos dias da Visitação, de Todos os Santos e na Quinta-Feira Santa. O compromisso sugeria ainda que cada um ajudasse com esmolas a irmandade, segundo as suas possibilidades. Em caso de impedimento, determinava prévia admoestação e após três reincidências, o risco. Os confrades gozavam do direito a serem enterrados e acompanhados pela irmandade, determinando-se a apresentação de cada um, bem como o número de orações a fazer pelo defunto. A confraria disponibilizava círios e tochas para

22 Leia-se Marcocci, Giuseppe; Paiva, José Pedro, *História da Inquisição Portuguesa, 1536-1821*, 2.^a edição, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2016, pp. 63-64.

o funeral e igual cerimónia estava reservada para as esposas dos irmãos^[23].

Os mesários estavam isentos dos cargos concelhios e as suas casas e bens não podiam ser tomados sem mandato especial do rei. Estavam também isentos do pagamento de fintas e talhas, privilégios que se mantêm em 1577 e 1618. Estas isenções assumiam particular significado em tempo de guerra e várias confrarias reclamaram junto do rei os abusos de que estavam a ser alvo os seus mesários, precisamente porque estavam isentos destes encargos.

No compromisso publicado em 1600, introduziu-se um capítulo sobre as obrigações dos irmãos, o que constituiu uma novidade. Para além do já enunciado em 1516, alargou-se o número de vezes que tinham de comparecer na instituição para quatro: ou seja, os irmãos ficaram obrigados a ir também à Santa Casa no dia de São Martinho para participarem nos ofícios religiosos celebrados em favor da alma dos confrades mortos. Contempla-se também um outro capítulo sobre punição, risco e possibilidade de readmissão na instituição^[24].

Os enterros dos irmãos foram igualmente objeto de reflexão e regulamentação mais pormenorizada. Aumentou-se a pompa e reduziram-se as orações pelos confrades que cada um devia fazer, mas acrescentou-se um ofício no dia posterior ao enterro, reservado apenas aos confrades. Para este existia também uma tumba própria. De igual forma eram sepultadas as suas esposas, os filhos com mais de quinze anos de idade e que se mantivessem

sob o poder paterno e as viúvas que não tivessem voltado a casar-se.

No texto regulamentar de 1618 acrescentou-se mais um dia para ir à confraria: o dia de São Lourenço, 10 de agosto, para eleição do Definitório. Pela primeira vez enquadra-se em capítulo próprio as causas que levavam à expulsão: ser de áspera condição; viver escandalosamente; provocar escândalo em ato de irmandade; desobedecer ao provedor e à Mesa; ser condenado em juízo por crime infame; não guardar segredo; usar a irmandade para benefício próprio ou de outrem; não prestar contas; negociar com a irmandade na compra de bens, quando mesário; usar o seu lugar na confraria para tratar casamento com órfãs do recolhimento ou ter relacionamentos duvidosos com as pessoas do sexo feminino que estivessem a ser ajudadas pela Casa^[25].

Para discernir sobre estes procedimentos, a Mesa devia munir-se de informações e votar em segredo através de favas brancas e pretas. Embora todas as faltas fossem consideradas graves, as de foro moral eram de maior importância.

Em caso de expulsão e querendo ser reintegrados, os interessados podiam solicitar ao órgão gerente do ano seguinte ou a outro, ficando sujeitos ao juízo da Mesa e do Definitório.

Os irmãos mesários passaram a partir de 1618 a ter mais obrigações: confessar-se e comungar todos os primeiros domingos de cada mês e nos dias do jubileu do arcebispado; agir com imparcialidade nas decisões toma-

23 *Do compromisso da confraria da Sancta Caza da Misericórdia de Lisboa fundada pela Rainha D. Leonor de Lencastre*, Caldas da Rainha, Tipografia Caldense, 1929, pp. 12-13, 14, 32.

24 *Compromisso da irmandade da Casa da Sancta Misericórdia da cidade Lisboa*, Lisboa, Impresso por Antonio Alvarez, 1600, p. 3.

25 Consulte-se *Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1618*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1619, pp. 6-7.

das em órgão; ser eficaz nos procedimentos quotidianos; assistir às festas religiosas celebradas na sua igreja; estar presente nos ofícios celebrados por alma de D. Manuel I e de D. Leonor, em todas as sessões da Mesa e na visita anual realizada às várias dependências da instituição.

Embora o procedimento a adotar nos enterros estivesse estipulado no compromisso, cada confraria agia de acordo com as suas possibilidades e costumes. Desejavam-se cerimónias singulares, que marcassem o momento e homenageassem o confrade. Assim, o regulamento determinava com minúcia todo o cerimonial, nomeadamente no que se referia à tumba, bandeiras, tochas, velas e outras insígnias. O desfile obedecia a precedências e grande organização^[26].

26 Consulte-se *Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1618*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1619, pp. 13-14, 48-49.

2. As Mesas e a sua composição

A Misericórdia de Ponte de Lima seguia, como as restantes, o compromisso da Misericórdia de Lisboa e, a partir de 1631, reformou alguns dos seus capítulos, como referimos. Em 1615 era gerida pela Mesa e por uma Assembleia de irmãos que reunia-se com carácter regular, e um ano mais tarde pelo Definitório. Por falta de fontes, desconhecemos se a Assembleia de irmãos estava em funcionamento antes destas datas. A partir desses momentos, os órgãos encarregados de gerir a Santa Casa eram a Mesa e o Definitório. Porém, a Assembleia de irmãos foi reunida com grande regularidade, sobretudo em alguns períodos. Desde o compromisso reformado de 1577 que se menciona a reunião de “toda a Irmandade” para eleger a Mesa; todavia, em Ponte de Lima este órgão reunia-se para tratar muitos assuntos, assumindo funções mais latas e muito importantes. Os órgãos dirigentes reuniam-se sob a autoridade do provedor e alguns dos assuntos da instituição passavam por todos eles, apesar de as suas sessões terem calendários muito diferentes. Até ao século XVIII a Mesa reunia-se com bastante irregularidade, mas a partir dessa altura começou a fazer sessões aos domingos e às quartas-feiras. O Definitório

reunia-se quando o provedor o convocasse, não havendo periodicidade estabelecida. Já a Assembleia de irmãos acontecia nos cinco dias do ano em que os confrades estavam obrigados a ir à irmandade: quinta-feira das Endoenças, para integrarem a procissão, dia 2 de julho para fazerem a eleição da Mesa, 10 de agosto para elegerem o Definitório, 1 de novembro para irem à força buscar os ossos dos justicados e dia de São Martinho.

Apesar de a Assembleia de irmãos não encontrar enquadramento no compromisso, como órgão que se pronunciava sobre os assuntos da irmandade, ela foi regularmente convocada em Ponte de Lima e os assuntos tratados ganharam importância ao serem registados em livro próprio. Todavia, em várias confrarias congéneres, a convocação de toda a irmandade acontecia apenas quando era necessário alargar alguns assuntos à instituição.

O peso destes órgãos era diferente, embora em Ponte de Lima os assuntos mais importantes passassem pelos três, apesar de, formalmente, somente em alguns deles ser obrigatório o parecer dos definidores.

O facto de até cerca de 1650 a Mesa se reunir apenas algumas vezes no ano pode ajudar a compreender

o surgimento do Definitório mesmo antes de ser criado formalmente. Como sabemos, a Assembleia de irmãos reunia-se apenas cinco vezes no ano. Como boa parte dos assuntos era levada aos três órgãos, não haveria necessidade de reunião mais amiudadamente. Porém, na segunda metade do século XVII, a confraria cresceu muito sobretudo com a chegada de legados, surgindo a necessidade de criar livros distintos para assentar as deliberações da Mesa (cabidos particulares) e da Assembleia de irmãos (cabidos gerais).

Mas, se a Mesa não estava obrigada formalmente a ouvir toda a irmandade, porque o fazia? Pensamos que este exercício facilitava as suas decisões, ao mesmo tempo que corresponsabilizava toda a instituição, conferindo maior vigor às soluções encontradas. Quando os assuntos chegavam à Assembleia de irmãos, tinham já sido aprovados em Mesa e no Definitório e passado alguns dias ou meses sobre a sua decisão. Tratava-se, por conseguinte, de ratificar o que estava aprovado, dando-se conhecimento aos presentes de várias matérias relevantes. Esta estratégia caucionava as decisões da Mesa, alargando a todos os presentes as preocupações do momento. Esta não foi, todavia, uma necessidade permanente, pois, quando a confraria conheceu um processo de elitização dos seus órgãos gestores, a Assembleia de irmãos deixou de ser ouvida, não se lhe dando a conhecer os assuntos institucionais.

A Mesa era eleita através de um processo indireto nos dias 2 e 3 de julho e governava durante um ano. Em Ponte de Lima, essa escolha recaiu pelo menos desde 1616, data a partir da qual temos notícia, nos dias mencionados. O processo eleitoral prolongava-se por dois dias, decorrendo

no primeiro a eleição, por toda a irmandade, de vinte eleitores: dez nobres e dez oficiais, e no segundo a eleição da Mesa, por estes. Composta por treze irmãos, sete nobres e seis oficiais, o órgão gestor integrava um provedor, um escrivão, ambos homens nobres, e onze mordomos. Tratava-se, por conseguinte, de uma eleição indireta, onde assumia particular relevo a escolha dos eleitores.

O processo encontrava-se detalhado nos diferentes compromissos da Misericórdia de Lisboa, adotados em Ponte de Lima, tendo alcançado mais pormenor nos de 1600 e 1618. A minúcia com que os documentos regulamentares tratam este assunto atesta a importância conferida a esse momento da vida confraternal. O natural crescimento destas instituições levou a uma maior explicitação do ritual e a um novo arrumo em termos formais. Enquanto no compromisso de 1516 as eleições ocupam apenas um capítulo, no de 1600 repartem-se por seis, passando em 1618 a preencher somente dois capítulos, embora de maior dimensão.

As eleições decorriam na presença da Mesa cessante e sob a orientação direta do capelão-mor e do escrivão. O órgão dirigente encontrava-se a partir do compromisso de 1600 sentado numa mesa redonda, no centro da igreja, de frente para o altar-mor, enquanto os restantes irmãos se acomodavam em bancos^[27]. Do púlpito, o capelão-mor lia em voz alta a passagem do compromisso referente ao ato, para que todos os irmãos presentes procedessem em consonância com o prescrito. Em várias Misericórdias este era também o momento para se apresentarem contas à irmandade. O capelão-mor, do local referido, dava a conhecer o relatório de contas a todos os presentes, ato simbólico que fechava o mandato da Mesa cessante.

No compromisso de 1618, a mesa redonda colocada na nave central da igreja devia encontrar-se debaixo do coro. Os mesários deviam ocupar apenas uma parte da mesa, porquanto a restante seria deixada para outros confrades. Ainda que se trate de um pormenor, ele não deixa de ter sentido. Simbolicamente, na mesa onde o órgão diretivo se sentava reservavam-se também lugares para outros irmãos, pois em qualquer momento também eles podiam aceder ao exercício do mando.

O processo eleitoral começava com a votação da Mesa, sendo precedido de um juramento por parte de cada irmão, comprometendo-se cada um sobre os santos Evangelhos a votar apenas nas pessoas “que segundo Deos, e sua consciência lhe parecerem mais accomodadas, e dignas de serem Eleitores dos Officiaes”. Neste juramento, afastavam-se teoricamente influências e pressões. Só depois de a Mesa ter votado, se dava lugar aos restantes irmãos^[28]. Embora este devesse ser o principal critério, na verdade sabemos que assim não acontecia. Era neste momento ou anteriormente que se persuadiam os eleitores, se fazia tráfico de influência e poder e “compra” de votos. A “maquinação” a que se assistia e a passagem de papéis com nomes que se pretendiam ver eleitos foram correntes em muitas Misericórdias, dando visibilidade à corrupção e à instabilidade existentes em várias destas confrarias, principalmente no século XVIII^[29], mas já antes presentes em muitas Santas Casas.

Os eleitores não podiam ter exercido esse cargo nos dois anos anteriores, facto que dava lugar a uma certa rotatividade nesses lugares.

Terminada a votação, guardavam-se os votos e fechavam-se à chave até ao dia seguinte, momento em que a Mesa abria as pautas e se formavam os róis com os mais votados, para posteriormente o provedor retirar da bolsa em que se encontravam os dez nomes em que mais preferências tinham recaído: cinco nobres e cinco oficiais. Os eleitores e a Mesa assistiam a uma missa, celebrada em louvor do Espírito Santo, após a qual se dava juramento aos eleitores e início à eleição da Mesa.

Os leitores deviam atuar com imparcialidade, colocando “sómente os olhos no que for maior serviço de Nosso Senhor”.

Pelo compromisso de 1618, estes irmãos não podiam eleger para mesários pessoas que tivessem ocupado esse lugar nos três anos anteriores, nem os que eram eleitores no momento. Porém, em Ponte de Lima, os capítulos reformados de 1631 estipularam que não se podia escolher para eleitores irmãos que tivessem ocupado cargos um ano anterior, interdição que vigoraria também para a eleição do provedor e restantes mesários^[30]. Igual procedimento devia ser respeitado para os que tivessem sido escolhidos para eleitores e estivessem ausentes ou legitimamente impedidos. O processo era simplificado, escolhendo-se os mais votados, sem ser necessário que os eleitores procedessem a nova eleição. Contrariamente

28 Consulte-se *Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1618*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1619, p. 9.

29 A corrupção existente nas Misericórdias tornava-se pública principalmente nestes momentos. Consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “*Peditórios de interpostas pessoas: fraudes eleitorais nas Misericórdias alentejanas da Casa de Bragança*”, in Fonseca, Teresa; Fonseca, Jorge (Ed.), *O Alentejo entre o Antigo Regime e a Regeneração. Mudanças e permanências*, Lisboa, Colibri, CIDEHUS/EU, 2011, pp. 117-139.

30 *Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1618. Capítulos reformados de 1631*, p. 43.

ao estabelecido no compromisso de 1618 que determinava dois anos, em Ponte de Lima limitava-se a um, restringindo a rotatividade no acesso aos lugares de poder. Esta medida terá naturalmente consequências em termos de entrada de novos irmãos no círculo governativo.

Os pares de eleitores, um nobre e outro oficial, deviam entender-se na escolha das pessoas, mas, na impossibilidade de se registar um acordo, cada um podia eleger o que considerava mais adequado para o lugar, assinando a sua escolha. Após a abertura das pautas e conhecidos os resultados, era chamado o eleito para provedor, conhecendo-se no momento a sua vontade de aceitar ou não o cargo. Na eventualidade de não estar disponível para exercer o mandato, e ponderadas as suas razões, os eleitores deviam escolher um substituto. Só após a sua aceitação se procedia ao escrutínio dos restantes mesários.

A importância da escolha dos eleitores era conhecida de todos. Por isso, quando se queria garantir uma eleição, atuava-se junto dos irmãos para escolherem os homens considerados certos para eleitores. Na vila do Alto Minho em estudo, procedeu-se em 1680 a uma devassa a pedido do procurador, que alegou ter conhecimento de pessoas que pediram e negociaram votos para si ou para outros irmãos^[31]. Depois da acusação, foi necessário agir para acabar com o suborno. O pedido de votos ganhou contornos muito diversos, embora denunciasse sempre a cisão da confraria e a apropriação do poder de forma ilícita. Conluíus, subornos, compra de votos e mais desvarios eleitorais foram conhecidos por muitas Santas Casas. Aceder aos principais lugares do mando tornava-se ape-

tecível para muitos homens que viam nesta instituição a possibilidade de aumentarem o seu poder, gerindo clientelas e fazendo favores. A posse de hospitais e de outras instituições, de muitos bens urbanos e rurais para aforar e gerir, a existência de dinheiro para dar a juro, a distribuição de dotes de casamento, o acompanhamento fúnebre e a possibilidade de beneficiar outros pobres faziam das Misericórdias instituições poderosas e apetecíveis. Não se estranha, por conseguinte, que em certos momentos tenham sido objeto de apropriação indevida do poder.

Conhecidos os resultados, os eleitos eram chamados para se saber a sua decisão e tomar juramento. Em caso de recusa, eram substituídos pelos seguintes mais votados.

Com a tomada de juramento e o início de funções, começava o ano para a irmandade^[32]. Em Ponte de Lima, esse momento era marcado pela entrega das chaves do arquivo pelo provedor e escrivão aos novos irmãos eleitos que os iam substituir, como se verificava, por exemplo, em Monção.

Quando iniciava funções, o provedor procedia à distribuição dos cargos pelos mordomos e a Mesa devia visitar a Casa, o “hospital da Casa”, o “hospital de Fora” e a cadeia. Esta visita assumia particular relevo não apenas para se tomar conhecimento do estado da instituição, acionar medidas para resolver alguns problemas e efetuar algumas compras, mas principalmente para dar a conhecer as novas faces do poder. Tratava-se de um ato que consubstanciava a mudança de poder e conferia visibilidade aos novos gestores.

31 ASCMPL, *Livro das eleições 1665-1767*, n.º 14, fls. 55-55v.

32 Consulte-se *Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1618*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1619, pp. 9-12.

Infelizmente, e ao contrário de algumas Misericórdias que preservam livros de visitas e devassas, em Ponte de Lima não existem fontes que comprovem essas ações do órgão dirigente, nem as atas as mencionam. Estamos, no entanto, convencidos de que ocorreriam, tanto mais que o “hospital de Fora” estava localizado um pouco distante, embora não muito longe. Já a cadeia se situava muito perto da sede da instituição, onde se encontrava também o “hospital da Casa”.

Apesar de o compromisso estabelecer rotatividade nas Mesas e, por conseguinte, permitir o acesso ao poder a todos os irmãos, em Ponte de Lima, com a medida acordada em 1645 de fazer recair a escolha do provedor e do escrivão em irmãos que já tinham sido mesários, impuseram-se de imediato limitações fortes a esses cargos. Ninguém podia chegar e ser eleito para o mais alto lugar da instituição, como acontecia em algumas congéneres^[33], sem antes ter sido mordomo.

A exigência, agregada ao facto de os provedores devem ser primeiramente escrivães, fechava ainda mais as possibilidades de acesso ao lugar e levava os homens interessados em manter-se no exercício do poder a fazer

um percurso institucional que os conduziria finalmente à provedoria. O processo de elitização não foi apanágio das Misericórdias; bem pelo contrário, ele foi conhecido na sociedade portuguesa da época e alargou-se a todas as instituições concelhias^[34]. O município limiano, já na Idade Média, era governado por um grupo de “tendência oligárquica”^[35].

Associado a esta situação está também o desencanto dos que não pertenciam aos grupos de poder, deixando de se interessar pela vida confraternal e mesmo pelas eleições. Por vezes, o número dos que votavam era muito limitado.

Ser provedor era adquirir uma visibilidade crescente no contexto local, e por isso o lugar era apenas acessível aos de maior notoriedade.

A decisão da confraria de Ponte de Lima tinha como objetivo proporcionar o exercício do mais alto cargo a homens conhecedores da instituição e que estivessem habituados a lidar com os seus problemas; todavia esta medida não deve ter sido consensual, porquanto no ano seguinte foi revogada. Os confrades alegavam impossibilidade de cumprimento, mas estamos em crer que a resolução deve ter sido impopular e causado algum mal-estar^[36],

33 Em Viana da Foz do Lima, por diversas vezes, vários homens foram convidados a integrar a irmandade com o intuito de ocuparem a provedoria, sem terem exercido nenhum outro cargo na instituição. Leia-se Magalhães, António, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)*, Viana do Castelo, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, 2013, pp. 375-376.

34 Um estudo mais aprofundado sobre esta temática encontra-se em Capela, José Viriato, “O sistema eleitoral municipal. Eleições, representação e representatividade social nas instituições locais da sociedade portuguesa de Antigo Regime”, in Marinho, José da Silva, *Construction d'un gouvernement Municipal, Élités, élections et pouvoir à Guimarães entre Absolutisme et Libéralisme (1753-1834)*, Braga, Universidade do Minho, 2000, pp. 26-34; Monteiro, Nuno Gonçalo, “O declínio do poder senhorial: câmaras e donatarias (1640-1832)”, in Oliveira, César (dir.), *História dos Municípios e do poder local [Dos finais da Idade Média à União Europeia]*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 162.

35 Para este assunto leia-se Andrade, Amélia Aguiar, “Composição social e gestão municipal: o exemplo de Ponte de Lima na baixa Idade Média”, in *Ler História*, n.º 10, 1987, p. 8.

36 Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, p. 400.

pois muitos dos seus homens nunca chegariam a provedores, uma vez que não se dariam ao trabalho de cumprir as tarefas atribuídas aos mordomos. Integrar a Mesa significava transportar doentes na cadeira, fazer peditórios, visitar regulamente os hospitais, a cadeia, dar apoio na sacristia, na igreja e no hospital nos meses em que serviam os cargos que exigiam estas tarefas, como, por exemplo, a de acompanhar os enterros, transportar a tumba, recolher informações sobre as órfãs, os pobres, visitar estes e levar as esmolas aos envergonhados, entre outras. Estes trabalhos não se compaginavam com o estatuto de alguns dos seus provedores, principalmente com os que ostentavam títulos. O visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima, e o conde dos Arcos apenas ocuparam a provedoria, não servindo nunca na Mesa em outras funções. Mandar ou coordenar não significava fazer, por isso a pressão para que a medida não vigorasse deve ter sido grande. Por outro lado, a rapidez com que foi revogada demonstra as diligências efetuadas por parte de alguns grupos de poder no sentido de afastar rapidamente.

Tal como se verificou nas restantes Misericórdias estudadas, também em Ponte de Lima os homens que ocuparam a provedoria foram os de maior relevo social em termos locais. Alguns, mas em número reduzido,

alcançaram expressão a nível nacional e mesmo internacional. Todavia, a esmagadora maioria era gente da terra ou do concelho, pertencente à nobreza rural, que residia nos seus solares, vivia dos rendimentos que auferia das suas quintas, a que alguns somavam as tenças recebidas da Casa Real, as patentes militares ou ainda os rendimentos que tinham dos negócios que continuavam a gerir no Brasil^[37]. Detentores de um vasto capital social^[38], estes homens aliavam o poder que resultava dos rendimentos e das suas propriedades, e das tenças que alguns possuíam, às relações sociais que mantinham na comunidade, tornando-os bem colocados para gerirem o sistema assistencial local.

Provenientes das famílias mais importantes, traziam consigo um capital social relevante que lhes facilitava a ascensão no interior da instituição, ao qual acrescentaram o auferido na gestão de uma instituição de caridade prestigiada e poderosa. Alguns ostentavam títulos, outros encontravam-se ligados à Casa Real, por serem fidalgos de Sua Majestade, enquanto outros integravam ordens militares^[39]. A maioria, apesar de não ostentar títulos, integrava a “melhor” nobreza da terra^[40].

A ascensão social que muitos conheceram possibilitou-lhes aceder a cargos de poder quer no Brasil, quer no

37 Acerca do perfil das elites locais que ocupavam as vereações camarárias, leia-se Monteiro, Nuno Gonçalo, “A circulação das elites na monarquia portuguesa (1680-1820). Breves notas e revisão bibliográfica”, in López Díaz, María (Ed.), *Élites y poder en las monarquías ibéricas. Del siglo XVII al primer liberalismo*, Madrid, Biblioteca Nueva, 2013, p. 251.

38 Consulte-se Bourdieu, Pierre, “The forms of capital”, in Ball, Stephen (ed.), *Sociology of Education*, London, Routledge Falmer, 2004, pp. 21-22.

39 Olival, Fernanda, “Mercado de hábitos e serviços em Portugal (séculos XVII-XVIII)”, in *Análise Social*, vol. XXXVIII, n.º 168, 2003, pp. 743-769.

40 Em Évora, durante o domínio filipino, os provedores com títulos fizeram estender as ligações da Misericórdia às principais casas do reino. Leia-se Pardal, Rute, *As elites de Évora ao tempo da dominação filipina. Estratégias de controlo do poder local (1580-1640)*, Évora, Edições Colibri; CIDEHUS, 2007, pp. 100-106, 135-140.

reino, depois de regressados. Se muitos permaneceram na colónia sul-americana e lá formaram família, outros regressaram, reforçando a sua identidade e criando redes e laços sociais importantes. O sentimento de pertença, possibilitado pela ascensão social, é um mecanismo forte a ter em conta na análise da sua inserção e mobilidade social.

Vários nobres do concelho que serviram na Misericórdia nos seus dois órgãos principais estiveram ligados ao Exército, principalmente durante e após a guerra da Restauração e em finais do século XVIII, quando a ameaça de guerra pairava sobre o reino^[41]. Comandaram exércitos, combateram contra os espanhóis e chefiaram praças militares. Essa ligação ao Exército e à causa nacional engrandeceu-os em termos de poder e colocou-os na linha da frente para ascenderem à provedoria, porque os tornou notáveis. Para eles, a entrega do mais alto cargo da Misericórdia era a recompensa dos serviços prestados à causa nacional e o reconhecimento local pelos valerosos serviços feitos. Geralmente, depois das campanhas militares regressavam à terra e ascendiam à Mesa para travar outros combates em tempos de paz. Para além de ocuparem a provedoria, muitos outros homens que combateram na guerra da Restauração foram mesários e definidores.

Na segunda metade do século XVIII, o perfil dos governantes da Santa Casa alterou-se. A sua prove-

niência familiar manteve-se, isto é, continuaram a sair das principais famílias da vila e concelho, mas o seu estatuto era agora outro. Muito embora continuassem a ser grandes proprietários e donos dos solares mais importantes, alguns deles agregavam formação pessoal que os fez passar por Coimbra, onde se formavam em cânones ou leis. Ao mesmo tempo mantinham títulos que os ligavam à Casa Real e alguns ocupavam cargos importantes no Exército. Outros, saídos da burguesia, ascenderam através da sua formação universitária, ganhando de forma paulatina uma maior presença na Mesa da confraria. Uma parte dessa nova elite que em 1779 formou a Sociedade Económica dos Bons Patriotas Amigos do Bem Público pertencia à Santa Casa e nela ocupou os lugares mais importantes. Não deixa de ser interessante constatar que na Mesa de 1775, dos sete mesários nobres, cinco integraram a lista dos fundadores da referida Sociedade^[42].

O facto de administrarem conjuntamente a Misericórdia sugere uma boa articulação entre eles e a existência de um grupo de ilustrados que partilhava os mesmos ideais. A experiência governativa da Santa Casa terá, por certo, fortalecido laços entre si e proporcionado reflexões e trabalho numa área social importante e sobre a qual na Europa e em Portugal muito se debatia no momento. Para além deste ano, vários dos fundadores da referida Sociedade continuaram nos órgãos dirigentes da confraria,

41 Sobre este conflito e o envolvimento do Minho no conflito, consulte-se Menezes, Luiz de, *Historia de Portugal Restaurado*, tomo III, Lisboa, Officina de Domingos Rodrigues, 1751.

42 Referimo-nos a Luís de Barros Gavião de Abreu e Lima, provedor, e ao mesmo tempo fidalgo da Casa Real; a Manuel Pedro Pereira de Castro, escrivão (será o tesoureiro); ao padre João Luís de Barbosa Cunha da Fonseca, procurador; e aos mordomos Gaspar Malheiro Pereira de Souto Maior e Nicolau Barreto de Magalhães Domingues (este último será o secretário). Manuel da Silva Baptista de Vasconcelos, corregedor da Comarca de Viana e igualmente fundador da Sociedade Económica, não integrou a Mesa e desconhecemos se era irmão da confraria, mas foi igualmente um dos seus fundadores.

mas já não em grupo. O irmão que mais tempo exerceu cargos na Misericórdia foi Gaspar Malheiro Pereira de Souto Maior^[43].

Algumas destas Sociedades Económicas tinham como objetivo fomentar a educação e promover assistência junto dos mais carenciados^[44]. A Sociedade Económica de Ponte de Lima previa nos seus estatutos a ajuda a mulheres que fossem pobres ou vivessem ociosamente, mendigando ou entregando-se a “outros vícios”, como forma de incentivo a frequentarem as “Escolas Patrióticas principalmente a da fiação de Cambraias, e Hollandas finas, que felizmente se acha já fundada, e estabelecida na Villa de Ponte de Lima”^[45]. Este auxílio destinava-se a combater a ociosidade e a vadiagem, promovendo o trabalho, valor muito apreciado pelos fisiocratas.

Para além de estarem também na Câmara, em outras confrarias e na Ordem Terceira, alguns dos membros da Misericórdia inauguraram outro local de poder e de sociabilidade, dando principalmente voz às preocupações com o desenvolvimento local e regional^[46].

A presença do clero não foi muito significativa, quando comparada com a conhecida para outras con-

géneres^[47], mesmo assim vários dos seus membros estiveram na provedoria, na Mesa e no Definitório, exercendo o mando na confraria.

A integração de homens com este perfil e o desempenho de lugares na Mesa eram de mútua conveniência: se para o irmão significava trabalho, mas também poder, para a instituição refletia a sua capacidade de atração junto dos mais importantes e, ao mesmo tempo, a possibilidade de contar com o seu poder financeiro em momentos de aflição. Não era raro em algumas Misericórdias provedores e tesoureiros avançarem com dinheiro seu para efetuar pagamentos quando as receitas das instituições em causa não os permitiam realizar. As ofertas de esmolas ou de bens e o pagamento de jantares ou festas eram outras maneiras de engrandecer a instituição com o seu capital.

Embora existam registos de eleições da Mesa para alguns anos do século XVI, só a partir de 1630 se começou a efetuar um registo sequencial desses processos. As eleições constituíam um momento fundamental da vida confraternal. Para além de congregarem a presença de todos ou pelo menos de uma parte da irmandade, era

43 Este confrade serviu na Mesa em 1778, 1780, 1781, 1782, 1786, 1792, 1797 e 1798. Esteve no Definitório em 1777, 1779, 1783, 1787, 1789, 1791, 1794, 1795 e 1796.

44 Leia-se a propósito Im Hof Ulrich, *A Europa no século das Luzes*, Lisboa, Editorial Presença, 1995, pp. 120-121.

45 *Estatutos da Sociedade Económica dos Bons Compatriotas, Amigos do Bem Público estabelecida na Villa de Ponte de Lima*, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1780, p. 15.

46 Várias destas preocupações, bem como um programa de desenvolvimento para o Vale do Lima, encontram-se expressas em Bezerra, Manuel Gomes de Lima, *Os estrangeiros no Lima*, vols. I, II, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo; Instituto Politécnico de Viana do Castelo; Centro de Estudos Regionais, 1992. Manuel Gomes de Lima Bezerra foi também membro fundador da referida Sociedade Limiana.

47 Na Misericórdia de Braga, o clero teve uma presença muito forte na provedoria ao longo de toda a Idade Moderna. Consulte-se Ferreira, José Augusto, *Catálogo dos provedores da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Braga Instituída pelo grandioso arcebispo D. Diogo de Sousa (1513?)*, séc. XVI-séc. XX, Braga, Livraria Cruz, 1940.

nessa ocasião que se escolhia o órgão diretivo, confluindo todos os olhares para os eleitos. Porém, em 1631, quando foram aprovados os capítulos reformados, a tensão nas eleições foi grande porque, como referiu o provedor, a confraria estava amotinada, não se conseguindo fazer a substituição do corpo gerente. Depois de ter sido eleito, o novo provedor, Francisco de Sousa, morador na vila, declinou o cargo, alegando que não o podia aceitar por existirem “coisas que não podia descobrir”. Conhecedor de atos que o impediam de aceitar o lugar, provavelmente porque enquanto dirigente máximo não os podia silenciar, Francisco de Sousa preferiu afastar-se e não afrontar alguns dos seus companheiros. Também Pedro Marinho Falcão, igualmente residente em Ponte de Lima, declinou o lugar com a justificação de ter “justas razões para não servir”. Mais enigmático, o confrade também não desejou comprometer-se, não ocupando o lugar. António Malheiro de Araújo e Nuno Borges Soares também não aceitaram o cargo, o primeiro com a justificação de ter muitas ocupações e o segundo, de ser um homem idoso.

Após quatro tentativas falhadas, o provedor considerou não haver condições para finalizar a eleição, reconhecendo que “a maior parte da Irmandade estava amotinada contra a Caza”, não querendo uns votar, nem outros servir. O assunto transitou para o monarca, por não ser possível resolvê-lo internamente. Porém, esta iniciativa só era tomada depois de esgotadas as possibilidades de entendimento interno.

Os motivos do descontentamento e do boicote estavam relacionados com a dúvida instalada entre os votantes sobre o texto regulamentar a seguir. A discórdia

instalou-se por não se ter previamente definido o compromisso a usar. Isto é, os irmãos questionavam-se se se deviam reger pelo antigo ou usar o reformado. A provisão régia, enviada em outubro do mesmo ano, ordenava a repetição do ato eleitoral na presença do provedor da comarca e a definição prévia do compromisso a seguir. Esta indicação fazia-se sob ameaça de risco e de castigo régio para os que provocassem desordens^[48].

Um ano antes desta polémica a tensão já era grande no interior da irmandade, tendo-se conhecido uma cisão entre a Mesa e o Definitório relativamente à aceitação de Gaspar Pires, homem doente de gota e acamado. O assunto não foi pacífico por estar em causa a imagem da irmandade, mas provavelmente também por existir no seio da confraria quem apoiasse a pretensão do mencionado candidato. Divididos, os irmãos acabaram por não o aceitar, mas com esta atitude abriu-se uma ferida que precisou de tempo para se curar. De permeio, a reforma do compromisso de 1618 também parece não ter sido pacífica. Depois de aprovada pela Assembleia de irmãos em abril de 1631, passados quatro meses ainda não estava assinada pelos que a tinham aprovado. Foi necessário um apelo do provedor para que fosse assinada^[49]. O alerta foi lançado no dia das eleições, quando a confraria estava amotinada, desconhecendo-se se no momento o pedido foi ou não aceite pelos presentes.

Estas situações de conflito tinham reflexos em termos institucionais, uma vez que rompiam a ordem e instalavam a desordem. A perturbação da ordem interna e a incapacidade de a ultrapassar obrigava a medidas excecionais. Quando falhavam os mecanismos ao dis-

48 ASCMPL, *Livro das eleições 1630-1665*, n.º 13, fls. 10, 17v.

49 ASCMPL, *Livro dos cabidos geraes desta santa casa da misericórdia da villa de Ponte de Lima 1613-1641*, n.º 1, fl. 174.

por da Mesa para acabar com a desordem, apelava-se ao mais alto poder, esperando-se o encaminhamento para a solução do conflito ou mesmo a sua resolução^[50]. Era do monarca que se aguardava ordem para fazer a instituição regressar à normalidade. Distante do conflito, o rei assumia-se como árbitro, fazendo chegar a sua mediação à escala micro^[51].

Apesar de já ter passado um ano, a confraria parecia não estar ainda totalmente pacificada, porquanto Jerónimo de Sá Meneses, eleito para provedor, não aceitou o lugar, invocando impedimentos pessoais, causados por negócios.

Passados três anos, a confraria ainda não estava totalmente unida. O provedor e o escrivão eleitos não aceitaram inicialmente os cargos, embora acabassem por os ocupar depois de terem sido persuadidos para o efeito. Os motivos de tal recusa não foram avançados, mas estamos em crer que seriam assuntos de pouca gravidade.

Em 1639 o escrivão eleito também recusou o lugar, tendo sido substituído por Francisco de Varajão Brandão; porém, tendo este falecido ao longo do mandato, os irmãos procuraram substituí-lo pelo visconde de Vila Nova de Cerveira, que invocou estar fora da vila e não poder regressar com a brevidade necessária. Com esta resposta, o visconde abria caminho para outro provedor ocupar o cargo. O provedor falecido foi rendido no lugar por Luís de Meireles Borges, eleitor nesse ano e provedor em 1637.

A Santa Casa voltou a entrar em convulsão em 1640. Dos seis nobres eleitos, quatro recusaram os lugares, nomeadamente o provedor e o escrivão e mais dois mordomos^[52]. Uma vez mais as fontes não esclarecem as razões desta ocorrência, deixando o investigador envolto numa nuvem de silêncio.

Muitos irmãos nobres residiam nas suas quintas nas aldeias do concelho, embora alguns deles possuíssem também moradia na vila. O facto de alguns alegarem morarem fora serviu de pretexto para se mostrarem indisponíveis para os cargos.

Como se constata, a instabilidade parece ter sido uma das marcas da Misericórdia ao longo da primeira metade do século XVII. As dificuldades que o reino atravessou em termos económicos^[53], bem como a conjuntura política tiveram reflexos nesta como em outras Misericórdias.

Quando não se desejava o lugar e se era eleito, por vezes, instalava-se a fúria e a confusão. Em 1652 Duarte de Sá soube, através do procurador, que tinha sido escolhido para o lugar de escrivão. De imediato insurgiu-se contra o emissário, afirmando “que de nenhuma maneira serviria”. Apesar de ameaçar dar conhecimento do sucedido ao monarca, o provedor optou pela concórdia e ordenou que o escrivão do ano anterior fosse convocado.

Embora nem todos os irmãos acedessem aos cargos de poder e apesar de terem andado, sobretudo em alguns períodos, na mão de um punhado de homens, mesmo

50 Sobre a reposição da ordem e a atuação do monarca em diferentes contextos consulte-se Hespanha, António Manuel, “A resistência aos poderes”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, quarto volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 156-157.

51 Hespanha, António Manuel, “A punição e a graça”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, quarto volume..., p. 250.

52 Confira-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus...*, p. 405.

53 O quadro da situação económica portuguesa do período encontra-se em Serrão, José Vicente, “O quadro económico”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, quarto volume..., pp. 67-68.

assim nem todos aceitavam essas funções ou cumpriam com zelo os cargos para que tinham sido eleitos^[54].

Os lugares em que se conheceram mais recusas foram os de provedor e de escrivão. É certo que também eram os de maior responsabilidade. O de escrivão implicava igualmente muito trabalho e grande assiduidade. Os eleitos para os restantes lugares foram mais pacíficos e, com raras exceções, cumpriram a vontade dos eleitores.

Em 1670 o escrivão que exerceu o cargo foi a terceira opção. Os dois anteriores não o aceitaram, embora desconhecemos as suas razões. Em 1674 a Assembleia de irmãos decidiu expulsar os confrades que, sendo eleitos para a Mesa, recusassem o lugar^[55]. A punição era grave e procurava ser pedagógica para quem futuramente ousasse repetir esse comportamento. A tolerância deixava de existir, mesmo perante a apresentação de razões poderosas. Com esta atitude enérgica, a confraria pensava resolver o problema, mas assim não aconteceu, porquanto em 1684 Paulo de Melo de Sampaio não aceitou ser provedor e em 1687 foi conhecida nova recusa por Lourenço Pinto para ocupar o lugar para que tinha sido escolhido. Como já em outros trabalhos mencionámos, a base económica da confraria estruturou-se à custa dos legados recebidos. Foi durante o século XVII, principalmente entre 1640 e 1680 que a Santa Casa atraiu mais legados. Os poucos recursos

existentes até então e a instabilidade interna tornaram os lugares de poder da instituição menos atrativos. A partir dessa altura, a situação mudou. O crescimento da instituição em termos de riqueza e poder tornou mais apetecíveis os lugares do mando.

A escolha das Mesas era um momento muito importante em todas as Misericórdias. Com o crescimento, estas instituições tonaram-se gestoras de muitas fortunas, disponibilizando bens e serviços principalmente às populações pobres, mas não só. O poder destas confrarias tornava-se visível nas instituições que geriam: recolhimentos, colégios para rapazes órfãos, hospitais, mas também nos muitos serviços que proporcionavam à comunidade e aos pobres. Os enterros, as procissões, as esmolas, os dotes de casamento, as cartas de guia, a ajuda a peregrinos e aos presos, a entrega de dinheiro a juro, são alguns exemplos da atividade destas instituições. Ao impor critérios para esmolar e ao possibilitar os recursos e os serviços da caridade apenas a alguns, os dirigentes exerciam igualmente o seu poder junto da população carenciada^[56]. Sublinhe-se, todavia, que nem todas as Santas Casas tinham a mesma atividade e geriam as mesmas instituições. Existiram confrarias mais pequenas que não administravam nenhuma das instituições referidas, tendo no enterro dos mortos a sua

54 Também João Malheiro Pereira, eleito em 1656 para provedor, recusou o lugar. Foi escolhido para o render António Pires Guerra, mas, como não estava na vila, decidiram eleger Manuel Pacheco Pinto. A atitude dos confrades foi inovadora, porquanto não aguardaram pela decisão do eleito. Provavelmente, temendo que o recusasse, não perderam tempo e fecharam o ato eleitoral.

Apesar de a conduta dos irmãos extravasar o quadro normativo, repetiu-se em 1700 a propósito da eleição do provedor. António Pereira da Silva foi eleito, mas, por se encontrar em Lisboa ao serviço da confraria, o escrivão ascendeu à provedoria e elegeu-se outro irmão para o seu lugar.

55 *Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1618. Capítulos reformados de 1631*, p. 64v.

56 Maria Antónia Lopes analisa esta matéria, sublinhando o papel das elites locais nas práticas de caridade. Consulte-se Lopes, Maria Antónia, *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna*, Coimbra, Imprensa Universitária, 2010, pp. 206-207.

principal atividade^[57]. Todavia, mesmo nessas, a procura das elites locais era grande.

Nesta vila minhoto, a Santa Casa geria na altura dois hospitais e um vasto património, emprestava muito dinheiro a juros e distribuía anualmente vários dotes de casamento. Para além disto, dava muito trabalho a um alargado número de padres que celebravam as missas instituídas e cumpria as sete obras de misericórdia corporais e outras tantas espirituais.

A partir do momento em que a Misericórdia de Ponte de Lima enriqueceu e se tornou poderosa, as oligarquias locais mantiveram-se mais interessadas na sua governação, aceitando os cargos.

Nas últimas décadas seiscentistas e primeira metade do século XVIII aumentou o desejo de ocupar os lugares do mando, tornando-se menor a rotatividade nos cargos. De tal forma esta situação foi sentida que alguns dos mais notáveis pressionaram a instituição para ocuparem a provedoria. Em 1725, os irmãos debateram em Assembleia geral a ocupação deste lugar pelo visconde D. Tomás Xavier de Lima Nogueira Vasconcelos da Silva Teles, equacionando o seu direito a ser eleito por ser irmão da confraria, assim como da sua homóloga de Lisboa. A decisão de o elegerem, como veio a acontecer nesse ano, foi unânime^[58]. Para a Misericórdia este confrade não apenas era elegível, como foi imediatamente

eleito. Tratando-se de uma pessoa com muito poder e prestígio, a Santa Casa aceitou de bom grado colocá-lo a comandar os seus destinos. Contrariamente a muitos ilustres da terra que viam o seu poder e prestígio ir pouco além da circunscrição municipal, D. Tomás da Silva Teles capitalizava honra, prestígio e poder a nível nacional, tal como os restantes viscondes de Vila Nova de Cerveira. D. Tomás gozava de estatuto de homem fidalgo à semelhança de alguns confrades, todavia, a maioria dos nobres pertencia a uma segunda linha de nobreza que não se “confundia com a fidalguia^[59]. Convém, no entanto, sublinhar que entre o grupo da nobreza de segunda linha não existe homogeneidade, pelo contrário a diversidade estava presente no seu seio.

A tomada dos lugares de poder não se verificou apenas na Mesa, também foi muito sentida no Definitório. Em vários anos sequenciais mantiveram-se os mesmos homens nobres do Definitório, alterando-se apenas um^[60]. Se a rotatividade nas Mesas era pequena, ela foi ainda menor no Definitório, principalmente em alguns anos. Este órgão manteve durante décadas um núcleo duro de elementos que permaneceu ano após ano, refrescando-se anualmente com um ou dois elementos.

A elitização da confraria, situação que decorreu do facto de ter de se fazer tirocínio no seu interior, instituindo-se o costume, embora sem suporte regulamentar,

57 Leia-se a propósito Salvado, Maria Adelaide, *A Misericórdia de Medelim – Apontamentos e lembranças para a sua história*, Castelo Branco, Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2002, p. 36.

58 ASCMPL, *Livro dos cabidos geraes que começa este anno de 1641*, n.º 2, fl. 178.

59 Eram estes homens que ocupavam os cargos da governança concelhia. Confirma-se Magalhães, Joaquim Romero de, “Os nobres da governança das terras”, in Monteiro, Nuno Gonçalo; Cardim, Pedro; Cunha, Mafalda Soares da (orgs.), *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, Lisboa, ICS, 2005, pp. 68-69. Leia-se ainda Monteiro, Nuno Gonçalo, “Notas Sobre a Nobreza, Fidalguia e Titulares nos finais do Antigo Regime”, in *Ler História*, n.º 10, 1987, pp. 22-23.

60 Esta situação ocorreu em 1685, 1686 e entre 1710 e 1712.

do escrivão aceder posteriormente à provedoria e de apenas alguns exercitarem o mando, aumentou a responsabilidade dos eleitos, fazendo baixar as recusas. A este facto não é alheia a situação muito favorável em que a instituição se encontrava em termos económicos e o seu reflexo nos serviços de caridade que disponibilizava à população pobre. Foi precisamente nesta altura que se registaram os índices mais elevados nas esmolas distribuídas aos pobres nos róis da porta e na festa dos Fiéis Defuntos, abrangendo um maior número de pobres^[61]. Por seu lado, também o “hospital da Casa”^[62] conhecia uma forte procura no momento.

Mesmo assim, de forma mais pontual, registaram-se ainda alguns casos de não aceitação dos lugares. Em 1716 o licenciado Pedro da Costa Jácome recusou a provedoria e quando ao longo do ano faleceu o escrivão João da Costa Maciel e se convidou o seu homólogo do ano anterior, este também declinou. Esta situação pode ser explicada com o que internamente se estava a viver: falta de dinheiro para pagar aos capelães, alguma perturbação causada por estes assalariados e pelos padres coreiros que também reclamavam aumento dos seus vencimentos, missas em atraso e necessidade de venda de propriedades. A conflitualidade interna e a falta temporária de verbas pode ajudar a explicar a situação numa altura de afirmação e poder institucional.

A decisão de integrar uma Misericórdia obedecia a várias razões. Para além de ser uma instituição de caridade e, por conseguinte, ter na sociedade um lugar muito valorizado que ajudaria a alcançar a salvação da alma,

constituía, de igual forma, um patamar de poder, onde se cruzavam muitos poderes. Pertencer-lhe era fazer o bem, mas também aceder ao poder num ambiente de fortes relações familiares. Em Ponte de Lima, as principais casas nobres do concelho eram familiares entre si, através de relações matrimoniais e não só, e faziam-se representar na Santa Casa por meio dos seus homens. Esses laços familiares eram ostentados nas petições feitas para se candidatarem ao lugar de irmãos, assumindo-se a consanguinidade existente e recordando-se, por vezes, os serviços feitos à confraria pelos parentes. Na irmandade juntavam-se, como vimos, familiares mas também amigos, gente muito próxima que formava parte do seu grupo. A consanguinidade e a amizade geravam gestos de favores recíprocos, que constituíam um importante património imaterial.

Se as relações familiares eram muito sentidas nos momentos de escolha dos eleitores e das Mesas, faziam-se igualmente presentes noutras ocasiões, principalmente quando se tratava de defender direitos adquiridos ou supostamente adquiridos. Em 1720 a Misericórdia despediu o médico Henrique de Sá, dando origem a um grande imbróglio entre dois médicos, mas também entre os mesários de menor condição. O assunto dividiu e desgastou a Mesa que se viu envolvida num conflito de interesses causado por razões familiares. Os irmãos oficiais exorbitaram o seu poder ao pensar que podiam afrontar os restantes mesários. Consideramos que não terão perspetivando bem o seu poder em termos institucionais, nem mesmo as solidariedades internas com

61 Araújo, Maria Marta Lobo de, *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XX)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2003.

62 Designação dada ao principal hospital da instituição.

que poderiam contar. Afinal, mais nenhum confrade de menor condição se aliou ao seu plano, acabando dois por ficar isolados e fora do círculo da Misericórdia.

Em caso de morte ou de ausência prolongada, o compromisso ditava, como já referimos, a convocação do provedor ou do escrivão dos anos anteriores, dependendo de quem estivesse em causa, até se encontrar um que aceitasse. Porém, em março de 1747 quando faleceu o provedor João de Amorim Marinho Falcão, não se encontrando substituto, por nenhum dos contactados ter aceitado, foi necessário convocar os eleitores para escolherem novo provedor^[63]. A situação exigiu a convocatória dos eleitores para elegerem a pessoa para a provedoria nos meses em falta. A função destes irmãos era muito importante e não se confinava ao dia três de julho. Podiam, como constatamos, ter de regressar ao seu desempenho ao longo do ano, se fosse necessário.

Em 1790, devido a problemas surgidos nas eleições, D. Maria I ordenou que se procedesse a novo ato eleitoral, ameaçando os infratores de castigo com penas severas^[64].

Apesar de serem os mais importantes, os lugares menos desejados foram, como verificámos, os de provedor e escrivão, todavia a recusa na sua ocupação foi mais recorrente até ao final do século XVII. Posteriormente, não desapareceu, mas tornou-se menos assídua. Os restantes mesários expressaram muito raramente a vontade de não ocuparem os cargos para que tinham sido

eleitos, provando que não era o trabalho que os impedia de aceitar. Como é sabido, os mordomos tinham pesadas tarefas, vendo-se obrigados a ir à confraria com certa frequência para cumprir as funções que lhes estavam atribuídas. Se os lugares de provedor e escrivão eram de grande responsabilidade, obrigando no caso do escrivão a deslocações frequentes à irmandade para tratar de assuntos que exigiam respostas regulares, o de provedor não se revestia dessa exigência.

A não aceitação da provedoria parece-nos estar associada ao incómodo que causava a certos homens, quer pelo seu estatuto, quer pelos problemas inerentes ao desempenho do lugar e a situação interna da instituição. A instabilidade, a má gestão e a falta de recursos não favoreciam a atratividade do cargo^[65]. No período em que a irmandade consolidou o seu poder e se encontrava pujante em termos financeiros e de irmãos, o número dos que se furtou à ocupação do lugar diminuiu. Governar uma instituição pacificada, com recursos e prestígio em termos locais era muito mais fácil do que ter que enfrentar e resolver problemas. Também o facto de se ter tornado oligárquica contribuiu para os homens que ocuparam os mais altos cargos encontrassem maior apoio e solidariedades entre os seus pares.

Os irmãos oficiais foram mais pacíficos e aceitaram de bom grado os lugares para que foram eleitos. O único caso conhecido de conflituosidade foi o do Dr. Henrique

63 ASCMPL, *Livro das emleiçãoens que comessa dia de são lourenço 1665-1767*, n.º 14, fl. 188v.

64 ASCMPL, *Livro da emleicons que comessa dia de São Lourenço das eleições 1767-1842*, n.º 15, fl. 37.

65 A mesma situação ocorreu na Misericórdia de Évora, onde as elites se arredaram da provedoria quando conheceram a falta de rigor na sua gestão. Leia-se Pardal, Rute, *Práticas de caridade e assistência em Évora (1650-1750)*, vol. I, Évora, Universidade de Évora, 2013, p. 39, tese de Doutoramento policopiada.

de Sá. Todavia, também alguns deles não aceitaram os lugares da Mesa, mas em casos muito pontuais^[66].

Menos arrogantes e mais disponíveis, os irmãos de menor condição aceitaram os cargos de gestão quando eleitos, colaborando, quase sempre, no cumprimento das várias tarefas, todavia mostraram-se igualmente refratários aos acompanhamentos fúnebres e à participação em algumas procissões. Nobres e oficiais pautaram a sua conduta em alguns desses momentos pela fuga à norma, criando problemas, por vezes, graves, à instituição em termos de representação local. Mas este não foi um problema apenas da Santa Casa em estudo. As Misericórdias já analisadas demonstram a existência de problemas similares nas mesmas cerimónias.

Há ainda que referir que apesar do compromisso obrigar a eleições anuais para a Mesa, nem sempre estas ocorreram dentro desta periodicidade. Em 1707-08 e 1799-1800 as Mesas foram reconduzidas pelos monarcas, a pedido da instituição, com a justificação de existirem assuntos pendentes que necessitavam de continuidade governativa, todavia, em 1799-1800 foram eleitos dois novos irmãos para substituir os que entretanto tinham falecido. Esta situação ocorreu também em várias congéneres, demonstrando alguma flexibilidade da Casa Real perante as solicitações que lhe chegavam. Outras vezes, foi a Coroa que se serviu deste expediente para manter no lugar homens que não pretendiam deixar o poder.

66 Em 1717 Domingos Correia foi substituído por “estar impedido por cousas urgentes” e no ano seguinte João Pinto Rego também não pôde ocupar o lugar por ter praticado um crime. Desconhecemos se quando foi eleito para a Mesa estava preso ou a cumprir a pena, de qualquer maneira a sua situação era prejudicial à imagem da Santa Casa. Também Manuel Araújo, por estar gravemente doente, não pôde servir em 1722, sendo rendido por outro confrade.

3. O Definitório

O Definitório ou Junta surgiu formalmente pela primeira vez no compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1618, mas na confraria em estudo terá sido erigido anteriormente^[67]. Em Ponte de Lima já existia pelo menos desde 1616, data em que esse órgão nos surge reunido, provando que mesmo sem criação formal, já funcionava pelo menos em algumas destas confrarias. Esta não é uma particularidade desta Santa Casa. É sabido que na Misericórdia de Lagos se decidiu em Mesa de 1591 eleger dez definidores^[68] e que pela mesma altura o Definitório estaria também em atividade na Misericórdia de Évora^[69].

Na vila alto-minhota deve ter entrado em funcionamento em 1616, uma vez que as fontes existentes desde 1613 não o mencionam. A existência de mais um órgão de governo nestas instituições demonstra o seu crescimento e a necessidade da Mesa ser assessorada, principalmente em assuntos de grande importância, mas não só! Porém, não existiu em todas^[70] e houve quem o criasse bem tarde, como aconteceu na Santa Casa de Viana da Foz do Lima^[71]. Em Monção, não houve Definitório senão a partir de 1810. A Mesa reunia a Assembleia de irmãos quando desejava responsabilizar toda a instituição por

67 Sá, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias portuguesas séculos XVI-XVIII*, Rio de Janeiro, FGV, 2013, p. 87.

68 Esta informação encontra-se em Corrêa, Fernando Calapez, *Elementos para a História da Santa Casa da Misericórdia de Lagos*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Lagos, 1998, pp. 373-374.

69 Sobre este assunto consulte-se Abreu, Laurinda, *O poder e os pobres. As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, Gradiva, 2014, pp. 108, 376.

70 Até 1800 a Misericórdia de Monção funcionou apenas com a Mesa e a Assembleia de irmãos, sem ter Definitório. Leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Misericórdia de Monção: fronteira, guerras e caridade (1561-1810)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Monção, 2008, p. 94.

71 Aqui, este órgão só foi criado em meados do século XVIII. Leia-se Magalhães, António, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima séculos XVI-XVIII...*, p. 187.

certas decisões^[72]. Em Arcos de Valdevez a situação não se apresenta clara à luz das fontes existentes, não se podendo precisar se existiu ou não Definitório. Certo é que durante a Idade Moderna, a Mesa convocou várias vezes a Assembleia do Cento para tratar de assuntos de relevo^[73]. Já em Chaves, em 1667, a Mesa decidiu reunir toda a irmandade em Assembleia-Geral para efetuar a nomeação do tesoureiro e esmoler^[74]. Apesar de contrariar o compromisso, a decisão transfere para todos os irmãos algumas competências do provedor e Mesa, parecendo demonstrar a necessidade de consenso e repartição de responsabilidades na escolha de homens que operavam em setores muito relevantes da instituição. O Definitório podia ser ultrapassado pela Assembleia de irmãos quando os assuntos em análise necessitassem de maior consenso. Dinâmicas locais demonstram realidades diversas e recomendam alguma prudência na análise do funcionamento destes três órgãos de poder.

O Definitório era um órgão consultivo que a Mesa convocava sempre que necessário, mas as suas resoluções tinham “a mesma força de Compromisso”. Elegia-se no dia de S. Lourenço, mas em Ponte de Lima a sua

escolha só conheceu esse calendário a partir de 1633, isto é, pouco tempo após terem entrado em vigor os capítulos reformados do compromisso da Santa Casa de Lisboa e num momento em que começavam a chegar à confraria muitos legados. Os irmãos justificaram a alteração da data com a entrada em vigor do “novo compromisso”, embora na verdade, esse dia já estava estipulado nos estatutos de 1618. Até então, era eleito em julho^[75], quase sempre em meados do mês e era composto por doze elementos. Como se constata, apesar destas confrarias seguirem o compromisso da sua congénere da capital, embora o pudessem alterar em alguns pontos, a prática quotidiana introduziu algumas alterações, quase sempre sem substância. Passou e integrar dezasseis homens com a reforma de alguns capítulos do compromisso de 1618, em 1631, e a ser eleito no dia de S. Lourenço.

A sua composição em termos numéricos variava de acordo com o volume existente de irmãos^[76]. Era composto por irmãos nobres e oficiais, divididos em igual número. Na Misericórdia em estudo a criação do Definitório não anulou a audição de todos os irmãos em Assembleia-Geral. Mesa, Definitório e Assembleia de

72 Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Misericórdia de Monção...*, pp. 94-96.

73 Consulte-se Ramos, Maria Odete Neto, *A gestão dos bens dos mortos na Misericórdia dos Arcos de Valdevez: caridade e espiritualidade (séculos XVII e XVIII)*, Braga, Universidade do Minho, 2013, pp. 105-108, tese de Doutoramento policopiada.

74 Para ler sobre este assunto, consulte-se o trabalho de Viçoso, Maria Isabel, *História da Misericórdia de Chaves. 500 Anos de vida*, Chaves, Santa Casa da Misericórdia de Chaves, 2007, p. 60.

75 Também era em julho que o órgão era eleito na Misericórdia da Póvoa de Varzim. Consulte-se Dionísio, Paula Carolina Ramos, *A Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim. Assistência e caridade numa vila piscatória (1756-1806)*, s. l., Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 2005, p. 125.

76 Na Misericórdia da Póvoa de Varzim, o Definitório tinha apenas seis elementos: três nobres e igual número de oficiais. Leia-se Dionísio, Paula Carolina Ramos, *A Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim...*, p. 125.

irmãos funcionaram em simultâneo até finais do século XVIII^[77].

Apesar de em várias Misericórdias estudadas, o Definitório não ter ocupado um lugar de destaque, em Ponte de Lima assumiu grande relevo, ao ponto das atas das suas sessões serem registadas em livros próprios, facto que lhe confere visibilidade e demonstra a sua relevância.

Para este órgão deviam ser eleitos irmãos experientes nos assuntos da instituição e que tivessem servido nos diferentes cargos. Exigia-se conhecimento institucional para melhor poder avaliar as situações e aconselhar a Mesa.

Os irmãos eleitos juravam servir o cargo com dedicação, fidelidade e manter sigilo sobre todos os assuntos analisados. Para que pudesse funcionar sempre com o número de irmãos contemplado, quando algum nobre eleito recusasse o lugar ou se ausentasse por muito tempo era substituído por um ex-mesário, começando a seleção pelos que tivessem servido os lugares mais importantes: provedor, escrivão, recebedor das esmolas e mordomo dos presos. Nos irmãos oficiais, a escolha devia recair nos que mais vezes tivessem ocupado lugares na Mesa ou na Junta, privilegiando-se homens com provas dadas.

Apesar de ser lato o leque de assuntos que este órgão podia analisar, estava impedido de acrescentar o número de irmãos, alterar o capítulo referente aos

visitadores, emprestar dinheiro a juro ou gastar o existente nos depósitos, solicitar ao Papa a comutação de legados, exceto se estes não pudessem ser cumpridos na forma como tinham sido instituídos, e enterrar pessoas exteriores à confraria, a não ser membros da Casa Real^[78].

Em Ponte de Lima, este órgão podia formalmente pronunciar-se sobre a aceitação de heranças, a admissão de irmãos, o empréstimo de bens móveis para fora da vila, alteração de acórdãos, arrendamentos e concessão de sepulturas perpétuas dentro da sua igreja^[79]. Todavia, muitos outros assuntos subiram ao Definitório, provando que o seu poder se alargava a várias matérias. A partir do momento em que se reformaram alguns capítulos do compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1618, ficou consagrado que o Definitório daria também particular atenção aos legados vindos do império e ao uso da tumba pelos irmãos^[80]. Eram matérias que preocupavam a instituição no momento e que assumiam grande relevância. Os legados, pelas obrigações que acarretavam em termos futuros, e às vezes para sempre, requeriam particular ponderação, de maneira que a confraria não ficasse lesada e hipotecasse o futuro. Já a utilização da tumba era uma matéria de cariz diferente e que estava associada ao momento presente, embora merecesse igualmente rigor na sua utilização.

77 A inexistência de estudos sobre esta instituição para os séculos XIX e XX impede-nos de conhecer a sua gestão, embora saibamos que as alterações ocorridas nestas instituições em termos governativos se tenham ficado a dever às mudanças dos seus estatutos, em ambos os séculos.

78 *Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1618*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1619, pp. 24-26.

79 Leia-se para este assunto Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus...*, p. 403.

80 *Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1618. Capítulos reformados de 1631*, p. 48.

3.1. A sua composição e funcionamento

Como já mencionámos, em Ponte de Lima este órgão era composto por dezasseis elementos: oito nobres e igual número de oficiais. Integravam-no os homens mais prestigiados da instituição.

Devido à experiência e à autoridade dos seus membros, em 1686, a Assembleia de irmãos acordou que a Mesa escolhesse um definidor, homem considerado ágil, para assessorar o escrivão nas cobranças que lhe estavam imputadas^[81]. Este era um setor de fundamental importância para a confraria, requerendo, por conseguinte, pessoa séria, competente e diligente.

Em 1750 a irmandade, reunida em Assembleia-Geral de irmãos, no dia das eleições, perante a falta de confrades, principalmente de nobres, decidiu que doravante não se elegessem para definidores os que tivessem sido provedores até a confraria estar mais robustecida com novos membros^[82]. A fraca rotatividade nos lugares do poder teve como consequência um fechamento a novos elementos, dando lugar a algum desinteresse pela instituição. A decisão tomada procurava contrariar essa situação e fazer renovar o Definitório. Porém, o descontentamento não se circunscrevia aos nobres. Também os oficiais se diziam “oprimidos” em 1771 por só eles irem pedir para a instituição, sujeitando-se, muitas vezes, a serem injuriados^[83]. O lamento

destes irmãos expressa o desconforto pelo desempenho das tarefas mais ingratas no momento. Eram também eles que se encarregavam de mandar cozer o pão para distribuir pelos pobres à quarta e ao domingo, eram eles que mais ordeiramente se comportavam no momento dos enterros e que menos faltavam a essas cerimónias, assegurando trabalhos que os nobres desdenhavam. Mesmo quando a confraria se tornou menos atrativa na segunda metade do século XVIII, deixando de ser procurada pelas elites, os mecânicos mantiveram-se firmes no seu propósito de integrar a confraria mais prestigiada da terra, desempenhando um conjunto de tarefas na gestão diária da instituição, que os nobres não estavam interessados em cumprir^[84].

Apesar de estar sujeito à convocatória do provedor, em Ponte de Lima, este órgão teve uma ação alargada e significativa, embora a governação diária pertencesse à Mesa, como é sabido. O seu poder era proveniente da autoridade e do prestígio dos seus membros e das soluções encontradas para os problemas existentes.

A análise da periodicidade da reunião deste órgão aponta para uma maior intensidade no século XVIII, refletindo a necessidade de alargar as decisões a um grupo maior de homens. O livro das sessões do Definitório que se conserva no arquivo da Santa Casa começa apenas em 1651, embora a sua eleição se fizesse pelo menos desde 1616, como já anteriormente referimos.

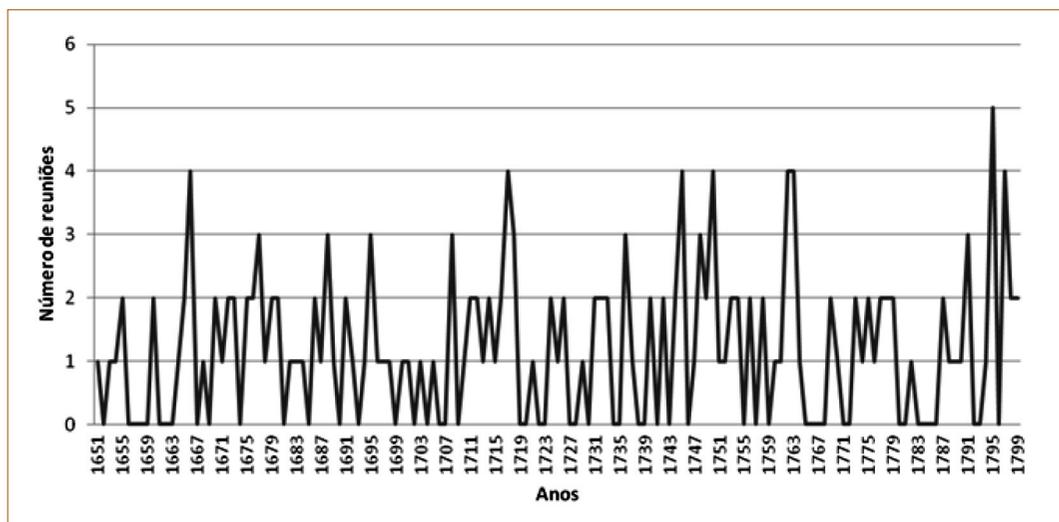
81 *Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1618. Capítulos reformados de 1631*, p. 64v.

82 ASCMPL, *Livro dos cabidos geraes que comessa este ano 1641-1764*, n.º 2.

83 ASCMPL, *Livro dos cabidos geraes que comessa este ano 1641-1764*, n.º 2.

84 Situação semelhante foi vivida na Misericórdia de Guimarães. Leia-se Costa, Américo Fernando da Silva, *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães 1650-1800 (Caridade e assistência no meio vimaranense dos séculos XVII e XVIII)*, Guimarães, Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, 1999, pp. 47-49.

Gráfico 1. Frequência das reuniões do Definitório (1651-1799)



Fonte: ASCMPL, *Neste livro se ão de escrever todos os asentos que ha meza da santa misericordia fizer com hos irmãos difinidores 1651-1731*, n.º 11; *Livro dos asentos que fas a Mesa com o Definitório 1731-1862*, n.º 12.

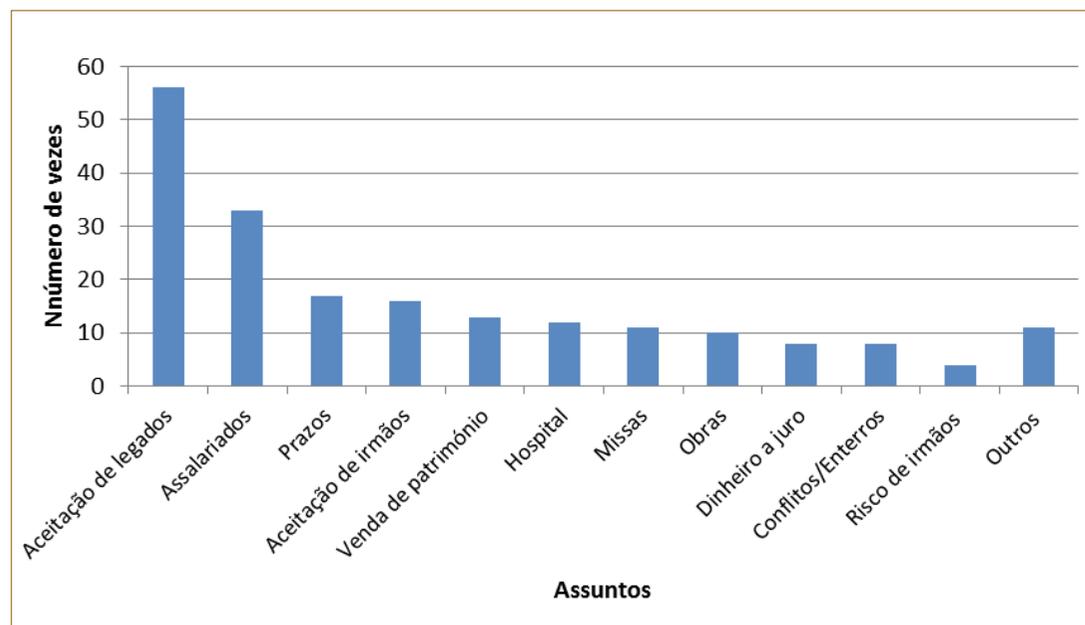
Na segunda metade do século XVII reuniu-se apenas 33 vezes, enquanto no século XVIII, fez 117 sessões, 59 na primeira e as restantes na segunda, o que significa que se tornou mais importante em Setecentos, assumindo uma periodicidade de reunião muito semelhante na primeira e na segunda metade, pese embora a sua irregularidade.

Como se constata através do gráfico 1, a convocação deste órgão foi muito irregular. Se houve anos em que se convocou apenas uma vez, em 53 anos nunca se reuniu. O ano de 1795 foi aquele em que mais vezes se reuniu. Tratou-se, contudo, de uma exceção. O mais comum, sem considerarmos os anos em que não foi convocado, foi reunir-se duas vezes anualmente. Se tivermos em atenção que a Mesa durante o século XVII

também se reunia poucas vezes ao ano, ganhando as suas sessões maior regularidade apenas no século XVIII, constatamos que o Definitório não era pouco convocado.

Como era um órgão muito conceituado, a Mesa não o dispensou quando sentiu necessidade de ouvir uma opinião mais avalizada. Provavelmente, este facto decorre das personalidades que o integraram ao longo dos anos e do seu próprio funcionamento. Composto pelos irmãos mais reputados e com larga experiência governativa, conhecedores profundos da instituição, a sua voz era escutada com atenção. A autoridade que os mesários lhe reconheciam estava também associada ao próprio funcionamento do órgão.

Gráfico 2. Assuntos tratados nas reuniões do Definitório (1651-1799)



Fonte: ASCMPL, *Neste livro se ão de escrever todos os asentos que ha meza da santa misericordia fizer com hos irmãos difinidores 1651-1731*, n.º 11; *Livro dos asentos que fas a Mesa com o Definitório 1731-1862*, n.º 12.

Como se constata através do gráfico 2, o Definitório analisou um leque muito alargado de assuntos. A frequência com que foram abordados denota também a sua relevância.

Esta particularidade decorre de a Mesa alargar aos mais experientes a resolução de matérias que podiam manter-se apenas dentro deste órgão, como era, por exemplo, o envio de esmolas para a redenção de cativos, quando a Coroa as solicitava. Porém, como implicava a

saída de uma quantia considerável de dinheiro do cofre da instituição, a Mesa optava por auscultar o Definitório, nem que para isso fosse necessário convocá-lo com um ponto único de agenda, como se verificou em 1695, a propósito do peditório efetuado pela Casa Real para cativos^[85].

Ao longo de quase 150 anos, o assunto mais tratado pelos irmãos definidores foi o dos legados. A receção de heranças, pelas obrigações que trazia, bem como pelos

85 ASCMPL, *Neste livro se hão de escrever todos os asentos que ha meza da santa mizericordia fizer com hos irmãos definidores 1651-1731*, n.º 11, fl. 55.

problemas que causava, era matéria sensível e a necessitar de muita ponderação. Este assunto foi principalmente debatido ao longo da segunda metade do século XVII e na primeira metade de Setecentos, período em que o volume de legados chegou em maior quantidade. O arco temporal de maior atração de legados e ao mesmo tempo de maior formação do património da instituição verificou-se entre 1640 e 1680, mas ao longo de todo o século XVIII conheceu-se ainda um grande investimento na salvação da alma. Muitos legados eram instituídos com base em propriedades rústicas e urbanas.

Tempo de expiação dos pecados, a morte, por ser transversal a todos os vivos, criava sentimentos uniformes no que diz respeito à passagem para um local desconhecido e preocupava os mortais relativamente à salvação da sua alma. Todavia, se existia quem pudesse investir para mais rapidamente conseguir estabelecer elos de ligação entre a comunidade dos vivos e o Além, através da celebração de sufrágios, outros não tinham essa possibilidade, aguardando que a sua alma fosse lembrada nas celebrações coletivas dos Santos e dos Fiéis de Deus e, no caso das confrarias, também no dia da celebração do “aniversário dos irmãos”.

Os que tinham possibilidades instituíam legados para que a sua alma fosse mais rapidamente resgatada do Purgatório. A morte acompanhada e devidamente preparada com os sacramentos, o arrependimento, a

escolha do acompanhamento^[86], as velas, a mortalha, as orações, os cânticos, a igreja, o local de sepultura, os officios, as missas e os responsos contribuían para aliviar o momento da passagem, mas não chegavam para se obter a salvação. Era necessário continuar a investir para se obter a redenção dos pecados. Os legados que se instituíam procuravam reunir esforços para aliviar o sofrimento das almas^[87].

Com a chegada de muitos legados e com os encargos deles decorrentes, alguns deles perpétuos, a Misericórdia de Ponte de Lima teve necessidade de se tornar mais cautelosa na sua aceitação, de forma a manter possível o seu cumprimento e a não pôr em causa o funcionamento de outras práticas. Por mais do que uma vez recusou propostas de legados, por considerar não ser um “negócio” seguro e que a beneficiava.

Na segunda metade do século XVII os legados instituídos na confraria foram principalmente de pessoas da localidade, mas também de alguns homens que tinham partido para várias partes do império, nomeadamente para a Índia. Em Setecentos, esta realidade manteve-se relativamente aos locais, mas alterou-se no que concerne ao império. Com a descoberta do ouro e dos diamantes no Brasil em finais do século XVII, a emigração para a colónia sul-americana ganhou novo fôlego, principalmente de gente saída do Minho, dando visibilidade aos legados que “atravessaram o Atlântico”^[88]. A presença de

86 Confira-se para este assunto Ferraz, Tiago, “Acompanhar ao outro mundo: a morte nas confrarias de Braga do século XVIII. Estudo preliminar”, in *CEM*, n.º 3, Revista do CITCEM, 2012, pp. 163-177.

87 Para este assunto consulte-se Araújo, Ana Cristina, *A morte em Lisboa. Atitudes e representações 1700-1830*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997, pp. 229-333.

88 A propósito desta emigração, veja-se entre outros o trabalho de Alves, Jorge, “Os *brasileiros* do Norte de Portugal”, in *Os Brasileiros da emigração. Actas do Colóquio realizado no museu Bernardino Machado*, Vila Nova de Famalicão, Câmara de Vila Nova de Famalicão, 1999, p. 10.

legados de “brasileiros” na Misericórdia de Ponte de Lima é significativa em termos de bens deixados, embora não se conserve muita documentação que possibilite estudar esta realidade de forma aprofundada, como se verifica para muitas outras Santas Casas da região do Minho. Todavia, as fontes existentes sublinham a presença de legados deixados por estes homens nos séculos XVII e XVIII^[89].

A receção de legados, para além de trazer consigo o ónus da celebração de muitas missas, bem como de outros sufrágios, alguns deles perpetuamente, arrastou também alguns pendentes jurídicos, obrigando a instituição a defender os seus interesses. Até meados do século XVIII, a Misericórdia procurou sempre afastar-se da Justiça, assumindo não lhe ser conveniente que os processos transitassem para este campo e defendendo um acordo entre as partes. A confraria conhecia os gastos elevados inerentes à contratação de homens de leis, bem como a todos os pendentes que os processos acarretavam. Sabia também da morosidade da Justiça e da incerteza do desfecho dos processos e, por isso, a sua posição foi a de afastar-se o mais possível dessa conflitualidade.

Os definidores eram cautelosos na análise dos casos e defendiam atitudes prudentes, por forma a evitar demandas. Porém, quando outras instituições ou pessoas particulares atuavam contra a Misericórdia, esta recorria à contratação dos melhores juristas para se defender. Na segunda metade do século XVIII, a falta de pagamento dos juros, rendas e foros, por vezes, há muitos anos, não deixou outro caminho à Santa Casa senão o de lutar pelos

seus direitos na Justiça, embora essa decisão passasse a caber principalmente à Mesa.

Na análise dos legados, e devido à situação de algumas cláusulas, eram os definidores que recomendavam a consulta de letrados, conferindo ao órgão gestor um amplo espaço de atuação.

Por sua vez, os assalariados, nomeadamente os capelães, e as suas remunerações, mas também as dos que trabalhavam no setor da saúde, constituíam motivo recorrente nas suas sessões. As capelas vagas foi outro assunto muito debatido na segunda metade do século XVIII. Também a administração das propriedades constituiu razão de importância, por residir nas rendas e foros uma importante fonte de receita da confraria, pelo menos até ao fim de Setecentos.

Embora lhe competisse pronunciar-se sobre a admissão de novos candidatos, só a partir de 1774 este assunto ganhou expressão nas atas deste órgão. Sabe-se, todavia, que a aceitação de novos membros passava pelo crivo da Mesa e do Definitório. Contudo, a partir da data assinalada, por diversas vezes, este órgão se reuniu tendo como ponto único de agenda a análise das novas proposituras de irmãos. Esta situação esteve relacionada com a falta de irmãos, principalmente de nobres na instituição.

Numa altura em que diminuía as receitas, aumentavam as despesas, principalmente no setor da saúde. Ao mesmo tempo que o cumprimento dos legados se tinha transformado num problema, a Misericórdia deixou de ser um “território” interessante para os homens mais poderosos. Por seu lado, a salvação da alma já não preocupava

89 Leia-se Barbosa, António “O impacto dos “brasileiros” na assistência a nível local: o legado de Bento da Costa Tição (séculos XVII-XVIII)”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra; Coelho, José Abílio; Franco, Renato (coords), *Os brasileiros enquanto agentes de mudança: poder e assistência*, Póvoa de Lanhoso, CITCEM; Fundação Getúlio Vargas, 2013, pp. 55-69.

os homens na mesma proporção do século anterior. Paralelamente, surgiam na vila lugares de sociabilidade onde as elites desempenhavam um papel relevante em termos de desenvolvimento local, de que a Sociedade Económica dos Bons Compatriotas Amigos do Bem Público, criada por homens ilustres da terra, é um exemplo.

Também a venda de património era matéria de grande sensibilidade e, por isso, a necessitar de debate e muita ponderação. Alienar propriedades exigia consenso para mais tarde não haver acusação de falta de sentido institucional. Durante mais de um século, a política da confraria foi a de receber e conservar as propriedades que lhe chegavam através dos legados; todavia, a falta de rendeiros, o fraco rendimento ou a degradação que algumas evidenciavam constituíram fatores que aconselhavam a venda. Esta atitude foi tomada principalmente no século XVIII.

O hospital, à medida que foi crescendo e recebeu um maior número de doentes, tornou-se num setor de relevo na confraria e merecedor de cuidados particulares. A ele estiveram também associadas algumas obras realizadas, bem como a aquisição de bens necessários ao seu funcionamento. A contratação de profissionais de saúde ou de outros servidores e as despesas com mezinhas e alimentação dos enfermos constituíram matérias cada vez mais relevantes no quotidiano institucional.

Todavia, o setor religioso constituiu sem dúvida o mais importante ao longo de quase toda a Idade Moderna, principalmente até meados do século XVIII. A ele estiveram associados os legados, os capelães, as capelas, os coreiros e a celebração de muitas missas. Para estabelecer o preço destes sufrágios, o número por cada

irmão falecido e o atraso da celebração em que muitas se encontravam no século XVIII, o Definitório reuniu-se várias vezes. As obras, principalmente as realizadas na igreja e na enfermaria, o dinheiro dado a juro e os conflitos subiram também este patamar da governação. Na primeira metade do século XVIII, a igreja da Santa Casa sofreu obras de remodelação, conferindo-lhe uma nova imagem. O dinheiro proveniente dos legados e as receitas que chegavam possibilitaram realizar um programa de reforma na tribuna, no altar-mor e no forro da igreja. O assunto teve de subir ao Definitório, porquanto uma decisão tomada anteriormente impedia a Mesa de fazer despesas para além de vinte mil réis e as obras pretendidas excediam esse montante. Desejosos de ver engrandecido o seu templo, os definidores consentiram na realização da obra, ordenando em 1742 que se realizassem “com a perfeição que as rendas” da capela de Paulo Pereira de Mesquita o permitissem^[90].

À medida que se aceitavam legados e a Casa recebia dinheiro, o volume de capital entregue a juros subiu. A Mesa tratava deste expediente amiúde, mas, quando no século XVIII cresceu o número de incumpridores e se sentiu o perigo de se perder o juro e o montante emprestado, foi preciso tomar medidas para que esta questão não resvalasse para uma situação insustentável. Este assunto foi sempre muito sensível e em Setecentos assumiu proporções preocupantes. Sem o retorno dos juros e o montante emprestado, a Santa Casa tomou medidas no sentido de obrigar os solicitadores a reformar as escrituras, estipulou prazos para os devedores pagarem os montantes emprestados que estavam em atraso e acordou a percentagem a cobrar pelos juros. Perante

90 ASCMPL, *Livro dos assentos que fas a Meza com o definitorio 1731-1862*, n.º 12, fl. 16v.

a incapacidade de os solicitadores pagarem, a confraria pressionou os fiadores, mas, na segunda metade do século XVIII, muitas dívidas encontravam-se perdidas, devido à situação de pobreza dos solicitadores e, por vezes, dos seus familiares^[91]. O crédito tornou-se num setor relevante para a Santa Casa, embora os riscos a que esta atividade estava associada fossem elevados^[92].

A conflitualidade interna decorreu em grande medida do incumprimento dos irmãos nos acompanhamentos aos enterros e da falta de comparência às procissões, principalmente à de quinta-feira das Endoenças. A ausência e a forma como no momento e posteriormente procediam estavam em muitos casos diretamente associadas à resposta da instituição. Quando a infração ocorria fora de portas e causava escândalo pondo em causa o prestígio da Santa Casa, o mais comum era o visado ser expulso, cortando-se pela raiz o mal feito.

Em “outros assuntos” incluímos o dinheiro a juro, a aquisição de bens móveis, as dívidas à confraria, a procissão das Endoenças, as salinas e a assistência aos presos, cativos ou não.

Como a importância dos assuntos era diferente, foi também diverso o tempo que o Definitório dedicou a cada um. Normalmente, dava-se um parecer e o assunto não regressava, a não ser que se mantivesse como preocupação ou houvesse pendência, por exemplo, em juízo. Mas as salinas deixadas em testamento por Gaspar Pires

Machado em 1625 ocuparam várias sessões do Definitório. A recorrência justificava-se com o facto de estarem situadas em Aveiro e, por exemplo, necessitarem de diversas intervenções. Era necessário tomar decisões sobre os seus arrendamentos, a sua conservação e até sobre quem enviar àquela vila litorânea para resolver estes assuntos. Porém, era preciso também solucionar pendências quando rebentavam conflitos que transitavam para a Justiça. Em 1665 o Definitório defendeu um acordo com frei Lopo de Melo Pereira, por este ter posto uma ação judicial contra a confraria, devido ao arrendamento das salinas^[93].

A exploração das salinas parece ter-se feito através de arrendamento, mas desconhecemos as condições em que era efetuado e se sempre se adotou esta forma de exploração. Sabemos que em 1647 a confraria enviou a Aveiro o mesário Pedro Barbosa Ferreira, com “uma caravella fretada em Vianna” para trazer o sal. Porém, quando lá chegou, deparou-se com o insólito de não existir nenhum produto, devido ao descuido dos marnotos e ao desamparo em que as salinas se encontravam. No local, o irmão tomou as medidas necessárias para que se produzisse sal, mandando reformar todo o muro que as cercava. Estaria a Santa Casa a fazer a exploração direta das salinas? Ou o contrato que tinha com o rendeiro estipulava o pagamento em sal? As fontes não possibilitam responder a estas perguntas, mas no ano seguinte, as

91 Leia-se a propósito do crédito e das vicissitudes que lhe estiveram associadas Rocha, Maria Manuela, “A actividade creditícia em Lisboa (1770-1830)”, in *Análise Social*, n.º 31, 1996.

92 Para a Santa Casa de Santarém consulte-se Reis, Maria de Fátima, “A Misericórdia de Santarém: estruturação e gestão de um património”, in *Cadernos do Noroeste*, 20 (1-2), série História, 3, 2003, p. 491.

93 ASCMPL, *Neste livro se hão de escrever todos os asentos que ha meza da santa misericórdia...*, n.º 11, fl. 55.

marinhas foram arrendadas ao padre Francisco Correia pela quantia de 48 000 réis^[94].

Para trazer o sal de Aveiro, os confrades tinham alcançado uma provisão régia, em 1629. Porém, antes de decidir favoravelmente aos peticionários, D. Filipe III ouviu algumas testemunhas que justificaram a necessidade deste produto no Norte do reino, com o facto de as localidades de Vila do Conde, Viana da Foz do Lima, Esposende e Caminha necessitarem de “muita quantidade de sal”, toda ela proveniente de Aveiro, por este bem não ser produzido mais a norte^[95].

Em 1715, depois de avaliarem a situação de ruína das marinhas das Leitoas, e o seu pouco rendimento, os definidores aconselharam a sua venda. Nessa ocasião, as salinas eram fonte de despesa e não de rendimento, facto que levou os irmãos a decidirem pela sua alienação^[96]. Sempre que as propriedades ficavam localizadas longe, mesmo que fosse nos concelhos vizinhos, os definidores agiam com pragmatismo e, considerando a dificuldade de as administrar, aconselhavam a sua venda^[97]. Apesar da decisão de vender as salinas, a oferta não deve ter sido considerada suficientemente atrativa pelos mesários, porquanto não se desfizeram delas, continuando em 1775

a ser emprazadas, sendo nesse ano entregues a António Tomás Rebelo, da vila de Aveiro^[98].

A integração de marinhas nos legados instituídos encontra-se em algumas Misericórdias. As Santas Casas de Setúbal, Aveiro e Porto foram também possuidoras de marinhas que geriam de forma diferente. Enquanto em Aveiro se emprazavam, em Setúbal foram administradas pela própria confraria até 1702, data em que se decidiu arrendá-las em praça pública^[99].

O rendimento das salinas era influenciado pelo cuidado posto pelo marnoto, pelas condições atmosféricas e pelo preço do sal.

O estado de frequente ruína em que se encontravam as marinhas de Ponte de Lima estava relacionado com a situação da barra e ainda com o tratamento feito pelo emprazador. O facto de a Santa Casa não fazer uma vigilância mais apertada sobre estas propriedades, uma vez que apenas as visitava na ocasião de cobrar a renda, facilitava o estado de degradação em que frequentemente se encontravam, obrigando-a a investir em obras de remodelação. Foram também estas razões que justificaram várias medidas relativamente à sua exploração e até a equação da sua venda.

94 ASCMPL, *Livro aonde se carrega os rendimentos que rendem as salinas de Aveiro e aonde se carrega a despesa dellas*, n.º 607A, fl. 3.

95 ASCMPL, Documento avulso, não paginado.

96 ASCMPL, *Neste livro se hão de escrever todos os assentos que ha meza da santa mizericordia...*, n.º 11, fl. 74.

97 Em 1687 pronunciaram-se favoravelmente à venda de umas propriedades que a Misericórdia possuía no concelho de Arcos de Valdevez, por não haver pleno conhecimento da situação em que se encontravam, nem se receber atempadamente a renda acordada.

98 ASCMPL, *Livro dos cabidos geraes que comessa este ano 1641-1764*, n.º 2, fl. 35v.

99 Para Setúbal leia-se Abreu, Laurinda, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e poder*, Setúbal, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990, pp. 56-57. Para Aveiro consulte-se Barreira, Aníbal, *Santa Casa da Misericórdia de Aveiro. Poder, pobreza, sociabilidade*, s. l., Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, 1998, pp. 101-104.

4. A Assembleia de irmãos

Os confrades de Ponte de Lima reuniam-se em Assembleia-Geral de irmãos nos dias em que todos estavam obrigados a ir à confraria. Nesta instituição, a Assembleia teve uma atividade digna de realce quando comparada com a de outras congéneres que só se reuniam em plenário para fazer eleições, e pontualmente quando a Mesa considerasse necessário alargar o debate de algum assunto a toda a instituição.

A inexistência de fontes para o período anterior à segunda década do século XVII em Ponte de Lima não permite conhecer o funcionamento da instituição; todavia, é sabido que durante o século XVI algumas Santas Casas procederam a reuniões alargadas de todos os confrades para tomar decisões importantes^[100]. Outras ainda abriram as suas portas a cidadãos das cidades onde estavam implementadas, dando-lhes a conhecer os seus projetos e auscultando a sua opinião, como aconteceu em Braga em meados do século XVI, quando se debateu a construção de sede própria. Esta atitude demonstra maior abertura e flexibilidade, atributos que virão a

perder-se no século XVII. Desconhecemos em profundidade como funcionava a Misericórdia de Ponte de Lima durante o século XVI, mas parece ter mantido a prática de chamar todos os seus membros para legitimar posições tomadas pela Mesa.

Em Ponte de Lima, entre 1616 e 1799 realizaram-se 495 sessões. Como referimos, as primeiras menções que temos destas reuniões remontam a 1616 e a partir dessa altura a Assembleia de irmãos reuniu-se sempre nas datas já mencionadas. Todavia, em 280 sessões não foram discutidos nenhuns assuntos, ou seja, em mais de metade destas reuniões. Os presentes procederam apenas às eleições dos mesários e dos definidores, reiteraram o princípio de que a procissão de Quinta-Feira Santa se realizasse como era costume e integraram a procissão que se deslocou à força. Apesar de o calendário se manter e de os irmãos se reunirem, em 56,6% das sessões nenhum assunto lhes foi comunicado, nem dada a possibilidade de o debater, por “nada haver a tratar”. O número de sessões esvaziadas de conteúdo em termos

100 No século XVI, a Santa Casa de Viana da Foz do Lima reunia-se em Assembleia de irmãos quando considerava pertinente. Leia-se Magalhães, António, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima...*, p. 185.

de assuntos institucionais estendeu-se pelas três últimas décadas do século XVII e meados de Setecentos. A partir desta data e até às duas últimas décadas do século XVIII, a Assembleia de irmãos ganhou novamente importância, sendo colocados vários assuntos em debate nas suas reuniões. Todavia, o esvaziamento regressou a partir de 1770.

O primeiro esvaziamento de poder deste órgão aconteceu quando a Mesa se fechou, ouvindo apenas os definidores. Este procedimento coincidiu com o arco temporal de maior desenvolvimento e afirmação da instituição, significando que em tempos de abundância a Mesa deixou de ouvir a confraria no seu todo, só a escutando em períodos de dificuldades, como se verificou na segunda metade de Setecentos.

O reduzido número de irmãos, o seu risco, o provimento das órfãs e dos pobres, as missas pelos irmãos e suas mulheres, a falta de dinheiro, a conflitualidade interna e externa, as dívidas à confraria e o seu perdão ou pagamento, o dinheiro a juro, o setor religioso, principalmente o salário dos capelães, dos sacristães e dos coreiros, a falta de dinheiro, a venda de propriedades foram os assuntos mais comumente tratados em Assembleia de irmãos neste período de crise. A situação obrigou a maiores consensos e a abertura destas matérias a toda a instituição.

Não deixa de ser interessante verificar que, apesar de a confraria manter formalmente estas sessões ao longo do ano, esvaziou-as de significado e poder na maior parte das vezes. À medida que se tornou mais elitista e os lugares da Mesa e do Definitório se fecharam para a maioria da irmandade, estando acessíveis apenas a alguns homens de certas famílias, auscultar a opinião da irmandade deixou de fazer sentido, porquanto o exer-

cício do mando ficou, na prática, circunscrito apenas aos dois órgãos. Abrir a confraria à opinião de todos os seus membros era repartir o poder com eles, o que no momento não interessava aos gestores; por isso, não deixavam de a convocar, porque estariam a não cumprir o compromisso, mas não lhe conferiam importância. Aparentemente, o órgão mantinha-se em funcionamento, mas na prática nada discutia e nada decidia.

A Assembleia de irmãos, enquanto local de decisão de matérias, não tinha enquadramento normativo, porém os irmãos estavam obrigados a ir à confraria nos dias referidos. Por isso, reunia-se a título meramente informativo, porque não existia, nem tinha funções atribuídas. Esta situação pode ajudar a explicar a estratégia usada pelas diferentes Mesas ao longo do tempo relativamente a este órgão.

Apesar de apenas reiterar o que estava aprovado, a Assembleia de irmãos viu a importância de algumas das suas decisões consagrada na sua trasladação para o livro do compromisso, imediatamente após os capítulos reformados. Curiosamente, a esmagadora maioria das decisões que aí se encontram transcritas são do século XVII, indo ao encontro do que anteriormente ficou referido sobre a perda de importância deste órgão desde finais de Seiscentos até meados da centúria seguinte. Desconhecemos as razões que presidiram ao não registo das decisões tomadas na segunda metade de Setecentos, mas não há dúvida de que as matérias mencionadas na segunda metade do século XVII eram importantes e preocupavam no momento os gestores. A instituição conhecia uma fase de crescimento, mas ao mesmo tempo registava conflitos internos que era necessário resolver, principalmente decorrentes do comportamento dos irmãos em momentos públicos. Assuntos referentes aos

enterros foram sempre muito sensíveis nestas instituições, pelo seu simbolismo e protagonismo^[101]. O facto de existirem outras confrarias na vila possuidoras de móveis de enterramento, como era o caso da confraria do Espírito Santo, sediada na igreja Matriz, tornava-se um problema para a Misericórdia, por sentir concorrência num setor em que tinha o monopólio^[102].

O estudo das confrarias que em termos locais possuíam tumba ao longo da Idade Moderna está ainda por fazer. Sabe-se que no século XVIII o monopólio do uso da tumba da Misericórdia foi muito questionado pelas Ordens Terceiras em várias localidades, mas sobre o desempenho das confrarias nesta matéria o desconhecimento é quase total. Todavia, estudos recentes sobre a morte na cidade de Braga apontam para um elevado número de irmandades que operavam em Setecentos com tumba própria. Nesta cidade já se conhece o panorama em que a Misericórdia operava, mas falta ainda sistematizar as confrarias que possuíam tumba e o mercado dos enterros.

Os limites de circulação da tumba foi outro assunto que mereceu destaque. Para a fazer movimentar apenas num espaço determinado, em 1675 estabeleceram-se os

limites para ir buscar defuntos a suas residências^[103]. A Santa Casa era cada vez mais pressionada a alargar a sua área de circulação, recolhendo cadáveres em locais longínquos. Esta decisão foi reiterada em 1675 e 1682^[104].

Ainda durante o século XVII outros assuntos chegaram à Assembleia de irmãos, ganhando grande destaque também os que estavam diretamente relacionados com os confrades: idade para integrarem a instituição, número de missas por cada irmão falecido e pela sua mulher e filhos, faltas a cerimónias e a outras obrigações constituíram matérias analisadas por estas Assembleias^[105].

A pouca importância dada aos cabidos gerais em finais do século XVII e primeira metade do seguinte afastou os irmãos destas reuniões. A este comportamento esteve também associado o facto de a confraria se ter tornado muito elitista e ficado na mão de apenas algumas famílias, desencorajando os restantes membros a participarem nas suas atividades. Progressivamente, os confrades foram-se afastando dos seus atos, mesmo dos mais importantes, como eram as eleições. Em 1688 constatou-se a falta de confrades às Assembleias Gerais, principalmente à do dia 2 de julho, tendo-se deliberado em Assembleia que os faltosos fossem chamados à Mesa

101 Leia-se Magalhães, António, “Os funerais nas práticas de caridade da Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)”, in *Génese e organização das Misericórdias. Actas das I Jornadas de Estudos da Misericórdia de Arcos de Valdevez*, Arcos de Valdevez, Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez, 2009, pp. 103-123.

102 A propósito do monopólio da tumba pelas Misericórdias portuguesas, consulte-se Abreu, Laurinda, “As Misericórdias de D. Filipe I a D. João V”, in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 1, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, 2002, p. 48.

103 ASCMPL, *Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1618. Capítulos reformados de 1631*, p. 58v.

104 ASCMPL, *Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1618. Capítulos reformados de 1631*, p. 58v.

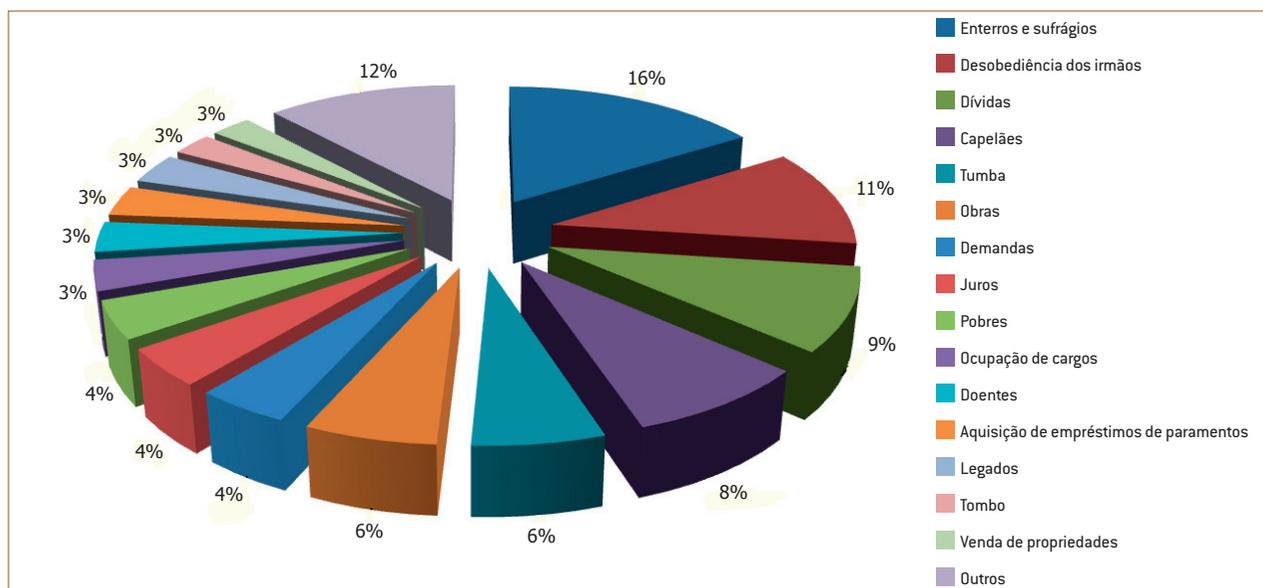
105 ASCMPL, *Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1618. Capítulos reformados de 1631*, pp. 56-56v., 59, 64v.

para se justificarem, podendo este órgão puni-los, se as razões aduzidas não fossem consideradas ponderosas^[106]. Pela importância que assumia, esta foi uma das resoluções colocadas no livro do compromisso^[107]. Em 1741 reiterou-se a mesma decisão sobre as ausências a estas reuniões, fazendo acreditar que as faltas se tornaram num mal endêmico.

Não se pense, todavia, que esta era uma particularidade desta confraria. Em muitas outras, as eleições

também não atraíam os confrades, sendo muito poucos os votantes. O afastamento dos irmãos, num momento tão importante como era o das eleições, é demonstrativo do desinteresse instalado, talvez por já preverem o seu desfecho. A rotatividade era muito pequena e quando acontecia fazia-se apenas entre um punhado de homens, que passavam da Misericórdia para o Definitório e vice-versa ou faziam tirocínio apenas num destes órgãos.

Gráfico 3. Assuntos debatidos nas sessões da Assembleia de irmãos (1616-1799)



Fonte: Livro dos cabidos gerais desta santa caza da misericordia da villa de Ponte de Lima 1613-1642, n.º 1; Livro dos cabidos geraes que comessa este ano 1641-1764, n.º 2; Livro dos cabidos gerais 1764-1824, n.º 3.

106 ASCMPL, Livro dos cabidos geraes que comessa este ano 1641-1764, n.º 2, fl. 106.

107 ASCMPL, Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1618. Capítulos reformados de 1631, p. 64v.

Os assuntos tratados nestas Assembleias foram variados. Para além dos específicos que ditavam a sua convocatória, como já verificámos, procissão de quinta-feira das Endoenças, eleições da Mesa, eleições do Definitório e procissão à força, outras matérias foram discutidas.

A análise do gráfico 3 permite constatar a importância dos enterros e dos sufrágios na confraria. Estes assuntos assumiram relevância em função do papel que a morte tinha na vida dos homens e da necessidade que todos tinham também de salvar a sua alma.

As desobediências dos irmãos ocuparam igualmente um lugar muito relevante nestas reuniões e, não raras vezes, estiveram relacionadas com os enterros. As faltas a estas cerimónias, mas também a não comparência nas procissões e nos peditórios causavam mal-estar na instituição e deram origem a processos que nem sempre acabaram bem. Quando não se explicavam as razões das ausências ou elas não eram consideradas válidas, a expulsão era o caminho seguido, em caso de reincidência.

Na segunda metade do século XVIII, as dívidas assumiram um papel muito relevante na instituição. A carência de pagamento de foros, rendas e pensões, mas também o incumprimento conhecido no setor dos juros foram analisados por toda a irmandade e tomadas medidas no sentido de minorar os seus efeitos.

No século XVIII o problema da desvalorização da moeda e do conseqüente aumento da inflação, a que se juntou uma desatualização dos salários pagos, levou os capelães a solicitarem, por várias vezes, o aumento do

pagamento das missas. Como nem sempre podia satisfazer a reivindicação dos sacerdotes, a Misericórdia assistiu à rutura dos contratos e conseqüentemente a capelas vazias. A não existência de quem quisesse celebrar as missas pelo preço que a Santa Casa oferecia foi responsável por muitas capelas vagas e pelo desprestígio da instituição¹⁰⁸.

Ainda relacionado com o setor religioso e com a morte, assistimos a várias sessões onde a circulação da tumba e o preço a pagar foram debatidos. Eram questões centrais, devido à importância que tinham numa instituição em que o seu património foi construído com base nos legados recebidos.

Quando era necessário realizar obras de monta, a Mesa auscultava toda a irmandade, corresponsabilizando todos pela decisão tomada. Como envolviam despesas avultadas, a deliberação devia ser alargada para prevenir futuras críticas, mas também para mobilizar ajudas.

Se no século XVII a instituição evitou o recurso à Justiça, preferindo chegar a acordo com a parte beligerante, na centúria seguinte alterou de procedimento e sempre que considerou necessário recorreu às instâncias judiciais. Controvérsias com o pagamento de rendas, de juros e com legados fizeram com que a confraria recorresse a assessores jurídicos para a defenderem.

Também os problemas com o dinheiro que andava a juros se avolumaram no século XVIII, quando as populações se endividaram mais e não puderam honrar os compromissos assumidos. O perdão total ou parcial dos juros e os procedimentos a adotar com os solicitantes

108 A propósito das capelas vagas no mundo católico, leia-se González Lopo, Domingo, *Los comportamientos religiosos en la Galicia del Barroco*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 2002, p. 599.

de empréstimos foram analisados em várias sessões, principalmente na segunda metade da centúria^[109]. À medida que a segunda metade do século XVIII avançou, avolumaram-se as questões financeiras e, à semelhança de outras congéneres, os rendimentos tornaram-se cada vez mais diminutos^[110].

A ocupação de cargos, os legados, o empréstimo de paramentos, a redação do tombo, os doentes, os pobres, e a venda de propriedades inscreveram-se ainda na agenda destas sessões.

A questão do empréstimo de paramentos foi assunto muito sensível em todas as confrarias. Em Ponte de Lima, era corrente as irmandades servirem-se umas das outras para aceder a paramentos nas ocasiões de festa. Na Matriz, as mais modestas solicitavam emprestados às mais poderosas cortinas e paramentos, de forma a abrihantar as suas cerimónias mais importantes. A colabora-

ção contribuía para engrandecer o templo onde estavam sediadas e deslumbrar os fiéis nos momentos festivos.

Quando não foi possível celebrar as missas por falta de sacerdotes, procuraram-se outros religiosos fora da localidade, mandaram-se celebrar a conventos e mesmo a Espanha^[111].

Em “outros” integramos assuntos relacionados com os presos, arquivo, peditórios, gafaria, cobrança de rendas, provimento de órfãs e pobres beneficiados com o legado de D. Francisco de Lima, isto é, várias matérias que preocupavam os irmãos.

Como se constata, foram os legados, a morte, a celebração de sufrágios, os capelães e as desobediências dos irmãos que mais preocuparam a Mesa, fazendo com que estes assuntos estivessem presentes na Assembleia de irmãos, muito embora as matérias tratadas nela fossem muito mais diversificadas.

109 Sobre o empréstimo de dinheiro a juros, leia-se Amorim, Inês, “Património e crédito: Misericórdia e carmelitas de Aveiro (séculos XVII e XVIII)”, in *Análise Social*, vol. XLI (180), 2006, pp. 706-709; Monteiro, Nuno Gonçalo, *O crepúsculo dos Grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, 2.ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003, pp. 369-409.

110 Confira-se Lopes, Maria Antónia; Paiva, José Pedro, “Introdução”, in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 7..., 2008, p. 18.

111 A Misericórdia de Ponte da Barca mandou celebrar missas à Galiza. Leia-se Pereira, Maria das Dores Sousa, *Entre ricos e pobres: a actuação da Santa Casa da Misericórdia da Ponte da Barca (1630-1800)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca, 2008, p. 242. Todavia, esta não foi a única Santa Casa a recorrer a esta estratégia. Também a de Abrantes decidiu na segunda metade do século XVIII entregar essa responsabilidade a clérigos espanhóis. Confira-se Salgueiro, Emílio, “A Misericórdia de Abrantes: o hospital do Salvador”, in *Boletim de Assistência Social*, n.ºs 17-19, 1944, p. 214.

5. As elites e o exercício do mando

Conhecedoras da importância de gerir uma instituição tão poderosa como a Misericórdia, as famílias interessadas neste palco de atuação geriam com cuidado os seus homens de modo a colocar cada um no lugar mais adequado. Assim, uns foram mais talhados para serem eleitores, outros para mesários e outros para definidores. Apesar de esta ter sido a estratégia, muitos homens serviram neste “tripé de poder”, embora o mais comum fosse terem sido mesários e definidores, ou eleitores e mesários.

Esta estratégia está presente nos dois grupos de irmãos, provando ser desta forma que as elites locais entendiam o exercício do mando na confraria mais importante da terra e numa das instituições mais poderosas em termos locais. Por estas confrarias passavam muitas formas de poder: social, político, económico, administrativo, religioso e simbólico. Enfim, tornavam-se barómetros dos equilíbrios sociais, mas também de uma realidade mais complexa que envolvia outras dimensões. A análise que fazemos integra a instituição numa realidade alargada, que é o seu meio de inserção.

A presença das famílias Marinho Pereira, Abreu de Lima e Souto Maior foram já estudadas e demonstram,

não apenas a sua permanência na Santa Casa ao longo de toda a Idade Moderna, mas também as redes de parentesco existentes. Por outro lado, elas não estão apenas na Misericórdia como objetos singulares; por elas passaram muitas outras, parentes entre si, que alargaram o leque de poder de vários ramos familiares. Desejamos agora ampliar este estudo a outras redes de parentesco, sem pretendermos todavia ser exaustivos na nossa análise.

A estratégia de quem desejava exercitar o mando na confraria era controlar os eleitores. Por isso, algumas famílias moveram as suas influências para criteriosamente colocarem vários dos seus homens neste lugar, reservando-os quase exclusivamente para eleitores e levando-os a passar uma parte da sua vida confraternal a servir a instituição, principalmente neste cargo. O abade Manuel Bravo de Távora foi sete anos eleitor, entre 1677 e 1702, ocupando mais três anos a Mesa e dois mandatos no Definitório. Foram mais raros os casos em que o mesmo irmão foi eleitor, mesário e definidor. Quando esta situação aconteceu, só foram eleitores no máximo três vezes, mas o mais frequente era serem um ou dois mandatos. Nestes casos, o percurso era marcado pela integração da Mesa ou do Definitório^[112].

112 O licenciado André Pereira Pinto foi oito anos eleitor, entre 1714 e 1751. Ocupou a Mesa e o Definitório, mas a sua presença nos lugares importantes da Santa Casa fez-se enquanto eleitor.

Apesar de o compromisso não o permitir, vários irmãos foram eleitores e mesários no mesmo ano, como aconteceu, por exemplo, com o Dr. Lucas de Aguiar e Calheiros, eleitor e mesário em 1738, João Francisco de Abreu, irmão oficial em 1741, sendo eleitor e definidor em 1740, e Miguel Vaz Torres, também mecânico, eleitor e definidor em 1755. Muitos outros casos podiam ser mencionados, mas deve também referir-se que na segunda metade de Setecentos esta realidade abrandou, numa altura em que a confraria deixou de ser tão procurada e menos interessante em termos de governação.

Os confrades que mais vezes ocuparam os lugares de eleitores nunca chegaram a provedores ou escrivães. Normalmente, ficavam-se por mordomos ou subiam ao Definitório, mas não acediam ao topo do poder. Também é verdade que raramente os provedores eram eleitores, ou seja, só os eleitores tinham o poder de decidir quem eram os provedores e os escrivães, pois os que exerciam estes cargos não se davam a essa tarefa. Os provedores eram homens de um nível superior que raramente eram eleitores. Se o chegaram a ser, a experiência ocorreu no início da ocupação de cargos e não se voltou a repetir.

Houve também irmãos que nunca foram eleitores. Provavelmente, o seu perfil talhava-os para outros lugares, como aconteceu com João Coelho, alfaiate, que serviu a irmandade apenas como mesário e definidor entre 1646 e 1670, e com o Dr. Diogo Pereira Forjas Coutinho,

que depois de ter entrado para a Misericórdia, em 1770, foi eleito nesse ano para a provedoria, servindo posteriormente apenas no Definitório ao longo de seis anos.

A estratégia repetia-se, quer para ocupar os lugares da Mesa, quer para os do Definitório. As famílias mais poderosas cuidaram em manter no principal órgão de poder da Santa Casa os seus elementos com perfil mais adequado. A presença de vários familiares ao longo de gerações na Mesa e no Definitório prova a “sucessão” existente, mas também o entendimento que se tinha da instituição^[113]. A Misericórdia reproduzia cumplicidades e laços de parentesco, disponibilizando muitas vantagens para quem a servia^[114]. A instituição era vista por muitos como um trampolim para outros patamares de poder ou ainda como corolário de uma carreira, para alguns.

Depois de eleitos, os eleitores, escolhiam os mesários de acordo com as suas preferências, perpetuando nos cargos muitos dos irmãos^[115]. Quando interessava, escolhia-se mais do que um familiar para a mesma Mesa, o que significava um poder reforçado. Esta realidade está presente nos dois grupos de irmãos, demonstrando não apenas cumplicidades familiares, mas também alianças de poder. Uma outra particularidade existente no grupo dos irmãos oficiais está associada à presença de elementos da mesma profissão, formando como que um grupo de força no interior dos mesários. Na Mesa de 1624, 66,6% dos irmãos de segunda condição eram sapatei-

113 Para a Santa Casa de Arcos de Valdevez, leia-se Ramos, Maria Odete Neto, *A gestão dos bens dos mortos na Misericórdia dos Arcos de Valdevez...*, pp. 149-158.

114 Consulte-se para este assunto Elias, Luís Filipe da Cruz Quaresma, *A Misericórdia de Coimbra. os Irmãos, as suas práticas e a intervenção régia (1749-1784)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006, pp. 30-40, dissert. de Mestrado policopiada.

115 Esta realidade foi visível em muitas Misericórdias. Para a de Coimbra leia-se Coelho, Pedro Alexandre Brandão, *A Santa Casa da Misericórdia de Coimbra 1500-1700 (poder e caridade)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, pp. 60-61, dissert. de Mestrado policopiada.

ros; em 1656, representavam 50% e os armeiros 33%. Infelizmente a falta de informação sobre todas as suas profissões não nos permite conhecer melhor o perfil dos irmãos mecânicos, assim como impede de estudar para todos os anos a presença de irmãos da mesma profissão a exercer em simultâneo; todavia, verificámos que os sapateiros estavam muito presentes.

Vários confrades serviram somente na Mesa, como se verificou com Jacinto de Magalhães e Lançóis Barreto, irmão nobre, mesário durante cinco anos. Outros ocuparam maioritariamente lugares na Mesa, como Pedro Barbosa Pereira, que foi oito anos mesário, passando por todos os lugares deste órgão: um ano provedor, dois escrivão, dois procurador e três mordomo. Foi ainda definidor durante cinco anos e um ano eleitor. A sua carreira nestes lugares ocorreu entre 1644 e 1689.

O percurso de Domingos Rodrigues de Sequeiros, sapateiro, foi quase exclusivamente dedicado à Mesa. Entre 1680 e 1726 foi oito anos mesário, cinco eleitor e um definidor. Quase sempre os irmãos que serviam na Mesa passavam também pelos lugares de eleitores.

Vários confrades, quando deixavam de integrar a Mesa e transitavam para o Definitório, cuidavam de introduzir no órgão gestor os seus filhos ou outros familiares, garantindo a presença da família no círculo de maior poder. Fernão Pereira Rego ocupou o Definitório em 1667, mas já seu irmão tinha pertencido a este órgão no ano anterior. Em 1670 e em 1682 António Pereira Rego, filho de Fernão Pereira Rego, exerceu um dos lugares da Mesa, onde se manteve em 1674. No ano seguinte e em 1678, 1683, 1684, 1685, 1686, 1689, 1690, 1691, 1693 e

1697 manteve-se no Definitório. Este irmão nasceu em 1628, foi militar e autor de um tratado sobre equitação e alveitaria, publicado em 1693^[116].

Foi, contudo, no Definitório que se notou uma maior especialização. Vários homens dedicaram-se a este órgão praticamente em exclusividade, não conhecendo outros lugares ou passando pela Mesa durante poucos anos.

O irmão nobre Lourenço Pereira de Távora ocupou lugares de relevo na confraria entre 1687 e 1714. Iniciou a sua carreira no mando da Santa Casa pelo Definitório, onde se manteve de 1687 até 1704, apenas com um ano de interrupção para ser mesário. Largou o Definitório para exercer a provedoria, regressando novamente a definidor em 1706, onde permaneceu até 1714. Foi ainda eleitor em 1690, 1694, 1699, 1702, 1708. Apesar de ter percorrido todos os órgãos do mando, foi no Definitório que fez carreira, demonstrando ser visto pelos seus colegas como irmão com competências para este desempenho.

Os irmãos oficiais seguiam os mesmos passos e alguns foram apenas definidores na carreira confraternal. Os casos de Francisco Rodrigues Mota, serralheiro, que ocupou somente o Definitório, entre 1617 e 1636, e do alfaiate Manuel Fernandes, que também se dedicou somente ao mesmo órgão entre 1618 e 1643, demonstram que alguns homens não serviram noutros lugares senão neste órgão. O seu perfil e alguma “especialização” que adquiriam com a sua presença faziam deles os mais aptos para ocuparem um órgão tão prestigiado.

Mas, se algumas famílias se mantiveram ao longo deste período estudado ligadas ao exercício do mando na Santa Casa, também há as que por razões imperce-

116 Para alguns dos seus aspetos biográficos leia-se Abreu, João Gomes d', "António Pereira Rego", in Abreu, João Gomes d', (coord.), *Figuras Limianas*, Ponte de Lima, Município de Ponte de Lima, 2008, pp. 98-99.

tíveis a tivessem deixado a partir de certo momento. A família Varajão destacou alguns dos seus homens para a Misericórdia durante o século XVII, contudo a partir de 1708 desapareceu da instituição sem deixar rasto. O núcleo familiar de maior condição foi constituído por Osvaldo Varajão, Francisco de Varajão Brandão, padre Baltasar de Araújo Varajão Pereira, Bartolomeu de Araújo Varajão e João de Varajão Brandão. Os homens que mais tempo dedicaram à confraria foram o padre Bartolomeu de Araújo Varajão e Francisco de Varajão Brandão. O primeiro manteve-se em funções entre 1628 e 1644 de forma quase contínua, pois apenas em 1631 e 1643 não teve nenhum cargo. Foi mesário durante quatro anos e definidor todos os restantes. Em 1631 Francisco de Varajão Brandão foi eleito pela primeira vez mesário, cargo que exerceu mais seis vezes. No Definitório passou mais seis anos. Manteve-se no poder entre 1631 e 1671. Foi rendido nos órgãos do poder pelo seu filho Francisco de Varajão Brandão, que ocupou um lugar na Mesa em 1698, 1702 e 1705. As passagens pela Mesa do padre Baltasar de Araújo Varajão Pereira em 1659 e 1663 e de Osvaldo Varajão em 1626 parecem demonstrar menos apetência para estas tarefas.

Na tentativa de percebermos melhor as opções desta família pelos cargos de poder, analisamos a sua presença na Câmara, de onde também desapareceu a partir de 1717.

À semelhança dos grupos familiares mais poderosos, a família Varajão ocupou as vereações. Bartolomeu Álvares Varajão foi vereador em 1625 e 1639. Já Francisco de Varajão Brandão desempenhou igual função em 1661, 1668 e 1691. Francisco de Varajão foi ainda almoxarife em 1687. O próximo Varajão vereador foi João de Varajão Brandão, eleito em 1697, 1707 e 1717. Em 1710 a eleição para este lugar recaiu em Francisco de Varajão Brandão. A partir de 1717 esta família deixou o desempenho dos cargos camarários.

O desaparecimento desta família da Misericórdia não pode deixar de causar alguma perplexidade. Que motivos a afastariam? Mudança de estratégia? Desinteresse? Afastamento temporário da terra? Perguntas que deixamos sem resposta e a necessitarem de outros desenvolvimentos e do cruzamento de mais fontes que este trabalho não possibilita.

6. Os rostos do poder: o exercício da provedoria

Abeirarmo-nos de alguns dos homens que exerceram a provedoria na Misericórdia de Ponte de Lima ao longo da Idade Moderna é o que nos propomos fazer através do estudo de dois casos. É sabido que durante a Idade Moderna estas confrarias foram geridas por homens titulados ou, na sua ausência, por membros da fidalguia local, rodando este cargo pelos elementos mais ilustres de algumas famílias, muitas vezes com laços estreitos entre si^[117]. Estes governantes tinham também em comum o facto de pertencerem a uma instituição de poder, independentemente das relações pessoais que os uniam. Através do seu estudo é possível aceder às dinâmicas de poder internas, mas também à forma como a instituição se relacionava com os grupos de poder exteriores.

Enquanto governantes e durante os seus mandatos, estes homens transformavam-se nos rostos do poder de

uma instituição em que ricos e pobres repousavam o seu olhar, embora por razões muito diferentes. Enquanto entre os primeiros havia quem espreitasse a oportunidade de exercer o poder e desenvolvesse estratégias para o conseguir preservar, entre os segundos aguardava-se proteção, compreensão e ajuda. Apesar de estes dois patamares de análise sugerirem ser diametralmente opostos e com objetivos muito distantes, na verdade nem sempre assim acontecia. Como recentemente se tem demonstrado, alguns homens nobres exerciam o poder nestas instituições e simultaneamente recebiam delas esmolas^[118].

Embora hoje se conheçam melhor as elites que desempenharam o poder nestas instituições para o período em estudo, faltam trabalhos prosopográficos sobre pelo menos alguns dos seus homens. São mui-

117 Para Montemor-o-Novo confira-se Fonseca, Teresa, “A Misericórdia de Montemor-o-Novo no Antigo Regime, uma breve caracterização”, in Fonseca, Jorge (coord.), *A Misericórdia de Montemor-o-Novo. História e Património...*, p. 55.

118 Para o caso da Misericórdia de Évora leia-se Pardal, Rute, *Práticas de caridade e assistência em Évora (1650-1750)*, Évora, Universidade de Évora, 2013, pp. 221-254, tese de Doutoramento policopiada.

tos raros os casos conhecidos^[119], embora o seu estudo possa clarificar os rostos da governação, dando realce às características pessoais de liderança que ditaram a escolha de alguns destes homens para a provedoria logo que chegaram à instituição, mas também às suas relações pessoais e institucionais, às dinâmicas que implementaram, aos interesses individuais e até familiares. Eram pessoas de reconhecida notoriedade na terra e, por vezes, fora dela, com muito prestígio, capacidade financeira e tempo para dedicar à vida confraternal. Nem todos os provedores eleitos dispunham do tempo suficiente para se dedicarem à instituição, mas a escolha previa a sua substituição por outros irmãos, nomeadamente pelo escrivão, como determinava o compromisso, garantindo o funcionamento da Santa Casa.

Na eleição dos provedores nesta Misericórdia pesavam o título nobiliárquico, o poder familiar e pessoal, o prestígio e a capacidade financeira, quase sempre associada à posse de terras. Estes irmãos eram considerados poderosos porque detinham a posse de propriedades rústicas, à semelhança, aliás, do que se passava em outros contextos europeus^[120]. Alguns acumulavam experiência de governação em setores importantes como o Exército, principalmente no período de conflitos bélicos, como foi o caso da guerra da Restauração. Pesaram ainda as redes familiares de poder instaladas na Misericórdia, que

garantiam o acesso ao cargo e fortaleciam o seu mandato com apoios de outros familiares e amigos. Vários deles tinham também laços de sangue com outros provedores, por serem filhos, irmãos, netos, primos ou tios de antigos provedores^[121].

A presença da fidalguia neste lugar foi notória ao longo de todo o período estudado, apenas interrompida de vez em quando por algum membro do clero. A força de nobreza local, residente, como já mencionámos, nos seus solares rurais, era grande. Esta nobreza ocupava-se também nas armas, capitalizando muito poder. Encontrava, naturalmente, na Misericórdia mais um setor de afirmação e de complementaridade do seu prestígio. A Santa Casa oferecia um vasto campo de intervenção social, disponibilizando um conjunto de serviços e bens que contribuía para reforçar o poder dos nobres.

Apesar de o compromisso de 1618 impor a idade mínima de 40 anos para ocupar a provedoria, frei Lopo Pereira de Lima exerceu-a em 1645, com 31 anos. Provavelmente, a sua ascensão ao lugar mais importante da confraria nessa data está relacionada com o facto de nesse ano ter deixado de ser Governador da praça de Salvaterra, data em que foi entregue a André da Costa de Alcamy e a seu irmão frei Diogo de Melo Pereira, mestre de campo e Governador das Armas do Minho^[122].

119 Para a Misericórdia de Coimbra leia-se Lopes, Maria Antónia, “Provedores e escrivães da Misericórdia de Coimbra de 1700 a 1910. Elites e Fontes de Poder”, in *Revista Portuguesa de História*, (2.º), 2002/2003, pp. 203-274.

120 Para as elites da Estremadura espanhola consulte-se Pereira Iglesias, José Luís, “Las oligarquías Extremeñas en el Antiguo Régimen”, in *Les élites locales et l’État dans l’Espagne Moderne XVIe-XIXe siècles*, Paris, CNRS Éditions, 1993, p. 80.

121 Esta circunstância está já estudada para outras congéneres, de que a de Pombal é um exemplo. Leia-se Oliveira, Ricardo Pessa de, *História da Santa Casa da Misericórdia de Pombal (1628-1910)*, Pombal, Santa Casa da Misericórdia de Pombal, 2016, pp. 77-78.

122 Leia-se Abreu, João Gomes d’, “Frei Lopo Pereira de Lima”, in Abreu, João Gomes d’ (coord.), *Figuras Limianas...*, p. 88.

Frei Lopo Pereira de Lima era fidalgo da Casa Real, cavaleiro da Ordem de Malta e comendador da Ordem de Santa Maria. Militar na Guerra da Restauração, terá sido o prestígio aí alcançado que o catapultou para a provedoria da Misericórdia, em 1645. Passados dois anos, foi definidor e em 1670 voltou a ocupar a provedoria. A sua passagem pelos lugares do mando da confraria foi rápida e muito prestigiante. Filho de Fernão da Silva Pereira, administrador do primeiro Morgadio de Bertandos, e de D. Leonor de Melo, Frei Lopo da Silva nasceu em Bertandos e foi batizado em dezembro de 1614. Morreu em 1681.

Vários irmãos nobres que ocuparam os principais cargos da governação da Santa Casa eram membros da Ordem de Cristo, o que significava usufruir de um importante poder. Quem possuía esta “categoria” gozava do estatuto de nobre e de um enorme capital “simbólico”^[123]. Tinha ainda certificada a sua condição de cristão-velho. Captar homens desta categoria para a servir significava ser muito estimada e constituir um polo de atração dos “melhores”. Militar debaixo da bandeira da Misericórdia era meio caminho para reforçar o seu prestígio com a prática das obras de misericórdia, mas também gerir importantes recursos. As Santas Casas tinham muito para oferecer em termos terrenos, mas acreditava-se que também no campo espiritual. Acedia-se ainda a significativas redes de poder e criavam-se clientelas que reforçavam o poder existente.

Já a presença de outros irmãos foi mais prolongada. O abade Manuel da Guia, pelas suas múltiplas tarefas desempenhadas no universo confraternal da vila alto-

-minhota, mas principalmente pelos cargos que ocupou na Santa Casa, merece destaque.

Foi através do seu testamento que conhecemos melhor este sacerdote, acercando-nos das suas preocupações quando preparava a morte. Lavrou esta escritura em maio de 1675, onde estabeleceu legados para cumprir, e mais tarde, em 1683, um codicilo, revogando o anterior documento e estabelecendo novas cláusulas para as suas últimas vontades.

O abade Manuel da Guia serviu a Santa Casa entre 1656 e 1680, ocupando quase todos os lugares que existiam. Apesar do esforço feito para conseguirmos saber a data do seu nascimento e os seus progenitores, infelizmente a documentação existente não permite apurar estes dados. Conhecemos, no entanto, uma sua familiar chamada Ana Maria da Guia, beneficiada no seu testamento. Foi criado por D. Maria da Nazaré, religiosa professa do convento de Vale de Pereiras, instituição situada perto de Ponte de Lima, que o tratou como seu filho. Segundo palavras do próprio, a religiosa nutria por ele “tanto amor [...] [que lhe fazia] continuamente favores e merces”. No seu testamento recordou-a e deixou-lhe géneros alimentares. Na época em que lavrou esse documento, tinha muitas propriedades: a quinta da Carvoeira, da freguesia de Calheiros, e muitos outros bens imóveis, nomeadamente campos, espalhados por várias paróquias do concelho, mas também património móvel. A sua residência estava recheada de boa roupa pessoal e de casa e de muita baixela. Era ainda possuidor de muitas peças de metais preciosos, nomeadamente de ouro e prata, e de algumas imagens religiosas. Vivia na compa-

123 Consulte-se para este assunto Olival, Fernanda, *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisboa, Estar Editora, 2001, p. 52.

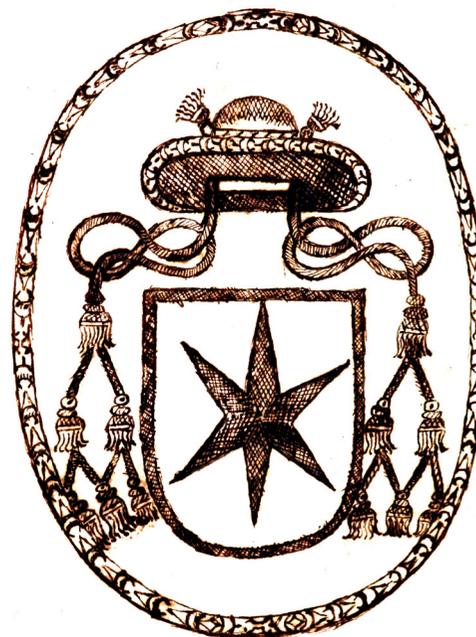
nhia de uma criada e de vários criados. Recordou-os no seu testamento e encomendou ao seu testamenteiro que recebesse a criada e tratasse dela após a sua morte. Esta serviçal ocupar-se-ia da manutenção da casa, da limpeza e da cozinha. Deixá-la integrada numa outra casa era protegê-la e garantir-lhe o futuro, o que configura uma relação próxima e afetiva. A estes seus serviçais deixou roupa pessoal e de casa^[124]. Com este gesto, o sacerdote reconhecia a obediência, a dedicação e a lealdade dos seus criados, preocupando-se em favorecê-los no seu testamento^[125].

Quando foi elaborado o rol dos seus bens de ouro, prata, cobre e estanho, considerou-se que a sua herança era “couza muito grande”^[126].

Nos objetos de prata e estanho deixados estavam impressas as suas armas, personalizando e vincando a sua identidade, mas também o seu poder simbólico. Constituíam uma forma de ostentação de poder muito valorizada na época. Um prato para deitar água quando lavasse as mãos, um jarro, salvas, uma bandeja, um púcaro, um saleiro e uma caldeira ostentavam as suas armas.

Mas os bens de prata que tinha eram em número muito mais elevado e integravam pratos, talheres, uma campainha, vários púcaros, medalhas, pires, tesouras, várias salvas, castiçais, copos, etc. Estes objetos ser-

Figura 1. Brasão de armas do abade Manuel da Guia



Fonte: ASCMPL, *Livro do inventario do Abbade do Barrio, o Reverendo Manoel da Guia*, n.º 38B.

viam-no no dia-a-dia e alguns deles foram comprados fora de Ponte de Lima^[127].

124 Para este assunto consulte-se Sarti, Raffaella, *Casa e família. Habitar, comer e vestir na Europa Moderna*, Lisboa, Ed. Estampa, 2001, pp. 203-206.

125 Leia-se a propósito García Cárcamo, Juan A., “Viviendo com el patrón: los trabajadores del servicio doméstico en Vizcaya, (1700-1900)”, in Castillo, Santiago (coord.), *El trabajo a través de la historia: actas del II.º Congreso de la Asociación de Historia Social*, Madrid, S. e., 1996, p. 300.

126 ASCMPL, Documento n.º 54, não paginado. Parte do documento não está paginado.

127 ASCMPL, *Livro do inventario do Abbade do Barrio, o Reverendo Manoel da Guia*, n.º 38B, fls. 36-422. A bacia de barbear foi adquirida na cidade do Porto.

Na cozinha da sua casa, os objetos eram de cobre e estanho: caldeiras, cântaros, tigelas, fruteiras, bacias, candeeiros e castiçais eram de cobre. Em estanho possuía pratos, jarros, tigelas e galhetas. Alguns destes objetos em estanho tinham também inscritas as suas armas.

A existência de várias dezenas de pratos grandes lisos, de estanho, sugere a presença de vários comensais em sua casa, pelo menos em algumas ocasiões festivas.

Possuía ainda um alambique, onde eram usados dois caldeirões de cobre e uma caldeira do mesmo metal.

O seu estatuto de homem rico e reputado socialmente levava-o a barbear-se numa bacia de prata e a lavar os pés numa outra do mesmo metal, objetos existentes apenas nas residências mais economicamente avantajadas.

Possuía objetos de escrita: penas e tinteiros. Estes últimos eram de estanho e tinham várias funcionalidades: um era para a tinta, outro para a areia, e outro “das obreas”.

Na hora da morte era credor de muita gente a quem tinha emprestado dinheiro a juro. Gente da sua aldeia natal, de Ponte de Lima e das freguesias deste concelho.

O codicilo que lavrou em finais de novembro de 1683 na sua casa de Bário já não foi por si assinado, pois tinha as “maos tremulas e não podia asinar”. Foi substituído pelo padre João de Magalhães, da vila de Ponte de Lima, que o fez a seu rogo.

Como mencionámos, viveu numa casa recheada de boa mobília, a avaliar pelas peças citadas no seu testamento, bem como de objetos de ouro, prata e estanho, que deixou a amigos da nobreza local, a afilhados e a outros conhecidos. Era ainda dono de pano de linho, bem muito importante na época, por se tratar de

um bom tecido. Como tinha vários assuntos pendentes, organizou um pequeno arquivo, onde constavam os seus bens e a sua rentabilidade. Possuía um livro para assento dos objetos de ouro e prata.

A sua carreira na Misericórdia começou em 1656, quando entrou para a Mesa, e a ela regressará em 1660, 1670 e 1677, este último ano para exercer a provedoria. Seguidamente, esteve no Definitório em 1668, 1669, 1671, 1675 e entre 1678 e 1680. Foi ainda eleitor em 1666, 1672, 1674 e 1679. Manteve-se durante mais de vinte anos quase ininterruptamente a exercer o poder na Santa Casa.

A partir de 1680, o abade Manuel da Guia, provavelmente devido à sua idade, deixou de exercer cargos, falecendo passados três anos. Natural de Bário, o abade regressou à sua terra natal como sacerdote, paroquiando-a durante mais de vinte anos, tendo sido “encaminhado” para este lugar pelo visconde D. Diogo de Lima, a quem o sacerdote devia “grandes honras e mercês”. A ligação ao visconde devia ser estreita, não apenas por ter sido seu procurador, mas também pela forma como este o tratava e dele se servia para o representar. Era, portanto, um homem da sua confiança e depositário de muita documentação pertencente ao visconde.

Quando foi provedor, em 1677, era procurador do visconde de Vila Nova de Cerveira. O desempenho deste cargo terá contribuído para ascender à provedoria na Santa Casa. A sua ligação a este membro da mais alta nobreza portuguesa evidenciou-se também quando o substituiu como padrinho no batizado de Jacinto, filho de António Moreira e Domingas de Sousa, em agosto de 1663^[128].

128 Arquivo Distrital de Viana do Castelo (doravante ADVC), Fundo Paroquial, *Livro de assentos de baptismo de Santa Maria dos Anjos 1657-1678*, cota 3. 15. 1.4, fl. 25.

Em Ponte de Lima, para além de irmão da Misericórdia, onde foi também seu capelão-mor, integrou ainda a Ordem Terceira de São Francisco e foi irmão da confraria do Espírito Santo^[129]. Admitimos que tenha integrado outras associações religiosas, mas infelizmente não conseguimos apurar essa informação. O facto de ser capelão da Santa Casa prova que o compromisso não era respeitado em Ponte de Lima, como acontecia em outras congéneres, onde também se admitiam irmãos como assalariados^[130].

A sua presença na confraria do Espírito Santo abriu-lhe mais um patamar de poder. Ingressou nesta instituição no último dia de dezembro de 1638, quando era juiz o abade João Gomes Bezerra, tendo na ocasião prometido guardar os seus estatutos^[131]. Após a entrada, ocupou todos os lugares disponíveis nesta confraria. Em maio de 1657 foi eleito juiz, assim como em 1658^[132]. Em 1650 foi mesário, ocupando o lugar de procurador. Para além de juiz foi também escrivão em 1642, lugar que parece só ter desempenhado um ano^[133]. Em 1660 foi novamente mesário e no ano seguinte passou para a Junta^[134]. Porém,

foi enquanto deputado que se manteve mais ativo na instituição. Desempenhou este lugar em 1653, 1659, 1660, 1661, 1670, 1671, 1673, 1675 e 1676, demonstrando um perfil adequado para este desempenho^[135]. Não deixa de ser interessante verificar ter sido a partir do momento em que se tornou conselheiro na confraria do Espírito Santo que desempenhou os mais altos cargos na Misericórdia. Embora se mantivesse repartido pelas duas instituições, estava mais disponível para a Santa Casa, uma vez que o lugar de conselheiro não o ocupava demasiado.

A sua carreira na confraria do Espírito Santo terá servido também para aceder ao poder na Misericórdia, pois só após ter ocupado os mais altos lugares naquela instituição ingressou nos postos de maior prestígio na Santa Casa.

Como se comprova, o sacerdote era um homem com muita influência na confraria do Espírito Santo, gozava do respeito dos seus pares e ocupou os lugares disponíveis de maior poder. Podemos afirmar que estava bem instalado em algumas das principais confrarias da vila, cumprindo nelas cargos de grande prestígio e poder.

129 Sobre as sociabilidades dos membros do clero veja-se Puigvert I Solà, Joaquim M., “Los párrocos y las redes de sociabilidad parroquial en el mundo rural de la Cataluña Moderna. Historiografía e Historia”, in *Obradoiro de Historia Moderna*, n.º 22, 2013, pp. 197-204.

130 A título de exemplo veja-se o caso da Misericórdia de Mértola, onde o tesoureiro de 1693-1694 era ao mesmo tempo seu cirurgião. Consulte-se Ferreira, Manuel Gomes Duarte, *A Santa Casa da Misericórdia de Mértola (1674-1834)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008, p. 49, dissert. de Mestrado policopiada.

131 AIL, Fundo da confraria do Espírito Santo, *Livro de entrada de irmãos da confraria do Espírito Santo de Ponte de Lima*, fl. 100v.

132 AIL, Fundo da confraria do Espírito Santo, *Livro dos cabidos e audiências e acordãos da confraria do Espírito Santo 1619-1732*, fls. 39-42v., 121.

133 AIL, Fundo da confraria do Espírito Santo, *Livro dos cabidos e audiências e acordãos...*, fls. 69v.-70.

134 AIL, Fundo da confraria do Espírito Santo, *Livro dos cabidos e audiências e acordãos que se fazem pricipiando aos vinte e tres de Maio se seiscentos e dezanove anos*, fls. 35, 41v., 50, 53v.

135 AIL, Fundo da confraria do Espírito Santo, *Livro dos cabidos e audiências e acordãos...*, fls. 50, 52, 53v., 62, 75, 79, 83v.-84v.; *Livro dos acordãos e da ordenança da confraria do Espírito Santo 1621-1715*, fls. 32v., 43. Arquivo da Irmandade e Casa do Espírito Santo de Ponte de Lima, *Livro de eleições da irmandade do Divino Espírito Santo da matriz da villa de Ponte de Lima 1664-1695*, fls. 27v., 32-33v., 37v., 45-47.

Para além das informações veiculadas, sabemos pouco mais da vida deste sacerdote. Nas confrarias de que fez parte teria estabelecido contactos privilegiados com alguns irmãos e respetivas famílias, mas sabemos também que na sua terra natal manteve algumas relações, embora as fontes não sejam pródigas em informações. Temos conhecimento de que apadrinhou Matias, filho de Fernão Alves e de Maria Domingues, em 1665, quando era abade da freguesia de Bárrio¹³⁶. Em Ponte de Lima acompanhou à pia batismal várias crianças enquanto padrinho e como sacerdote, ministrando-lhes este sacramento. Manuel da Guia foi padrinho de meninos e meninas entre 1651 e 1676, num total de treze crianças, ao mesmo tempo que obteve licença do pároco da Matriz para batizar nove recém-nascidos, demonstrando a sua influência em termos locais¹³⁷. O sacerdote, embora não fosse cura da paróquia de Santa Maria dos Anjos, de Ponte de Lima, era requisitado por vários pais para celebrar o batizado dos seus rebentos, inserindo-os no mundo católico. A consideração de que era digno, mas também o gosto e o prestígio que os pais associavam ao convidá-lo para este ato religioso eram sinais que capitalizavam prestígio para as famílias das crianças e refletiam a influência do sacerdote na vila.

A pertença a várias confrarias em simultâneo foi corrente na Idade Moderna para os que tinham possibilidades, pois exigia algum esforço financeiro para pagar a joia de entrada e, em alguns casos, os anuais.

O abade Manuel da Guia pediu no seu testamento a interceção divina para o aliviar das “suas culpas e pecados”. Foi sua vontade ser levado pela irmandade do Espírito Santo e sepultado na ermida de Nossa Senhora da Guia, da vila, a quem mandou entregar trinta mil réis para pagamento da sepultura, ficando esta obrigada a celebrar uma missa anual com um responso no dia comemorativo do seu falecimento. Deixou como testamentário e universal herdeiro Domingos Velho de Barros, também irmão da Misericórdia, onde foi mesário por três vezes. Após os gastos com a sua morte, metade da sua fortuna ficava para o dito herdeiro, sendo a outra, após o falecimento do referido herdeiro, entregue a alguma confraria ou outra instituição, destinando-a a obras pias. Instituiu várias missas pela sua alma, pela de seus familiares e de outras pessoas, a serem celebradas todos os anos. A confraria do Espírito Santo da vila ficava sua herdeira universal, em caso de o citado herdeiro morrer sem ter procedido ao determinado no testamento. Na sua ação, a referida confraria privilegiaria os pobres da vila, nomeadamente sacerdotes do Espírito Santo. Posteriormente, em novembro de 1683, fez um codicilo, retirando a referida confraria da sua herança “por cauzas que o tempo me mostrou”, referia¹³⁸. Arrepentido, o sacerdote alterou as suas disposições testamentárias, mantendo o seu herdeiro, mas substituindo os padres do Espírito Santo pelo provedor e Mesa da Misericórdia local. Deixou aos mesários do ano em que falecesse o restante ouro que tinha em casa, para ser repartido por eles. Desconhece-

136 ADVC, Fundo Paroquial, *Livro de assentos de baptismo de Barrio 1657-1745*, n.º 167, não paginado.

137 ADVC, Fundo Paroquial, *Livro de assentos de baptismos de Santa Maria dos Anjos 1626-1657*, cota 3.15.1.3, não paginado; *Livro dos assentos de baptismo de Santa Maria dos Anjos 1656-1678*, cota 3.15.1.4, fls. 2v., 10, 11, 20v., 25, 30-30v., 37, 42, 48, 49v., 53, 78, 95.

138 ASCMPL, Documento n.º 54, fl. 21.

mos as razões responsáveis por tão grande mudança, mas teriam sido muito sérias, pois a alteração foi profunda, beneficiando a Santa Casa.

Nessa altura, a sua paróquia ainda não tinha instalado o sacrário para receber o Santíssimo Sacramento, razão que o levou a deixar quarenta mil réis para o efeito, embora tenha inscrito outras dádivas para engrandecer o fervor a este culto.

Repartiu ainda a sua roupa pessoal e de cama por várias pessoas e confrarias. Mas também dinheiro. Perdoou dívidas, deixou benfeitorias para raparigas que se iam casar e dividiu parte dos seus móveis por algumas pessoas conhecidas. À Misericórdia onde serviu deixou trinta varas de linho, do “melhor que tiver”, e determinou ser sepultado na sua igreja, onde possuía uma capela^[139]. Apesar desta vontade, não existem fontes no arquivo da confraria que mencionem o seu funeral. Para o seu hospital deixou travesseiros, lençóis e dois cobertores.

Os pobres da sua aldeia foram também beneficiados com roupa, devendo ser preferidos aos da vila. O legado que deixou à Misericórdia contribuiu para perpetuar a sua memória, pois ordenou que este perdurasse ao longo dos tempos. Instituiu esmolas para pobres, mas o número de providos estava dependente

da verba que sobrava depois do pagamento das missas que mandou celebrar^[140]. Estes deviam ser preferencialmente de Bárrio, sendo a eleição feita entre os de “maior qualidade”, ou seja, os merecedores^[141]. A esmola recaiu em cegos, aleijados, viúvas e órfãs^[142], mas direccionou-se principalmente para mulheres, embora nem sempre tenha sido regular, como era sua vontade. O facto de ser paga com os rendimentos dos bens deixados e de se ter estabelecido como prioridade providenciar o pagamento das missas, nem sempre havia dinheiro para gastar em roupa^[143]. Porém, não esqueceu os pobres residentes na vila, pois deixou mil réis para serem repartidos por eles.

Para se aceder a uma esmola era necessário pedir formalmente. Os interessados dirigiam-se à Mesa e ao provedor através de uma petição, como fizeram as três irmãs Maria Joana, Francisca e Teresa, dizendo ser “tam pobres que não tem nada de seu, e vibem com muita miseria e falta de roupa”, apelando à compaixão dos dirigentes da instituição para serem providas^[144].

O estudo dos irmãos das Misericórdias no desempenho de cargos camarários tem sido feito para algumas destas confrarias e demonstra que esta realidade podia acontecer em simultâneo ou de forma rotativa. Estão

139 ASCMPL, Documento n.º 54, fl. 25.

140 ASCMPL, *Tombo das fazendas da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima 1672-1697*, n.º 89, fl. 286; *Livro para os próprios da capella do Abade Manuel da Guia 1724-1838*, n.º 75, fl. 3.

141 ASCMPL, *Livro para os próprios da capela do abade Manoel da Guia, abade que foi da freguesia de São Miguel de Barrio*, n.º 75, fl. 3.

142 Para Lisboa confira-se Ana Cristina Araújo, *A morte em Lisboa. Atitudes e representações 1700-1830...*, p. 314.

143 Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus...*, p. 627. Veja-se ainda Magalhães, António, “Os assistidos: formas e beneficiários da actuação das misericórdias”, in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 10, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, 2017, p. 121.

144 ASCMPL, Documento avulso.

ainda por analisar a passagem dos homens das Misericórdias por outras confrarias e a ocupação de lugares de poder nessas instituições. O abade Manuel da Guia é um destes casos, embora a nossa análise se centre apenas numa das mais importantes irmandades da vila. A falta de documentação sobre a Ordem Terceira para o período em análise impossibilita-nos de ir mais longe no nosso estudo. Estamos, no entanto, convictos de que este religioso terá pertencido a outras confrarias locais.

Seguir o percurso destes homens ao longo da sua vida confraternal possibilitaria conhecer de maneira mais aprofundada redes de poder local, círculos de sociabilidades e laços construídos ao longo dos anos.

Este sacerdote teve na confraria do Espírito Santo um percurso muito semelhante ao feito na Santa Casa: foi mesário, juiz e conselheiro durante o período em que se manteve no círculo de poder na Misericórdia.

Mas, se a pertença a várias confrarias em simultâneo resultava em benefícios espirituais e temporais para os próprios, podia ser igualmente causadora de atritos e responsável pelo corte total ou parcial de relações entre as instituições envolvidas, normalmente a propósito dos enterros. Esta situação agudizava-se quando ambas as confrarias envolvidas eram possuidoras de tumba, como acontecia com a do Espírito Santo e a Misericórdia de Ponte de Lima.

Em 1666 um atrito surgido entre as duas instituições referidas a propósito de um enterro de um dos seus irmãos, e devido à violência usada pelos confrades da

Misericórdia que não toleraram que este fosse enterrado no esquife da confraria do Espírito Santo, levou a que os irmãos desta associação resolvessem entrar em litígio com a Santa Casa e expulsar os seus confrades que ingressassem na Misericórdia. Acordaram ainda proibir os irmãos sacerdotes de serem enterrados em tumba de irmandade leiga, sob pena de não os beneficiarem com os bens da alma, e retiraram-lhes o direito de voto enquanto se mantinha o diferendo.

A dureza das medidas tomadas pelos confrades do Espírito Santo expressava a ofensa sentida e difundia a mensagem aos seus irmãos relativamente à Misericórdia.

Para saldar as despesas inerentes, os confrades do Espírito Santo estabeleceram no ano seguinte um preçário a pagar por cada categoria de irmãos^[145], envolvendo toda a instituição no esforço financeiro para suportar a contenda^[146].

Durante o período do litígio, o abade Manuel da Guia assumiu um papel mais modesto na Misericórdia, sendo apenas eleitor em 1666; todavia, após a resolução do atrito, envolveu-se ativamente na gestão da Santa Casa. Porém, este não foi o único conflito que os confrades do Espírito Santo conheceram. Litigaram também com o prior da Matriz e com outras instituições religiosas da vila^[147].

As Misericórdias, por serem instituições de poder, mantiveram conflitos com outras instituições locais igualmente poderosas, envolvendo os seus membros em quezílias nem sempre fáceis de dirimir.

145 Era uma instituição de religiosos, mas aceitava também leigos.

146 AIL, Fundo da confraria do Espírito Santo, *Livro dos cabidos e audiencias e acordos que se fazem...*, fls. 58-63.

147 Apesar dos conflitos, após a resolução do problema, reatavam-se as relações e restabelecia-se a concórdia. Veja-se Cardona, Paula Cristina Machado, *O perfil artístico das confrarias em Ponte de Lima na Época Moderna*, Ponte de Lima, Município de Ponte de Lima, 2010, pp. 41-45.

Um outro provedor que destacamos é D. Tomás da Silva Teles. Filho segundo do marquês de Alegrete, Fernando Teles da Silva, e de sua esposa, D. Helena de Noronha, condes de Vila Maior, D. Tomás da Silva Teles nasceu em Lisboa a 4 de março de 1683 e morreu em janeiro de 1762, na cadeia do castelo de São João da Foz, onde foi encarcerado, depois de se ter oposto ao marquês de Pombal. Foi batizado na igreja de Santa Justa da mesma cidade e recebeu como padrinhos os seus tios D. Bernardo de Noronha e a viscondessa de Vila Nova de Cerveira, D. Vitória de Borbon. Inicialmente, foi destinado à vida eclesiástica, tendo estudado em Coimbra Cânones entre 1696 e 1704^[148]. Posteriormente foi cônego na Sé de Évora. Em 1708, D. Tomás assentou praça de soldado no regimento de guarnição de Serpa, de que era coronel seu irmão António Teles da Silva, sendo posteriormente promovido no posto de coronel de infantaria do regimento de Estremoz. Em março de 1710 ascendeu ao posto de brigadeiro e dois anos mais tarde era já sargento-mor. Após ter sido promovido ao posto de brigadeiro, foi nomeado governador do castelo de Vila Viçosa. Pelo desempenho obtido na guerra de Sucessão de Espanha, foi promovido a general de batalha, em 1712.

Entre 1715 e 1719 viajou por várias cortes da Europa, onde foi embaixador: Espanha, Inglaterra, França, Holanda, Áustria e Hungria, mas também onde serviu no exército. Pelo seu percurso foi nomeado em 1735 mes-

tre de campo general, embaixador extraordinário em Madrid e conselheiro de guerra. Em 1750, ascendeu a gentil-homem da câmara de D. José. Foi ainda autor de algumas obras, publicadas com pseudónimo.

Contraiu matrimónio em 1720, com 37 anos de idade, com D. Maria José Xavier de Lima e Hohenlohe, ainda sua familiar, filha do visconde de Vila Nova de Cerveira, casa que integrava os “Grandes” do reino^[149]. D. Maria José Xavier nasceu a 1 de dezembro de 1698 e foi batizada na igreja de S. Lourenço, também na capital. Foi através do casamento que D. Tomás da Silva Teles se tornou no 13.º visconde de Vila Nova de Cerveira. Deste enlace matrimonial resultaram nove nascimentos: sete raparigas e dois rapazes, entre agosto 1721 e junho de 1730. As filhas foram maioritariamente destinadas à vida religiosa, tendo pelo menos ingressado três delas no convento do Sacramento na capital^[150]. Mas D. Helena Xavier e D. Vitória Isabel foram encaminhadas para a corte, onde serviram como damas da rainha D. Mariana Vitória, esposa do monarca D. José. Já o seu filho mais novo, D. Fernando António, foi doutor em Cânones pela Universidade de Coimbra, tendo ingressado em 1747 e saído em 1759^[151]. As filhas que mandou para o convento renunciaram às suas heranças em favor do seu irmão herdeiro, tendo este ficado com a obrigação de lhes dar quarenta mil réis por ano para as suas “necessidades religiosas”^[152].

148 Arquivo da Universidade de Coimbra (doravante AUC), *Índice de alunos da Universidade de Coimbra 1536-1910* PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/T/001566.

149 Leia-se a propósito Monteiro, Nuno Gonçalo, *O Crepúsculo dos Grandes...*, p. 132.

150 ANTT, *Copiador de documentos-PT/TT/VNC/B/6201*, cx. 62, n.º 1, fls. 45-48, 53, 55.

151 AUC, *Índice de alunos da Universidade de Coimbra (1636-1919)*, PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/S7005787.

152 ANTT, Fundo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima, *Testamento de D. Tomás Xavier da Silva Teles*, fls. 3, 4.

A maioria dos filhos de D. Tomás nasceu em Lisboa, mas durante os anos que permaneceu em Ponte de Lima (1725-1728?) a sua esposa deu à luz D. Ana Bárbara (1725), D. Madalena Josefa (1726) e D. Tomás Xavier (1727). Em Lisboa nasceram D. Mariana Xavier (1721), D. Helena Xavier (1722), D. Vitória Isabel (1723), D. Luísa Inês (1724), D. Joana Rosa (1729) e D. Fernando António (1730).

Os batizados dos filhos nascidos em Ponte de Lima ocorreram no Paço, onde viviam os pais, após autorização concedida pelo arcebispo de Braga, D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728). O prelado autorizou a realização dos batizados num oratório existente no Paço. D. Ana Bárbara recebeu este sacramento a 31 de julho de 1725 e foram seus padrinhos o conde de Valadares, Miguel de Meneses, que se fez representar por um procurador, o reverendo Nuno dos Guimarães de Brito, e a condessa de Arcos, D. Maria Josefa de Távora, sendo substituída pela irmã do batizado D. Mariana Xavier de Brito, menina de quatro anos de idade. O batismo não foi realizado pelo padre da paróquia, embora se encontrasse presente no ato, mas por um tio da menina, o reverendo Nuno da Silva Teles, irmão do visconde, Inquisidor da cidade de Lisboa e residente à época no Paço de D. Tomás, em Ponte de Lima^[153].

No ano seguinte, nasceu D. Madalena. Foi igualmente batizada no oratório do Paço, onde foi colocada uma pia batismal, após petição autorizada pelo arcebispo citado para o ato ser realizado em casa. Uma vez mais

o prior da Matriz estava presente e batizou a menina o reverendo Nuno da Silva Teles, seu tio. Foram padrinhos o Marquês de Valença, D. Francisco de Portugal, e madrinha a sua mulher, D. Mécia Teresa Mendonça, moradores em Lisboa, os quais foram representados por procuração pelo reverendo Nuno dos Guimarães de Brito e por D. Mariana Xavier de Brito, irmã da batizada^[154].

Em 1727 nasceu Tomás, merecedor de maior destaque, pois foi batizado pelo próprio D. Rodrigo de Moura Teles, que se deslocou ao Paço dos viscondes para presidir ao ato religioso. A criança recebeu a água do batismo em dezembro, mas nasceu nos primeiros dias de outubro. Foram padrinhos o próprio pai, visconde D. Tomás da Silva Teles, e madrinha Nossa Senhora da Conceição. Em representação do pai assinou D. Francisco Xavier Pedro de Sousa, sendo a madrinha substituída por D. Mariana Xavier de Brito, irmã do batizado^[155]. Tratava-se do seu primeiro filho homem, e por isso seu herdeiro.

O futuro marquês de Ponte de Lima foi batizado pelo arcebispo e teve como padrinho um outro bispo^[156]. Este seu filho virá em 1786 a ocupar o cargo de secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra até 1788. Durante este período, foi ainda o primeiro-ministro do governo de D. Maria I.

Como se constata, os batizados destes três filhos foram realizados no Paço e as crianças apadrinhadas pela mais alta nobreza, familiares ou não. O facto de o filho ter recebido o sacramento das mãos do arcebispo atesta

153 ADVC, Fundo Paroquial, *Livro de assentos de baptismos de Santa Maria dos Anjos 1690-1767*, cota 3.15.1.23, não paginado.

154 ADVC, Fundo Paroquial, *Livro de assentos de baptismos de Santa Maria dos Anjos 1690-1767*, cota 3.15.1.23, não paginado.

155 ADVC, Fundo Paroquial, *Livro de assentos de baptismos de Santa Maria dos Anjos 1690-1767*, cota 3.15.1.23, não paginado.

156 ANTT, Fundo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marquês de Ponte de Lima, *Copiador de documentos-PT/TT/VNC/B/3150*, cx. 31, n.º 50.

a importância social dos pais e o simbolismo de que se revestiu o ato. Por se tratar do sucessor, foram colocados maiores cuidados na cerimónia. Mas sublinha-se também a presença da irmã para assumir a representação das madrinhas ausentes. Foi nesta filha que o visconde fez recair a ligação mais próxima com os recém-nascidos, apesar da sua pouca idade.

O universo de relações do visconde situava-se na mais alta esfera social, porém durante o tempo que passou em Ponte de Lima, onde foi alcaide-mor da vila, abriu-se a outros estratos sociais e apadrinhou várias crianças, reforçando e estreitando laços. Com este relacionamento de aproximação ou de reforço, o visconde assumia relações morais para toda a vida^[157]. A escolha do visconde para apadrinhar crianças era para os pais uma estratégia de ascensão social, uma vez que sabiam da sua permanência pouco demorada na vila. Todavia, os ganhos podiam ser importantes!

Pouco tempo após ter chegado à vila alto-minhota (1725), o visconde foi padrinho de Manuel, filho de Manuel de Figueiredo e de Joana Batista. A madrinha foi sua filha D. Mariana Xavier de Brito^[158]. É muito curioso verificar que em todas as crianças que levou à pia batismal quase nunca foi acompanhado pela esposa, que esteve muitas vezes grávida, mas pela sua filha D. Mariana. A única menção à sua mulher como madrinha reporta-se a setembro de 1725, quando acompa-

nhou, conjuntamente com o sacerdote Nuno da Silva Teles, Nuno, filho de José Rodrigues Guerra e de Maria Guerra, à pia batismal^[159]. Ainda neste ano, o visconde foi padrinho de um rapaz que levou o seu nome, filho do Dr. Luís José de Almeida, juiz de fora, e de D. Clara Josefa de Azevedo Vasconcelos. Foi madrinha a filha do visconde D. Mariana Xavier de Brito, que não esteve na cerimónia, sendo substituída pelo seu procurador, o padre José Pereira Pinto^[160].

No ano seguinte, nasceu mais uma criança a José Rodrigues Guerra e a Maria Guerra, e novamente o visconde e sua filha D. Mariana foram convidados para padrinhos. O visconde esteve presente na cerimónia, mas a madrinha foi representada pelo seu procurador, Lourenço da Mota Manso. Desconhece-se a ligação que o visconde tinha com este homem, mas devia ser forte a atestar pela escolha para apadrinhar os seus rebentos.

Em 1727 o visconde e a sua filha D. Mariana foram escolhidos mais duas vezes para apadrinhar crianças. Nos atos, a madrinha fez-se sempre representar por procuradores, mas o visconde assistia muitas vezes às cerimónias e estreitava laços sociais. No batismo de Mariana Xavier, filha do licenciado José Pinto de Araújo e de Paula Josefa, em 1728, não estiveram presentes o visconde nem a sua filha D. Mariana, ambos padrinhos, tendo os dois sido substituídos. D. Tomás, pelo seu pajem Lourenço da Mota Manso, e D. Mariana, por Isidoro Moreira Pereira de Sousa

157 Confira-se para esta matéria o trabalho de Cunha, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Ed. Estampa, 2000, pp. 431-443.

158 ADV, Fundo Paroquial, *Livro de assentos de baptismos de Santa Maria dos Anjos 1709-1726*, n.º 199, não paginado.

159 ADV, Fundo Paroquial, *Livro de assentos de baptismos de Santa Maria dos Anjos 1709-1726*, n.º 199, não paginado.

160 ADV, Fundo Paroquial, *Livro de assentos de baptismos de Santa Maria dos Anjos 1709-1726*, n.º 199, não paginado.

e Sá, procurador do visconde de Vila Nova de Cerveira^[161]. Ainda neste ano pai e filha foram uma vez mais convidados para apadrinhar um rapaz chamado Tomás, nome do padrinho, mas novamente D. Mariana esteve ausente do ato, fazendo-se representar pelo seu escudeiro e familiar Domingos da Cunha. O mesmo se passou no batizado de um outro rapaz chamado Tomás, que recebeu por padrinhos pai e filha, mas onde D. Mariana foi uma vez mais substituída pelo escudeiro seu familiar já citado^[162].

A presença do visconde em Ponte de Lima esteve ainda associada a outros momentos ligados a crianças. Quando em setembro de 1726 apareceu um exposto na capela de Nossa Senhora da Guia, extramuros, o visconde levou-o para o seu Paço e “vendoo em perigo de vida” chamou um sacerdote da vila para o batizar no oratório da sua casa^[163]. Desconhecemos se a criança sobreviveu e se foi criada pelo visconde, mas o facto de o mandar buscar para sua casa e de o batizar demonstra preocupação com estas crianças. No ano seguinte, foi exposto mais um menino na eira do seu Paço, mas não sabemos que destino lhe foi dado.

A exposição de crianças em Ponte de Lima é um fenómeno já estudado e que acompanhou as características identificadas para outras localidades. Largar crianças

desamparados em locais ermos, mas onde era costume passarem pessoas, foi uma das estratégias seguidas com o propósito de que fossem encontradas, sacramentadas em caso de ser necessário e cuidadas^[164].

O visconde de Vila Nova de Cerveira viveu poucos anos em Ponte de Lima, mas durante o período que residiu na vila integrou-se socialmente, estendendo as suas relações sociais a um universo diferente do seu, e reforçou o seu poder em termos locais servindo na Misericórdia da vila e na de Arcos de Valdevez. Era assessorado por um conjunto de homens e mulheres, que o auxiliavam no dia-a-dia. Tinha procuradores, pajens, escudeiros e trabalhadores braçais, que cuidavam das propriedades, da horta do Paço, e ainda outros criados^[165].

Durante o tempo que se manteve no Minho, foi também procurador do conde de Tarouca para poder administrar a sua comenda de Vila Cova da Lixa, de quem recebeu todos os poderes. Nessa altura, o conde de Tarouca era membro do Conselho de Sua Majestade, mestre de campo dos seus exércitos e seu plenipotenciário na corte de Viena. Foi através de uma procuração tresladada pelo tabelião Bernardo Pereira de Passos que o visconde recebeu mais este encargo^[166].

161 ADVC, Fundo Paroquial, *Livro de assentos de baptismos de Santa Maria dos Anjos 1709-1726*, n.º 199, não paginado.

162 ADVC, Fundo Paroquial, *Livro de assentos de baptismos de Santa Maria dos Anjos 1709-1726*, n.º 199, não paginado.

163 ADVC, Fundo Paroquial, *Livro de assentos de baptismos de Santa Maria dos Anjos 1726-1772*, cota 3.15.1.7, não paginado.

164 Leia-se o trabalho de Fonte, Teodoro Afonso da, *O abandono de crianças em Ponte de Lima: 1625-1910*, Ponte de Lima, Câmara Municipal de Ponte de Lima; Centro de Estudos Regionais, 1996.

165 ADVC, Fundo Paroquial, *Livro de assentos de obito de Santa Maria dos Anjos 1690-1767*, cota 3.15.1.23, fl. 175. Um seu criado falecido em 1728 foi sepultado na igreja da Misericórdia, apesar de ser pobre. Morreu no hospital da Misericórdia, era considerado “homem tonto” e não se quis confessar.

166 ADVC, Fundo Paroquial, *Livro de notas do tabelião Bernardo Pereira de Passos e Antonio Rodrigues da Rocha 1726-1728*, cota 55, fl. 2.

D. Tomás esteve casado apenas dez anos. Ficou viúvo em 28 de outubro de 1730, quando a viscondessa faleceu numa quinta junto ao Lumiar, em Lisboa. A senhora foi sepultada no jazigo da igreja de S. Lourenço, de que os viscondes eram padroeiros.

No inventário feito após a morte da esposa, enumerava-se um conjunto de livros, o que poderá evidenciar a erudição do casal e muito particularmente do visconde.

A vida privada de D. Tomás antes do casamento é pouco conhecida, embora se saiba que possuía algumas dívidas, pelo menos a um particular, resultantes da sua permanência fora do reino e que se mantinham por pagar à morte da sua esposa. Estas dívidas alargaram-se à Santa Casa da capital e também permaneciam por saldar na mesma altura¹⁶⁷. Na hora da sua morte, D. Tomás mandou que os seus testamenteiros as pagassem, a partir dos seus bens e dentro das suas possibilidades. As que herdara de seu sogro seriam saldadas com os bens que dele tinha herdado. Afirmava, no seu testamento, que sobre todos estes assuntos deixava livros com a documentação necessária. Era habitual as grandes casas senhoriais manterem um cartório organizado, não apenas devido à gestão patrimonial, mas também por causa das dívidas, dotes de casamento e de outras escrituras, necessitando amiúde deste arquivo. Igualmente outras casas de menor escala e pessoas particulares cuidavam dos seus documentos, guardando-os normalmente em arcas, locais onde preservavam livros e papéis.

D. Tomás assumiu a provedoria da Misericórdia de Ponte de Lima em 1725, depois de a Mesa ter debatido a sua aceitação por ser simultaneamente irmão da Santa Casa da capital. O seu estatuto levou-o a ser eleito no

ano em que ingressou na instituição. Na altura, tinha 42 anos de idade. Entre 1726 e 1728 integrou o Definitório. A partir desta última data não voltou a exercer mais nenhum lugar na Misericórdia.

Foram muito poucos os homens que entraram diretamente para a provedoria, tanto mais que a Misericórdia privilegiava uma ascensão gradual nos órgãos de poder. A sua condição de visconde e o prestígio de que gozava franquearam-lhe as portas do poder da confraria mais importante da vila.

D. Tomás da Silva Teles serviu o Exército em plena guerra de Sucessão de Espanha, na região do Alentejo, como verificámos. Após terminado o conflito em que esteve envolvido, combateu contra os turcos como voluntário, na Alemanha.

Contrariamente à maioria dos irmãos nobres que residiam na vila ou no concelho e eram conhecidos na instituição, o 13.º visconde de Vila Nova de Cerveira não o era quando se debateu o seu ingresso na confraria. Todavia, a sua condição de homem nobre e titulado facilitou a sua entrada na Santa Casa. Não podemos esquecer que D. Tomás ascendeu ao título de visconde através do casamento, embora tivesse já muita projeção quando casou e mais tarde assumiu o mais alto cargo da confraria.

Ocupar a provedoria era neste caso muito importante também em termos simbólicos, porquanto chancelava a sua pertença à comunidade que o acolhia e lhe disponibilizava o lugar mais importante da Santa Casa. Foi dentro desta lógica que em 1727 ocupou também a provedoria da Misericórdia de Arcos de Valdevez.

Depois de 1727, D. Tomás não deve ter ficado muito mais tempo no Norte do reino. Em 1735 foi nomeado

167 ANTT, *Copiador de documentos-PT/TT/VNC/B/6201*, cx. 62, n.º 1, fl. 44. Cx. 52, capilhas n.ºs 9, 11.

embaixador extraordinário a Madrid e mais tarde tornou-se gentil-homem do rei D. José. Todavia, a oposição demonstrada ao Marquês de Pombal haveria de lhe custar muito caro. Preso na Junqueira, D. Tomás faleceu em 1762, com 79 anos de idade.

Quando fez o seu testamento, em 1758, era membro do Conselho de Sua Majestade e do da Guerra e declarou ter apenas sete filhos vivos. Escolheu para seus testamenteiros os seus irmãos Nuno da Silva Teles e António da Silva Teles e seus filhos D. Tomás e D. Fernando António.

A ocupação do mais alto cargo das Misericórdias por esta família não se circunscreveu à de Ponte de Lima e de Arcos de Valdevez. D. Diogo de Lima foi provedor na Misericórdia de Lisboa nos anos de 1669-1670 e 1677-1678, enquanto D. Tomás ocupou o lugar mais importante da mesma Santa Casa em 1738-1739^[168]. A experiência ganha em Ponte de Lima e Arcos de Valdevez ter-lhe-á servido para ocupar outro cargo de comando na Santa Casa da capital do reino. Mas este visconde foi ainda irmão da Ordem Terceira Carmelita de Lisboa.

Na hora da morte, o visconde pediu a intercessão da Virgem Maria para o ajudar junto do Criador, quis ser amortalhado com o hábito de terceiro carmelita e com o hábito de cavaleiro sobreposto e desejou que lhe mandassem celebrar mil missas. Pedia que as possíveis fossem celebradas ainda com o corpo presente em altar privilegiado, como era comum pelos que tinham posses. O medo da morte e o desconhecimento do futuro lugar dado à alma e ao corpo levavam as pessoas a instituírem mis-

sas e legados no sentido de alcançarem a salvação o mais rapidamente possível. Assim, solicitavam que fosse dito o maior número de missas no momento imediato à morte.

Na eventualidade de falecer na sua casa de Lisboa, D. Tomás queria ser enterrado no mausoléu de família onde jazia sua mulher, na igreja de S. Lourenço, e ser levado pelos irmãos da confraria do Senhor da mesma igreja. Se morresse noutra local, pedia a sua transladação para o referido jazigo familiar. Todavia, se falecesse fora da capital queria que os seus restos mortais fossem sepultados na igreja mais próxima, mas “sem pompa”.

A preocupação com o sucessor no morgadio está também expressa no seu testamento, demonstrando ser um homem atento e preocupado com a linhagem e sucessão. Deixou em pormenor quem lhe devia suceder e recomendou ao seu filho mais velho que mantivesse nos lugares os criados mais antigos, como forma de agradecimento pelos serviços prestados a sua esposa^[169].

Os viscondes de Vila Nova de Cerveira conservaram ao longo do século XVII uma forte ligação à Misericórdia de Arcos de Valdevez, onde ocuparam também a provedoria. Em 1623 foi provedor o visconde de Vila Nova de Cerveira, cargo de novo ocupado em 1635 e 1636 por D. João Fernandes de Lima. D. Diogo de Lima foi eleito provedor em Ponte de Lima e na vila de Arcos de Valdevez, em 1649, caso inédito por presidir no mesmo ano a duas Misericórdias. Embora os concelhos sendo próximos, esta situação deve ter causado alguns constrangimentos, a não ser que a eleição fosse meramente formal, como

168 Leia-se Serrão, Joaquim Veríssimo, *A Misericórdia de Lisboa. Quinhentos anos de História*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998, pp. 162-163, 197.

169 ANTT, Fundo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marquês de Ponte de Lima, *Testamento de D. Tomás Xavier da Silva Teles*, fls. 6-8.

acontecia em outras terras onde o absentismo dos provedores era grande. Passados quatro anos, os destinos da Santa Casa de Arcos de Valdevez foram presididos por D. Joana de Vasconcelos Meneses, esposa de D. Diogo de Lima. Em 1686 foi a vez de D. João Fernandes de Lima ascender ao mesmo lugar. O último visconde a ocupar a provedoria foi D. Tomás da Silva Teles, em 1727^[170]. Este visconde exerceu o mando nesta Misericórdia no mesmo ano em que foi aceite como irmão. Tal como já tinha acontecido em Ponte de Lima dois anos antes, também em Arcos de Valdevez bastou chegar para as portas do poder lhe serem totalmente franqueadas.

A presença dos viscondes de Vila Nova de Cerveira no desempenho de cargos na Misericórdia de Ponte de Lima ficou associada a D. Luís de Lima Brito e Nogueira, filho do visconde de Vila Nova de Cerveira, que recebeu o título de conde dos Arcos em 1620, bem como a D. Diogo de Lima, que ocupou a provedoria em 1638 e em 1649, e a D. Tomás da Silva Teles. Mais nenhum se ocupou diretamente do serviço dos pobres. A inexistência de assentos de entrada de irmãos para todo o período em estudo impede-nos, todavia, de conhecer se, para além destes três, outros foram irmãos da confraria.

D. Diogo de Lima foi provedor eleito em 1649. Na ocasião era governador das armas da província do Minho, e por ordem do provedor cessante o “procurador da caza foi dar o recado a mansão onde o dito senhor assistia e por sua carta respondeu a esta mesa que por vontade ascitava a servir a nosa senhora e que per não vir loguo em sua pesoa fizesem entregar ao scrivão lhe assim se continuando com hos mais rois”^[171]. Apesar da sua vontade em servir, apenas presidiu a duas sessões da Mesa, provavelmente por estar ausente da vila. Estava ligado à Santa Casa pelo menos há alguns anos, devido a uma dívida que tinha de cinquenta mil réis a Isabel Lombardeira^[172]. Como a confraria foi sua herdeira, esta dívida transitou para a Misericórdia.

Em ambas as Misericórdias, a presença dos viscondes foi mais simbólica do que real. Em Arcos de Valdevez só D. Tomás exerceu de facto a provedoria, e em Ponte de Lima, embora D. Luís de Lima Brito e Nogueira tenha em 1627 presidido à eleição dos definidores, não esteve presente em mais nenhuma sessão durante o seu mandato.

170 Ramos, Odete, *A gestão dos bens dos mortos na Misericórdia dos Arcos de Valdevez...*, p. 151.

171 ASCMPL, *Livro das eleicoins 1630-1665*, n.º 13, fl. 103.

172 ASCMPL, *Livro das dividas de Antonio Fernandes de Lima*, n.º 37 B, não paginado.

Conclusão

Estudar o exercício do poder na Misericórdia de Ponte de Lima ao longo da Idade Moderna é ser confrontado com o funcionamento dos seus órgãos e a forma como os irmãos os ocuparam e entenderam o seu desempenho.

Pertencer a uma Misericórdia não era acessível a todos. Em primeiro lugar, porque estamos perante confrarias de elite que funcionavam com *numerus clausus*, depois porque era preciso dinheiro para pagar a joia de entrada e ter prestígio local para ser admitido, respondendo a todos os quesitos que o compromisso impunha. Na Santa Casa de Ponte de Lima inicialmente eram cem os irmãos, mas em 1618 passaram a ser 160: oitenta nobres e igual número de oficiais. Se nos dois primeiros séculos esta instituição foi muito procurada pelos homens de maior prestígio e poder, com o avançar do século XVIII passou a ser menos interessante pertencer-lhe, principalmente para alguns grupos sociais, que viram alargadas as oportunidades locais de sociabilidades e poder.

Mas, se a integração era por si só um fator de peso, ocupar os cargos que existiam representava mais, pois estes possibilitavam gerir recursos e pessoas, mas igual-

mente atender às necessidades dos mais pobres e, através deles, contribuir para alcançar a glória eterna.

Os irmãos podiam exercer o mando em três lugares de poder: na Mesa, no Definitório e na Assembleia de irmãos. Analisámos estes três órgãos ao longo do texto, dando voz aos que os compuseram e à forma como atuaram.

A Mesa, composta por treze elementos, era gerida por um provedor, que exercia o cargo mais importante. Talvez por isso, sempre que existiram problemas e a confraria estava em dificuldades, foi difícil encontrar quem aceitasse o lugar. Foram, no entanto, os mais ilustres que serviram a confraria neste cargo, prestigiando-a com a sua pessoa, mas também dela se servindo em muitas ocasiões. Tanto este como os restantes lugares da Mesa foram muito apetecíveis para as elites locais, que se mobilizavam na altura das eleições para, através dos eleitores, chegarem ao poder. Se os nobres não deixavam por mãos alheias estes momentos, também os oficiais se movimentavam, gerando redes de poder, embora neste grupo a aceitação dos cargos fosse mais consensual e pacífica.

Apesar de existirem mais dois patamares de poder, a Mesa era o órgão governativo que atuava no dia-a-dia e, por isso, constituía o lugar do mando mais imediato e de maior visibilidade.

A Mesa era assessorada pelo Definitório, órgão consultivo, que se reunia quando era considerado necessário. Em Ponte de Lima este órgão ganhou grande notoriedade e visibilidade pelo ritmo de sessões, mas também pelas matérias em que era ouvido. Surgiu no compromisso de 1618, mas na vila alto-minhota é conhecido pelo menos desde 1616, provando a sua necessidade, mas também as particularidades existentes. Importa ainda sublinhar que nem todas as congêneres o criaram e que quando existiu conheceu igualmente tempos diversos de implantação.

Na Santa Casa em estudo, este órgão era composto por dezasseis homens: oito nobres e igual número de oficiais, e funcionou em articulação com a Mesa e a Assembleia de irmãos. Formado pelos homens mais experientes da instituição, reunia-se quando convocado e tratava de assuntos de grande relevância. Ocupou-se de matérias sensíveis, de manifesta preocupação institucional e que precisavam de conselho amadurecido e experiente. Todos ou praticamente todos os definidores tinham servido a confraria na Mesa, o que só por si era sinal de conhecimento das matérias. As heranças, os legados, os assalariados, o dinheiro a juro, a alienação de património, o hospital, a aceitação de irmãos, a conflitualidade, o risco, as missas e as obras constituíram matérias sobre as quais os definidores se pronunciaram, mas a sua ação não se esgotou aqui. Houve outros assuntos igualmente tratados neste órgão de poder. Evidentemente que estamos perante matérias de grande sensibilidade, algumas delas de elevado significado para a instituição, como era a aceitação de legados. Apesar

das medidas que se iam tomando, este setor alcançou em todas as congêneres enormes preocupações. Aceitar condições que comprometiam o futuro da instituição era matéria que carecia de muita ponderação e, por isso, sempre levada a este órgão. O mesmo se refira relativamente à aceitação ou expulsão de irmãos. Era a composição da instituição, a sua identidade e o seu futuro que estavam em causa, exigindo, por conseguinte, conselho prudente e avisado.

Pelos assuntos tratados, pelos homens que o compunham e pelas medidas tomadas se analisa a importância de um órgão, que ganhou relevo institucional, pese embora noutras Misericórdias o caminho seguido tenha sido distinto. Se em algumas ele ocupou um lugar muito discreto, o mesmo já não se passou em Ponte de Lima, que o criou cedo e lhe conferiu grande dignidade.

Mas a atitude da instituição foi também diferente na importância conferida à Assembleia de irmãos. Como já referimos, este órgão não existia formalmente, mas na Santa Casa em estudo funcionou amiudadamente e viu consagradas as suas decisões em livros próprios, os denominados “cabidos gerais”. Este órgão reunia nos dias em que os irmãos eram estatutariamente obrigados a ir à confraria. Aproveitava-se a presença de todos para lhes serem colocados os assuntos já anteriormente tratados em Mesa e no Definitório. Porém, conforme já mencionado, em mais de metade destas reuniões não houve assuntos a tratar. Os irmãos reuniam-se, mas as sessões eram esvaziadas de matérias, logo sem qualquer utilidade. Isto aconteceu na segunda metade do século XVII e nas primeiras décadas do seguinte; posteriormente deu-se mais valor a este órgão até 1770, data em que novamente se lhe retirou protagonismo, nada se debatendo, nem dado a conhecer. Este esvaziamento

de poder aconteceu quando a instituição se fechou e tornou mais elitista. Os homens do mando entenderam não precisar de ouvir todos os irmãos, nem de lhes passar informação sobre os assuntos tratados. Bastavam-se a si próprios, ainda que formalmente o órgão fosse reunido. Esta circunstância afastou, por sua vez, os confrades das reuniões e da vida da confraria, pois sabiam que não eram ouvidos, nem havia interesse em envolvê-los nas decisões da instituição.

Mesmo assim, quando funcionou, os assuntos que preocupavam a instituição eram dados a conhecer e debatidos, passando os mais importantes pelos seus órgãos.

Apesar das diferentes fases conhecidas, a Misericórdia constituiu-se sempre como uma confraria de elite, atraindo os mais importantes, fossem nobres ou oficiais. Não admira, por isso, que em determinados momentos tenha sido instrumentalizada por várias famílias, que se foram apoderando do poder, alcançando os lugares de maior prestígio e significado institucional.

De acordo com os interesses pessoais ou familiares, os homens “especializavam-se” em um ou dois lugares, servindo vários anos da sua vida confraternal nesses postos. As famílias definiam estratégias, colocando os seus homens nos lugares que consideravam mais adequados. Por outro lado, os que ocupavam a provedoria seguiam uma estratégia bem definida que normalmente os afastava dos lugares de mordomos, ocupando quase sempre apenas o Definitório.

O interesse demonstrado pelo mando nestas instituições levou-nos a conhecer melhor dois dos provedores;

um do século XVII e outro do século XVIII, selecionado um clérigo e um fidalgo laico. Abeiramo-nos de dois dos homens mais reputados na instituição, embora com perfis muito distintos. Enquanto o primeiro, o abade Manuel da Guia, assumiu sobretudo uma importância local, o segundo, o visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Tomás Xavier de Lima Nogueira Vasconcelos da Silva Teles, atingiu uma notoriedade nacional e internacional e manteve-se na vila apenas durante alguns anos. Porém, mal chegado, foi quase de imediato feito provedor, por capitalizar prestígio para a instituição. A presença dos viscondes de Vila Nova de Cerveira na Misericórdia é atestada com três destes homens que ocuparam a provedoria, mas não a exerceram de facto, embora as fontes nem sempre permitam analisar o seu percurso institucional com segurança.

Por fim, damos a conhecer os homens que ocuparam a Mesa e o Definitório ao longo da Idade Moderna, mas sobretudo durante os séculos XVII e XVIII, por existirem menos fontes para Quinhentos. Desejamos levar ao leitor a identidade dos homens do mando da Santa Casa, deixando sobre quase todos apenas traços largos do seu perfil social. Sabemos que sobre eles seria possível reunir mais informação, principalmente para alguns, caso estivéssemos a fazer prosopografias. Esse não era o nosso objetivo, mas reconhecemos que é um caminho muito importante para se conhecerem os homens do poder e desejamos continuar a trabalhar para alcançar mais informações, pelo menos sobre vários deles, de modo a poder caracterizá-los enquanto confrades, benfeitores e homens do mando.

Fontes Manuscritas

Arquivo Distrital de Viana do Castelo (ADVC)

Fundo Paroquial:

Livro de asentos de baptismo de Barrio 1657-1745, n.º 167.

Livro de asentos de baptismos de Santa Maria dos Anjos 1626-1656.

Livro de asentos de baptismo de Santa Maria dos Anjos 1657-1678.

Livro de asentos de baptismos de Santa Maria dos Anjos 1709-1726 n.º 199.

Livro de asentos de baptismos de Santa Maria dos Anjos 1726-1772.

Livro de asentos de baptismos de Santa Maria dos Anjos 1690-1767.

Fundo Notarial:

Livro de notas do tebelião Bernardo Pereira de Passos e Antonio Rodrigues da Rocha 1726-1728, cota 55.

Arquivo da Irmandade e Casa do Espírito Santo de Ponte de Lima

Livro de eleições da irmandade do Divino Espírito Santo da matriz da villa de Ponte de Lima 1664-1695.

Arquivo do Instituto Limiano (AIL)

Fundo da confraria do Espírito Santo:

Livro dos cabidos e audiencias e acordos que se fazem pricipiado aos vinte e tres de Maio se seiscentos e dezanove anos.

Livro das eleições da confraria do Divino Espírito Santo.

Livro dos acordaons e da ordenança da confraria do Espírito Santo 1621-1715.

Livro de entrada de irmãos da confraria do Espírito Santo de Ponte de Lima.

Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (ANTT)

Fundo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima:

Copiador de documentos-PT/TT/VNC/B/3150, cx. 31, n.º 50.

Copiador de documentos-PT/TT/VNC/B/6201, cx. 62, n.º 1.

Cx. 52, capilhas n.º s 9, 11.

Testamento de D. Tomás Xavier da Silva Teles.

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima (ASCMP)

Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1618. Capítulos reformados de 1631.

Livro dos cabidos geraes desta santa casa da misericordia da villa de Ponte de Lima 1613-1641, n.º 1.

Livro dos cabidos geraes que comessa este ano 1641-1764, n.º 2.

Livro dos cabidos gerais 1764-1824, n.º 3.

Neste livro se hão de escrever todos os asentos que ha meza da santa mizericordia fizer com hos irmãos definidores 1651-1731, n.º 11.

Livro dos asentos que fas a Meza com o definitorio 1731-1862, n.º 12.

Livro das eleicoins 1630-1665, n.º 13.

Livro das emleiçãoens que comessa dia de são lourenço 1665-1767, n.º 14.

Livro da emleicons que comessa dia de São Lourenço das eleições 1767-1842, n.º 15.

Livro das dividas de Antonio Fernandes de Lima, n.º 37B.

Livro do inventario do Abade do Barrio, o Reverendo Manoel da Guia, n.º 38B

Livro de notas 1606-1649, n.º 50C.

Livro das contas da capela de Mécia Pereira Ferraz, n.º 64.

Livro das notas da capella de S. Sebastião, rendimentos e despeza della e de outras, n.º 64B.

Livro da capella de São bastião de são martinho da Guandara n.º 64C.

Livro das capelas que instituiu Bartolomeu Lopes, n.º 65.

Livro para os próprios da capella do Abade Manuel da Guia 1724-1838, n.º 75.

Tombo das fazendas da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima 1672-1697, n.º 89.

Livro aonde se carrega os rendimentos que rendem as salinas de Aveiro e aonde se carrega a despeza dellas, n.º 607A.

Livros de receita e despesa: 1633-34, n.º 452, 1635-36, n.º 453; n.º 1636-37, n.º 454; 1646-47, n.º 459; 1647-48, n.º 460; 1648-49, n.º 461; 1651-51, n.º 462; 1651-52, n.º 462; 1652-53, n.º 463; 1653-55, n.º 464; 1655-56, n.º 465; 1656-57, n.º 466; 1657-58, n.º 467; 1658-59, n.º 468; 1660-62, n.º 469; 1664-65, n.º 471; 1665-66, n.º 472; 1666-67, n.º 473; 1667-68, n.º 474; 1668-69, n.º 475; 1669-70, n.º 476; 1670-71, n.º 477; 1671-72, n.º 478; 1672-73, n.º 479; 1673-74, n.º 480; 1674-75, n.º 481; 1675-76, n.º 482; 1676-77, n.º 483; 1677-78, n.º 484; 1678-79, n.º 485; 1679-80, n.º 486; 1680-81, n.º 487; 1681-82, 1684-85, n.º 489; 1685-85, n.º 490; 1687-88, n.º 491; 1688-89, n.º 492; 1689-91, n.º 493; 1691-92, n.º 494; 1693-94, n.º 496; 1695-96, n.º 497; 1696-97, n.º 498; 1697-98, n.º 499; 1698-99, n.º 500; 1699-1700, n.º 501; 1701-02, n.º 502; 1702-03, n.º 504; 1703-04, n.º 505; 1704-05, n.º 506; 1705-06, n.º 508; 1706-07, n.º 509; 1707-08, n.º 510; 1708-09, n.º 510; 1709-10, n.º 511; 1710-11, n.º 512; 1711-12, n.º 513; 1712-13, n.º 514; 1713-14, n.º 515; 1714-15, n.º 516; 1715-16, n.º 517; 1716-17, n.º 518; 1717-18, n.º 519; 1718-19, n.º 520; 1720-21, n.º 521; 1721-22, n.º 522; 1723-24, n.º 523; 1724-25, n.º 524; 1725-27, n.º 525; 1727-28, n.º 526; 1728-29, n.º

527; 1729-31, n.º 528; 1731-32, n.º 529; 1733-34, n.º 530; 1734-35, n.º 531; 1735-36, n.º 532; 1736-37, n.º 533; 1737-38, n.º 534; 1739-40, n.º 535; 1740-41, n.º 536; 1741-42, n.º 537; 1742-42, n.º 538; 1743-44, n.º 539; 1744-45, n.º 540; 1745-46, n.º 541; 1746-47, n.º 542; 1747-48, n.º 543; 1748-49, n.º 554; 1749-50, n.º 555; 1750-51, n.º 556; 1751-52, n.º 557; 1752-53, n.º 558; 1754-55, n.º 549; 1755-56, n.º 550; 1756-57, n.º 551; 1757-58, n.º 552; 1758-59, n.º 553; 1759-60, n.º 554; 1760-66, n.º 555; 1762-63, n.º 556; 1763-64, n.º 557; 1764-65, n.º 558; 1765-66, n.º 559; 1766-67, n.º 560; 1767-68, n.º 561; 1768-69, n.º 562; 1769-70, n.º 563; 1770-71, n.º 564; 1771-72, n.º 565; 1774-75, n.º 566; 1775-76, n.º 567; 1776-1777, n.º 568; 1777-78, n.º 569; 1778-79, n.º 570; 1779-1780, n.º 571; 1780-81, n.º 572; 1781-82, n.º 573; 1782-84, n.º 574; 1784-85, n.º 575; 1785-86, n.º 576; 1786-90, n.º 577; 1793-97, n.º 587; 1797-98, n.º 588.

Documento n.º 54.

Documento avulso.

Arquivo da Universidade de Coimbra – AUC

Índice de alunos da Universidade de Coimbra (1536-1910), PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/T/001566.

Índice de alunos da Universidade de Coimbra (1636-1919), PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/S7005787.

Fontes Impressas

Bezerra, Manuel Gomes de Lima, *Os estrangeiros no Lima*, vols. I, II, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo; Instituto Politécnico de Viana do Castelo; Centro de Estudos Regionais, 1992.

Compromisso da irmandade da Casa da Sancta Misericórdia da cidade Lisboa, Lisboa, Impresso por Antonio Alvarez, 1600.

Compromisso da Misericórdia da cidade de Braga, Braga, Francisco Fernandez de Basto, 1631.

Do compromisso da confraria da Sancta Caza da Misericórdia de Lisboa fundada pela Rainha D. Leonor de Lencastre, Caldas da Rainha Tipografia Caldense, 1929.

Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1618, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1619.

Estatutos da Sociedade Económica dos Bons Compatriotas, Amigos do Bem Público estabelecida na Villa de Ponte de Lima, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1780.

Ferreira, José Augusto, *Catálogo dos provedores da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Braga Instituída pelo grandioso arcebispo D. Diogo de Sousa (1513?), séc. XVI- séc. XX*, Braga, Livraria Cruz, 1940.

Gayo, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário de famílias de Portugal*, Braga, Ed. Carvalhos de Basto, 1989.

José, frei Pedro de Jesus Maria, “O convento de Santo António”, in *Arquivo de Ponte de Lima*, vol. VI, 1985, ed. fac-similada.

Menezes, Luiz de, *Historia de Portugal Restaurado*, tomo III, Lisboa, Officina de Domingos Rodrigues, 1751.

Bibliografia

- Abreu João Gomes d', *Figuras Limianas*, Ponte de Lima, Município de Ponte de Lima, 2008.
- Abreu, João Gomes d', "António Pereira Rego", in Abreu, João Gomes d' (coord.), *Figuras Limianas*, Ponte de Lima, Município de Ponte de Lima, 2008, pp. 98-99.
- Abreu, João Gomes d', "Frei Lopo Pereira de Lima", in Abreu, João Gomes d' (coord.), *Figuras Limianas*, Ponte de Lima, Município de Ponte de Lima, 2008, p. 88.
- Abreu, Laurinda, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e poder*, Setúbal, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990.
- Abreu, Laurinda, "As Misericórdias de D. Filipe I a D. João V", in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 1, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, 2002, pp. 47-77.
- Abreu, Laurinda, "O papel das Misericórdias na sociedade portuguesa de Antigo Regime", in Fonseca, Jorge (coord. científico), *A Misericórdia de Montemor-o-Novo*, s. l., Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo, 2008, pp. 15-43.
- Abreu, Laurinda, *O poder e os pobres. As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, Gradiva, 2014.
- Alves, Jorge, "Os brasileiros do Norte de Portugal", in *Os Brasileiros da emigração. Actas do Colóquio realizado no museu Bernardino Machado*, Vila Nova de Famalicão, Câmara de Vila Nova de Famalicão, 1999, pp. 233-247.
- Amorim, Inês, "Património e crédito: Misericórdia e carmelitas de Aveiro (séculos XVII e XVIII)", in *Análise Social*, vol. XLI (180), 2006, pp. 693-729.
- Andrade, Amélia, Aguiar, "Composição social e gestão municipal: o exemplo de Ponte de Lima na baixa Idade Média", in *Ler História*, n.º 10, 1987, pp. 3-13.
- Araújo, Ana Cristina, *A morte em Lisboa. Atitudes e representações 1700-1830*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997.
- Araújo, Jorge Pereira, "Igrejas e capelas de Ponte de Lima", in Almeida, Carlos A. Brochado de (coord.), *Ponte de Lima. Uma vila histórica do Minho*, s. l., Município de Ponte de Lima, 2007, pp. 277-299.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XX)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2003.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Misericórdia de Monção: fronteira, guerras e caridade (1561-1810)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Monção, 2008.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, "Peditórios de interpostas pessoas: fraudes eleitorais nas Misericórdias alentejanas da Casa de Bragança", in Fonseca, Teresa; Fonseca, Jorge (Ed.), *O Alentejo entre o Antigo Regime e a Regeneração. Mudanças e permanências*, Lisboa, Colibri, CIDEHUS/EU, 2011, pp. 117-139.

- Araújo, Maria Marta Lobo de, “Os irmãos”, in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, pp. 103-114.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, “Os promettimentos dos mesários da Misericórdia de Caminha no século XVII”, in *Estudos Regionais*, II série, n.º 7, 2013, pp. 85-95.
- Barbosa, António “O impacto dos ‘brasileiros’ na assistência a nível local: o legado de Bento da Costa Tição (séculos XVII-XVIII)”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra; Coelho, José Abílio; Franco, Renato (coords.), *Os brasileiros enquanto agentes de mudança: poder e assistência*, Póvoa de Lanhoso, CITCEM; Fundação Getúlio Vargas, 2013, pp. 55-69.
- Barbosa, António Dantas, *Tempo de festas em Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, vols. I, II, s. l., Município de Ponte de Lima, 2017.
- Barreira, Aníbal, *Santa Casa da Misericórdia de Aveiro. Poder, pobreza, sociabilidade*, s. l., Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, 1998.
- Bourdieu, Pierre, “The forms of capital”, in Ball, Stephen (ed.), *Sociology of education*, London, Routledge Falmer, 2004, pp. 21-54.
- Capela, José Viriato, “O sistema eleitoral municipal. Eleições, representação e representatividade social nas instituições locais da sociedade portuguesa de Antigo Regime”, in Marinho, José da Silva, *Construction d’un gouvernement Municipal, Élités, élections et pouvoir à Guimarães entre Absolutisme et Libéralisme (1753-1834)*, Braga, Universidade do Minho, 2000, pp. 26-34.
- Capela, José Viriato (coord.), *As freguesias do distrito de Viana do Castelo nas Memórias paroquiais de 1758. Alto Minho: memória, história e património*, Braga, Casa-Museu de Monção, 2005.
- Cardona, Paula Cristina Machado, *O perfil artístico das confrarias em Ponte de Lima na Época Moderna*, Ponte de Lima, Município de Ponte de Lima, 2010.
- Coelho, Pedro Alexandre Brandão, *A Santa Casa da Misericórdia de Coimbra 1500-1700 (poder e caridade)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, dissert. de Mestrado policopiada.
- Corrêa, Fernando Calapez, *Elementos para a História da Santa Casa da Misericórdia de Lagos*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Lagos, 1998.
- Costa, Américo Fernando da Silva, *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães 1650-1800 (Caridade e assistência no meio vimaranense dos séculos XVII e XVIII)*, Guimarães, Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, 1999.
- Cunha, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Ed. Estampa, 2000.
- Dionísio, Paula Carolina Ramos, *A Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim. Assistência e caridade numa vila piscatória (1756-1806)*, s. l., Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 2005.
- Elias, Luís Filipe da Cruz Quaresma, *A Misericórdia de Coimbra. Os Irmãos, as suas práticas e a intervenção régia (1749-1784)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006, dissert. de Mestrado policopiada.
- Ferraz, Tiago, “Acompanhar ao outro mundo: a morte nas confrarias de Braga do século XVIII. Estudo preliminar”, in *CEM*, n.º 3, Revista do CITCEM, 2012, pp. 163-177.
- Ferreira, Manuel Gomes Duarte, *A Santa Casa da Misericórdia de Mértola (1674-1834)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008, dissert. de Mestrado policopiada.

- Fonseca, Teresa, “A Misericórdia de Montemor-o-Novo no Antigo Regime, uma breve caracterização”, in Fonseca, Jorge (coord.), *A Misericórdia de Montemor-o-Novo. História e Património*, s. l., Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo, 2008, pp. 45-78.
- Fonte, Teodoro Afonso da, *O abandono de crianças em Ponte de Lima: 1625-1910*, Ponte de Lima, Câmara Municipal de Ponte de Lima; Centro de Estudos Regionais, 1996.
- Freitas, Eugénio de Andrea da Cunha, *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, vol. III, Porto, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1995.
- García Cárcamo, Juan A., “Viviendo com el patrón: los trabajadores del servicio doméstico en Vizcaya, (1700-1900)”, in Castillo, Santiago (coord.), *El trabajo a través de la historia: actas del II.º Congreso de la Asociación de Historia Social*, Madrid, S. e., 1996, pp. 296-310.
- González Lopo, Domingo, *Los comportamientos religiosos en la Galicia del Barroco*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 2002.
- Hespanha, António Manuel, “A punição e a graça”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, quarto volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 239-256.
- Hespanha, António Manuel, “A resistência aos poderes”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, quarto volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 451-471.
- Im Hof Ulrich, *A Europa no século das Luzes*, Lisboa, Editorial Presença, 1995.
- Lebrun, François, “As Reformas: devoções comunitárias e piedade individual”, in Ariès, Philippe; Duby, Georges (dir.), *História da vida privada. Do Renascimento ao século das Luzes*, Porto, Afrontamento, 1990, pp. 71-111.
- Lopes, Maria Antónia, “Provedores e escrivães da Misericórdia de Coimbra de 1700 a 1910. Elites e Fontes de Poder”, in *Revista Portuguesa de História*, (2.º), 2002/2003, pp. 203-274.
- Lopes, Maria Antónia, *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna*, Coimbra, Imprensa Universitária, 2010.
- Lopes, Maria Antónia; Paiva, José Pedro, “Introdução”, in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 7, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas; Centro de Estudos de História Religiosa, 2008, pp. 7-36.
- Magalhães, António, “Os funerais nas práticas de caridade da Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)”, in *Génesis e organização das Misericórdias. Actas das I Jornadas de Estudos da Misericórdia de Arcos de Valdevez*, Arcos de Valdevez, Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez, 2009, pp. 103-123.
- Magalhães, António, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)*, Viana do Castelo, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, 2013.
- Magalhães, António, “Os assistidos: formas e beneficiários da actuação das misericórdias”, in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 10, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, 2017, pp. 119-161.
- Magalhães, Joaquim Romero de, “Os nobres da governança das terras”, in Monteiro, Nuno Gonçalo; Cardim, Pedro; Cunha, Mafalda Soares da (orgs.), *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, Lisboa, ICS, 2005, pp. 65-71.

- Mantecón Movellán, Tomás A., *Contrarreforma y Religiosidad popular en Cantabria*, Santander, Universidad de Santander; Asamblea Regional de Cantabria, 1990.
- Marcocci, Giuseppe; Paiva, José Pedro, *História da Inquisição Portuguesa, 1536-1821*, 2.^a edição, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2016.
- Monteiro, Nuno Gonçalo, “Notas sobre a Nobreza, Fidalguia e Titulares nos finais do Antigo Regime”, in *Ler História*, n.º 10, 1987, pp. 15-51.
- Monteiro, Nuno Gonçalo, “O declínio do poder senhorial: câmaras e donatarias (1640-1832)”, in Oliveira, César (dir.), *História dos Municípios e do poder local [Dos finais da Idade Média à União Europeia]*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 153-165.
- Monteiro, Nuno Gonçalo, *O crepúsculo dos Grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, 2.^a ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.
- Monteiro, Nuno Gonçalo, *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, Lisboa, ICS, 2003.
- Monteiro, Nuno Gonçalo, “A circulação das elites na monarquia portuguesa (1680-1820). Breves notas e revisão bibliográfica”, in López Díaz, María (Ed.), *Élites y poder en las monarquías ibéricas. Del siglo XVII al primer liberalismo*, Madrid, Biblioteca Nueva, 2013, pp. 247-257.
- Olival, Fernanda, *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisboa, Estar Editora, 2001.
- Olival, Fernanda, “Mercado de hábitos e serviços em Portugal (séculos XVII-XVIII)”, in *Análise Social*, vol. XXXVIII, n.º 168, 2003, pp. 743-769.
- Oliveira, Ricardo Pessa de, *História da Santa Casa da Misericórdia de Pombal (1628-1910)*, Pombal, Santa Casa da Misericórdia de Pombal, 2016.
- Paiva, José Pedro; Marcocci, Giuseppe, *História da Inquisição Portuguesa, 1536-1821*, 2.^a edição, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2016.
- Pardal, Rute, *As elites de Évora ao tempo da dominação filipina. Estratégias de controlo do poder local (1580-1640)*, Évora, Edições Colibri; CIDEHUS, 2007.
- Pardal, Rute, *Práticas de caridade e assistência em Évora (1650-1750)* vol. I, Évora, Universidade de Évora, 2013, tese de Doutoramento policopiada.
- Penteado, Pedro, “Confrarias portuguesas da Época Moderna: problemas, resultados e tendências da investigação”, in *Lusitânia Sacra*, 2.^a série, tomo VII, 1995, pp. 15-52.
- Pereira Iglesias, José Luís, “Las oligarquías Extremeñas en el Antiguo Régimen”, in *Les élites locales et l'État dans l'Espagne Moderne XVIe-XIXe siècles*, Paris, CNRS Éditions, 1993, pp. 79-95.
- Pereira, Maria das Dores Sousa, *Entre ricos e pobres: a actuação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca, 2008.
- Puigvert I Solà, Joaquim M., “Los párrocos y las redes de sociabilidad parroquial en el mundo rural de la Cataluña Moderna. Historiografía e Historia”, in *Obradoiro de Historia Moderna*, n.º 22, 2013, pp. 167-206.

- Ramos, Maria Odete Neto, *A gestão dos bens dos mortos na Misericórdia dos Arcos de Valdevez: caridade e espiritualidade (séculos XVII e XVIII)*, Braga, Universidade do Minho, 2013, tese de Doutoramento policopiada.
- Reis, Maria de Fátima, “A Misericórdia de Santarém: estruturação e gestão de um património”, in *Cadernos do Noroeste*, 20 (1-2), série História, 3, 2003, pp. 485-496.
- Rocha, Maria Manuela, “A actividade creditícia em Lisboa (1770-1830)”, in *Análise Social*, n.º 31, 1996, pp. 579-598.
- Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*, Lisboa, Comissão Nacional para os Descobrimientos Portugueses, 1997.
- Sá, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias portuguesas séculos XVI-XVIII*, Rio de Janeiro, FGV, 2013.
- Salgueiro, Emílio, “A Misericórdia de Abrantes: o hospital do Salvador”, in *Boletim de Assistência Social*, n.ºs 17-19, 1944, pp. 207-214.
- Salvado, Maria Adelaide, *A Misericórdia de Medelim – Apontamentos e lembranças para a sua história*, Castelo Branco, Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2002.
- Sarti, Raffaella, *Casa e família. Habitar, comer e vestir na Europa Moderna*, Lisboa, Ed. Estampa, 2001.
- Serrão, Joaquim Veríssimo, *A Misericórdia de Lisboa. Quinhentos anos de História*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998.
- Serrão, José Vicente, “O quadro económico”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, quarto volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 71-117.
- Sobrado Correa, Hortensio, “Las condiciones materiales de vida en el mundo rural gallego del siglo XVIII”, in García Hurtado, Manuel Reys (Ed.), *La vida cotidiana en la España del siglo XVIII*, Madrid, Silex, 2009, pp. 181-205.
- Viçoso, Maria Isabel, *História da Misericórdia de Chaves. 500 Anos de vida*, Chaves, Santa Casa da Misericórdia de Chaves, 2007.

PARTE II

**Composição da Mesa e do Definitório da
Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima
(Séculos XVI-XVIII)**

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
1533-34				
Mesa: Maior condição	Gaspar Vaz Barbosa	Provedor		
	Paio Malheiro de Araújo	Escrivão		
	Damião Marinho			
	Nuno Bartolomeu Crespo			
	Jerónimo de Amorim Feijó			
	Pero Marinho Malheiro			
1534-35				
Mesa: Maior condição	Gaspar Vaz Barbosa	Provedor		
	Lopo Malheiro Pacheco	Escrivão		Fidalgo
	Jerónimo de Amorim Feijó			
	Nuno Borges			
	Paio Malheiro de Araújo			
1537-38				
Mesa: Maior condição	Rui Pereira	Provedor		Militar na Índia
	Pero Malheiro Marinho			
	Paio Malheiro de Araújo			
	Belchior Pacheco			
	Nuno de Amorim			
Menor condição	Gonçalo Afonso		Sapateiro	
	Domingos Gonçalves		Mercador	
	Francisco Gonçalves	Mordomo da Casa		
	Jerónimo Fernandes			
	Gonçalo Afonso			
1542-43				
Mesa: Maior condição	Francisco de Almeida	Escrivão		
1551-52				
Mesa: Maior condição	Marcos Dias	Provedor		

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
1559-60				
Mesa: Maior condição	Gaspar Vaz Barbosa	Provedor		
	Damião da Costa	Escrivão		
	Lic. Gonçalo Álvares da Mota	Procurador		
	Simão Correia			
	Fernão de Amorim			
Menor condição	Francisco Gonçalves			
	Gonçalo Pires			
	Francisco Álvares			
	Jerónimo Álvares			
	Francisco Fernandes			
	Jerónimo Vaz			
1575-76				
Mesa: Maior condição	Gaspar Vaz Barbosa	Provedor		
	Damião da Costa	Escrivão		
	Lic. Gonçalo Álvares da Mota			
	Paio Monteiro			
	Heitor de Amorim			
	Simão Correia			
	Fernão de Amorim Pereira			
Menor condição	Francisco Gonçalves			
	Gaspar Fernandes			
	Francisco Álvares			
	Jerónimo Álvares			
	Francisco Fernandes			
	Jerónimo Vaz			
1577-78				
Mesa: Maior condição	Gaspar Vaz Barbosa	Provedor		
1580-81				
Mesa: Maior condição	Gaspar Vaz Barbosa	Provedor		
	Antão de Amorim	Escrivão		

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Paio Vasconcelos			
1581-82				
Mesa: Maior condição	Antão de Amorim	Provedor		
	Belchior Pacheco	Escrivão		
	Francisco de Abreu			
	Simão Correia			
	Heitor de Moniz			
Menor condição	Jerónimo Afonso			
	Gaspar Rodrigues			
	Gaspar Magalhães			
1582-83				
Mesa: Maior condição	Diogo Malheiro de Araújo	Provedor		
	Belchior Pacheco	Escrivão		
	Simão Correia			
	Lic. Francisco Álvares da Mota			
	Fernão de Amorim Barbosa			
	Nuno Borges			
Menor condição	Gaspar Gonçalves			
	Gonçalo Afonso			
	Baltasar Álvares			
	João Francisco			
	Bastião Francisco			
	Aleixo Rodrigues			
1583-84				
Mesa: Maior condição	Diogo Malheiro de Araújo	Provedor		
	Belchior Pacheco	Escrivão		
	Simão Correia			
Menor condição	Gaspar Pires			
	André Gonçalves			
	João Gonçalves			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Aleixo Rodrigues			
1584-85				
Mesa: Maior condição	Luís de Meireles	Provedor		
	Belchior Pacheco	Escrivão		
	João de Abreu			
	Diogo Malheiro	Tesoureiro		
1585-86				
Mesa: Maior condição	Luís de Meireles	Provedor		
	Belchior Pacheco	Escrivão		
	Gaspar Pires de Melo			
	Simão Correia			
Menor condição	Rui Pires			
	Gaspar Pires			
	Francisco Gonçalves			
	Brás Gonçalves			
	Jerónimo Álvares			
1586-87				
Mesa: Maior condição	Gaspar Vaz Barbosa	Provedor		
	Belchior Pacheco	Escrivão		
	Nuno Borges			
	Damião Marinho			
	Jerónimo de Amorim Feijó			
	Gaspar Pires de Melo			
	Luís de Meireles			
1587-88				
Mesa: Maior condição	Gaspar Vaz Barbosa	Provedor		
	Simão Correia	Escrivão		
1588-89				
Mesa: Maior condição	Rui Pereira	Provedor		Militar
	Simão Correia	Escrivão		

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Belchior Barbosa			
	Manuel Martins Gondim			
	Luís de Meireles			
	Diogo Malheiro Marinho			
	Fernão Velho de Araújo			
Menor condição	Francisco Álvares			
	Gonçalo Afonso			
1590-91				
Mesa: Maior condição	Rui Pereira	Provedor		Militar
	Bartolomeu Pacheco	Escrivão		
	Fernão Velho de Araújo			
	Diogo Malheiro Marinho			
	Nuno de Moniz			
	Gaspar Marinho			
	Francisco da Mota	Mordomo de fora		
Menor condição	Gonçalo Rodrigues			
	Sebastião Francisco			
	António Lopes			
	Belchior da Costa			
	Francisco Gonçalves			
	António Lopes			
1591-92				
Mesa: Maior condição	Rui Pereira	Provedor		Militar
	Simão Correia	Escrivão		
	Paio Malheiro de Araújo			
	Belchior da Costa			
	Diogo Malheiro Marinho			
Menor condição	Domingos Gonçalves		Sapateiro	
	Francisco Álvares			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
1592-93				
Mesa: Maior condição	Rui Pereira	Provedor		Militar
	Simão Correia	Escrivão		
	Diogo Malheiro Marinho	Mordomo de fora		
	Francisco Pereira Pinto			Fidalgo da Casa de Sua Majestade e administrador do Morgadio de Bertianos
	Paio Malheiro de Araújo			
	Nuno de Amorim			
	Pero Marinho Malheiro			
Menor condição	Gonçalo Afonso			
	Francisco Gonçalves			
	Belchior da Costa			
	Simão Gonçalves			
	Domingos Gonçalves			
	Gonçalo Fernandes			
	Francisco Álvares			
1598-99				
Mesa: Maior condição	Francisco Pereira Pinto	Provedor		Fidalgo da Casa de Sua Majestade e administrador do Morgadio de Bertianos
	Belchior Pacheco	Escrivão		
	António de Caldas de Lima			
	Francisco Pereira Barbosa			
	Gaspar de Amorim de Almeida			
Menor condição	António Afonso			
	Francisco Gonçalves			
	Gaspar Gonçalves Mena			
	Belchior da Costa			
	António Gonçalves Gondim			
	Francisco Fernandes			
1600-01				
Mesa: Maior condição	Rui Pereira	Provedor		Militar
	Vicente Álvares de Almeida			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Nuno de Amorim			
	Gaspar de Amorim de Almeida			
	Baltazar Gonçalves			
Menor condição	Francisco Álvares		Serralheiro	
	Francisco Gonçalves		Vendeiro	
	Francisco Gonçalves			
1604-05				
Mesa: Maior condição	Álvaro Pinheiro de Lacerda	Provedor		
	Francisco da Mota Sá	Escrivão		
	Fernão Velho de Araújo			
	Paulo Pereira de Mesquita			
	Damião da Costa			
	Vicente Álvares de Almeida			
	Francisco Barbosa Lira			
Menor condição	Gonçalo Rodrigues		Sapateiro	
	Gaspar Gonçalves		Alfaiate	
	Diogo Fernandes		Ferreiro	
	Francisco Brás			
	Manuel Domingues			
	Belchior Pires			
1605-06				
Mesa: Maior condição	António de Figueiredo	Provedor		
	Manuel do Rego			
	Antão Nunes da Costa			
	Baltasar Pereira de Araújo			
	Agostinho Álvares			
	André da Costa Saldanha			
	Gonçalo de Abreu Pereira			
Menor condição	Manuel Ribeiro			
	Bento de Lemos			
	Domingos de Peralta			
	Manuel de Valadares			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
1606-07				
Mesa: Maior condição	Dom João de Azevedo	Provedor		
	Jerónimo Freire	Escrivão		
	Nicolau Pereira			
	Gonçalo Machado de Mesquita			
	António Nunes de Magalhães			
	Jerónimo Velho Pereira			
	Francisco Garcia da Costa			
Menor condição	Amador Nogueira			
	António Ferreira			
	Bento de Lemos			
	Manuel Nogueira			
1607-08				
Mesa: Maior condição	Diogo Ferraz	Provedor		
	Francisco da Mota de Sá	Escrivão		
	António Carneiro	Mordomo de fora		
	Pero Marinho Falcão			
	Manuel Madriz Velho			
	Francisco Pereira Preto			
	Nuno de Amorim			
Menor condição	Diogo Fernandes		Ferreiro	
	Manuel Gonçalves		Sapateiro	
	Belchior Pires			
	Pero Gonçalves			
	António Álvares		Mercador	
	Gaspar Gonçalves		Alfaiate	
1608-09				
Mesa: Maior condição	Diogo Ferraz	Provedor		
	Francisco da Mota de Sá	Escrivão		
	Baltasar Pires de Melo	Mordomo de fora		

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Martim Pereira			
	Álvaro de Abreu			
	Francisco Correia			
	Brás Rebelo Pereira			
Menor condição	Gaspar Gonçalves		Alfaiate	
	Francisco Álvares		Serralheiro	
	Gonçalo Rodrigues		Sapateiro	
	Bartolomeu Gonçalves, o raposo			
	Amaro Lopes			
	Paulo Álvares			
1610-11				
Mesa: Maior condição	Pero Marinho Falcão	Provedor		
	Francisco da Costa	Escrivão		
	Manuel Madriz Velho	Mordomo de fora		
	Abade António Pereira Pinto			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Gaspar Marinho Vagina			
	Gaspar Pacheco			
	Francisco da Costa			
Menor condição	Francisco Rodrigues Mota			
	Pedro Afonso			
	Belchior Pires			
	Gonçalo Fernandes		Mercador	
	Pedro Gonçalves Rebouça			
	Francisco Gonçalves			
1611-1612				
Mesa: Maior condição	Fernão da Silveira	Provedor		
	Diogo Malheiro Marinho	Escrivão		
	Francisco Barbosa Lira	Mordomo de fora		
	Gaspar de Amorim de Almeida			
	Jerónimo Borges			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Gaspar Barbosa Aranha			
	Pero Malheiro Marinho			
Menor condição	Pero Fernandes		Sapateiro	
	António Gonçalves Gondim			
	João Martins Lira			
	Francisco de Abreu			
	António Gonçalves		Carpinteiro	
	João Rodrigues		Tanoeiro	
1612-13				
Mesa: Maior condição	André Malheiro Araújo	Provedor		
	Nuno Borges	Escrivão		
	Gaspar de São Miguel Rebelo	Mordomo de fora		
	Gonçalo Gomes			
	Manuel de Sampaio de Melo			
	Francisco Borges de Miranda			
Menor condição	Manuel Domingues			
	Gaspar Gonçalves			
	Manuel Fernandes			
	António Velho			
	Bastião Fernandes			
1613-14				
Mesa: Maior condição	Abade Francisco Pereira Pinto	Provedor		Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Capelão da Casa Real e Administrador do Morgadio de Bertandos
	Pedro de Sousa	Procurador dos presos		
	Francisco Rebelo de Sá			
	Gaspar Soares Brandão			
	Francisco de Sousa			
	António Malheiro			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Domingos Vaz Pinto			
Menor condição	Gonçalo Rodrigues Vieira			
	Francisco Gonçalves			
	Gaspar Gonçalves			
	António Afonso			
	Domingos Fernandes			
	António de Araújo			
1614-1615				
Mesa: Maior condição	Álvaro Pinheiro de Lacerda	Provedor		
	Francisco de São Miguel Mogueimes	Escrivão		Fidalgo da Casa Real
	Fernão Barbosa de Sá	Mordomo de fora		
	António Carvalho			
	Francisco Correia			
Menor condição	João Esteves			
	Gaspar Gonçalves			
	Francisco Velho			
	João Esteves			
1615-16				
Mesa: Maior condição	Francisco de Sá Meneses	Provedor		
	Nuno Borges	Escrivão		
	Francisco Correia	Mordomo dos presos		
	Francisco Rebelo			
	Gaspar de Araújo da Silva			
	João de Guimarães Cação			
	Álvaro de Abreu			
Menor condição	Gaspar Gonçalves			
	Pero Gomes			
	Gonçalo Rodrigues		Sapateiro	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Francisco Fernandes			
	António Gonçalves		Carpinteiro	
	Marcos Correia			
Definitório: Maior condição	Pedro de Araújo de Pita			
	Nicolau de Amorim			
	Belchior Gonçalves			
	Francisco Correia Ferraz			
	Francisco de Matos de Sá			
	Francisco Rebelo de Sá			
	Lourenço Gonçalves Brás			
Menor condição	Gonçalo Rodrigues			
	Manuel Gonçalves Gondim			
	Francisco Pereira			
	Simão da Cunha			
	Pedro Afonso			
1616-17				
Mesa: Maior condição	Pero Marinho Ferraz Falcão	Provedor		
	Francisco de Sousa	Escrivão		
	Manuel de Sampaio de Melo			
	Francisco Sá Rebelo			
	Gaspar Correia Borges			
	Baltasar de Aguiar			
	Jerónimo Soares			
Menor condição	Baltazar Rebelo			
	João Soares			
	Álvaro Pereira			
	Manuel Fernandes			
	António Rebelo			
	Vicente Correia			
	Gaspar Correia			
	Gonçalo Francisco			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
Definitório: Maior condição	Francisco da Mota de Sá			
	Damião Velho Lacerda			
	António Pinto			
	Francisco Rebelo de Sá			
	António Carneiro da Mota			
	Gaspar de Araújo da Mota			
	Gaspar Marinho			
Menor condição	Gonçalo da Costa			
	Francisco Pinto			
	Paulo Correia			
	António Rebelo			
1617-18				
Mesa: Maior condição	Francisco Pereira Ferraz	Provedor		“Brasileiro”
	Francisco de Sousa	Escrivão		
	Baltazar Araújo de Marinho			
	Fabião Brito de Sousa			
	Pedro Rodrigues Bessa			
	Francisco Correia			
	Simão Velho Barreto			
Menor condição	António Fernandes			
	Gonçalo Barbosa			
	Gonçalo de Araújo			
	António Rebelo			
	André Fernandes			
Definitório: Maior condição	Abade António Pereira Pinto			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Nuno Borges			
	Francisco da Mota			
	Francisco da Mota de Sá			
	Gaspar Amorim Almeida			
	Francisco Correia			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Francisco Rebelo Sá			
Menor condição	Belchior Gonçalves		Vendeiro	
	Manuel Domingues			
	Francisco Rodrigues da Mota		Sapateiro	
	Domingos Gonçalves		Sapateiro	
	Belchior Pereira		Sapateiro	
	Manuel Gonçalves Gondim			
1618-19				
Mesa: Maior condição	Fernão Silva Pereira	Provedor		Fidalgo da Casa Real
	António Pereira	Escrivão		Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Francisco Rebelo de Sá			
	Padre Francisco Fernandes			
	Bartolomeu Álvares de Araújo			
Menor condição	Gaspar Fernandes			
	Gaspar Correia			
	António de Araújo			
	Francisco Forte			
Definitório: Maior condição	Gaspar Amorim Almeida			
	Abade António Araújo Pereira			
	Francisco Mota Sá			
	Francisco Pereira Ferraz			"Brasileiro"
	Nuno Borges			
	Francisco Correia			
Menor condição	Manuel Fernandes		Alfaiate	
	Domingos Gonçalves Pinheiro		Sapateiro	
	Gonçalo Rodrigues Vieira			
	Belchior Gonçalves		Vendeiro	
	Manuel Domingos			
	António Afonso, Santo Amaro			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
1619-20				
Mesa: Maior condição	Nuno Borges	Provedor		
	Francisco Correia	Escrivão		
	Jerónimo Borges			
	Lopo Fernandes			
	Gaspar de Amorim de Almeida			
	João Barbosa Aranha			
	Francisco da Mota de Sá			
Menor condição	António Gonçalves		Carpinteiro	
	Francisco Fernandes Galvão			
	Álvaro de Abreu			
	João Fernandes			
	João Fernandes			
Definitório: Maior condição	António Marejar			
	Francisco da Mota de Sá			
	Baltasar Pires Viegas			
	Francisco de Sousa			
	Abade Francisco Rebelo Sá			
	António Pereira			
Menor condição	Gonçalo Rodrigues Vieira			
	Manuel Domingos			
	Francisco Rodrigues Mota			
	Manuel Gonçalves Gondim			
	Manuel Fernandes		Alfaiate	
	Domingos Álvares Pinheiro			
1620-21				
Mesa: Maior condição	Francisco da Mota de Sá	Provedor		
	António Malheiro	Escrivão		
	João Fróis do Amaral			
	Padre Vicente Correia	Procurador dos presos		

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Álvaro Vaz Mogueimes			Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Gaspar Pereira			Fidalgo
	Leonel de Brito Soares			
Menor condição	José Gonçalves			
	Domingos Gonçalves		Sapateiro	
	Leonel de Brito			
	Manuel Gonçalves			
	Gonçalo Gonçalves			
	Roque de Amorim			
Definitório: Maior condição	Gaspar de São Miguel			
	Pedro Marinho Falcão			
	Gaspar Pereira Barbosa			Fidalgo
	Gaspar de Amorim de Almeida			
	Álvaro Vaz Mogueimes			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Francisco de Sousa			
Menor condição	Gonçalo Rodrigues		Armeiro	
	António Gonçalves		Carpinteiro	
	Francisco de Abreu			
	Belchior Gonçalves		Vendeiro	
	António Afonso, Santo Amaro			
	Manuel Fernandes		Alfaiate	
1621-22				
Mesa: Maior condição	Pedro Marinho Falcão	Provedor		
	Gaspar Vieira Barbosa	Escrivão		
	Gaspar Amorim Almeida			
	Álvaro Vaz Mogueimes		Tesoureiro da Casa da Moeda do Porto	Cavaleiro da Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Francisco Sousa			
	Gaspar Pereira			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Gaspar São Miguel			
Menor condição	Gonçalo Rodrigues		Sapateiro	
	António Gonçalves		Carpinteiro	
	Francisco Abreu		Sapateiro	
	Belchior Gonçalves		Vendeiro	
	António Afonso, Santo Amaro			
	Manuel Fernandes		Alfaiate	
Definitório: Maior condição	Domingos Correia			
	Nuno Borges			
	João Lourenço Rebelo			
	Pedro Borges Pacheco			
Menor condição	Domingos Fernandes Pinheiro		Sapateiro	
	Pedro Fernandes Galvão			
	Álvaro Fernandes			
	Manuel Fernandes Gondim			
	Pedro Rodrigues Mota			
	Francisco Abreu			
1622-23				
Mesa: Maior condição	Álvaro Pinho de Lacerda	Provedor		
	Francisco Rebelo de Sá	Escrivão		
	Diogo Borges Pacheco			
	Lic. Padre Bartolomeu Álvares Varajão			
	Manuel Moreira de Araújo			
	Brás Marinho Aranha			
Menor condição	João Pires			
	Manuel Fernandes			
	Domingos de Sousa			
	Belchior Gonçalves			
	Vasco Pereira			
	João da Mota			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
Definitório: Maior condição	Francisco da Mota de Sá			
	Diogo Ferraz			“Brasileiro”, Fidalgo
	Gaspar de Amorim Almeida			Senhor do morgado da Torre de Refóios
	Francisco Sousa			
	António Carvalho			
	Pedro Borges Pacheco			
Menor condição	Belchior Gonçalves		Vendeiro	
	Francisco Araújo		Sapateiro	
	António Gonçalves		Carpinteiro	
	António Afonso			
	Paulo Francisco			
	Domingos Gonçalves		Sapateiro	
1623-24				
Mesa: Maior condição	Francisco Lopes Calheiros de Meneses	Provedor		Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro professo da Ordem de Cristo, Mestre de campo e Governador de várias praças
	Francisco Rebelo de Sá	Escrivão	Tabelião de notas e judicial	.
	Lic. Padre Bartolomeu Álvares Varajão			
	Manuel Marinho de Sousa			
	Gaspar Araújo Marinho			
Menor condição	Manuel Fernandes			
	Nuno Rodrigues			
	Gonçalo Pereira			
	Nuno Rodrigues			
Definitório: Maior condição	Abade Fernão da Silva Pereira			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Dr. frei António Pereira de Abreu Lima			Comendador da Ordem de S. João, Fidalgo da Casa Real, Comendador de Sernanselhe
	Francisco Borges Miranda			
	Nuno Borges			
	Francisco de Sousa			
	Manuel de Amorim de Araújo			
Menor condição	Manuel Gondim			
	Manuel Fernandes Magalhães			
	Domingos Gonçalves		Sapateiro	
	António Gonçalves		Sapateiro	
	Francisco de Araújo		Sapateiro	
	Francisco de Abreu		Sapateiro	
1624-25				
Mesa: Maior condição	Gaspar Pereira Barbosa	Provedor		
	Jerónimo Borges	Escrivão	Tabelião	
	Álvaro Vaz Mogueimes		Tesoureiro da Casa da Moeda do Porto	Cavaleiro da Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Manuel de Amorim Barbosa			
	Gaspar Correia de Amorim			
	Leonel de Brito			
	Nicolau de Amorim			
Menor condição	António Gonçalves			
	Francisco de Abreu, o novo			
	António de Araújo		Sapateiro	
	Domingos Gonçalves			
	António Gonçalves			
	Domingos Esteves			
Definitório: Maior condição	Francisco Borges Soares			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Nuno Borges Pacheco			
	Francisco Sousa			
	Francisco Correia			
	Jerónimo Soares			
	Manuel Araújo			
Menor condição	Francisco de Abreu			
	Gonçalo Fernandes			
	Francisco Fernandes Galvão			
	Gaspar Fernandes			
	Francisco Araújo		Sapateiro	
	João Afonso			
1625-26				
Mesa: Maior condição	António Malheiro Araújo	Provedor		
	Pedro Borges Pacheco	Escrivão		
	Lopo Malheiro Marinho			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Roque de Amorim Bezerra			
	Manuel de Barros Aranha			
	Manuel de Amorim Barbosa			
Menor condição	Manuel Gonçalves			
	Francisco Fernandes			
	Francisco de Araújo			
	Martim Antunes			
	Jerónimo Fernandes		Sapateiro	
	Domingos Esteves			
Definitório: Maior condição	Pedro Marinho Falcão			
	Baltasar de Araújo Marinho			
	Francisco Rebelo de Sá		Tabelião de notas e judicial	
	Diogo Borges Pacheco			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Francisco Mota de Sá			
	Gaspar de São Miguel			
Menor condição	Domingos Gonçalves			
	Manuel Domingues			
	Francisco Rodrigues Mota			
	Gaspar Domingues			
	Manuel Fernandes			
	Gonçalo Fernandes			
1626-27				
Mesa: Maior condição	Francisco de Sousa	Provedor		
	António Carneiro	Escrivão		
	João Malheiro Pereira			Capitão-mor de Ponte de Lima
	Manuel de Amorim de Araújo			
	Álvaro de Abreu			
	Manuel de Sampaio de Melo			
Menor condição	Francisco da Costa			
	Afonso Antunes			
	Pero Gonçalves			
	João Pires			
Definitório: Maior condição	Pedro Marinho Falcão			
	Francisco Rebelo de Sá		Tabelião de notas e judicial	
	Lic. Osvaldo Varajão			
	Gaspar Francisco Araújo			
	Manuel Gonçalves Gondim			
	Belchior Gonçalves			
	Gaspar de Amorim de Almeida			
	Padre Dr. Francisco Fernandes Galvão			Arcediago de Cerveira, no Arcebispado de Braga

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
Menor condição	Francisco Fernandes Calçado			
	Belchior Gonçalves			
	Domingos Gonçalves Pereira			
	Francisco de Araújo		Sapateiro	
	António Pereira Folgosa			
	Francisco Correia			
	Francisco Fernandes Galvão			
1627-28				
Mesa: Maior condição	Dom Luís de Lima Brito e Nogueira	Provedor		Visconde de Vila Nova de Cerveira, Conde dos Arcos
	Pero Marinho Falcão	Escrivão		
	Jerónimo de Sá de Meneses			
	Dr. frei António Pereira de Abreu Lima			Comendador da Ordem de S. João, Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Comendador de Sernanselhe
	Lic. Jácome de Calheiros, morreu			
	Rui Gomes de Abreu			Moço fidalgo da Casa de Sua Majes- tade
	Pero de São Miguel Rebelo			
	Luís de Meireles Borges			Cavaleiro da Ordem de Cristo
Menor condição	Brás Rebelo			
	António Fernandes			
	Belchior Gonçalves			
	António Pereira			
	Gaspar Domingues			
	Francisco Pires Galvão			
Definitório: Maior condição	Abade Fernão Silva Pereira			Fidalgo da Casa de Sua Majestade e administrador do 1º Morgadio de Bertiandos
	António Pereira			
	Francisco Sousa			
	Pero Gomes Abreu			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Jerónimo Sá de Meneses			
	Gaspar Amorim Almeida			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
Menor condição	António Fernandes		Carpinteiro	
	Manuel Domingues			
	Domingos Gonçalves			
	Manuel Gonçalves Gondim			
	Francisco Araújo			
	Francisco Fernandes Calçado			
1628-29				
Mesa: Maior condição	Baltasar Pereira	Provedor		
	Domingos Vaz Pinto	Escrivão		
	Lic. Padre Bartolomeu Álvares Varajão			
	Pedro Marinho Falcão			
	Francisco Rebelo Sá		Tabelião de notas e judicial	
	Francisco Correia			
	Padre Dr. Francisco Fernandes Galvão			Arcediago de Cerveira, no Arcebis- pado de Braga
Menor condição	Manuel Gonçalves Gondim			
	Belchior Gonçalves			
	Francisco Rodrigues Mota			
	Francisco Araújo			
	Francisco Fernandes Calçado			
	Martim Gomes			
Definitório: Maior condição	Lic. Bartolomeu Álvares Varajão			
	Rui Gomes			
	Pero Marinho Falcão			
	Francisco Rebelo de Sá			
	Manuel Gonçalves Gondim			
	João de Venavides Mendanhas			
Menor condição	Belchior Gonçalves da Silva			
	Francisco Rodrigues da Mota			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Francisco de Araújo			
	Francisco Fernandes Calçado			
	António de Araújo		Sapateiro	
	Manuel Gonçalves			
	Bastião de Matos			
1629-30				
Mesa: Maior condição	Abade Fernão Silva Pereira	Provedor		Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	António Falcão Ferraz	Escrivão		
	Francisco Rebelo Sá		Tabelião de notas e judicial	
	Pedro Borges Pacheco			
	António Carneiro			
	Francisco Sousa			
	Pedro Gomes e Abreu			
Menor condição	Manuel Gonçalves Gondim			
	Manuel Domingues			
	Francisco Fernandes Galvão			
	Belchior Gonçalves			
	Francisco Fernandes Calçado			
	Manuel Fernandes			
Definitório: Maior condição	Pedro Rodrigues Falcão			
	Gaspar de São Miguel			
	Lic. Padre Bartolomeu Álvares Varajão			
	Álvaro Abreu			
	Nicolau Dantas de Amorim Barbosa			
	António Pereira Figueira			
Menor condição	Domingos Gonçalves			
	Francisco Abreu, o velho			
	António Gonçalves		Carpinteiro	
	Francisco Abreu			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Gaspar Domingues		Alfaiate	
	António Araújo		Ferrador	
1630-31				
Mesa: Maior condição	Diogo Ferraz	Provedor		“Brasileiro”, Fidalgo
	Padre Fernão Barbosa	Escrivão		
	João Malheiro Pereira	Procurador		Capitão-mor de Ponte de Lima
	Álvaro de Abreu			
	António Leborão			
	Lic. Padre Bartolomeu Álvares Varajão			
	Leonel de Brito			
Menor condição	Gaspar Gonçalves Leão		Alfaiate	
	Manuel Domingues			
	Francisco Queirós			
	João Pires		Sapateiro	
	Miguel Rodrigues Quintero		Barbeiro	
	Gaspar Antunes			
Definitório: Maior condição	Pedro Araújo Marinho			
	Baltasar Barbosa Aranha			
	Gaspar Amorim Almeida			
	Pedro Borges Pacheco			
	Fernando Soares			
	Manuel de Amorim Araújo			
Menor condição	Manuel Mota		Serralheiro	
	António Gonçalves		Carpinteiro	
	Manuel Gonçalves Gondim			
	Paulo Álvares			
	Francisco Fernandes Galvão			
	Martim Antunes			
1631-32				
Mesa: Maior condição	António Malheiro Araújo	Provedor		

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Brás Rebelo Pereira	Escrivão		Capitão-mor
	Francisco de Varajão Brandão	Procurador		Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Senhor da quinta da Granja
	Francisco Correia			
	Manuel Pacheco Pinto			Cavaleiro professo da Ordem de Cristo, Capitão
	Melchior Pacheco			
	Fernão de Amorim Salgado			
Menor condição	Melchior Gonçalves		Vendeiro	
	António Araújo		Sapateiro	
	Pedro Gonçalves			
	Francisco Gonçalves Galvão			
	Domingos de Brito			
	Gaspar Domingues		Alfaiate	
Definitório: Maior codição	Jerónimo Borges		Tabelião	
	António Falcão Marinho			
	Francisco Sousa			
	Gaspar São Miguel			
	Francisco Rebelo Sá		Tabelião de notas e judicial	
	Gaspar Amorim Almeida			
	Jerónimo Soares			
	Lic. Padre Bartolomeu Gonçalves Varajão			
Menor condição	Francisco Araújo			
	Francisco Abreu			
	Francisco Fernandes			
	Gaspar Gonçalves			
	Manuel Gonçalves Gondim			
	Gaspar Borges			
	Manuel Domingues			
	António Araújo			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
1632-33				
Mesa: Maior condição	Gaspar de Amorim de Lacerda	Provedor		
	Jerónimo Borges	Escrivão	Tabelião	
	Lic. Francisco da Costa			
	António Pacheco			
	Baltasar de Brito de Sá			
	Gaspar Barbosa Aranha			
	Gaspar Soares Brandão			
Menor condição	António Gonçalves		Carpinteiro	
	Francisco Fernandes Calçado			
	Amaro Fernandes			
	Domingos de Araújo		Alfaiate	
	Francisco de Araújo		Sapateiro	
	Francisco de Abreu, o novo		Sapateiro	
Definitório: Maior condição	Lic. Padre Bartolomeu Álvares Varajão			
	Francisco Varajão Brandão			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Senhor da quinta da Granja
	Francisco de Sousa			
	Francisco Correia			
	António Falcão			
	Francisco Rebelo de Sá			
	Lopo Malheiro Marinho			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Lopo Malheiro Barriga			Senhor do Solar do Refoios
Menor condição	Manuel Domingues			
	Francisco Fernandes Galvão			
	João Pires			
	Belchior Gonçalves		Tosador	
	Francisco Fernandes			
	Manuel Gonçalves Gondim			
	Gaspar Domingues		Alfaiate	
	Gaspar Gonçalves		Alfaiate	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
1633-34				
Mesa: Maior condição	Pedro Gomes de Abreu	Provedor		Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Manuel de Barros Aranha	Escrivão		
	Francisco de Sá Souto Maior	Procurador		
	Abade António de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa Real
	Manuel Pereira Pinto			Executor de Sua Majestade
	Francisco Rebelo de Sá			
Menor condição	Pero Pinto			
	Francisco Fernandes Queirós			
	Francisco Álvares		Serralheiro	
	João Gonçalves		Carpinteiro	
	Sebastião de Matos		Carpinteiro	
	Francisco de Araújo Varajão		Carpinteiro	
Definitório: Maior condição	Lic. Padre Bartolomeu Álvares Varajão			
	Lopo Malheiro Marinho			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Francisco Sousa			
	Padre Fernão Barbosa			
	António Falcão			
	Francisco Correia			
	Pero Borges Pacheco			
	Gaspar de Amorim de Araújo			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
Menor condição	Francisco Fernandes Calçado			
	Francisco Fernandes Galvão			
	Francisco de Araújo			
	Manuel Domingues			
	Paulo Álvares			
	Belchior Gonçalves		Tosador	
	António Gonçalves		Carpinteiro	
	Francisco Abreu			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
1634-35				
Mesa: Maior condição	Padre Fernão Barbosa	Provedor		
	João de Benevides	Escrivão		
	Lic. Padre Bartolomeu Álvares Varajão			
	Fernão de Amorim Salgado			
	Simão Velho Barreto			
	Mateus da Costa Barbosa			
	Francisco Borges Soares			
Menor condição	Belchior Rodrigues		Tosador	
	Belchior Gonçalves		Tosador	
	Francisco Fernandes Galvão			
	António de Araújo		Sapateiro	
	Miguel Rodrigues Quinteiro		Barbeiro	
	Manuel Domingues			
Definitório: Maior condição	Gaspar de São Miguel			
	Francisco Rebelo de Sá			
	Baltasar de Araújo Marinho			
	António Falcão			
	Baltasar Barbosa Aranha			
	Manuel de Barros Aranha			
	Álvaro de Abreu			
	António Pereira Figueira			
Menor condição	Francisco Fernandes Calçado			
	Manuel Gonçalves Gondim			
	Francisco de Araújo		Sapateiro	
	António Gonçalves		Sapateiro	
	Francisco Fernandes Queirós			
	Gaspar Antunes			
	Pero Gonçalves Mendes			
	Paulo Álvares			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
1635-36				
Mesa: Maior condição	António Pereira Figueira	Provedor		
	Manuel Pacheco Pinto	Escrivão		Cavaleiro professo da Ordem de Cristo, Capitão
	Francisco Pereira Malheiro	Procurador		
	Belchior Pacheco de Amorim			Capitão-mor
	Baltasar de Brito e Sá			
	António de Matos			
	João Rebelo Pereira			
Menor condição	Marco Fernandes			
	Francisco Fernandes Calçado			
	António Pires Guerra			
	Domingos de Araújo		Alfaiate	
	Pero Gonçalves Padas			
	António Gonçalves		Carpinteiro	
Definitório: Maior condição	Luís de Meireles Borges			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Francisco de Sousa			
	Pedro Borges Pacheco			
	Lic. Padre Bartolomeu Álvares Varajão			
	Domingos Vaz Pinto			
	Diogo Borges Pacheco			
	Simão Velho Barreto			
	António Falcão			
Menor condição	Manuel Domingues			
	Francisco Fernandes Queirós			
	Francisco de Abreu		Sapateiro	
	Francisco de Araújo		Sapateiro	
	Francisco Fernandes Galvão			
	Miguel Rodrigues Quinteiro		Barbeiro	
	Belchior Rodrigues		Tosador	
	Domingos de Brito		Sapateiro	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
1636-37				
Mesa: Maior condição	António Falcão	Provedor		
	Pedro Borges Pacheco	Escrivão		
	Álvaro de Abreu			
	Francisco Varajão Brandão	Procurador		Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Senhor da quinta da Granja
	Domingos Vaz Pinto			
	Baltasar Barbosa Aranha			
	Francisco Pereira Caldas			
Menor condição	Francisco de Araújo		Sapateiro	
	Francisco de Abreu		Sapateiro	
	Francisco Fernandes Queirós			
	Domingos de Brito			
	Francisco de Araújo		Carpinteiro	
	Pascoal Rodrigues Quintero			
Definitório: Maior condição	Luís de Meireles Borges			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Lic. Padre Bartolomeu Álvares Varajão			
	Simão Velho Barreto			
	Lopo Malheiro Marinho			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Baltasar de Araújo Marinho			
	Pedro Gomes de Abreu			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
Menor condição	Belchior Gonçalves		Tosador	
	Francisco Rodrigues Mota			
	Manuel Domingues			
	Francisco Fernandes Galvão			
	Francisco Fernandes Calçado			
	Miguel Rodrigues Quintero		Barbeiro	
	Amaro Fernandes			
	Belchior Rodrigues		Tosador	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
1637-38				
Mesa: Maior condição	Luís de Meireles Borges	Provedor		Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Mateus da Costa Barbosa	Escrivão		
	Baltasar da Gama	Procurador		
	Baltasar de Araújo Marinho			Sr. da casa de Patim e casa do Cardido
	Padre Gaspar Fiúza			
	Lic. André Soares Barbosa			
	Pedro de Araújo de Lima			Senhor da casa de Antepaço
Menor condição	Manuel Domingues			
	Francisco Fernandes Galvão			
	António de Araújo		Sapateiro	
	Gaspar Antunes			
	Cristovão Afonso			
	Jerónimo Carvalho			
	Martim Antunes			
Definitório: Maior condição	Manuel de Barros Aranha			
	António Falcão			
	Pedro Borges Pacheco			a)
	Francisco Rebelo de Sá			
	Brás Rebelo Pereira			Capitão-mor
	Lopo Malheiro Marinho			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Lic. Padre Bartolomeu Álvares Varajão			
	Diogo Lopes Pacheco			
Menor condição	Belchior Gonçalves		Tosador	
	Francisco Álvares Queirós			
	Manuel Gonçalves Gondim			
	Francisco de Araújo		Sapateiro	
	Brás Rebelo		Sapateiro	
	António Gonçalves		Carpinteiro	
	Francisco de Araújo		Carpinteiro	
	Francisco de Abreu		Sapateiro	

a) Emigrou para o Brasil.

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
1638-39				
Mesa: Maior condição	Dom Diogo de Lima Brito Nogueira	Provedor		Visconde de Vila Nova de Cerveira
	Lic. Sebastião Pereira Barbosa	Escrivão		Desembargador no Porto
	Baltasar Barbosa de Miranda	Procurador		
	Jerónimo de Sá Meneses			
	Rui Gomes de Abreu			Moço fidalgo da Casa de Sua Majestade
	João Malheiro Pereira			Capitão-mor de Ponte de Lima
	Gonçalo Coelho de Araújo e Sousa Azevedo			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro de Ordem de Cristo, Monteiro-mor de Ponte de Lima
Menor condição	Belchior Gonçalves		Tosador	
	Domingos de Abreu		Alfaiate	
	Miguel Rodrigues Quinteiro		Barbeiro	
	António Gonçalves		Carpinteiro	
	Amaro Fernandes			
	Pero Gonçalves Mendes			
Definitório: Maior condição	Baltasar Barbosa Aranha			
	Lic. Padre Bartolomeu Álvares Varajão			
	Simão Velho Barreto			
	Lopo Malheiro Marinho			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Luís de Meireles Borges			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Pero Gomes de Abreu			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Mateus da Costa Barbosa			
	Baltasar de Araújo Marinho			Sr. da casa de Patim e casa do Cardido
Menor condição	Manuel Domingues			
	Francisco Fernandes Galvão			
	Domingos de Brito			
	Francisco Fernandes Queirós			
	Francisco de Araújo		Sapateiro	
	Francisco de Abreu			
	António de Abreu		Ferrador	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Francisco de Araújo		Carpinteiro	
1639-40				
Mesa: Maior condição	Francisco Rebelo de Sá, morreu	Provedor		
	Luís de Meireles Borges	Provedor		Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Manuel de Pacheco Pinto	Escrivão		Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Francisco de Varajão Brandão	Procurador		Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Senhor da quinta da Granja
	Manuel Pereira Pinto			Executor de Sua Majestade
	Baltasar de Brito de Sá			
	Lic. Padre Bartolomeu Álvares Varajão			
	Fernão Pereira Rego			
Menor condição	Francisco de Araújo		Sapateiro	
	Francisco de Abreu		Sapateiro	
	Francisco Fernandes Queirós		Sapateiro	
	Francisco de Araújo		Carpinteiro	
	Gonçalo Fernandes		Serralheiro	
	Estevão Martins		Sapateiro	
Definitório: Maior condição	Jerónimo Borges		Tabelião	
	Diogo Borges Pacheco			
	Simão Velho Barreto			
	Lopo Malheiro Marinho			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Luís Malheiro Borges			
	Mateus da Costa Barbosa			
	Baltasar de Araújo Marinho			Sr. da casa de Patim e casa do Cardido
	Manuel de Barros Aranha			
Menor condição	Belchior Gonçalves		Tosador	
	Francisco Fernandes Galvão			
	Manuel Gonçalves Gondim			
	Domingos de Brito			
	Belchior Rodrigues		Tosador	
	António Gonçalves		Carpinteiro	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Amaro Fernandes			
	António Rodrigues		Sapateiro	
1640-41				
Mesa: Maior condição	Baltasar Barbosa Aranha	Provedor		
	Manuel Barros Aranha	Escrivão		
	Fernão de Amorim Salgado			
	Francisco Pereira Malheiro			
	Pedro de Araújo de Lima			Senhor da casa de Antepaço
	Lic. Francisco da Costa			
	João Fróis de Amorim			
Menor condição	Domingos de Brito			
	Brás Rebelo		Sapateiro	
	António Pires Guerra			
	Belchior Rodrigues		Tosador	
	Pascoal Rodrigues Quinteiro			
	António Fernandes		Carpinteiro	
Definitório: Maior condição	Manuel Pacheco Pinto			Cavaleiro professo da Ordem de Cristo, Capitão
	Padre Fernão Barbosa			
	Lic. Padre Bartolomeu Álvares Varajão			
	Mateus da Costa Barbosa			
	João Malheiro Pereira			Capitão-mor de Ponte de Lima
	Luís de Meireles Borges			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Baltasar Barbosa de Miranda			
	Baltasar de Brito de Sá			
Menor condição	Francisco de Araújo		Sapateiro	
	Miguel Rodrigues Quinteiro		Barbeiro	
	António Gonçalves		Carpinteiro	
	Francisco Fernandes Queirós		Sapateiro	
	Amaro Fernandes			
	Francisco de Abreu		Sapateiro	
	Francisco Fernandes Galvão			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Gonçalo Fernandes		Armeiro	
1641-42				
Mesa: Maior condição	Pedro Gomes de Abreu	Provedor		Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Baltasar Barbosa de Miranda	Escrivão		
	Francisco Pereira da Silva de Lima	Procurador		Fidalgo da Casa Real, Administrador do 1º morgadio de Bertandos, Capitão de Couraças em Trás-os-Montes
	Padre Pedro António de Araújo			
	António de Araújo			
	Francisco Borges Soares			
	Gaspar de Amorim			
Menor condição	Belchior Gonçalves		Tosador	
	Miguel Rodrigues Quinteiro			
	António de Araújo		Sapateiro	
	Gaspar Gonçalves		Alfaiate	
	João Carvalho		Sapateiro	
	Domingos de Araújo		Alfaiate	
Definitório: Maior condição	Francisco Pereira Malheiro			
	Luís de Meireles Borges			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Baltasar Barbosa Aranha			
	Mateus da Costa Barbosa			
	Manuel de Barros Aranha			
	Manuel Pacheco Pinto			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Capitão
	Lic. Padre Bartolomeu Álvares Varajão			
	Diogo André Soares			
Menor condição	Francisco de Abreu		Sapateiro	
	Francisco de Araújo Ovelho			
	Francisco Fernandes Queirós		Sapateiro	
	Domingos de Brito			
	Belchior Rodrigues		Tosador	
	Francisco Fernandes Galvão			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Francisco de Araújo		Carpinteiro	
	Gonçalo Fernandes		Serralheiro	
1642-43				
Mesa: Maior condição	Padre António de Abreu de Lima	Provedor		Fidalgo da Casa Real
	Gonçalo Coelho de Araújo e Sousa	Escrivão		Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro de Ordem de Cristo, Mon- teiro-mor de Ponte de Lima
	Pedro de Amorim de Magalhães	Procurador		
	Leonel de Brito Soares			
	Lic. André Soares Barbosa			
	João Rebelo Pereira			
	Francisco Pereira Caldas			
Menor condição	Francisco Fernandes Queirós		Sapateiro	
	Francisco de Abreu		Sapateiro	
	Amaro Fernandes			
	Marçal Álvares		Serralheiro	
	Gonçalo Fernandes		Serralheiro	
	Francisco de Araújo		Carpinteiro	
Definitório: Maior condição	Pedro Gomes de Abreu			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Rui Gomes de Abreu			Moço fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Rui de Meireles Borges			
	Mateus da Costa Barbosa			
	Baltasar Barbosa de Miranda			
	Lic. Padre Bartolomeu Álvares de Varajão			
	Manuel de Barros Aranha			
	Manuel Pacheco Pinto			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Capitão
Menor condição	Francisco Fernandes Galvão			
	Belchior Gonçalves		Tosador	
	António de Araújo		Sapateiro	
	Domingos de Araújo		Alfaiate	
	Miguel Rodrigues Quinteiro			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Domingos de Brito			
	Amaro Fernandes			
	Francisco Fernandes Magalhães			
1643-44				
Mesa: Maior condição	Lopo Malheiro Marinho	Provedor		Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Francisco Pereira Malheiro	Escrivão		
	Luís de Brito	Procurador		
	Lopo Malheiro Barriga			Senhor do Solar do Refoios
	Manuel de Barros Aranha			
	Baltasar de Brito de Sá			
	Francisco de Varajão Brandão			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Senhor da quinta da Granja
Menor condição	João Álvares		Caleiro	
	Manuel Vaz		Sapateiro	
	Domingos de Brito			
	Belchior Rodrigues			
	António Gonçalves		Carpinteiro	
	Domingos Vaz			
Definitório: Maior condição	Fernão Barbosa			
	Baltasar Barbosa de Miranda			
	Baltasar Araújo Marinho			
	Mateus da Costa Barbosa			
	Manuel Pacheco Pinto			Cavaleiro professo da Ordem de Cristo, Capitão
	Luís de Meireles Borges			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Francisco Pereira de Caldas			
	Pedro Gomes de Abreu			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
Menor condição	Francisco de Araújo		Sapateiro	
	Francisco de Abreu		Sapateiro	
	Francisco Fernandes Queirós		Sapateiro	
	Domingos de Araújo		Alfaiate	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Manuel Fernandes			
	Francisco de Araújo		Carpinteiro	
	Miguel Rodrigues Quinteiro		Barbeiro	
	Brás Rebelo		Sapateiro	
1644-45				
Mesa: Maior condição	Francisco Pereira da Silva de Lima	Provedor		Fidalgo da Casa Real, Administrador do 1º morgadio de Bertandos, Capitão de Couraças em Trás-os-Montes
	Manuel Francisco Pinho	Escrivão		
	Pedro Barbosa Pereira	Procurador		
	Baltasar de Araújo Marinho			Sr. da casa de Patim e casa do Cardido
	Mateus da Costa Barbosa			
	Bento da Rocha Jácome			
	Manuel Pacheco Borges			
Menor condição	Miguel Rodrigues Quinteiro			
	António Pires			
	Jerónimo Carvalho			
	Manuel Rodrigues		Tendeiro	
	Marcos Fiúza			
	Pascoal de Amorim			
Definitório: Maior condição	Lic. André Soares Barbosa			
	Lopo Malheiro Marinho			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Manuel de Barros Aranha			
	Lic. Padre Bartolomeu Álvares Varajão			
	Luís de Meireles Borges			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Baltasar Barbosa de Miranda			
	Baltasar de Brito de Sá			
	António Pacheco Calheiros			Pajem, Fidalgo da Casa Real
Menor condição	Gonçalo Fernandes		Serralheiro	
	Francisco de Araújo		Sapateiro	
	Francisco de Araújo		Carpinteiro	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Francisco Fernandes Galvão			
	Amaro Fernandes			
	Francisco Fernandes Queirós		Sapateiro	
	Belchior Rodrigues		Tosador	
	Francisco de Abreu		Sapateiro	
1645-46				
Mesa: Maior condição	Frei Lopo Pereira de Lima de Melo	Provedor		Fidalgo da Casa Real, Comendador de Santa Maria, Balio da religião de Malta, Governador da praça de Salvaterra
	António Pacheco Calheiros	Escrivão		Pajem, Fidalgo da Casa Real
	Pedro de Amorim Magalhães	Procurador		
	Fernão de Amorim Salgado			
	Padre Manuel de Sá			
	Baltasar Barbosa de Miranda			
	Pedro Marinho Falcão			
	António Pacheco Pereira			
Menor condição	Francisco de Abreu		Sapateiro	
	Francisco Fernandes Queirós		Sapateiro	
	António Barbosa		Carpinteiro	
	António Álvares		Sapateiro	
	Gaspar Cerqueira		Carpinteiro	
	Gonçalo Fernandes		Armeiro	
Definitório: Maior condição	Baltasar de Araújo Marinho			Sr. da casa de Patim e casa do Cardido
	Pedro Gomes de Abreu			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Lopo Malheiro Marinho			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Manuel Pacheco Pinto			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Capitão
	Manuel de Brás Aranha			
	Mateus da Costa Barbosa			
	Fernão Pereira Rego			
	Baltasar Barbosa de Miranda			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
Menor condição	Francisco Fernandes Galvão			
	Francisco de Araújo		Sapateiro	
	Francisco de Araújo		Carpinteiro	
	Manuel Vaz		Sapateiro	
	João Carvalho		Sapateiro	
	António Pires Guerra			
1646-47				
Mesa: Maior condição	Lic. Sebastião Pereira de Barbosa	Provedor		Desembargador no Porto
	Lic. André Soares Barbosa	Escrivão		
	Padre João Álvares Cabral	Procurador		
	Nicolau Dantas Amorim Barbosa			
	Fernão Pereira Rego			
	Pedro de Araújo de Lima			
	Gonçalo Marinho Figueiroa			
Menor condição	Francisco de Araújo		Sapateiro	
	Francisco de Araújo		Carpinteiro	
	João Coelho		Alfaiate	
	Manuel Pito			
	Gaspar Gonçalves		Alfaiate	
	Domingos Gonçalves		Barbeiro	
Definitório: Maior condição	Padre Manuel de Sá			
	Lopo Malheiro Marinho			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Baltasar de Araújo Marinho			Sr. da casa de Patim e casa do Cardido
	Mateus da Costa Barbosa			
	Manuel de Barros Aranha			
	Baltasar Barbosa de Miranda			
	João Malheiro Pereira			Capitão-mor de Ponte de Lima
	António Pacheco Calheiros			Pajem, Fidalgo da Casa Real
Menor condição	Francisco Fernandes Queirós		Sapateiro	
	Pero de Abreu			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Francisco Fernandes Galvão			
	Melchior Gonçalves			
	Domingos de Araújo			
	António de Araújo		Sapateiro	
	João Carvalho		Sapateiro	
	Gonçalo Fernandes		Serralheiro	
1647-48				
Mesa: Maior condição	Mateus da Costa Barbosa	Provedor		
	Pedro Barbosa Pereira	Escrivão		
	Belchior Pacheco Borges de Amorim	Procurador		Capitão-mor
	Gaspar de Amorim de Araújo			
	António de Melo de Sampaio			
	Bernardo Quinteiro			
	Francisco de Sá			
Menor condição	Jerónimo de Castro		Armeiro	
	Belchior Rodrigues		Tosador	
	António Fernandes		Carpinteiro	
	Pedro Antunes		Sapateiro	
	António Pires Guerra			
	Jerónimo Fernandes		Sapateiro	
Definitório: Maior condição	Lic. André Soares Barbosa			
	Lopo Malheiro Marinho			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Francisco Pereira da Silva de Lima			Fidalgo da Casa Real, Administrador do 1º morgadio de Bertandos, Ca- pião de Couraças em Trás-os-Montes
	Frei Lopo Pereira de Lima de Melo			Fidalgo da Casa Real, Comendador de Santa Maria, Balio da religião de Malta, Governador da praça de Salvaterra
	Luís de Meireles Borges			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Manuel de Barros Aranha			
	Lic. Sebastião Pereira Barbosa			Desembargador no Porto
	Manuel Pacheco Pinto			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Capitão

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
Menor condição	Francisco de Araújo		Sapateiro	
	Francisco de Abreu		Sapateiro	
	Francisco Fernandes Queirós		Sapateiro	
	Francisco de Araújo		Carpinteiro	
	Manuel Rodrigues Quinteiro		Barbeiro	
	António Gonçalves		Carpinteiro	
	Gonçalo Gonçalves		Armeiro	
	Gaspar Cerqueira		Carpinteiro	
1648-49				
Mesa: Maior condição	Rodrigo Pinheiro de Lacerda	Provedor		Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Baltasar de Araújo Marinho	Escrivão		Sr. da casa de Patim e casa do Cardido
	António Pacheco Pereira	Procurador		
	Francisco Borges Soares			
	Padre Gaspar Fiúza			
	Lic. Francisco da Costa			
	Belchior Pacheco de Amorim			Capitão-mor
Menor condição	Francisco de Abreu		Sapateiro	
	Francisco Fernandes Queirós		Sapateiro	
	Matias de Abreu		Tecelão	
	Pascoal de Amorim		Sombreireiro	
	Gonçalo Fernandes		Armeiro	
Definitório: Maior condição	Pero Gomes de Abreu			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Nicolau Dantas de Amorim Barbosa			
	Mateus da Costa Barbosa			
	António de Melo de Sampaio			
	António Pacheco Calheiros			Pajem, Fidalgo da Casa Real
	Padre Fernão Barbosa			
	Fernando Pereira Rego			
Baltasar Barbosa Aranha				
Menor condição	Francisco de Araújo		Sapateiro	
	Belchior Gonçalves		Tosador	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Belchior Rodrigues		Tosador	
	Domingos de Brito			
	António Barbosa		Carpinteiro	
	João Carvalho		Sapateiro	
	Francisco de Araújo		Carpinteiro	
	António Fernandes		Carpinteiro	
	António Fernandes Guerra			
1649-50				
Mesa: Maior condição	Dom Diogo de Lima Brito Nogueira	Provedor		Visconde de Vila Nova de Cerveira, Governador de armas da província do Minho
	Pedro Gomes de Abreu	Escrivão		Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	João de Sá Souto Maior	Procurador		Cavaleiro da Ordem de Cristo, "Brasileiro", Desembargador da Relação da Bahia
	Lic. André Soares Barbosa			
	Fernão Pereira Rego			
	Duarte de Sá Souto Maior			Fidalgo da Casa Real
	João Afonso de Araújo Mendes			
Menor condição	Francisco de Araújo		Sapateiro	
	Miguel Rodrigues Quinteiro			
	Domingos Rodrigues		Serralheiro	
	António Mariz			
	João Coelho		Alfaiate	
	Gaspar		Sirgueiro	
Definitório				
Maior condição	António Pacheco Calheiros			Pajem, Fidalgo da Casa Real
	António de Abreu de Lira			
	Baltasar Barbosa de Miranda			
	Manuel Pacheco Pinto			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Capitão
	Lopo Malheiro Marinho			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Mateus da Costa Barbosa			
	Baltasar de Araújo Marinho			Sr. da casa de Patim e casa do Cardido
	Gaspar de Amorim de Araújo			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Baltasar Barbosa Aranha			
	Baltasar de Brito de Sá			
	Pero Barbosa			
Menor condição	Francisco de Abreu		Sapateiro	
	Francisco Fernandes Queirós		Sapateiro	
	António de Araújo			
	António Pires Guerra			
	Baltasar Fernandes		Tosador	
	António Fernandes		Carpinteiro	
	Gonçalo Fernandes		Serralheiro	
	Francisco de Araújo		Carpinteiro	
1650-51				
Mesa: Maior condição	Lic. Frei Manuel Pacheco Pinto	Provedor		Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Gaspar de Amorim de Araújo	Escrivão		Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Francisco Barbosa Aranha	Procurador		
	Francisco de Abreu e Lima			
	António de Andrade			
	João Dantas Amorim			
	António de Caldas e Sousa			Fidalgo da Casa Real
Menor condição	João Carvalho		Sapateiro	
	António Pires Guerra		Barbeiro	
	Domingos Gonçalves		Carpinteiro	
	António Barbosa		Carpinteiro	
	Miguel Rodrigues		Alfaiate	
	Mateus Fernandes		Serralheiro	
Definitório: Maior condição	João de Benevides			
	Pedro Gomes de Abreu			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Luís de Meireles Borges			Cavaleiro da Ordem de Cristo

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Baltasar Barbosa Aranha			
	Lopo Malheiro Marinho			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Mateus da Costa Barbosa			
	Lic. André Soares Barbosa			
	João Malheiro Pereira			Capitão-mor de Ponte de Lima
Menor condição	João Coelho		Alfaiate	
	Gonçalo Fernandes		Armeiro	
	Francisco de Abreu		Sapateiro	
	Francisco de Araújo		Sapateiro	
	Miguel Rodrigues Quinteiro		Barbeiro	
	Belchior Rodrigues		Tosador	
	Pero Antunes		Sapateiro	
	Pascoal de Amorim		Carpinteiro	
1651-52				
Mesa: Maior condição	Padre António de Abreu de Lima	Provedor		Fidalgo da Casa Real
	Baltasar Barbosa de Miranda	Escrivão		
	Miguel de Brito	Procurador		
	Dr. frei António Pereira de Abreu Lima			Comendador da Ordem de S. João, Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Comendador de Sernanselhe
	Gaspar Pinto Correia			
	Gaspar Marinho Pereira			
	Francisco Pereira Barbosa			
Menor condição	João de Castro			
	Pero Antunes		Sapateiro	
	Francisco de Abreu		Sapateiro	
	João Rodrigues		Ferreiro	
	Gaspar Gonçalves		Alfaiate	
	Domingos Gonçalves		Serralheiro	
Definitório: Maior condição	Baltasar Barbosa Aranha			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Pedro Gomes de Abreu			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Lic. André Soares Barbosa			
	Francisco de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa Real
	Manuel Pacheco Pinto			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Capitão
	Pedro de Amorim de Magalhães			
	Lopo Malheiro Marinho			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Mateus Costa Barbosa			
Menor condição	João Coelho		Alfaiate	
	João Carvalho		Sapateiro	
	Francisco de Araújo		Carpinteiro	
	António Pires Guerra			
	Belchior Rodrigues		Tosador	
	Miguel Rodrigues Quinteiro		Barbeiro	
	Domingos Gonçalves		Barbeiro	
	Francisco Fernandes Queirós		Sapateiro	
1652-53				
Mesa: Maior condição	Pedro Gomes de Abreu	Provedor		Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Baltasar Barbosa de Miranda	Escrivão		
	António Madriz Pinheiro Barreto	Procurador		
	Paulo Pereira de Mesquita			Fidalgo da Casa Real
	Domingos Brandão Coelho			
	Fernão Pereira Rego			
	Fernão Pereira Ferraz			
Menor condição	João Coelho		Alfaiate	
	Gonçalo Fernandes		Serralheiro	
	Francisco de Araújo, o velho			
	Gaspar Pereira		Sapateiro	
	Francisco Fernandes Queirós		Sapateiro	
	Gaspar Rodrigues		Alfaiate	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto	
Definitório: Maior condição	Padre António de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa Real	
	Mateus da Costa Barbosa				
	Pedro de Amorim de Magalhães				
	Dr. frei António Pereira de Abreu Lima			Comendador da Ordem de S. João, Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Comendador de Sernanselhe	
	Gaspar Marinho Pereira Ferraz				
	Pedro de Araújo de Lima			Senhor da casa de Antepaço	
	Francisco Pereira Barbosa				
	Francisco de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa Real	
	Menor condição	Francisco de Abreu, morreu		Sapateiro	
		António Fernandes			
António Pires Guerra					
Pedro Antunes					
João Carvalho			Sapateiro		
Pero Gonçalves					
Gaspar Gonçalves			Alfaiate		
Belchior Rodrigues			Tosador		
João de Castro					
1653-54					
Mesa: Maior condição	Lic. Frei Manuel Pacheco Pinto	Provedor		Cavaleiro da Ordem de Cristo	
	João de Sá Souto Maior	Escrivão		Cavaleiro da Ordem de Cristo, “Bra- sileiro”, Desembargador da Relação da Bahía	
	António de Caldas	Procurador			
	Gaspar Pacheco e Sampaio				
	António de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa Real	
	Paio da Costa				
João de Sá Barros					
Menor condição	Domingos Gonçalves		Barbeiro		
	Fernão de Araújo		Masseiro		
	Francisco Fernandes França		Sapateiro		
	António Martins		Alfaiate		

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Domingos Pires		Carpinteiro	
	Miguel Rodrigues		Alfaiate	
Definitório: Maior condição	Gaspar Marinho Brás			
	Padre António de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa Real
	Lic. Sebastião Pereira Barbosa			Desembargador no Porto
	Mateus da Costa Barbosa			
	Lopo Malheiro Marinho			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Baltasar de Araújo Marinho			Sr. da casa de Patim e casa do Cardido
	Gaspar de Amorim de Araújo			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Fernando Pereira Rego			
Menor condição	Francisco de Araújo		Sapateiro	
	Francisco Fernandes Queirós		Sapateiro	
	Miguel Fernandes Quintero		Barbeiro	
	Belchior Rodrigues		Tosador	
	Gaspar Gonçalves da Costa			
	João Coelho		Alfaiate	
	Manuel Brás		Violeiro	
	Domingos de Araújo			
1654-55				
Mesa: Maior condição	Gonçalo Coelho de Araújo e Sousa	Provedor		Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro de Ordem de Cristo, Mon- teiro-mor de Ponte de Lima
	Gaspar de Amorim de Araújo	Escrivão		Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Pedro Marinho Falcão	Procurador		
	Gaspar Soares Borges			
	Francisco Velho Gondim de Araújo			
	Baltasar de Brito e Sá			
	Cristovão Soares de Abreu			Magistrado, político e diplomata
Menor condição	João Carvalho		Sapateiro	
	António Fernandes		Sapateiro	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Francisco de Lima		Masseiro	
	Francisco da Cunha		Alfaiate	
	Pascoal de Amorim		Carpinteiro	
	Manuel Vaz		Sapateiro	
Definitório: Maior condição	Baltasar da Gama			
	Lic. Frei Manuel Pacheco Pinto			Cavaleiro professo da Ordem de Cristo
	António de Andrade			
	Pedro de Araújo de Lima			Senhor da casa de Antepaço
	Baltasar Barbosa de Miranda			
	António Pacheco Calheiros			Pajem, Fidalgo da Casa Real
	Francisco de Sá Souto Maior			Fidalgo da Casa Real
	João Malheiro Pereira			Capitão-mor de Ponte de Lima
Menor condição	Pero Antunes			
	Gonçalo Fernandes		Serralheiro	
	António Fernandes		Carpinteiro	
	Pascoal de Amorim		Sombreireiro	
	Gaspar Rodrigues		Alfaiate	
	Gaspar Pereira		Sapateiro	
	Gaspar Gonçalves		Alfaiate	
1655-56				
Mesa: Maior condição	Pedro Barbosa Pereira	Provedor		
	Gaspar Pinto Correia	Escrivão		
	Paulo Pereira de Mesquita	Procurador		Fidalgo da Casa Real
	Francisco Machado de Faria			
	Luís Mendes de Brito			
	Francisco Velho de Araújo			
	António de Andrade			
Menor condição	Gonçalo Cunha			
	João Coelho		Alfaiate	
	Domingos Rodrigues		Serralheiro	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	António Rebelo			
	Gaspar Gonçalves		Alfaiate	
	António Álvares		Sapateiro	
Definitório: Maior condição	Francisco Borges Soares			
	Manuel Sá Pacheco			
	Mateus da Costa Barbosa			
	Lopo Malheiro Marinho			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Gaspar de Amorim de Araújo			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Gaspar Marinho Pereira Ferraz			
	Jerónimo de Sá Souto Maior			Fidalgo da Casa Real
	Baltasar Barbosa Miranda			
Menor condição	Francisco de Araújo		Sapateiro	
	Domingos Gonçalves		Barbeiro	
	Belchior Rodrigues		Tosador	
	Marcos Fiúza			
	António Barbosa		Carpinteiro	
	Miguel Rodrigues		Alfaiate	
	Francisco de Araújo		Sapateiro	
1656-57				
Mesa: Maior condição	Lic. Frei Manuel Pacheco Pinto	Provedor		Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Gaspar Marinho Pereira Ferraz	Escrivão		
	Luís de Brito Soares	Procurador		
	Abade Manuel da Guia			
	Gaspar Pacheco e Sampaio			
	Simão Correia de Amorim			
	Diogo Malheiro Marinho			
Menor condição	Pedro Antunes		Sapateiro	
	Gaspar Rodrigues		Alfaiate	
	António Francisco		Sapateiro	
	Domingos Gonçalves		Armeiro	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Gonçalo Fernandes		Armeiro	
	Gaspar Pereira		Sapateiro	
Definitório: Maior condição	Pedro de Araújo de Lima			Senhor da casa de Antepaço
	Francisco Pereira Rego			
	Padre António de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa Real
	Gaspar de Amorim de Araújo			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Francisco de Varajão Brandão			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Senhor da quinta da Granja
	António Pacheco Calheiros			Pajem, Fidalgo da Casa Real
	Gaspar Pinto Correia			
	Belchior Pacheco Amorim			Capitão-mor
Menor condição	Belchior Rodrigues		Tosador	
	Francisco Fernandes Queirós		Sapateiro	
	António Fernandes		Carpinteiro	
	Pascoal de Amorim		Carpinteiro	
	António Pires Guerra			
	António Rebelo			
	Manuel Vaz		Sapateiro	
	Francisco de Lima			
1657-58				
Mesa: Maior condição	Fernão Pereira Rego	Provedor		
	António de Caldas e Sousa	Escrivão		
	Manuel Marinho Rebelo	Procurador		
	Lic. João Barbosa de Araújo			
	Cristovão Soares de Abreu			Magistrado, político e diplomata
	Francisco de São Miguel			
	Jácome Pereira Gaio			Cavaleiro da Ordem de Cristo
Menor condição	João Rodrigues		Ferreiro	
	Francisco Gonçalves			
	Marcos Fiúza			
	Brás Rodrigues			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Gaspar Gonçalves		Alfaiate	
	Pascoal de Amorim		Sombreireiro	
Definitório: Maior condição	Cristóvão Soares de Abreu			Magistrado, político e diplomata
Menor condição	Gaspar Brás			
1658-59				
Mesa: Maior condição	João Malheiro Pereira	Provedor		Capitão-mor de Ponte de Lima
	Francisco Barbosa Aranha	Escrivão		
	Francisco Machado de Faria	Procurador		
	Pedro de Amorim Calheiros			
	Padre Manuel de Sá Pacheco			
	João de Sá Souto Maior			Cavaleiro da Ordem de Cristo, “Brasileiro”, Desembargador da Relação da Bahía
	Paio da Costa			
Menor condição	Francisco Fernandes Queirós		Sapateiro	
	António Barbosa		Carpinteiro	
	Francisco de Araújo			
	Mateus Fernandes		Armeiro	
	João de Carvalho		Sapateiro	
	António de Araújo, faleceu			
	Domingos Pereira			
Definitório: Maior condição	Paulo Pereira Magalhães			
	Gaspar de Amorim de Araújo			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Gonçalo Coelho Araújo e Sousa			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro de Ordem de Cristo, Montei-ro-mor de Ponte de Lima
	Manuel Pereira Pacheco			
	Belchior Pacheco Amorim			Capitão-mor
	Gaspar Pinto Correia			
	Francisco Pereira Rego			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
Menor condição	Pedro Lourenço			
	Miguel Rodrigues Quinteiro		Barbeiro	
	João Coelho		Alfaiate	
	Gaspar Gonçalves		Alfaiate	
	Gonçalo Fernandes			
	António Martins		Alfaiate	
	Pascoal de Amorim		Sombreireiro	
1659-60				
Mesa: Maior condição	Frei António Pereira de Abreu de Lima	Provedor		Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro do hábito de Cristo
	Paulo Pereira de Mesquita	Escrivão		Fidalgo da Casa Real
	Padre Baltasar de Araújo de Varajão Pereira	Procurador		
	Padre António Gonçalves de Faria			
	Francisco de Varajão Brandão			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Senhor da quinta da Granja
	Martim Pereira Soares			
	Gaspar Pinto Correia			
Menor condição	Pedro Antunes		Sapateiro	
	João Coelho		Alfaiate	
	Baltasar Rodrigues		Mercador	
	António Fernandes		Carpinteiro	
	Manuel Gonçalves		Surrador	
	Gaspar Rodrigues		Alfaiate	
Definitório: Maior condição	António de Caldas e Sousa			Fidalgo da Casa Real
	Gonçalo Coelho de Araújo e Sousa			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro de Ordem de Cristo, Monteiro-mor de Ponte de Lima
	Lic. João Barbosa Araújo			
	João de Sá Souto Maior			Cavaleiro da Ordem de Cristo, "Brasileiro", Desembargador da Relação da Bahia
	Gaspar de Amorim de Araújo			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Francisco Barbosa Aranha			
	Belchior Pacheco Amorim			Capitão-mor

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Francisco Borges Soares			
Menor condição	Miguel Rodrigues Quinteiro		Barbeiro	
	Francisco Fernandes França		Sapateiro	
	Domingos Gonçalves Barbosa			
	Domingos Rodrigues		Serralheiro	
	António Pires Guerra			
	João de Castro		Armeiro	
	Fernando de Araújo			
	João Rodrigues		Ferreiro	
1660-61				
Mesa: Maior condição	Dr. Frei António Pereira de Abreu Lima	Provedor		Comendador da Ordem de S. João, Fidalgo da Casa Real, Comendador de Sernanselhe
	Pero de Amorim de Magalhães	Escrivão		
	Gabriel Rebelo Marinho	Procurador		
	Pedro de Araújo de Lima			Senhor da casa de Antepaço
	Gaspar de Amorim Araújo			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Abade Manuel da Guia			
	Brás Falcão Marinho			
Menor condição	Miguel Rodrigues Quinteiro		Barbeiro	
	Domingos Gonçalves		Barbeiro	
	Gaspar Gonçalves		Armeiro	
	Belchior Cerqueira		Celeireiro	
	João Rodrigues		Ferreiro	
	João Afonso		Armeiro	
Definitório: Maior condição	João Malheiro Pereira			Capitão-mor de Ponte de Lima
	Paulo Pereira Magalhães			
	António Gonçalves Faria			
	Padre António de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa Real
	Manuel Pacheco Pinto			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Capitão
	Bento Barbosa de Miranda			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Fernão Pereira Rego			
	Francisco de Sá Souto Maior			Fidalgo da Casa Real
	Francisco de Varajão Brandão			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Senhor da quinta da Granja
Menor condição	Francisco Fernandes Queirós		Sapateiro	
	Pedro Antunes			
	António Pires Guerra			
	António Fernandes		Carpinteiro	
	João Coelho		Alfaiate	
	António Barbosa		Carpinteiro	
	João Carvalho		Sapateiro	
	Gaspar Pereira		Sapateiro	
1661-62				
Mesa: Maior condição	Dr. frei António Pereira de Abreu Lima	Provedor		Comendador da Ordem de S. João, Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Comendador de Sernanselhe
	João de Sá Barros	Escrivão		
	Francisco de São Miguel			
	Duarte de Sá			
	João Baptista Rego			
	Lic. João Barbosa de Araújo			
Menor condição	Gonçalo da Cunha			
	Marcos Fiúza		Alfaiate	
	Domingos Correia		Sapateiro	
	António Francisco			
	Fernão de Araújo			
	Pascoal de Amorim			
Definitório: Maior condição	Francisco Barbosa Aranha			
	Dr. Frei António Pereira de Abreu Lima			Fidalgo da Casa Real, Comendador da Ordem de São João, Cavaleiro da Ordem de Malta
	Pero Barbosa Pereira			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Pero de Amorim de Magalhães			
	António Pacheco Calheiros			Pajem, Fidalgo da Casa Real
	Gaspar de Amorim de Araújo			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	João Malheiro Pereira			Capitão-mor de Ponte de Lima
	Fernão Pereira Rego			
Menor condição	Miguel Rodrigues Quinteiro		Barbeiro	
	Domingos Gonçalves			
	António Fernandes		Carpinteiro	
	João Coelho		Alfaiate	
	Pero Antunes			
	Francisco Fernandes Queirós		Sapateiro	
	António Pereira			
	Domingos de Araújo			
1662-63				
Mesa: Maior condição	Dr. Manuel Pereira de Melo	Provedor		Lente de Teologia, Governador com poderes de Reitor na Universidade de Coimbra, Administrador do morgadio de Bertandos
	Padre António Gonçalves de Faria	Escrivão		
	Padre Pedro de Amorim Calheiros	Procurador		
	Baltasar de Brito de Sá			
	Jácome Pereira do Lago			
	Gaspar Pacheco e Sampaio			
	António Moreira			
Menor condição	Gonçalo da Cunha			
	António Álvares		Alfaiate	
	António Fernandes		Carpinteiro	
	Mateus Fernandes		Armeiro	
	Manuel Vaz		Sapateiro	
	Domingos de Araújo			
1663-64				
Mesa: Maior condição	Gaspar de Amorim de Araújo	Provedor		Fidalgo da Casa de Sua Majestade

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Padre Baltasar de Araújo Varajão	Escrivão		
	Pedro Pereira	Procurador		
	Padre João de Araújo			
	João Gomes de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	João Dantas Amorim Pereira Meireles			
	Lic. João de Barros			
Menor condição	João Coelho		Alfaiate	
	António Gonçalves			
	Belchior Cerqueira			
	João Rodrigues		Ferreiro	
	António Francisco			
	Domingos Correia		Sapateiro	
Definitório: Maior condição	Paulo Pereira de Mesquita			Fidalgo da Casa Real
	João Malheiro Pereira			Capitão-mor de Ponte de Lima
	Manuel Pacheco Pinto			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Capitão
	Fernão Pereira Rego			
	António Pacheco Calheiros			Pajem, Fidalgo da Casa Real
	João de Sá Souto Maior			Cavaleiro da Ordem de Cristo, "Brasileiro", Desembargador da Relação da Bahía
	Francisco Barbosa Aranha			
	Gaspar Pinto Correia			
Menor condição	João Carvalho		Sapateiro	
	António Álvares		Sapateiro	
	Miguel Rodrigues Quinteiro		Barbeiro	
	Francisco Fernandes		Sapateiro	
	António Fernandes		Carpinteiro	
	Mateus Fernandes		Armeiro	
	Marcos Fiúza		Alfaiate	
	Manuel Vaz		Sapateiro	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
1664-65				
Mesa: Maior condição	Pedro de Araújo de Lima	Provedor		Senhor da casa de Antepaço
	Francisco de Varajão Brandão	Escrivão		Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Senhor da quinta da Granja
	João Baptista Rego	Procurador		
	Bento Pereira Malheiro			
	Diogo Malheiro Barriga			
	Manuel Fernandes			
	Lic. João de Barros			
Menor condição	Lourenço da Cunha		Carpinteiro	
	Domingos Gonçalves		Sapateiro	
	Francisco Rodrigues Seixas		Sapateiro	
	Francisco Gomes		Sapateiro	
	Francisco Fernandes França		Sapateiro	
	Miguel Rodrigues		Armeiro	
Definitório: Maior condição	Francisco Barbosa Aranha			
	Lic. Sebastião Pereira de Barbosa			Desembargador no Porto
	João Malheiro Pereira			Capitão-mor de Ponte de Lima
	Manuel Pacheco Pinto			Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo
	Pedro Barbosa Pereira			
	Dr. frei António Pereira de Abreu Lima			Comendador da Ordem de S. João, Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Comendador de Sernanselhe
	Gaspar de Amorim de Araújo			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	João de Sá Souto Maior			Cavaleiro da Ordem de Cristo, "Bra- sileiro", Desembargador da Relação da Bahía
Menor condição	João Coelho			
	António Fernandes		Carpinteiro	
	Manuel Vaz		Sapateiro	
	Domingos de Araújo			
	Mateus Fernandes		Armeiro	
	João Rodrigues		Ferreiro	
	António Álvares		Sapateiro	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Belchior Cerqueira		Surrador	
1665-66				
Mesa: Maior condição	João de Sá Souto Maior	Provedor		Cavaleiro da Ordem de Cristo, “Brasileiro”, Desembargador da Relação da Bahia
	Padre Pedro Amorim Calheiros	Escrivão		
	Jácome Pereira do Lago	Procurador		
	Martim Pereira Soares			
	Nuno Borges Soares			
	Brás Falcão Marinho			
	Nicolau Dantas de Amorim Barbosa			
Menor condição	Domingos Álvares			
	João Lopes			
	Manuel Vasconcelos			
	Lourenço Saraiva			
	Manuel de Castro		Pedreiro	
	Gaspar Lopes			
Definitório: Maior condição	João Dantas de Amorim			
	Pedro de Araújo de Lima			Senhor da casa de Antepaço
	Francisco Borges Soares			
	Gaspar de Amorim de Araújo			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Lic. João Barbosa de Araújo			
	Pedro Barbosa Pereira			
	Paulo Pereira de Mesquita			Fidalgo da Casa Real
	Francisco Pereira Rego			
Menor condição	João Coelho		Alfaiate	
	João Carvalho		Sapateiro	
	Francisco Fernandes França		Sapateiro	
	Francisco de Araújo			
	António Francisco		Sapateiro	
	João de Castro		Armeiro	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Domingos Gonçalves		Sapateiro	
1666-67				
Mesa: Maior condição	Paulo Pereira de Mesquita	Provedor		Fidalgo da Casa Real
	Francisco Machado de Faria	Escrivão		
	Lic. Pedro Marinho Falcão			
	Lic. João Barbosa de Araújo			
	Padre Cristóvão Salgado de Castro			
	João de Sá Barros			
	Gonçalo Coelho de Araújo e Sousa	Procurador		Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro de Ordem de Cristo, Monteiro-mor de Ponte de Lima
Menor condição	João Coelho		Alfaiate	
	João de Castro			
	Gaspar Francisco			
	Paulo de Araújo			
	Paulo Gonçalves		Surrador	
	Francisco da Cunha, morreu			
	Belchior Cerqueira		Surrador	
Definitório: Maior condição	Manuel Marinho Rebelo			
	João Malheiro Pereira			Capitão-mor de Ponte de Lima
	Francisco Pereira Rego			
	Pedro de Araújo de Lima			Senhor da casa de Antepaço
	Gaspar de Amorim de Araújo			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	João de Sá Souto Maior			Cavaleiro da Ordem de Cristo, "Brasileiro", Desembargador da Relação da Bahía
	Gaspar Pinto Correia			
	Francisco Barbosa Aranha			
Menor condição	João Carvalho		Sapateiro	
	Francisco Fernandes França		Sapateiro	
	João Afonso		Armeiro	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Francisco Gomes			
	Manuel Vaz		Sapateiro	
	Mateus Fernandes		Armeiro	
	Manuel de Castro		Pedreiro	
	Domingos Gonçalves		Sapateiro	
1667-68				
Mesa: Maior condição	Francisco de Varajão Brandão	Provedor		Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Senhor da quinta da Granja
	Manuel Marinho Rebelo	Escrivão		
	Bento Malheiro Pereira	Procurador		
	Abade Miguel Barbosa de Araújo			
	Pero Marinho Brandão			
	João Baptista Rego			
	Baltasar Álvares Meireles			
Menor condição	Domingos Gonçalves		Sapateiro	
	João Fernandes Mendes			
	João Afonso		Armeiro	
	Manuel Gonçalves		Surrador	
	Manuel Antunes		Sapateiro	
	Gonçalo Dias		Confeiteiro	
Definitório: Maior condição	Luís de Brito Soares			
	João Malheiro Pereira			Capitão-mor de Ponte de Lima
	Fernão Pereira Rego			
	Paulo Pereira de Mesquita			Fidalgo da Casa Real
	João de Sá Barros			
	Pedro Marinho Falcão			
	Domingos Brandão Coelho			
	João de Sá Souto Maior			Cavaleiro da Ordem de Cristo, "Brasileiro", Desembargador da Relação da Bahía
Menor condição	João Coelho		Alfaiate	
	Manuel de Castro		Pedreiro	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	João Lopes			
	João Rodrigues		Azeiteiro	
	Gaspar Francisco		Sapateiro	
	Francisco Fernandes França		Sapateiro	
	Paulo Gonçalves			
	Domingos Esteves			
1668-69				
Mesa: Maior condição	Francisco Barbosa Aranha	Provedor		
	Baltasar de Brito de Sá, morreu	Escrivão		
	Padre Pedro de Amorim Calheiros	Escrivão		
	António Moreira	Procurador e mordomo dos presos		
	João Dantas Moreira			
	Diogo Malheiro Barriga			Senhor da Torre de Refoios
	Francisco de São Miguel Mogueimes			Capitão de cavalos, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Manuel Fernandes			
Menor condição	Manuel Vaz		Sapateiro	
	João Lopes			
	Francisco Fernandes França		Sapateiro	
	João Branco			
	João Rodrigues		Alfaiate	
	Pedro Correia			
Definitório: Maior condição	Lic. João Barbosa de Araújo			
	João Malheiro Pereira			Capitão-mor de Ponte de Lima
	Gaspar de Amorim Araújo			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	João de Sá Souto Maior			Cavaleiro da Ordem de Cristo, "Brasileiro", Desembargador da Relação da Bahía
	João de Sousa Belchior			
	Padre António Gonçalves			
	Abade Manuel da Guia			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Francisco de Varajão Brandão			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Senhor da quinta da Granja
Menor condição	João Coelho		Alfaiate	
	Belchior Cerqueira		Surrador	
	Manuel de Castro		Pedreiro	
	Gaspar Francisco			
	Francisco Gomes			
	Domingos Gonçalves			
	Manuel Gonçalves			
	Domingos Correia		Sapateiro	
1669-70				
Mesa: Maior condição	João Gomes de Abreu e Lima	Provedor		Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Gonçalo Coelho de Araújo e Sousa	Provedor		Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro de Ordem de Cristo, Monteiro-mor de Ponte de Lima
	Nuno Borges Soares	Procurador		
	Nicolau Dantas de Amorim Barbosa			
	Bernardo Pereira Ferraz			
	Paulo de Melo de Sampaio			Fidalgo da Casa Real
	Francisco Pita Malheiro			Tenente general dos Exércitos de Sua Majestade, Fidalgo da Casa Real
Menor condição	Pedro de Almeida		Ferrador	
	João Coelho			
	Paulo Gonçalves		Ferrador	
	Luís Dias		Sapateiro	
	Gaspar Francisco		Sapateiro	
	João Rodrigues		Ferreiro	
Definitório: Maior condição	Abade Manuel da Guia			
	João Malheiro Pereira			Capitão-mor de Ponte de Lima
	Gaspar de Amorim de Araújo			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	João Barbosa Pereira			
	Paulo Pereira de Mesquita			Fidalgo da Casa Real

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	João de Sá Souto Maior			Cavaleiro da Ordem de Cristo, "Brasileiro", Desembargador da Relação da Bahia
	Abade Pedro de Amorim			
	Abade Miguel Barbosa			
Menor condição	Francisco Fernandes França		Sapateiro	
	João Lopes			
	João Afonso		Armeiro	
	Domingos de Araújo			
	Manuel Vaz		Sapateiro	
	João Rodrigues		Azeiteiro	
	Domingos Gonçalves			
	Belchior Cerqueira		Surrador	
1670-71				
Mesa: Maior condição	Frei Lopo Pereira de Lima de Melo	Provedor		Fidalgo da Casa Real, Comendador de Santa Maria, Balio da religião de Malta, Governador da praça de Salvaterra
	Paulo Pereira de Mesquita	Escrivão		Fidalgo da Casa Real
	Padre Pedro Pereira Barbosa Amado	Procurador		
	António Pereira Rego			Militar, Comendador da Ordem de Cristo
	Luís de Meireles de Lima Pacheco			
	Abade Manuel da Guia			
	Pedro Correia Freire			Capitão
Menor condição	António Fernandes		Armeiro	
	Manuel Antunes		Sapateiro	
	Manuel Gonçalves		Surrador	
	Domingos Correia		Sapateiro	
	João Cerqueira			
	Belchior Cerqueira			
Definitório: Maior condição	Gonçalo Coelho de Araújo e Sousa			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro de Ordem de Cristo, Monteiro-mor de Ponte de Lima

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	João Malheiro Pereira			Capitão-mor de Ponte de Lima
	Gaspar de Amorim de Araújo			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Dr. frei António Pereira de Abreu Lima			Comendador da Ordem de S. João, Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Comendador de Sernanselhe
	João Gomes de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Francisco de Varajão Brandão			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Senhor da quinta da Granja
	Diogo Malheiro			
	João de Sá Barros			
Menor condição	João Coelho		Alfaiate	
	Francisco Fernandes França		Sapateiro	
	Manuel Vaz		Sapateiro	
	João Lopes			
	João Rodrigues		Ferreiro	
	Manuel de Castro		Pedreiro	
	Francisco Gomes			
	Gaspar Francisco			
1671-72				
Mesa: Maior condição	Gaspar de Amorim de Araújo	Provedor		Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Padre Pedro de Amorim Calheiros	Escrivão		
	João Baptista	Procurador		
	António Pereira Caldas			
	João Salgado de Castro			Capitão-mor de Ponte de Lima, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Francisco de Sousa Rego			
	Abade Miguel Barbosa			
	João de Sá Souto Maior		Mordomo dos testamentos	Cavaleiro da Ordem de Cristo, "Brasileiro", Desembargador da Relação da Bahía
	Belchior Cerqueira		Mordomo dos testamentos	
Menor condição	Mateus Fernandes		Armeiro	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Gaspar Gonçalves			
	João Rodrigues		Alfaiate	
	Manuel Rodrigues		Cirurgião	
	João Lourenço			
	Gaspar Gonçalves		Armeiro	
Definitório: Maior condição	Gonçalo Coelho de Araújo e Sousa			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro de Ordem de Cristo, Montei-ro-mor de Ponte de Lima
	João de Sá Souto Maior			Cavaleiro da Ordem de Cristo, "Bra-sileiro", Desembargador da Relação da Bahía
	Paulo Pereira de Meaquita			
	Francisco de Varajão Brandão			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Senhor da quinta da Granja
	Gaspar Pinto Correia			
	Abade Manuel da Guia			
	João de Sá Barros			
	Manuel Marinho Rebelo			
Menor condição	Domingos de Araújo			
	António Francisco		Sapateiro	
	Gonçalo da Cunha			
	Manuel Gonçalves		Surrador	
	Manuel de Castro		Armeiro	
	Lourenço da Cunha		Sapateiro	
	Manuel Antunes			
	António Fernandes		Armeiro	
1672-73				
Mesa: Maior condição	Gaspar Pinto Correia	Provedor		
	Diogo Malheiro Barriga	Escrivão		Senhor da Torre de Refoios
	Gabriel Pereira Barbosa e Pereira	Procurador		
	Padre Cristóvão Salgado de Castro			
	Luís de Brito Soares			
	Jacinto Malheiro Falcão			
	Nicolau Dantas de Amorim Barbosa			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
Menor condição	Manuel de Castro		Armeiro	
	Brás Rodrigues		Alfaiate	
	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	Francisco Fernandes França		Sapateiro	
	Gaspar Francisco		Sapateiro	
	Paulo Gonçalves		Surrador	
Definitório: Maior condição	Gabriel Rebelo Marinho			
	Gaspar de Amorim de Araújo			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Pedro Barbosa Pereira			
	Paulo Pereira de Mesquita			Fidalgo da Casa Real
	Abade Manuel da Guia			
	Manuel Marinho Rebelo			
	João de Sá Barros			
Padre Pedro de Amorim Calheiros				
Menor condição	João Coelho		Alfaiate	
	Manuel Antunes			
	Mateus Fernandes		Armeiro	
	António Fernandes		Armeiro	
	Manuel Vaz		Sapateiro	
	Domingos Correia		Sapateiro	
	Manuel Gonçalves		Surrador	
	Belchior Cerqueira		Surrador	
1673-74				
Mesa: Maior condição	João de Sá Barros	Provedor		
	Paulo de Melo de Sampaio	Escrivão		Fidalgo da Casa Real
	Pedro Marinho Brandão	Procurador		
	Pedro Correia Freire			Capitão
	Pedro Pereira Barbosa			
	Frei António Moreira			
	Francisco Pita Malheiro			Tenente general dos Exércitos de Sua Majestade, Fidalgo da Casa Real

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
Menor condição	Pedro de Almeida		Ferrador	
	António Fernandes Mendes		Pintor	
	Lourenço da Cunha		Corunheiro	
	João Maciel		Sapateiro	
	Francisco Gomes		Sapateiro	
	António Dias		Sapateiro	
Definitório: Maior condição	João Dantas Amorim			
	Pedro Barbosa Pereira			
	Paulo Pereira de Mesquita			Fidalgo da Casa Real
	Padre Cristóvão Salgado de Castro			
	Manuel Marinho Rebelo			
	Nicolau Dantas Amorim Barbosa			
Menor condição	João Coelho			
	Manuel Vaz		Sapateiro	
	João Rodrigues		Alfaiate	
	Belchior Cerqueira		Surrador	
	João Lourenço			
	Domingos Correia		Sapateiro	
	João Martins			
Lourenço Vieira				
1674-75				
Mesa: Maior condição	Damião Pereira da Silva Gaio	Provedor		Cadete de cavalaria
	João de Sá Souto Maior	Escrivão		Cavaleiro da Ordem de Cristo, "Brasileiro", Desembargador da Relação da Bahia
	Lourenço Pereira de Távora	Procurador		Capitão-mor, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	António Pereira Rego			Militar, Comendador da Ordem de Cristo
	Abade Manuel da Guia			
	Padre João de Magalhães			
	Gonçalo Mendes Vasconcelos			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
Menor condição	Belchior Cerqueira		Surrador	
	Gonçalo da Vinha			
	João de Araújo		Mercador	
	Estevão Dias		Alfaiate	
	António de Castro		Armeiro	
	João Fernandes		Carpinteiro	
Definitório: Maior condição	Padre Cristóvão Salgado de Castro			
	Paulo Pereira de Mesquita			Fidalgo da Casa Real
	Gaspar de Amorim de Araújo			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Domingos Malheiro			
	Manuel Marinho Rebelo			
	Paulo de Melo de Sampaio			
	Nicolau Dantas de Amorim Barbosa			
João de Sá Barros				
Menor condição	João Coelho		Alfaiate	
	Pedro de Almeida		Ferrador	
	Manuel de Castro			
	Mateus Fernandes		Armeiro	
	Domingos Correia		Sapateiro	
	Francisco Gomes		Sapateiro	
	Manuel Antunes			
	Luís Dias		Sapateiro	
1675-76				
Mesa: Maior condição	Paulo Pereira de Mesquita	Provedor		Fidalgo da Casa Real
	Padre Francisco de Sousa Ferraz	Escrivão		
	Gaspar Calheiros Barbosa	Procurador		
	Lic. Pedro Ferreira de Faria			
	Abade Manuel Bravo de Távora			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Gaspar Marinho Pereira Ferraz			Fidalgo da Casa de Sua Majestade e Comendador de Santa Maria de Airães na Ordem de Cristo
	João Baptista Rego			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
Menor condição	António Monteiro		Mercador	
	Domingos Correia			
	António de Magalhães			
	Manuel de Castro		Armeiro	
	António Álvares		Armeiro	
	Gaspar Gonçalves		Mercador	
	Gaspar de Amorim de Araújo			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
Definitório: Maior consdição	Gaspar Pinto Correia			
	João de Sá Souto Maior			Cavaleiro da Ordem de Cristo, "Brasileiro", Desembargador da Re- lação da Bahia
	Lourenço Pereira de Távora			Capitão-mor, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Abade Manuel da Guia			
	António Pereira Rego			Militar, Comendador da Ordem de Cristo
	Diogo Malheiro Barriga			Senhor da Torre de Refoios
	Francisco Pita Malheiro			Tenente general dos Exércitos de Sua Majestade, Fidalgo da Casa Real
Menor condição	João Coelho		Alfaiate	
	Mateus Fernandes		Armeiro	
	Pedro de Almeida		Ferrador	
	Francisco Gomes		Sapateiro	
	João Lourenço			
	João Rodrigues		Ferreiro	
	Domingos Gonçalves		Sapateiro	
	António Francisco			
1676-77				
Mesa: Maior condição	Francisco Pita Malheiro	Provedor		Tenente general dos Exércitos de Sua Majestade, Fidalgo da Casa Real
	Paio da Costa	Escrivão		
	António Pereira Caldas	Procurador		

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Luís Meireles de Lima Pacheco			Senhor da casa e quinta de Anquião
	João Calheiros Rego			
	Gaspar Pinto Correia			
	José Lopes Calheiros			
Menor condição	Lourenço de Araújo			
	Domingos Gonçalves		Sapateiro	
	João Rodrigues		Mercador	
	Domingos Lopes		Armeiro	
	Francisco Fernandes de Carvalho		Tanoeiro	
	Brás Lopes		Armeiro	
Definitório: Maior condição	Gonçalo Mendes de Vasconcelos			
	Damião Pereira da Silva Gaio			Cadete de cavalaria
	Gaspar de Amorim de Araújo			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Paulo Pereira de Mesquita			Fidalgo da Casa Real
	Pedro Barbosa Pereira			
	Abade Francisco de Sousa			
	Lourenço Pereira de Távora			Capitão-mor, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	João Salgado de Castro			Capitão mor de Ponte de Lima, Fi- dalgo da Casa de Sua Majestade
Menor condição	João Coelho		Alfaiate	
	Pedro de Almeida		Ferrador	
	Manuel de Castro		Armeiro	
	António Fernandes		Armeiro	
	Domingos Correia		Sapateiro	
	Domingos Esteves			
	João Rodrigues		Ferreiro	
	António Dias		Sapateiro	
1677-78				
Mesa: Maior condição	Abade Manuel da Guia	Provedor		Procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Jácome Pereira Gaio	Escrivão		
	Padre João de Magalhães	Procurador		
	António Pereira Malheiro			
	António Moreira			
	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Lourenço da Gama			
Menor condição	João Fernandes		Carpinteiro	
	António Fernandes		Armeiro	
	Pedro de Almeida		Ferrador	
	João da Costa			
	Gaspar Gonçalves		Mercador	
	Domingos Rodrigues			
Definitório: Maior condição	António Pereira Rego			Militar, Comendador da Ordem de Cristo
	Damião Pereira da Silva Gaio			Cadete de cavalaria
	Paulo Pereira de Mesquita			Fidalgo da Casa Real
	Francisco Pita Malheiro			Tenente general dos Exércitos de Sua Majestade, Fidalgo da Casa Real
	Francisco de Sousa Ferraz			
	Gaspar Pinto Correia			
	Abade Diogo Malheiro Barriga			Sr da Torre de Refoios
	Manuel de Sá Souto Maior			
Menor condição	Manuel de Castro		Armeiro	
	Domingos Correia			
	Luís Dias		Sapateiro	
	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	Manuel Antunes			
	António Fernandes		Pintor	
	Brás Rodrigues		Alfaiate	
	António Monteiro		Mercador	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
1678-79				
Mesa: Maior condição	Diogo Malheiro Barriga	Provedor		Senhor da Torre de Refoios
	Francisco Pita Malheiro	Escrivão		Tenente general dos Exércitos de Sua Majestade, Fidalgo da Casa Real, Procurador às Cortes em 1679
	Jacinto Marinho Rebelo	Procurador		
	João Salgado de Castro			
	Dr. Pedro Marinho Falcão			
	Gonçalo Marinho Pereira			
	Paulo Pereira de Mesquita			Fidalgo da Casa Real
Menor condição	Pero de Matos			
	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	Plácido Lopes			
	Amaro da Silva			
	Favião da Costa			
	Manuel Rodrigues		Cirurgião	
Definitório: Maior condição	Dr. frei António Pereira de Abreu Lima			Comendador da Ordem de S. João, Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Comendador de Sernancelhe
	Damião Pereira da Silva Gaio			Cadete de cavalaria
	Gaspar Pinto Correia			
	Abade Manuel da Guia			Procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira
	Abade Francisco de Sousa			
	Padre Pedro de Amorim Calheiros			
	Jácome Pereira Gaio			
	António Pereira Rego			Militar, Comendador da Ordem de Cristo
Menor condição	João Coelho		Alfaiate	
	António Fernandes		Armeiro	
	Pedro de Almeida		Ferrador	
	João Rodrigues		Azeiteiro	
	Domingos Correia		Sapateiro	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Gonçalo Dias		Carpinteiro	
	Francisco Gomes		Sapateiro	
	Gaspar Francisco		Sapateiro	
1679-80				
Mesa: Maior condição	Abade Francisco de Sousa Ferraz	Provedor		
	Pedro Marinho Brandão	Escrivão		
	Gonçalo de Amorim Pimenta	Procurador		
	Lourenço Pereira de Távora			Capitão-mor, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Luís de Melo Pereira			
	João Lobato de Abreu			
	Manuel de Castro Marinho			
Menor condição	Gonçalo Dias		Carpinteiro	
	Gaspar da Costa		Alfaiate	
	Pedro Lopes		Sapateiro	
	Francisco Fernandes		Serralheiro	
	António Fernandes		Forneiro	
	Lourenço da Cunha		Carpinteiro	
Definitório: Maior condição	João Salgado de Castro			Capitão-mor de Ponte de Lima, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Damião Pereira da Silva Gaio			Cadete de cavalaria
	Gaspar Pinto Correia			
	Paulo Pereira de Mesquita			Fidalgo da Casa Real
	Francisco Pita Malheiro			Tenente general dos Exércitos de Sua Majestade, Fidalgo da Casa Real, Procurador às Cortes em 1679
	Diogo Malheiro Barriga			Senhor da Torre de Refoios
	Abade Manuel da Guia			Procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira
	Jácome Pereira Gaio			
Menor condição	João Coelho		Alfaiate	
	Pedro de Almeida		Ferrador	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Manuel de Castro		Armeiro	
	Francisco Gomes		Sapateiro	
	Diogo Correia		Sapateiro	
	Gonçalo da Cunha			
	Gaspar Francisco		Sapateiro	
	Domingos Gonçalves		Sapateiro	
1680-81				
Mesa: Maior condição	Gaspar Pinto Correia	Provedor		
	Lic. Pedro Ferreira de Faria	Escrivão		
	António de Magalhães Barreto	Procurador		
	Pedro Pereira Barbosa			
	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	António Moreira			
	Abade Manuel Bravo de Távora			Fidalgo da Casa Real
Menor condição	João Lourenço		Tecelão	
	António Lopes		Armeiro	
	Manuel de Sá		Armeiro	
	Domingos Correia		Sapateiro	
	Gonçalo Pereira		Sapateiro	
	António Afonso		Forneiro	
Definitório: Maior condição	João Salgado de Castro			Capitão-mor de Ponte de Lima, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Damião Pereira da Silva Gaio			Cadete de cavalaria
	Abade Francisco de Sousa Ferraz			
	Paulo Pereira de Mesquita			Fidalgo da Casa Real
	Francisco de Sousa Ferraz			
	Francisco Pita Malheiro			Tenente general dos Exércitos de Sua Majestade, Fidalgo da Casa Real, Procurador às Cortes em 1679
	Diogo Malheiro Barriga			Senhor da Torre de Refoios
	Jácome Pereira Gaio			
	Abade Manuel da Guia			Procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
Menor condição	João Coelho		Alfaiate	
	Manuel Antunes		Alfaiate	
	António Fernandes			
	António de Magalhães			
	João Rodrigues		Ferreiro	
	João de Araújo		Mercador	
	Domingos Gonçalves		Sapateiro	
	Brás Rodrigues			
1681-82				
Mesa: Maior condição	Padre Pedro de Amorim Calheiros	Provedor		
	Padre João de Magalhães	Escrivão		
	Francisco de Sousa Rego	Procurador		
	Luís de Meireles de Lima Pacheco			
	Valério de Sá Gondim			
	António Pereira Malheiro			
	Padre Pedro Marinho			
Menor condição	Manuel Rodrigues		Pedreiro	
	Manuel Antunes			
	João Lopes			
	António Dias		Sapateiro	
	António Afonso		Armeiro	
	António Fernandes		Pintor	
Definitório: Maior condição	João Lobato de Abreu			
	Gaspar Pinto Correia			
	João de Sá Barros			
	Lourenço Pereira de Távora			Capitão-mor, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Lic. Pedro Marinho Galvão			
	Lic. Pedro Ferreira Faria			
	Jácome Pereira Gaio			
	António Pereira Rego			Militar, Comendador da Ordem de Cristo

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
Menor condição	Domingos Gonçalves Sousa			
	António Monteiro		Mercador	
	Gaspar Francisco		Ferrador	
	Francisco Gomes		Sapateiro	
	Estevão Dias		Alfaiate	
	Pero de Almeida		Ferrador	
	Manuel de Castro			
	Francisco Fernandes		Armeiro	
1682-83				
Mesa: Maior condição	António Pereira Rego	Provedor		Militar, Comendador da Ordem de Cristo
	António Pereira Caldas	Escrivão		
	João Lobato de Abreu	Procurador		
	Francisco Pita Malheiro			Tenente general dos Exércitos de Sua Majestade, Fidalgo da Casa Real, Procurador às Cortes em 1679
	Padre João de Magalhães			
	Nicolau Dantas de Amorim Barbosa			
	José Lopes Calheiros			
Menor condição	António Fernandes		Ferreiro	
	Domingos Rodrigues		Armeiro	
	Gonçalo da Cunha			
	Gaspar Francisco			
	António Monteiro		Mercador	
	Domingos Rodrigues Rolete			
Definitório: Maior condição	João Salgado de Castro			Capitão-mor de Ponte de Lima, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Lic. Pedro Ferreira de Faria			
	Lourenço Pereira de Távora			Capitão-mor, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Jácome Pereira Gaio			
	Padre Pedro de Amorim Calheiros			
	Damião Pereira da Silva Gaio			Cadete de cavalaria

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	João Gomes de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Abade Manuel Bravo			
Menor condição	João Coelho		Alfaiate	
	Manuel Antunes			
	Domingos Lopes		Armeiro	
	Pedro de Almeida		Ferrador	
	António de Castro		Armeiro	
	João Rodrigues		Alfaiate	
	Domingos Gonçalves			
	Manuel Rodrigues		Surrador	
1683-84				
Mesa: Maior condição	Dom João Manuel de Meneses	Provedor		Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Lic. Pedro Ferreira de Faria	Escrivão		
	Agostinho de Castro Correia e Sá	Procurador		Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Lic. Joaquim Fernandes Barros			
	Bento da Costa Tição		Comerciante	Proprietário, “Brasileiro”
	Jacinto Marinho			
	António Pereira Caldas			
Menor condição	João Fernandes		Cirurgião	
	João Rodrigues		Sapateiro	
	Domingos Lopes		Sapateiro	
	Pedro de Almeida		Ferrador	
	João da Costa			
Definitório: Maior condição	Damião Pereira da Silva Gaio			Cadete de cavalaria
	António Pereira Rego			Militar, Comendador da Ordem de Cristo
	Francisco Pita Malheiro			Tenente general dos Exércitos de Sua Majestade, Fidalgo da Casa Real, Procurador às Cortes em 1679
	João Lobato de Abreu			
	Jácome Pereira Gaio			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	João Gomes de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Padre Pedro de Amorim Calheiros			
	Padre João de Magalhães			
Menor condição	João Coelho		Alfaiate	
	Gonçalo da Cunha			
	João Rodrigues			
	Gaspar Francisco			
	Manuel de Castro			
	António Monteiro		Mercador	
	Manuel Rodrigues		Surrador	
	Manuel Antunes			
1684-85				
Mesa: Maior condição	Francisco Pita Malheiro	Provedor		Tenente general dos Exércitos de Sua Majestade, Fidalgo da Casa Real, Procurador às Cortes em 1679
	Gaspar Marinho Pereira Ferraz	Escrivão		Fidalgo da Casa de Sua Majestade e Comendador de Sta Maria de Airães na Ordem de Cristo
	Valério de Sá Godim	Procurador		
	António Moreira			
	Carlos Malheiro Ferraz			
	António Bezerra de Araújo			
	Lic. Pedro Ferreira de Faria			
Menor condição	Domingos Gonçalves		Sapateiro	
	Manuel Gomes			
	Marcos Gonçalves			
	José Carvalho			
	João Lopes		Sapateiro	
	Manuel de Castro			
Definitório: Maior condição	Lic. Joaquim Fernandes Barros			
	Domingos Manuel de Meneses			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	João Gomes de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Padre Pedro de Amorim Calheiros			
	António Pereira Rego			Militar, Comendador da Ordem de Cristo
	Padre João de Magalhães			
	Lourenço Pereira de Távora			Capitão-mor, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	João Lobato de Abreu			
Menor condição	João Coelho			
	Gaspar Francisco			
	Pedro de Almeida		Ferrador	
	Manuel Antunes			
	Manuel Dias		Surrador	
	Gonçalo da Cunha			
	João de Araújo		Mercador	
	António Monteiro		Mercador	
1685-86				
Mesa: Maior condição	Padre João Salgado de Castro	Provedor		
	António de Magalhães Barreto	Escrivão		
	Gonçalo Marinho Pereira	Procurador		Capitão
	Lic. Diogo Álvares Pinto			
	Padre António Lopes			
	Gaspar Marinho Pereira Ferraz			Fidalgo da Casa de Sua Majestade e Comendador de Santa Maria de Airães na Ordem de Cristo
Menor condição	Manuel Rodrigues		Surrador	
	António Dias		Sapateiro	
	Manuel Dias		Alfaiate	
	Domingos Lopes		Armeiro	
	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	Francisco Fernandes		Armeiro	
Definitório: Maior condição	Pedro Ferreira de Faria			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Dom João Manuel de Meneses			Procurador às Cortes de Lisboa em 1679, Fidalgo da Casa Real
	Francisco Pita Malheiro			Tenente general dos Exércitos de Sua Majestade, Fidalgo da Casa Real, Procurador às Cortes em 1679
	António Pereira Rego			Militar, Comendador da Ordem de Cristo
	Padre Pedro de Amorim Calheiros			
	João Gomes de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Paulo de Melo Sampaio			
	Lourenço Pereira de Távora			Capitão-mor, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
Menor condição	João Coelho			
	Pedro de Almeida		Ferrador	
	Manuel de Castro			
	Gonçalo da Cunha			
	Domingos Gonçalves		Sapateiro	
	João Rodrigues de Castro			
	António Fernandes		Alfaiate	
	João Rodrigues			
1686-87				
Mesa: Maior condição	Lourenço Pereira de Távora	Provedor		Capitão-mor, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Pedro Pereira Barbosa	Escrivão		
	Francisco de Sousa Lobato	Procurador		Cavaleiro da Ordem de Cristo
	João de Melo de Pereira e Sampaio			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Bento da Costa Tição		Comerciante	Proprietário, "Brasileiro"
	Luís de Melo Pereira			Fidalgo da Casa Real
	António de Magalhães Barreto			
Menor condição	António Machado		Armeiro	
	Manuel de Sá			
	António Monteiro		Mercador	
	Gaspar da Costa		Alfaiate	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Pedro Lopes			
	Simão Gonçalves			
Definitório: Maior condição	Pedro Ferreira de Faria			
	Dom João Manuel de Meneses			Procurador às Cortes de Lisboa em 1679, Fidalgo da Casa Real
	Francisco Pita Malheiro			Tenente general dos Exércitos de Sua Majestade, Fidalgo da Casa Real, Procurador às Cortes em 1679
	António Pereira Rego			Militar, Comendador da Ordem de Cristo
	João Gomes de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	João Salgado de Castro			Capitão-mor de Ponte de Lima, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Padre Pedro de Amorim Calheiros			
	Paulo de Melo de Sampaio			Fidalgo da Casa Real
Menor condição	Pedro de Almeida		Ferrador	
	António Dias		Sapateiro	
	Manuel Rodrigues		Surrador	
	Domingos Lopes		Armeiro	
	Domingos Gonçalves Sousa			
	João Lopes		Sapateiro	
	Manuel Antunes			
	João Rodrigues			
1687-88				
Mesa: Maior condição	Damião Pereira da Silva Gaio	Provedor		Cadete de cavalaria
	Padre João de Magalhães	Escrivão		
	António de Bezerra de Araújo	Procurador		
	António de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa Real, Senhor do Paço de Anquião
	Nuno Borges Soares			
	Pedro Pereira Barbosa			
	António Pereira Rego			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
Menor condição	João Rodrigues		Sapateiro	
	Francisco da Cunha			
	Estevão Dias		Alfaiate	
	António Álvares de Matos			
	João da Costa		Surrador	
	Domingos Rodrigues Rola, morreu		Armeiro	
	João da Silva			
Definitório: Maior condição	Dom João Manuel de Meneses			Procurador às Cortes de Lisboa em 1679, Fidalgo da Casa Real
	João Gomes de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Jácome Pereira Gaio			
	Francisco Pita Malheiro			Tenente general dos Exércitos de Sua Majestade, Fidalgo da Casa Real, Procurador às Cortes em 1679
	João Salgado de Castro			Capitão-mor de Ponte de Lima, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Lourenço Pereira de Távora			Capitão-mor, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Abade Manuel Bravo			
	João Lobato de Abreu			
Menor condição	João Coelho			
	Manuel de Castro			
	Pedro de Almeida		Ferrador	
	António Dias		Sapateiro	
	Domingos Lopes		Armeiro	
	Manuel Rodrigues		Surrador	
	António Monteiro		Mercador	
	João Rodrigues			
1688-89				
Mesa: Maior condição	Jácome Pereira Gaio	Provedor		
	Valério de Sá Gondim	Escrivão		
	Padre António Lopes	Procurador		
	Sebastião Pinto Correia de Abreu			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Abade Manuel Bravo de Távora			Fidalgo da Casa Real
	José Lopes Calheiros			
	Padre João de Magalhães			
Menor condição	Pedro de Almeida		Ferrador	
	Marcos Gonçalves			
	Manuel Rodrigues		Surrador	
	João Lopes			
	Francisco Fernandes		Armeiro	
	Lourenço Saraiva			
Definitório: Maior condição	Gaspar Marinho Pereira Ferraz			Fidalgo da Casa de Sua Majestade e Comendador de Santa Maria de Airães na Ordem de Cristo
	Damião Pereira da Silva Gaio			Cadete de cavalaria
	Dom João Manuel de Meneses			Procurador às Cortes de Lisboa em 1679, Fidalgo da Casa Real
	João Gomes de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Francisco Pita Malheiro			Tenente general dos Exércitos de Sua Majestade, Fidalgo da Casa Real, Procurador às Cortes em 1679
	Lourenço Pereira de Távora			Capitão-mor, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Padre Pedro de Amorim Calheiros			
	Lic. Pedro Ferreira de Faria			
Menor condição	João Coelho			
	Manuel de Castro			
	Domingos Lopes		Armeiro	
	Gonçalo da Cunha			
	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	António Dias		Sapateiro	
	António Monteiro		Mercador	
	João da Costa		Surrador	
1689-90				
Mesa: Maior condição	João Lobato de Abreu	Provedor		

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Francisco de Sousa Rego	Escrivão		
	Lic. Diogo Álvares Pinto e Pereira	Procurador		
	Lourenço Pereira de Távora			Capitão-mor, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Lourenço Ferreira de Faria			
	Lic. João Fiúza de Matos			
	Valério de Sá Gondim			
Menor condição	Domingos Lopes		Armeiro	
	António Fernandes		Armeiro	
	António Dias		Sapateiro	
	Domingos Rodrigues		Sapateiro	
	António Afonso		Forneiro	
	João Cerqueira			
Definitório: Maior condição	João de Sá Barros			
	Damião Pereira da Silva Gaio			Cadete de cavalaria
	Dom João Manuel de Meneses			Procurador às Cortes de Lisboa em 1679, Fidalgo da Casa Real
	António Pereira Rego			Militar, Comendador da Ordem de Cristo
	João Salgado de Castro			Capitão-mor de Ponte de Lima, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Padre Pedro de Amorim Calheiros			
	João Gomes de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Francisco Pita Malheiro			Tenente general dos Exércitos de Sua Majestade, Fidalgo da Casa Real, Procurador às Cortes em 1679
Menor condição	João Coelho			
	Gonçalo da Cunha			
	Manuel de Castro			
	João Lopes			
	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	Manuel Rodrigues			
	António Monteiro		Mercador	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	João Rodrigues		Sapateiro	
1690-91				
Mesa: Maior condição	João de Sá Barros	Provedor		
	Francisco Sousa Lobato	Escrivão		
	Carlos Malheiro Ferraz	Procurador		
	João Salgado de Castro			Capitão-mor de Ponte de Lima, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Isidoro Moreira Pereira de Sousa e Sá			Procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira
	João da Costa			
	Francisco de Sousa Rego			
Menor condição	António Monteiro		Mercador	
	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	Tomé Álvares			
	Manuel de Sá			
	Manuel Pires		Alfaiate	
	Francisco Cerqueira		Carpinteiro	
Definitório: Maior condição	Padre Pedro de Amorim			
	Damião Pereira da Silva Gaio			Cadete de cavalaria
	Dom João Manuel de Meneses			Procurador às Cortes de Lisboa em 1679, Fidalgo da Casa Real
	Francisco Pinto Malheiro			
	António Pereira Rego			Militar, Comendador da Ordem de Cristo
	Lourenço Pereira de Távora			Capitão-mor, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Jácome Pereira Gaio			
	João Lobato			
Menor condição	João Coelho			
	Domingos Lopes			
	Diogo de Almeida			
	António Dias		Sapateiro	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Manuel Rodrigues			
	João da Costa			
	Estevão Dias		Alfaiate	
	Manuel de Castro		Sapateiro	
1691-92				
Mesa: Maior condição	João Gomes de Abreu de Lima	Provedor		Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	António Bezerra de Araújo	Escrivão		
	Sebastião Pinto Correia de Abreu	Procurador		
	António Moreira			
	Mateus da Rocha e Sousa			
	Manuel de Sá Pacheco			
	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo
Menor condição	João Rodrigues		Sapateiro	
	João da Costa		Surrador	
	João Rodrigues			
	João Rodrigues			
	Simão Gonçalves		Armeiro	
	António Álvares		Alfaiate	
Definitório: Maior condição	Gaspar Marinho Pereira Ferraz			Fidalgo da Casa de Sua Majestade e Comendador de Santa Maria de Airães na Ordem de Cristo
	Damião Pereira da Silva Gaio			Cadete de cavalaria
	Dom João Manuel de Meneses			Procurador às Cortes de Lisboa em 1679, Fidalgo da Casa Real
	Francisco Pita Malheiro			Tenente general dos Exércitos de Sua Majestade, Fidalgo da Casa Real, Procurador às Cortes em 1679
	António Pereira do Rego			
	Lourenço Pereira de Távora			Capitão-mor, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Lic. Pedro Ferreira de Faria			
	João Salgado de Castro			Capitão-mor de Ponte de Lima
Menor condição	João Coelho			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Domingos Lopes			
	Pedro de Almeida		Ferrador	
	António Dias		Sapateiro	
	Manuel Rodrigues		Surrador	
	António Monteiro		Mercador	
	Estevão Dias		Alfaiate	
	Manuel de Castro Velho		Sapateiro	
1692-93				
Mesa: Maior condição	António Pereira Caldas	Provedor		
	Agostinho de Castro Correia e Sá	Escrivão		Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Alexandre Marinho Falcão	Procurador		
	Francisco Pita Malheiro			Tenente general dos Exércitos de Sua Majestade, Fidalgo da Casa Real, Procurador às Cortes em 1679
	Lic. Pedro Ferreira de Faria			
	Dom António de Amorim Pereira			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, e comendador de Santa Maria de Airães na Ordem de Cristo, Mestre de campo de auxiliares
	João Salgado de Castro			
Menor condição	Manuel Rodrigues		Surrador	
	António de Magalhães			
	Matias Fernandes		Armeiro	
	Gaspar da Costa		Alfaiate	
	Domingos Lopes		Armeiro	
	António Dias		Sapateiro	
Definitório: Maior condição	Valério de Sá Gondim			
	João Gomes de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Lourenço Pereira de Távora			Capitão-mor, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	João Salgado e Castro			Capitão-mor de Ponte de Lima

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Gaspar Marinho Pereira Ferraz			Fidalgo da Casa de Sua Majestade e Comendador de Santa Maria de Airães na Ordem de Cristo
	João Lobo de Abreu			
	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Francisco de Sousa Rego			
Menor condição	João Coelho			
	Manuel de Castro		Sapateiro	
	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	Pedro de Almeida		Ferrador	
	Manuel de Sá			
	João Rodrigues			
	António Monteiro		Mercador	
	Francisco Fernandes		Carpinteiro	
1693-94				
Mesa: Maior condição	Luís Meireles de Lima Pacheco	Provedor		Senhor da casa e quinta de Anquião
	Padre António Lopes	Escrivão		
	Isidoro Moreira Pereira de Sousa e Sá	Procurador		Procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira
	António Felguera Marinho			
	Vasco Marinho Pereira Vasconcelos			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	António Pereira Rego			Militar, Comendador da Ordem de Cristo
	Agostinho de Castro Correia e Sá			Cavaleiro da Ordem de Cristo
Menor condição	Tomé Rodrigues			
	Manuel Lopes		Armeiro	
	Pedro Gonçalves		Sapateiro	
	João Fernandes		Sapateiro	
	Rafael da Cunha			
	Manuel de Castro		Sapateiro	
Definitório: Maior condição	Francisco de Sousa Lobato			Capitão-mor, Cavaleiro da Ordem de Cristo

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Francisco Pita Malheiro			Tenente general dos Exércitos de Sua Majestade, Fidalgo da Casa Real, Procurador às Cortes em 1679
	Lourenço Pereira de Távora			Capitão-mor, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	João Salgado de Castro			Capitão-mor de Ponte de Lima, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Gaspar Marinho Pereira Ferraz			Fidalgo da Casa de Sua Majestade e Comendador de Santa Maria de Airães na Ordem de Cristo
	Damião Pereira da Silva Gaio			Cadete de cavalaria
	João Gomes			
	João Lobato			
Menor condição	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	Pedro de Almeida		Ferrador	
	Manuel de Sá		Armeiro	
	João Rodrigues		Sapateiro	
	António Monteiro		Mercador	
	Francisco Fernandes		Carpinteiro	
	Manuel Rodrigues		Armador	
	João Lopes		Sapateiro	
1694-95				
Mesa: Maior condição	Gaspar Marinho Pereira Ferraz	Provedor		Fidalgo da Casa de Sua Majestade e Comendador de Santa Maria de Airães na Ordem de Cristo
	Sebastião Pinto Correia de Abreu	Escrivão		
	Mateus da Rocha e Sousa	Procurador		
	Vicente Correia			
	Manuel de Melo			
	Domingos Velho de Barros			
	Lic. Manuel Pereira Favião de Brito			
Menor condição	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	Tomé Álvares			
	Gonçalo Pereira			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Domingos Rodrigues			
	Marcos Gonçalves			
	António da Rocha			
Definitório: Maior condição	Valério de Sá Gondim			
	Dom João Manuel de Meneses			Procurador às Cortes de Lisboa em 1679, Fidalgo da Casa Real
	Francisco Pita Malheiro			Tenente general dos Exércitos de Sua Majestade, Fidalgo da Casa Real, Procurador às Cortes em 1679
	João Salgado de Castro			Capitão-mor de Ponte de Lima, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Lourenço Pereira de Távora			Capitão-mor, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Luís Meireles de Lima Pacheco			Senhor da casa e quinta de Anquião
	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Padre João de Magalhães			
Menor condição	Pedro de Almeida		Ferrador	
	Manuel de Castro		Armeiro	
	Francisco Fernandes		Armeiro	
	Gaspar da Costa		Alfaiate	
	António Monteiro		Mercador	
	Manuel Rodrigues			
	João Rodrigues			
	António de Magalhães			
1695-96				
Mesa: Maior condição	Dom João Manuel de Meneses	Provedor		Procurador às Cortes de Lisboa em 1679, Fidalgo da Casa Real
	Alexandre Marinho Falcão	Escrivão		
	Manuel de Sá Pacheco	Procurador		
	Frutuoso Pimenta de Brito			Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Lic. Manuel Pereira Favião de Brito			
	Francisco de Varajão Brandão			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Sebastião Pinto Correia de Abreu			
Menor condição	João Álvares		Mercador	
	Francisco Fernandes		Armeiro	
	António Monteiro		Mercador	
	Manuel Gomes		Mercador	
	Serafim da Cunha			
	Manuel Fernandes			
Definitório: Maior condição	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Damião Pereira da Silva Gaio			Cadete de cavalaria
	Francisco Pita Malheiro			Tenente general dos Exércitos de Sua Majestade, Fidalgo da Casa Real, Procurador às Cortes em 1679
	João Salgado de Castro			Capitão-mor de Ponte de Lima, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Lourenço Pereira de Távora			Capitão-mor, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Luís Meireles de Lima Pacheco			Senhor da casa e quinta de Anquião
	Gaspar Marinho Pereira Ferraz			Fidalgo da Casa de Sua Majestade e Comendador de Sta Maria de Airães na Ordem de Cristo
	Valério de Sá Gondim			
Menor condição	Pedro de Almeida		Ferrador	
	António Dias		Sapateiro	
	Manuel Antunes			
	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	Manuel Rodrigues			
	João Rodrigues			
	António de Magalhães			
	Gonçalo da Cunha			
1696-97				
Mesa: Maior condição	Francisco de Sousa Lobato	Provedor		Cavaleiro da Ordem de Cristo

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Isidoro Moreira Pereira de Sousa e Sá	Escrivão		Procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira
	Vasco Marinho Pereira Vasconcelos	Procurador		Cavaleiro da Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Lic. Manuel Malheiro Marinho			
	João de Varajão Brandão			
	Alexandre Marinho Falcão			
	Francisco Pereira de Sequeiros e Abreu			
Menor condição	Manuel Rodrigues		Surrador	
	António Machado			
	Domingos Francisco			
	António de Magalhães			
	António Álvares de Matos			
	Manuel Rodrigues		Carpinteiro	
Definitório: Maior condição	João Gomes de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Francisco Pita Malheiro			Tenente general dos Exércitos de Sua Majestade, Fidalgo da Casa Real, Procurador às Cortes em 1679
	João Salgado de Castro			Capitão-mor de Ponte de Lima, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Lourenço Pereira de Távora			Capitão-mor, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Gaspar Malheiro Pereira Souto Maior			Fidalgo da Casa Real
	Valério de Sá Gondim			
	Sebastião Pinto Correia de Abreu			
	António Pereira Caldas			
Menor condição	Pedro de Almeida		Ferrador	
	António Dias		Sapateiro	
	Manuel Antunes			
	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	João Rodrigues			
	Gonçalo da Cunha			
	António Monteiro		Mercador	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Estevão Gomes		Alfaiate	
1697-98				
Mesa: Maior condição	Francisco Pita Malheiro	Provedor		Tenente general dos Exércitos de Sua Majestade, Fidalgo da Casa Real, Procurador às Cortes em 1679
	António Pereira Rego	Escrivão		Militar, Comendador da Ordem de Cristo
	António Falcão Marinho	Procurador		
	Lic. Domingos Pinto			
	Gonçalo Marinho Pereira			Capitão
	Vicente Correia Amorim			
	Isidoro Moreira Pereira de Sousa e Sá			Procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira
Menor condição	Tomé Rodrigues			
	Francisco Cerqueira		Carpinteiro	
	António Afonso		Forneiro	
	Gaspar da Costa			
	Rafael da Cunha			
	João Fernandes		Sapateiro	
Definitório: Maior condição	Valério de Sá Gondim			
	João Salgado de Castro			Capitão-mor de Ponte de Lima, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Lourenço Pereira de Távora			Capitão-mor, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Gaspar Marinho Pereira Ferraz			Fidalgo da Casa de Sua Majestade e Comendador de Santa Maria de Airães na Ordem de Cristo
	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Sebastião Pinto Correia de Abreu			
	Padre João de Magalhães			
	Padre António Lopes			
Menor condição	Pedro de Almeida		Ferrador	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	António Dias		Sapateiro	
	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	Manuel Rodrigues		Surrador	
	João Rodrigues			
	António Monteiro		Mercador	
	Manuel Gomes			
	Gonçalo da Cunha			
1698-99				
Mesa: Maior condição	Lic. Pedro Ferreira de Faria	Provedor		
	Mateus da Rocha e Sousa	Escrivão		
	Francisco de Varajão Brandão	Procurador		
	Sebastião Pinto Correira de Abreu			
	Lic. Pedro da Costa Jácome			
	Álvaro de Abreu Rebelo			Fidalgo da Casa Real
	Padre Baltasar Leitão Pita			
Menor condição	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	António Dias		Sapateiro	
	Domingos Lopes		Armeiro	
	Pedro Monteiro			
	João Esteves			
	Domingos Rodrigues, o novo			
Definitório: Maior condição	Valério de Sá Gondim			
	João Gomes de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Francisco Pereira Malheiro			Cavaleiro
	João Salgado de Castro			Capitão-mor de Ponte de Lima, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Lourenço Pereira de Távora			Capitão-mor, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Gaspar Marinho Pereira Ferraz			Fidalgo da Casa de Sua Majestade e Comendador de Santa Maria de Airães na Ordem de Cristo
	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Padre João de Magalhães			
Menor condição	Pedro de Almeida		Ferrador	
	Manuel Rodrigues		Surrador	
	João Rodrigues			
	António Monteiro		Mercador	
	Gonçalo da Cunha			
	Manuel de Castro		Armeiro	
	Manuel Antunes			
	Manuel Gomes			
1699-1700				
Mesa: Maior condição	Dom António de Amorim Pereira	Provedor		Fidalgo da Casa de Sua Majestade, e comendador de Santa Maria de Airães na Ordem de Cristo, Mestre de campo de auxiliares
	Padre António Lopes	Escrivão		
	Manuel de Melo de Lima	Procurador		
	Manuel de Sousa Machado			
	Diogo Fróis do Amaral			
	Lic. João Velho Gondim Souto Maior			
	Mateus da Rocha e Sousa			
Menor condição	Serafim da Cunha			
	António Álvares			
	José de Araújo			
	António Afonso			
	Domingos Rodrigues			
	António da Rocha		Celeireiro	
Definitório: Maior condição	Lic. Pedro Ferreira de Faria			
	João Gomes de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Francisco Pereira Malheiro			
	Lourenço Pereira de Távora			Capitão-mor, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	João Salgado de Castro			Capitão-mor de Ponte de Lima, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Luís Meireles de Lima Pacheco			Senhor da casa e quinta de Anquião
	Gaspar Marinho Pereira Ferraz			Fidalgo da Casa de Sua Majestade e Comendador de Santa Maria de Airães na Ordem de Cristo
	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo
Menor condição	Manuel Rodrigues		Surrador	
	António Dias		Sapateiro	
	Gonçalo da Cunha			
	Manuel de Castro			
	Manuel Antunes			
	Manuel Gomes			
	António Álvares			
1700-1701				
Mesa: Maior condição	Dom António Pereira da Silva	Provedor		Reitor duas vezes do colégio de S. Paulo de Coimbra, Secretário de Estado de D. Pedro II, Bispo de Elvas e do reino do Algarve
	Francisco Pereira de Távora	Escrivão		Fidalgo da Casa Real
	Francisco Pereira de Sequeiros e Abreu	Procurador		
	Miguel de Amorim			
	João da Costa Maciel			
	Domingos Velho de Barros			
Menor condição	Francisco Pinto			
	Gregório de Araújo			
	Paulo Maciel		Ferrador	
	João Rodrigues			
	Francisco da Cunha			
	João da Cunha			
Definitório: Maior condição	Luís de Meireles de Lima Pacheco			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	João Salgado de Castro			Capitão-mor de Ponte de Lima, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	António de Sousa Lobato			
	Dom António de Amorim Pereira			Fidalgo da Casa de Sua Majestade e Comendador de Santa Maria de Airães na Ordem de Cristo, Mestre de campo de auxiliares
	João Gomes de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Lic. Pedro Ferreira de Faria			
	António Pereira Caldas			
Menor condição	António Monteiro		Mercador	
	Manuel Rodrigues		Surrador	
	João Lopes			
	Gonçalo da Cunha			
	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	António Dias		Sapateiro	
	António de Castro		Armeiro	
	João Rodrigues			
1701-02				
Mesa: Maior condição	João Salgado de Castro	Provedor		Capitão-mor de Ponte de Lima, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	António Falcão Marinho	Escrivão		
	João Malheiro Pereira	Procurador		Capitão-mor de Ponte de Lima
	Valério de Sá Gondim			
	Agostinho de Castro Correia e Sá			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Lic. Pedro da Costa Jácome			
	Isidoro Moreira Pereira de Sousa e Sá			Procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira
Menor condição	António Rodrigues		Surrador	
	Manuel Fernandes		Alfaiate	
	Francisco de Araújo		Tecelão	
	Paulo Gonçalves		Vendeiro	
	Francisco Carneiro		Alfaiate	
	António Gomes			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
Definitório: Maior condição	Luis de Meireles de Lima Pacheco			
	Lourenço Pereira de Távora			Capitão-mor, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Dom António de Amorim Pereira			Fidalgo da Casa de Sua Majestade e comendador de Santa Maria de Airães na Ordem de Cristo, Mestre de campo de auxiliares
	Gaspar Marinho Pereira Ferraz			Fidalgo da Casa de Sua Majestade e Comendador de Santa Maria de Airães na Ordem de Cristo
	João Gomes de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Lic. Pedro Ferreira de Faria			
	António Pereira Caldas			
Menor condição	Tomé Rodrigues			
	Marcos Gonçalves			
	João Lopes			
	Gonçalo da Cunha			
	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	António Dias		Sapateiro	
	Manuel de Castro			
	João Rodrigues Figueira			
1702-03				
Mesa: Maior condição	Luis Meireles de Lima Pacheco	Provedor		Senhor da casa e quinta de Anquião
	Vasco Pereira Marinho Falcão	Escrivão		
	João Malheiro Pereira	Procurador		Fidalgo da Casa Real
	Francisco de Varajão Brandão			
	Lic. Domingos Pinto			
	António de Abreu de Lima			Moço fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Diogo Fróis do Amaral			
Menor condição	Serafim da Cunha			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Manuel Fernandes		Sapateiro	
	Tomé Rodrigues			
	António da Rocha		Celeireiro	
	Francisco Fernandes		Armeiro	
	Gonçalo da Rocha		Barbeiro	
Definitório: Maior condição	Lic. Pedro Ferreira de Faria			
	Francisco Pita Malheiro			Tenente general dos Exércitos de Sua Majestade, Fidalgo da Casa Real, Procurador às Cortes em 1679
	Lourenço Pereira de Távora			Capitão-mor, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	João Salgado de Castro			Capitão-mor de Ponte de Lima, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Gaspar Marinho Pereira Ferraz			Fidalgo da Casa de Sua Majestade e Comendador de Santa Maria de Airães na Ordem de Cristo
	António Pereira de Caldas			
	Dom António de Amorim Pereira			Fidalgo da Casa de Sua Majestade e Comendador de Santa Maria de Airães na Ordem de Cristo, Mestre de campo de auxiliares
Menor condição	Manuel Rodrigues			
	João Rodrigues			
	António Dias		Sapateiro	
	Manuel Gomes			
	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	João Lopes			
	Rafael da Cunha			
	António Álvares			
1703-04				
Mesa: Maior condição	Gaspar Marinho Pereira Ferraz	Provedor		Fidalgo da Casa de Sua Majestade e Comendador de Santa Maria de Airães na Ordem de Cristo

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Manuel de Melo de Lima	Escrivão		
	João da Costa Maciel	Procurador		
	Manuel Gomes de Sousa Machado			
	Frutuoso Pimenta de Brito			Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Lic. João Velho Gondim Souto Maior			
	Mateus da Rocha e Sousa			
Menor condição	João Esteves			
	Domingos Rodrigues de Sequeiros			
	Gregório de Araújo			
	Filipe de Barros			
	Domingos Francisco			
	Domingos Álvares			
Definitório: Maior condição	Pedro Fernandes de Faria			
	Francisco Pita Malheiro			Tenente general dos Exércitos de Sua Majestade, Fidalgo da Casa Real, Procurador às Cortes em 1679
	Lourenço Pereira de Távora			Capitão-mor, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	João Salgado de Castro			Capitão mor de Ponte de Lima, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	António Pereira Caldas			
	Dom António de Amorim Pereira			Fidalgo da Casa de Sua Majestade e Comendador de Santa Maria de Airães na Ordem de Cristo, Mestre de campo de auxiliares
	Luís Meireles de Lima Pacheco			Senhor da casa e quinta de Anquião
Menor condição	Manuel Rodrigues		Surrador	
	António Dias		Sapateiro	
	Manuel Gomes			
	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	João Lopes			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Rafael da Cunha			
	João Rodrigues			
	Tomé Rodrigues			
1704-05				
Mesa: Maior condição	Francisco de Sousa Lobato	Provedor		Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Francisco Pereira de Sequeiros e Abreu	Escrivão		
	João de Varajão Brandão	Procurador		
	Sebastião Pinto Correia de Abreu			
	Lic. Pedro da Costa Jácome			
	Jácome Manuel Pereira			
	Domingos Velho de Barros			
Menor condição	Rafael da Cunha			
	António Álvares			
	João Fernandes		Carpinteiro	
	António Machado			
	Manuel Rodrigues		Surrador	
	Francisco da Cunha			
Definitório: Maior condição	Valério de Sá Gondim			
	Francisco Pita Malheiro			Tenente general dos Exércitos de Sua Majestade, Fidalgo da Casa Real, Procurador às Cortes em 1679
	Lourenço Pereira de Távora			Capitão-mor, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Gaspar Marinho Pereira Ferraz			Fidalgo da Casa de Sua Majestade e Comendador de Santa Maria de Airães na Ordem de Cristo
	António Pereira Caldas			
	Dom António de Amorim Pereira			Fidalgo da Casa de Sua Majestade e Comendador de Santa Maria de Airães na Ordem de Cristo, Mestre de campo de auxiliares
	Luís Meireles de Lima Pacheco			Senhor da casa e quinta de Anquião
	Lic. Pedro Ferreira de Faria			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
Menor condição	António Dias		Sapateiro	
	Manuel Gomes			
	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	João Lopes			
	Tomé Rodrigues			
	João Esteves			
	João Fernandes		Cirurgião	
	Serafim da Cunha			
1705-06				
Mesa: Maior condição	Lourenço Pereira de Távora	Provedor		Capitão-mor, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Francisco de Varajão Brandão	Escrivão		
	Diogo Fróis do Amaral	Procurador		
	João de Melo de Pereira e Sampaio			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	António Falcão Marinho			
	Lic. Manuel Malheiro Marinho			
	Lic. Padre António Lopes			
Menor condição	Domingos Rodrigues Lima			
	Paulo Gonçalves		Vendeiro	
	Manuel Gomes de Sousa		Mercador	
	Paulo Maciel		Ferrador	
	Domingos Lopes		Armeiro	
	José de Araújo			
Definitório: Maior condição	Valério de Sá Gondim			
	Francisco Pita Malheiro			Tenente general dos Exércitos de Sua Majestade, Fidalgo da Casa Real, Procurador às Cortes em 1679
	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Gaspar Marinho Pereira Ferraz			Fidalgo da Casa de Sua Majestade e Comendador de Santa Maria de Airães na Ordem de Cristo
	António Pereira Caldas			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Luís de Meireles de Lima Pacheco			Senhor da casa e quinta de Anquião
	Lic. Pedro Ferreira de Faria			
	Sebastião Pinto Correia de Abreu			
Menor condição	António Dias		Sapateiro	
	Manuel Rodrigues		Surrador	
	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	João Lopes			
	Tomé Rodrigues			
	João Esteves			
	Serafim da Cunha			
	João Fernandes		Carpinteiro	
1706-07				
Mesa: Maior condição	Dom Francisco Furtado de Mendonça e Meneses	Provedor		Fidalgo da Casa Real
	João Malheiro Pereira	Escrivão		Capitão-mor de Ponte de Lima
	João da Costa Maciel	Procurador		
	Isidoro Moreira Pereira de Sousa e Sá			Procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira
	Nicolau Barbosa Calheiros			
	Lic. Bernardino Pacheco de Faria			
	Padre Manuel de Almeida			
Menor condição	Domingos Rodrigues			
	Tomé Rodrigues			
	Serafim da Cunha			
	Gaspar de Amorim		Alfaiate	
	Inácio Lopes			
	António da Rocha			
Definitório: Maior condição	Sebastião Pinto Correia de Abreu			
	Lourenço Pereira de Távora			Capitão-mor, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	António Pereira Caldas			
	Luís de Meireles de Lima Pacheco			Senhor da casa e quinta de Anquião
	Lic. Pedro Ferreira de Faria			
	Valério de Sá Gondim			
	Padre António Lopes			
Menor condição	António Dias		Sapateiro	
	Manuel Rodrigues		Surrador	
	Rafael da Cunha			
	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	António de Magalhães			
	João Lopes			
	Gonçalo da Cunha			
	António Afonso		Forneiro	
1707-08	Transitou a Mesa do ano anterior			
1708-09				
Mesa: Maior condição	Lic. Pedro Ferreira de Faria	Provedor		
	António Falcão Marinho	Escrivão		
	Lic. Pedro da Costa Jácome	Procurador		
	Lic. Manuel Pereira Favião de Brito			
	Lic. João Velho Gondim Souto Maior			
	Agostinho Pereira Ferraz			
	João Marinho Falcão de Amorim			
Menor condição	Gregório de Araújo			
	João Esteves			
	Inácio da Costa			
	João Fernandes		Mercador	
	Manuel Francisco		Alfaiate	
	João Dantas			
Definitório: Maior condição	Dom Francisco de Furtado Mendonça Meneses			Fidalgo da Casa Real

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Lourenço Pereira de Távora			Capitão-mor, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Luís Meireles de Lima Pacheco			Senhor da casa e quinta de Anquião
	Valério de Sá Gondim			
	Padre António Lopes			
	Sebastião Pinto Correia de Abreu			
	António Pereira Caldas			
Menor condição	António Dias		Sapateiro	
	Manuel Rodrigues		Surrador	
	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	Rafael da Cunha			
	António de Magalhães			
	João Lopes			
	Gonçalo da Cunha			
	António Afonso		Forneiro	
1709-10				
Mesa: Maior condição	Valério de Sá Gondim	Provedor		
	Manuel de Sá Pacheco	Escrivão		
	Lic. Domingos Pinto	Procurador		
	Baltasar da Gama de Azevedo			
	Diogo Fróis do Amaral			
	Vicente Correia de Amorim			
	João de Melo de Pereira e Sampaio			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo
Menor condição	Manuel Rodrigues		Surrador	
	Francisco Cerqueira		Carpinteiro	
	João Gonçalves Lameiro			
	Francisco Gomes		Sapateiro	
	Rafael da Cunha			
	João Fernandes, o velho		Carpinteiro	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
Definitório: Maior condição	Dom Francisco Furtado de Mendonça Meneses			Fidalgo da Casa Real
	Lourenço Pereira de Távora			Capitão-mor, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Luís de Meireles de Lima Pacheco			Senhor da casa e quinta de Anquião
	Lic. Pedro Ferreira de Faria			
	Padre António Lopes			
	Sebastião Pinto Correia de Abreu			
	António Pereira Caldas			
Menor condição	António Dias			
	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	António de Magalhães			
	João Lopes			
	Gonçalo da Cunha			
	António Afonso		Forneiro	
	Tomé Rodrigues			
	Serafim da Cunha			
1710-11				
Mesa: Maior condição	Sebastião Pinto Correia de Abreu	Provedor		
	João da Costa Maciel	Escrivão		
	Padre Baltasar Leitão Pita	Procurador		
	Vasco Marinho Pereira Vasconcelos			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Bernardino de Azevedo da Gama			
	Isidoro Moreira Pereira de Sousa e Sá			Procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira
	José de Sá Guedes			
Menor condição	Francisco da Cunha			
	Domingos Rodrigues Lima			
	António Rodrigues			
	António Alves			
	João da Cunha			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Henrique de Castro		Ferrador	
Definitório: Maior condição	Alexandre Marinho Falcão			
	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Luís Perestrelo de Lima			
	Lic. Pedro Ferreira de Faria			
	Dom Francisco Furtado de Mendonça e Meneses			Fidalgo da Casa Real
	António Pereira Caldas			
	Valério de Sá Gondim			
	Padre António Lopes			
Menor condição	Manuel Rodrigues		Surrador	
	Tomé Rodrigues			
	António Dias			
	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	João Lopes			
	António Afonso		Forneiro	
	Rafael da Cunha			
1711-12				
Mesa: Maior condição	Alexandre Marinho Falcão	Provedor		
	Lic. Manuel Pereira Favião de Brito	Escrivão		
	Nicolau Barbosa Calheiros	Procurador		
	Padre Paio Velho Barreto			
	José de Melo de Sampaio Pacheco			
	António Falcão Marinho			
	Frutuoso Pimenta de Brito			Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
Menor condição	Tomé Rodrigues			
	João Esteves			
	Domingos Francisco de Aguiar			
	Gaspar de Amorim		Alfaiate	
	Manuel de Araújo			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Manuel da Cunha			
Definitório: Maior condição	Sebastião Pinto Correia de Abreu			
	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Luís de Magalhães de Lima			
	Lic. Pedro Ferreira de Faria			
	Dom Francisco Furtado de Mendonça e Meneses			Fidalgo da Casa Real
	António Pereira Caldas			
	Valério de Sá Gondim			
	Padre António Lopes			
Menor condição	Manuel Rodrigues		Surrador	
	Gonçalo de Araújo			
	Rafael da Cunha			
	António Machado			
	João Fernandes Velho			
	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	António Dias			
	Domingos Lopes		Armeiro	
1712-13				
Mesa: Maior condição	Dom Francisco Furtado de Mendonça e Meneses	Provedor		Fidalgo da Casa Real
	Diogo Fróis do Amaral	Escrivão		
	Lic. Bernardino Pacheco de Faria	Procurador		
	António Carneiro			
	Padre António Pereira Rego			
	Manuel Pereira de Castro			
Menor condição	António da Rocha		Celeireiro	
	João Gonçalves Lameiro			
	Domingos Rodrigues de Sequeiros			
	Gonçalo de Araújo			
	Manuel de Araújo			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	António Pereira Ribeiro			
Definitório: Maior condição	Alexandre Marinho Falcão			
	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Luís Meireles de Lima Pacheco			Senhor da casa e quinta de Anquião
	Lic. Pedro Ferreira de Faria			
	António Pereira Caldas			
	Valério Sá Gondim			
	Padre António Lopes			
	Sebastião Pinto Correia de Abreu			
Menor condição	Manuel Rodrigues		Surrador	
	Rafael da Cunha			
	António Machado			
	João Fernandes Velho			
	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	António Dias			
	Domingos Lopes		Armeiro	
	João Esteves			
1713-14				
Mesa: Maior condição	Luís de Meireles de Lima Pacheco	Provedor		
	Padre Baltasar Leitão Pita	Escrivão		
	Lic. Bernardino de Azevedo da Gama	Procurador		
	Francisco Velho de Barbosa			
	Baltasar de Araújo Marinho			
	Inácio Perestrelo Marinho Pereira			Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	Francisco Pereira de Sequeiros e Abreu			
Menor condição	Paulo Gonçalves		Vendeiro	
	Felix Antunes			
	Francisco da Cunha			
	António Álvares			
	Domingos da Costa		Sapateiro	
	Caetano da Cunha			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
Definitório: Maior condição	Isidoro Moreira Pereira de Sousa e Sá			Procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira
	Lourenço Pereira de Távora			Capitão-mor, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Lic. Pedro Ferreira de Faria			
	Valério de Sá Gondim			
	Dom Francisco Furtado de Mendonça e Meneses			Fidalgo da Casa Real
	Sebastião Pinto Correia de Abreu			
	Alexandre Marinho Falcão			
Menor condição	Manuel Rodrigues		Surrador	
	João Esteves			
	Rafael da Cunha			
	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	António da Rocha			
	Domingos Lopes		Armeiro	
	Domingos Rodrigues de Sequeiros			
	Serafim da Cunha			
1714-15				
Mesa: Maior condição	António Falcão Marinho	Provedor		
	Nicolau Barbosa Calheiros	Escrivão		
	Agostinho Pereira Ferraz	Procurador		
	Lic. André Pereira Pinto			
	Lic. Manuel Pereira Favião de Brito			
	Padre David Quintero de Sá			
	Favião de Brito			
Menor condição	Domingos Lopes		Armeiro	
	Domingos Rodrigues Lima			
	Manuel Pereira		Alfaiate	
	Custódio Pereira			
	João da Cunha			
	João Pereira		Mercador	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
Definitório: Maior condição	Isidoro Moreira Pereira de Sousa e Sá			Procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira
	Luís de Meireles de Lima Pacheco			Senhor da casa e quinta de Anquião
	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Lic. Pedro Ferreira de Faria			
	Dom Francisco Furtado de Mendonça e Meneses			Fidalgo da Casa Real
	Valério de Sá Gondim			
	Sebastião Pinto Correia de Abreu			
	Alexandre Marinho Falcão			
Menor condição	Manuel Rodrigues		Surrador	
	João Esteves			
	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	António da Rocha			
	Domingos Rodrigues de Sequeiros			
	Serafim da Cunha			
	Tomé Rodrigues			
	Francisco da Cunha			
1715-16				
Mesa: Maior condição	João de Melo de Pereira e Sampaio	Provedor		Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Lic. Bernardino Pacheco de Faria	Escrivão		
	Padre José de Sá Guedes Souto Maior	Procurador		
	Lic. João Velho Gondim Souto Maior			
	Diogo Fróis do Amaral			
	Manuel Pereira de Castro Amado			
	João de Sá de Amorim			
Menor condição	Manuel Rodrigues		Surrador	
	Pascoal de Lima			
	António da Rocha			
	Luís Antunes			
	Manuel Lopes de Castro			
	Manuel da Costa Carvalho			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
Definitório: Maior condição	Isidoro Moreira Pereira de Sousa e Sá			Procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira
	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Lic. Pedro Ferreira de Faria			
	Dom Francisco Furtado de Mendonça e Meneses			Fidalgo da Casa Real
	Valério de Sá Gondim			
	Sebastião Pinto Correia de Abreu			
	Alexandre Marinho Falcão			
	António Falcão Marinho			
Menor condição	Domingos Lopes		Armeiro	
	Francisco da Cunha			
	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	Rafael da Cunha			
	Tomé Rodrigues			
	João Esteves			
	Gregório de Araújo			
	Domingos Rodrigues Lima			
1716-17				
Mesa: Maior condição	Manuel de Sousa Machado	Provedor		
	João da Costa Maciel, morreu	Escrivão		
	Nicolau Barbosa Calheiros	Escrivão		
	João de Amorim Marinho Falcão	Procurador		
	Manuel de Sá Pacheco			
	Francisco Álvares Pinto			
	António Lobo da Cunha Malheiro			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Sargento-mor
	António de Abreu de Lima			Moço fidalgo da Casa de Sua Majestade
Menor condição	João Esteves			
	Gregório de Araújo			
	Domingos Rodrigues de Sequeiros			
	João Álvares		Surrador	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Francisco de Sá			
	Manuel de Araújo			
Definitório: Maior condição	João de Melo de Pereira e Sampaio			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Lic. Pedro Ferreira de Faria			
	Dom Francisco Furtado de Mendonça e Meneses			Fidalgo da Casa Real
	Valério de Sá Gondim			
	Sebastião Pinto Correia de Abreu			
	Alexandre Marinho Falcão			
	António Falcão Marinho			
Menor condição	Francisco da Cunha			
	Domingos Lopes		Armeiro	
	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	Tomé Rodrigues			
	António Álvares			
	Rafael da Cunha			
	Manuel Rodrigues		Surrador	
	Domingos Rodrigues Lima			
1717-18				
Mesa: Maior condição	Isidoro Moreira Pereira de Sousa e Sá	Provedor		Procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira
	Lic. Pedro da Costa Jácome	Escrivão		
	Padre António Pereira Rego	Procurador		
	Francisco Barbosa Aranha			
	Manuel de Palhares Baldaia			
	António de Couros Carneiro			Fidalgo da Casa Real
	Lic. Manuel Pereira Favião de Brito			
Menor condição	Felix Antunes			
	Domingos da Costa		Sapateiro	
	Inácio Lopes			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Tomé Rodrigues			
	Manuel Velho de Ramos		Carpinteiro	
	Pascoal Francisco		Tanoeiro	
Definitório: Maior condição	Manuel de Sousa Machado			
	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Lic. Pedro Ferreira de Faria			
	Sebastião Pinto Correia de Abreu			
	António Falcão Marinho			
	Valério de Sá Gondim			
	Alexandre Marinho Falcão			
	João de Melo de Pereira e Sampaio			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo
Menor condição	Manuel Rodrigues		Surrador	
	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	António Álvares			
	Domingos Rodrigues Lima			
	João Esteves			
	Rafael da Cunha			
	Domingos Francisco			
	Paulo Maciel		Ferrador	
1718-19				
Mesa: Maior condição	Vasco Marinho Pereira Vasconcelos	Provedor		Cavaleiro da Ordem de Cristo, Fi- dalgo da Casa de Sua Majestade
	Agostinho Pereira Ferraz	Escrivão		
	José de Melo e Sampaio Pacheco	Procurador		
	Diogo Fróis do Amaral			
	Francisco de São Miguel Mogueimes			Capitão de cavalos, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	João de Sousa Rego			
	Lourenço Pereira Marinho			
Menor condição	Domingos Rodrigues Lima			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	João Pereira		Mercador	
	António Álvares			
	António da Cunha			
	Paulo Gonçalves		Vendeiro	
	Manuel Gomes			
Definitório: Maior condição	Isidoro Moreira Pereira de Sousa e Sá			Procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira
	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Lic. Pedro Ferreira de Faria			
	Sebastião Pinto Correia de Abreu			
	Valério de Sá Gondim			
	Alexandre Marinho Falcão			
	João de Melo de Pereira e Sampaio			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Manuel de Sousa Machado			
Menor condição	Manuel Rodrigues		Surrador	
	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	Rafael da Cunha			
	Domingos Francisco			
	Paulo Maciel		Ferrador	
	João Esteves			
	Tomé Rodrigues			
	António Afonso			
1719-20				
Mesa: Maior condição	Dom Francisco Furtado de Mendonça e Meneses	Provedor		Fidalgo da Casa Real
	Lic. Bernardino Pacheco de Faria	Escrivão		
	Inácio Perestrelo Marinho Pereira	Procurador		Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	Lic. André Pereira Pinto			
	Nicolau Barbosa Calheiros			
	Baltasar de Araújo Marinho			Sr. da casa de Patim e casa do Cardido
	José Malheiro Ferraz			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
Menor condição	Rafael da Cunha			
	João Esteves			
	Domingos Rodrigues da Costa			
	João da Cunha		Ferrador	
	Manuel da Costa Carvalho			
	Silvestre Loureiro			
Definitório: Maior condição	Vasco Marinho Pereira Vasconcelos			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Lic. Pedro Ferreira de Faria			
	Valério de Sá Gondim			
	Sebastião Pinto Correia de Abreu			
	Alexandre Marinho Falcão			
	João de Melo de Pereira e Sampaio			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo
Isidoro Moreira Pereira de Sousa e Sá			Procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira	
Menor condição	Manuel Rodrigues		Surrador	
	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	Tomé Rodrigues			
	Paulo Maciel		Ferrador	
	António Álvares			
	Paulo Gonçalves		Vendeiro	
	Domingos Lopes		Armeiro	
	Domingos Rodrigues Lima			
1720-21				
Mesa: Maior condição	Francisco Pereira de Sequeiros e Abreu	Provedor		
	João Marinho de Amorim Falcão	Escrivão		
	Manuel Pereira de Castro	Procurador		
	Álvaro de Abreu Rebelo			Fidalgo da Casa Real
	Francisco Malheiro Pereira Baldaia			
	Lic. Manuel Malheiro Marinho			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Padre David Quinteiro de Sá			
Menor condição	Tomé Rodrigues			
	Inácio Lopes			
	Domingos da Costa		Sapateiro	
	Gaspar Pereira		Mercador	
	João da Costa Carvalho			
	Domingos Martins			
Definitório: Maior condição	Isidoro Moreira Pereira de Sousa e Sá			Procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira
	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Lic. Pedro Ferreira de Faria			
	Valério de Sá Gondim			
	Sebastião Pinto Correia de Abreu			
	Alexandre Marinho Falcão			
	Dom Francisco Furtado de Mendonça e Meneses			Fidalgo da Casa Real
	João de Melo de Pereira e Sampaio			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo
Menor condição	Manuel Rodrigues		Surrador	
	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	Rafael da Cunha			
	António Álvares			
	Paulo Gonçalves		Vendeiro	
	Domingos Lopes		Armeiro	
	Domingos Rodrigues Lima			
	João Esteves			
1721-22				
Mesa: Maior condição	Isidoro Moreira Pereira de Sousa e Sá	Provedor		Procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira
	Padre António Pereira Rego	Escrivão		
	Manuel Palhares Baldaia	Procurador		
	João de Sá Amorim de Couto			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Lic. Pedro da Costa Jácome			
	Francisco de São Miguel Mogueimes			Capitão de cavalos, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Gonçalo Coelho de Araújo			Fidalgo da Casa Real, Tenente de Infantaria do Minho
Menor condição	Pedro Rodrigues			
	Felix Antunes			
	Domingos Rodrigues Lima			
	António Álvares			
	João da Cunha		Celeireiro	
	Manuel Fernandes		Alfaiate	
Definitório: Maior condição	Lic. Manuel Pereira Favião de Brito			
	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Lic. Pedro Ferreira de Faria			
	Francisco Pereira de Sequeiros e Abreu			
	Sebastião Pinto Correia de Abreu			
	João de Melo Pereira e Sampaio			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Dom Francisco Furtado de Mendonça e Meneses			Fidalgo da Casa Real
	Vasco Marinho Pereira Vasconcelos			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
Menor condição	Manuel Rodrigues		Surrador	
	Estevão de Lira		Carpinteiro	
	Rafael da Cunha			
	Tomé Rodrigues			
	Paulo Gonçalves			
	Domingos Lopes		Armeiro	
	Inácio Lopes			
	João Esteves			
1722-23				
Mesa: Maior condição	António de Abreu de Lima	Provedor		Moço fidalgo da Casa de Sua Majestade

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	José de Melo e Sampaio Pacheco	Escrivão		
	Lic. André Pereira Pinto	Procurador		
	Dr. Gregório de Magalhães			
	Dr. Lourenço de Carvalho Araújo			
	Lic. Lucas de Aguiar Calheiros			
	Francisco Álvares Pinto			
Menor condição	Domingos da Costa Bezerra		Sapateiro	
	João Pereira Baltasar		Mercador	
	João Esteves			
	Paulo Gonçalves			
	Manuel da Costa Carvalho			
	João Francisco			
Definitório: Maior condição	Francisco Pereira de Sequeiros e Abreu			
	Lic. Pedro Ferreira de Faria			
	Alexandre Marinho Falcão			
	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Dom Francisco Furtado Mendonça e Meneses			Fidalgo da Casa Real
	João de Melo de Pereira e Sampaio			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Vasco Marinho Pereira Vasconcelos			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Fi- dalgo da Casa de Sua Majestade
	Isidoro Moreira Pereira de Sousa e Sá			Procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira
Menor condição	Manuel Rodrigues			
	Rafael da Cunha			
	Tomé Rodrigues			
	Domingos Lopes		Armeiro	
	Inácio Lopes			
	Domingos Rodrigues Lima			
	António Alves			
	Francisco Cerqueira		Carpinteiro	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
1723-24				
Mesa: Maior condição	Álvaro de Abreu Rebelo, morreu	Provedor		Fidalgo da Casa Real
	Isidoro Moreira Pereira de Sousa e Sá	Provedor		Procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira
	Inácio Perestrelo Marinho Pereira	Escrivão		Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	João de Sousa Pereira do Lago	Procurador		
	Gaspar de Abreu de Lima Teles			Fidalgo da Casa Real
	Francisco Pita Malheiro			Tenente general dos Exércitos de Sua Majestade, Fidalgo da Casa Real
	Manuel Correia Feijó			Senhor da Casa da Torre da Anta
	Lic. José Pinto de Araújo			
Menor condição	Tomé Rodrigues, morreu			
	Francisco Ferreira			
	Miguel Vaz Torres			
	João Dantas			
	António de Sequeiros			
	Luís Antunes			
	João da Cunha			
Definitório: Maior condição	Francisco Pereira de Sequeiros e Abreu			
	Lic. Pedro Ferreira de Faria			
	Alexandre Marinho Falcão			
	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Dom Francisco de Furtado Mendonça e Meneses			Fidalgo da Casa Real
	João de Melo de Pereira e Sampaio			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Vasco Marinho Pereira Vasconcelos			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Isidoro Moreira Pereira de Sousa e Sá			Procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira
Menor condição	Manuel Rodrigues			
	Rafael da Cunha			
	João Esteves			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Domingos Rodrigues Lima			
	António Alves			
	Francisco Cerqueira		Carpinteiro	
	Felix Antunes			
	Manuel da Costa		Mercador	
1724-25				
Mesa: Maior condição	Padre Baltasar Leitão Pita	Provedor		
	Manuel Pereira de Castro	Escrivão		
	Padre David Quinteiro de Sá	Procurador		
	Manuel Malheiro Marinho			
	Francisco Pereira de Sequeiros e Abreu, o novo			
	António Pereira Malheiro			
	Agostinho Pereira Ferraz			
Menor condição	António Rodrigues			
	Domingos Rodrigues Lima			
	João Fernandes de Abreu			
	João Pinto Rego		Ourives	
	Francisco Fernandes de Carvalho, morreu			
	Domingos de Sá Brandão			
	Silvestre Loureiro			
Definitório: Maior condição	António de Abreu de Lima			Moço fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Dom Francisco Furtado de Mendonça e Meneses			Fidalgo da Casa Real
	Alexandre Marinho Falcão			
	João de Melo de Pereira e Sampaio			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Isidoro Moreira Pereira de Sousa e Sá			Procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
Menor condição	Rafael da Cunha			
	João Esteves			
	Paulo Gonçalves			
	António Álvares			
	Francisco Cerqueira		Carpinteiro	
	Manuel Fernandes		Alfaiate	
	Domingos Francisco			
	Domingos Álvares			
1725-26				
Mesa: Maior condição	Dom Tomás Xavier de Lima Nogueira Vasconcelos da Silva Teles	Provedor		Visconde de Vila Nova de Cerveira, Alcaide Mor de Ponte de Lima, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Vasco Marinho Pereira Vasconcelos	Escrivão		Cavaleiro da Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Francisco de São Miguel Mogueimes	Procurador		Capitão de cavalos, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Lic. Bernardino Pacheco de Faria			
	Padre António Pereira Rego			
	José de Melo e Sampaio Pacheco			
	Pedro de Barros Barbosa			Capitão de cavalos, Tenente coronel
Menor condição	Felix Antunes			
	João da Cunha		Celeireiro	
	João Esteves			
	Inácio Lopes			
	Manuel da Costa Carvalho			
	João Pereira Barbosa		Mercador	
Definitório: Maior condição	Lic. Manuel Pereira Favião de Brito			
	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Dom Francisco Furtado de Mendonça e Meneses			Fidalgo da Casa Real
	Isidoro Moreira Pereira de Sousa e Sá			Procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	João de Melo de Pereira e Sampaio			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Francisco Pereira de Sequeiros e Abreu			
	António de Abreu de Lima			Moço fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Padre Baltasar Leitão Pita			
Menor condição	Manuel Rodrigues			
	Rafael da Cunha			
	Paulo Gonçalves			
	Francisco Cerqueira			
	Domingos Francisco de Aguiar			
	Manuel Fernandes		Alfaiate	
	João Fernandes de Abreu			
	Domingos da Costa		Sapateiro	
1726-27				
Mesa: Maior condição	Dom Francisco Furtado de Mendonça e Meneses	Provedor		Fidalgo da Casa Real
	João Marinho Falcão de Amorim Pereira	Escrivão		
	Lic. Lourenço de Carvalho Pereira	Procurador		
	António de Abreu de Lima			Moço fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Caetano de Abreu Gondim			
	António Lobo da Cunha Malheiro			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Sargento-mor
	Lic. José Galvão de Faria			
Menor condição	Paulo Gonçalves			
	Manuel Fernandes			
	José Gomes			
	António de Sousa			
	João Francisco			
	João de Araújo		Mercador	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
Definitório: Maior condição	Dom Tomás Xavier de Lima Nogueira Vasconcelos da Silva Teles			Visconde de Vila Nova de Cerveira, Alcaide-mor de Ponte de Lima, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	João de Melo de Pereira e Sampaio			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	António de Abreu de Lima			Moço fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Vasco Marinho Pereira Vasconcelos			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Isidoro Moreira Pereira de Sousa e Sá			Procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira
	Padre Baltasar Leitão Pita			
	Manuel de Sousa Machado			
Menor condição	Manuel Rodrigues		Surrador	
	João Esteves			
	Domingos Francisco			
	João Pereira		Mercador	
	Domingos da Costa		Sapateiro	
	Manuel Fernandes			
	Felix Antunes			
Manuel da Costa Carvalho				
1727-28				
Mesa: Maior condição	Manuel de Sousa Machado	Provedor		
	Inácio Perestrelo Marinho Pereira	Escrivão		Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	Manuel de Sousa Pereira Lobato	Procurador		
	Diogo Fróis do Amaral			
	Baltasar de Araújo Marinho			Sr. da casa de Patim e casa do Cardido
	José António Calheiros de Magalhães Barreto			
	José Falcão Marinho			
Menor condição	João Álvares		Surrador	
	Domingos Rodrigues da Costa		Alfaiate	
	Manuel de Araújo			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Miguel Vaz Torres			
	João da Cunha			
	Domingos da Costa		Sapateiro	
Definitório: Maior condição	Dom Tomás Xavier de Lima Nogueira Vasconcelos da Silva Teles			Visconde de Vila Nova de Cerveira, Alcaide-mor de Ponte de Lima, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Francisco de Sousa Lobato			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	João de Melo de Pereira e Sampaio			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	António de Abreu de Lima			Moço fidalgo da Casa de Sua Ma- jestade
	Dom Francisco Furtado de Mendonça e Meneses			Fidalgo da Casa Real
	Isidoro Moreira Pereira de Sousa e Sá			Procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira
	Padre Baltasar Leitão Pita			
	Vasco Marinho Pereira Vasconcelos			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Fi- dalgo da Casa de Sua Majestade
Menor condição	João Esteves			
	Paulo Gonçalves			
	Manuel Fernandes			
	Felix Antunes			
	Manuel da Costa de Carvalho			
	João Pereira		Mercador	
	Domingos da Costa		Sapateiro	
	Domingos Francisco			
1728-29				
Mesa: Maior condição	Francisco de Sousa Lobato	Provedor		Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Padre António Pereira Rego	Escrivão		
	Francisco Malheiro Pereira Baldaia	Procurador		
	José de Melo e Sampaio Pacheco			
	Leão Pereira Marinho			
	Paulo Luís Pereira de Sampaio			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Valentim Brandão Soares			Capitão de cavalos, Familiar do Santo Ofício, Cavaleiro da Ordem de Cristo
Menor condição	João Esteves			
	Manuel Fernandes		Alfaiate	
	João da Cunha		Ferrador	
	Brás Francisco			
	Domingos da Costa		Sapateiro	
	José Álvares			
Definitório: Maior condição	Padre Baltasar Leitão Pita			
	Dom Tomás Xavier de Lima Nogueira Vasconcelos da Silva Teles			Visconde de Vila Nova de Cerveira, Alcaide-mor de Ponte de Lima, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	D, Francisco Furtado de Mendonça e Meneses			Fidalgo da Casa Real
	João de Melo de Pereira de Sampaio			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Manuel de Sousa Machado			
	Isidoro Moreira Pereira de Sousa e Sá			Procurador do Visconde de Vila Nova de Cerveira
	Vasco Marinho Pereira Vasconcelos			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	António de Abreu de Lima			Moço fidalgo da Casa de Sua Majestade
Menor condição	Paulo Gonaçlves			
	João Fernandes Abreu			
	Domingos Francisco			
	João Pereira		Mercador	
	Felix Antunes			
	Manuel da Costa Carvalho			
	Silvestre Loureiro			
	João Dantas			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
1729-30				
Mesa: Maior condição	Padre Baltasar Leitão Pita	Provedor		
	Manuel Pereira Barbosa e Castro	Escrivão		
	Francisco Pita Malheiro	Procurador		
	Lic. Manuel Malheiro Marinho			
	Tomás Malheiro dos Guimarães Abreu e Brito			
	Dr. Gregório de Magalhães			
	Francisco Manuel de Melo Lima			
Menor condição	Silvestre Loureiro			
	Manuel Afonso			
	João Francisco			
	Pedro Fernandes			
	Manuel Fernandes		Sapateiro	
	Manuel Dias		Carpinteiro	
1730-31				
Mesa: Maior condição	Isidoro Correia e Sousa, morreu	Provedor		
	Dom Francisco Furtado de Mendonça e Meneses	Provedor		Fidalgo da Casa Real
	Lic. André Pereira Pinto	Escrivão		
	Gaspar de Abreu e Lima	Procurador		
	José António Calheiros de Magalhães Barreto			
	Pedro de Barros Barbosa			Capitão de cavalos, Tenente coronel
	Matias Velho de Barbosa			
	Padre Francisco Correia de Puga			
Menor condição	João Pereira		Mercador	
	João Álvares		Surrador	
	Manuel Pereira		Sapateiro	
	Pedro de Passos			
	Manuel Rodrigues			
	João da Cunha			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
1731-32				
Mesa: Maior condição	Nicolau Barbosa Calheiros	Provedor		
	José de Melo e Sampaio Pacheco	Escrivão		
	Lic. José Galvão de Faria	Procurador		
	Miguel de Araújo e Azevedo			
	Lic. Pedro da Costa Jácome			
	Caetano de Abreu Gondim			
	Lic. Lucas de Aguiar Calheiros			
Menor condição	Manuel da Costa Carvalho			
	Miguel Vaz Torres			
	João Lopes		Sombrei- reiro	
	José Gomes			
	Domingos da Costa Bezerra		Sapateiro	
	Domingos da Costa			
Definitório: Maior condição	António Perestrelo de Lima			
	Dom Francisco Furtado de Mendonça e Meneses			Fidalgo da Casa Real
	Vasco Marinho Pereira Vasconcelos			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Fi- dalgo da Casa de Sua Majestade
	Padre Baltasar Leitão Pita			
	Diogo Fróis do Amaral			
	Agostinho Pereira Ferraz			
	João de Amorim Marinho			
	Padre António Pereira Rego			
Menor condição	Domingos Francisco			
	Manuel Fernandes		Alfaiate	
	Paulo Gonçalves			
	João Esteves			
	João Álvares			
	João Fernandes de Abreu			
	Felix Antunes			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	João Pereira		Mercador	
1732-33				
Mesa: Maior condição	Lic. Bernardino Pacheco de Faria	Provedor		
	Diogo Fróis do Amaral	Escrivão		
	José Falcão Marinho Barbosa	Procurador		
	Manuel Pereira Castro			
	Padre Francisco Lopes Velho			
	Padre José de Sá Guedes Souto Maior			
	António de Sá Souto Maior			
Menor condição	Brás Francisco			
	Angelo Rodrigues			
	José Alves			
	Domingos Rodrigues			
	João de Araújo		Mercador	
	Manuel Fernandes		Sapateiro	
Definitório: Maior condição	João de Amorim Marinho Pacheco			
	Dom Francisco Furtado de Mendonça e Meneses			Fidalgo da Casa Real
	Vasco Marinho Pereira Vasconcelos			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	António de Abreu de Lima			Moço fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Padre Baltasar Leitão Pita			
	Nicolau Barbosa Calheiros			
	Lic. Pedro da Costa Jácome			
	Agostinho Pereira Ferraz			
Menor condição	Paulo Gonçalves			
	Manuel Fernandes		Sapateiro	
	Domingos Francisco			
	Felix Antunes			
	João Fernandes de Abreu			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Manuel Pereira		Alfaiate	
	João Pereira		Mercador	
	Manuel da Costa			
1733-34				
Mesa: Maior condição	Agostinho Pereira Torres	Provedor		
	Bernardino de Azevedo da Gama	Escrivão		
	José António Calheiros Magalhães Barreto	Procurador		
	Luis Carlos Vilalobos de Lima			
	Tomás Malheiro dos Guimarães Abreu e Brito			
	Padre Cipriano Luís Jácome			
	João de Caldas Barbosa			
Menor condição	Paulo Gonçalves			
	Silvestre Loureiro			
	João Francisco			
	Manuel Dias		Carpinteiro	
	Gonçalo Ribeiro de Queirós			
	Francisco da Cunha Correia			
Definitório: Maior condição	Inácio Perestrelo Marinho Pereira			Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	Dom Francisco Furtado de Mendonça e Meneses			Fidalgo da Casa Real
	Vasco Marinho Pereira Vasconcelos			Cavaleiro professo da Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Padre Baltasar Leitão Pita			
	Nicolau Barbosa Calheiros			
	Diogo Fróis do Amaral			
	Lic. Pedro da Costa Jácome			
	João Marinho Falcão de Amorim			
Menor condição	Manuel Fernandes		Sapateiro	
	Domingos Francisco			
	Felix Antunes			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	João Francisco de Abreu			
	Manuel da Costa Carvalho			
	Domingos da Costa		Sapateiro	
	João Álvares			
1734-35				
Mesa: Maior condição	Inácio Perestrelo Marinho Pereira	Provedor		Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	Lic. José Galvão de Faria	Escrivão		
	Caetano de Abreu Gondim	Procurador		
	Padre João de Azevedo Pereira			
	Padre Pedro Pereira Barbosa			
	José de Sá Pacheco			
	Jerónimo de Sousa Barros			
Menor condição	Luís Barbosa			
	José da Costa			
	João Pereira		Mercador	
	Manuel de Araújo		Alfaiate	
	Manuel Afonso			
	Manuel Monteiro			
Definitório: Maior condição	Diogo Fróis do Amaral			
	Dom Francisco Furtado de Mendonça e Meneses			Fidalgo da Casa Real
	Vasco Marinho Pereira Vasconcelos			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Padre Baltasar Leitão Pita			
	Nicolau Barbosa Calheiros			
	Lic. Bernardino Pacheco de Faria			
	Agostinho Pereira Ferraz			
	Lic. Pedro da Costa Jácome			
Menor condição	Manuel Fernandes		Sapateiro	
	Domingos Francisco			
	Felix Antunes			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Manuel da Costa Carvalho			
	João Fernandes Abreu			
	João Álvares		Surrador	
	Silvestre Loureiro			
1735-36				
Mesa: Maior condição	Padre José de Sá Guedes Souto Maior	Provedor		
	Lic. Lourenço de Carvalho de Araújo	Escrivão		
	Lic. Lucas de Aguiar Calheiros	Procurador		
	Lino António de Caldas Bacelar			
	Felix Pereira da Fonseca			
	Manuel de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa Real
	Luís Carlos Vilalobos de Lima			
Menor condição	Rafael Marques			
	José Gomes			
	José Lopes			
	Manuel Pereira Carvalho Amado			
	Pedro Fernandes			
	Brás Francisco			
Definitório: Maior condição	Lic. Pedro da Costa Jácome			
	Dom Francisco Furtado de Mendonça e Meneses			Fidalgo da Casa Real
	Vasco Marinho Pereira Vasconcelos			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Padre Baltasar Leitão Pita			
	Nicolau Barbosa Calheiros			
	Lic. Bernardino Pacheco de Faria			
	Agostinho Pereira Ferraz			
	Inácio Perestrelo Marinho Pereira			Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
Menor condição	Manuel Fernandes		Sapateiro	
	Domingos Francisco			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Felix Antunes			
	Manuel da Costa de Carvalho			
	João Fernandes de Abreu			
	Domingos da Costa Bezerra		Sapateiro	
	João Pereira		Mercador	
	Paulo Gonçalves			
1736-37				
Mesa: Maior condição	Lic. Pedro da Costa Jácome	Provedor		
	Padre David Quinteiro de Sá	Escrivão		
	João de Sousa Rego Caldas Barbosa	Procurador		Capitão de ordenanças
	Manuel Pereira Carvalho Amado			
	Francisco de Sá Souto Maior			
	Padre Francisco Correia			
	Pedro Ribeiro de Araújo			
Menor condição	Miguel Vaz Torres			
	Felix Antunes			
	Manuel Fernandes		Sapateiro	
	Francisco da Cunha			
	João Francisco			
	José Álvares			
Definitório: Maior condição	Padre José de Sá Guedes Souto Maior			
	Dom Francisco Furtado de Mendonça e Meneses			Fidalgo da Casa Real
	Vasco Marinho Pereira Vasconcelos			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Padre Baltasar Leitão Pita			
	Nicolau Barbosa Calheiros			
	Lic. Bernardino Pacheco de Faria			
	Agostinho Pereira Ferraz			
	Inácio Perestrelo Marinho Pereira			Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
Menor condição	Manuel Fernandes		Sapateiro	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Domingos Francisco			
	Manuel da Costa Carvalho			
	João Fernandes de Abreu			
	Domingos da Costa Bezerra		Sapateiro	
	João Pereira Barbosa			
	Paulo Gonçalves			
	Domingos da Costa		Sapateiro	
1737-38				
Mesa: Maior condição	João Marinho Falcão de Amorim	Provedor		
	Francisco Pita Malheiro	Escrivão		Fidalgo da Casa Real
	Padre João de Azevedo Pereira	Procurador		
	José António Calheiros Magalhães Barreto			
	Nicolau António Barbosa Rego			
	Diogo Fróis do Amaral			
	Constantino de Sousa Dantas Barbosa			
Menor condição	José de Sousa Lobato		Ferrador	
	Manuel Rodrigues			
	Manuel Afonso			
	Domingos Rodrigues			
	João de Araújo		Mercador	
	Domingos da Costa		Sapateiro	
Definitório: Maior condição	Lic. Pedro da Costa Jácome			
	Dom Francisco Furtado de Mendonça e Meneses			Fidalgo da Casa Real
	Padre Baltasar Leitão Pita			
	Vasco Marinho Pereira Vasconcelos			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Nicolau Barbosa Calheiros			
	Agostinho Pereira Ferraz			
	Inácio Perestrelo Marinho Pereira			Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	António Pereira Rego			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
Menor condição	Manuel Fernandes		Sapateiro	
	Domingos Francisco			
	Paulo Gonçalves			
	João Fernandes de Abreu			
	João Pereira		Mercador	
	João Álvares		Surrador	
	Silvestre Loureiro			
	Felix Antunes			
1738-39				
Mesa: Maior condição	António Pereira Rego	Provedor		
	Caetano de Abreu Gondim	Escrivão		
	Felix Pereira Fradique da Fonseca	Procurador		
	José de Melo e Sampaio Pacheco			
	Tomás Malheiro dos Guimarães Abreu e Brito			
	Pedro Pereira Barbosa			
	Lic. Lucas de Aguiar Calheiros			
Menor condição	Francisco da Cunha Correia			
	Manuel Dias		Carpinteiro	
	José Gomes			
	João Pereira Barbosa			
	João Álvares		Surrador	
	Manuel Fernandes		Sapateiro	
Definitório: Maior condição	Lic. Pedro da Costa Jácome			
	Dom Francisco Furtado de Mendonça e Meneses			Fidalgo da Casa Real
	Padre Baltasar Leitão Pita			
	Nicolau Barbosa Calheiros			
	Agostinho Pereira Ferraz			
	Inácio Perestrelo Marinho Pereira			Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	Padre José de Sá Guedes Souto Maior			
	José Amorim Marinho Falcão			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
Menor condição	Manuel Fernandes		Sapateiro	
	Domingos Rodrigues		Cereeiro	
	Domingos Francisco			
	João Fernandes de Abreu			
	Felix Antunes			
	Domingos da Costa Bezerra		Sapateiro	
	Domingos da Costa		Sapateiro	
	Silvestre Loureiro			
1739-40				
Mesa: Maior condição	Dom Francisco Furtado de Mendonça e Meneses	Provedor		Fidalgo da Casa Real
	José Falcão Marinho Barbosa	Escrivão		
	Martim Velho Barbosa de Fonseca	Procurador		
	Lic. Pedro da Costa Jácome			
	Padre David Quinteiro de Sá			
	Luís Carlos Vilalobos de Lima			
	António de Oliveira Rego			
Menor condição	António Rodrigues		Alfaiate	
	João Francisco			
	Pedro Fernandes			
	Bento Luís Dias			
	Luís de Araújo			
	Francisco da Cunha Lopes		Curtidor	
Definitório: Maior condição	Diogo Fróis do Amaral			
	Nicolau Barbosa Calheiros			
	Agostinho Pereira Ferraz			
	Inácio Perestrelo Marinho Pereira			Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	Padre José de Sá Guedes Souto Maior			
	Lic. Pedro da Costa Jácome			
	João Marinho Falcão de Amorim			
	Padre António Pereira Rego			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
Menor condição	Domingos Fernandes			
	Manuel Fernandes		Sapateiro	
	João Álvares		Surrador	
	Domingos da Costa Bezerra		Sapateiro	
	Felix Antunes			
	João Pereira Barbosa			
	Domingos da Costa		Sapateiro	
1740-41				
Mesa: Maior condição	Agostinho Pereira Ferraz	Provedor		
	José António Calheiros de Magalhães Barreto	Escrivão		
	Lino António de Caldas Bacelar	Procurador		
	Pedro Ribeiro de Araújo e Aguilar			
	Manuel Correia Feijó			Senhor da Casa da Torre da Anta
	João de Barros Barbosa de Abreu			
	Lic. João Lopes de Carvalho			
Menor condição	Pedro de Passos			
	Manuel Rodrigues			
	Manuel Pinheiro		Alfaiate	
	Domingos Rodrigues da Costa		Sapateiro	
	Luís Barbosa			
	Domingos da Costa		Marchante	
Definitório: Maior condição	José de Melo e Sampaio Pacheco			
	Nicolau Barbosa Calheiros			
	Inácio Perestrelo Marinho Pereira			Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	Padre José de Sá Guedes Souto Maior			
	Lic. Pedro da Costa Jácome			
	João Marinho Falcão de Amorim			
	António Pereira Rego			
Diogo Fróis do Amaral				
Menor condição	Felix Antunes			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Domingos Francisco			
	João Pereira		Mercador	
	Manuel Francisco			
	João Álvares		Surrador	
	João Fernandes de Abreu			
	Manuel Fernandes		Sapateiro	
	João Francisco			
1741-42				
Mesa: Maior condição	Nicolau Barbosa Calheiros	Provedor		
	Francisco Pita Malheiro	Escrivão		Fidalgo da Casa Real
	Bernardo Malheiro Pereira Marinho	Procurador		Senhor da quinta do Cardido
	Francisco José de Sousa Rego			
	Dr. António da Rocha e Araújo			
	António José de Abreu e Lima			
	José Galvão Faria			
Menor condição	Brás Francisco			
	Silvestre Loureiro			
	Manuel Fernandes			
	Manuel Dias			
	Francisco José de Sousa			
	António de Passos			
Definitório: Maior condição	Inácio Perestrelo Marinho Pereira			Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	Padre José de Sá Guedes Souto Maior			
	Lic. Pedro da Costa Jácome			
	João Martinho Falcão			
	Padre António Pereira Ferraz			
	Diogo Fróis do Amaral			
	José de Melo e Sampaio Pacheco			
Menor condição	Felix Antunes			
	João Pereira		Mercador	
	João Álvares		Surrador	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Domingos da Costa Bezerra		Sapateiro	
	Manuel Pereira		Alfaiate	
	João Francisco			
	Manuel Afonso			
	Domingos da Costa		Sapateiro	
1742-43				
Mesa: Maior condição	Inácio Perestrelo Marinho Pereira	Provedor		Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	Felix Pereira de Aguiar Fonseca	Escrivão		
	António de Oliveira Rego	Procurador		
	José de Melo e Sampaio Pacheco			
	António Lobo da Cunha Malheiro			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Sargento-mor
	Lic. André Pereira Pinto			
	Manuel de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa Real
Menor condição	João Francisco			
	Rafael Marques			
	Manuel Fernandes Fradique		Sapateiro	
	Martinho Barbosa			
	Manuel da Cunha			
	João Pereira		Mercador	
Definitório: Maior condição	Manuel Pereira Castro			
	Nicolau Barbosa Calheiros			
	Agostinho Pereira Ferraz			
	Padre José de Sá Guedes Souto Maior			
	Lic. Pedro da Costa Jácome			
	João Marinho Falcão de Amorim			
	Padre António Pereira Rego			
	Diogo Fróis do Amaral			
Menor condição	Felix Antunes			
	João Álvares		Surrador	
	Domingos da Costa Bezerra		Sapateiro	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Manuel Pereira		Sapateiro	
	Manuel António			
	Domingos da Costa		Sapateiro	
	Manuel Rodrigues			
	João Fernandes Abreu			
1743-44				
Mesa: Maior condição	José Falcão Marinho Barbosa	Provedor		
	Martim Velho Barbosa e Fonseca	Escrivão		
	Pedro Ribeiro de Araújo e Aguilar	Procurador		
	Bonifácio Dantas Amorim			
	João de Sousa Rego Caldas Barbosa			Capitão de ordenanças
	João Marcos de Sá Souto Maior			
	Vicente Álvaro Vaz de Magalhães Mogueimes			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
Menor condição	Manuel Rodrigues			
	Pedro da Cunha			
	Pedro de Passos			
	António Rodrigues		Baganheiro	
	Domingos Rodrigues da Costa		Mercador	
	Manuel Araújo			
Definitório: Maior condição	José de Melo e Sampaio Pacheco			
	Nicolau Barbosa Calheiros			
	Agostinho Pereira Ferraz			
	João Marinho Falcão de Amorim			
	Padre António Pereira Rego			
	Inácio Perestrelo Marinho Pereira			Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	Padre José de Sá Guedes Souto Maior			
	Lic. Pedro da Costa Jácome			
Menor condição	João Álvares		Surrador	
	Felix Antunes			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	João Pereira		Mercador	
	Manuel Pereira		Sapateiro	
	Manuel Afonso			
	João Francisco			
	Manuel Fernandes		Sapateiro	
	João Fernandes de Abreu			
1744-45				
Mesa: Maior condição	Francisco Pita Malheiro	Provedor		Fidalgo da Casa Real
	Bernardo Malheiro Pereira Marinho	Escrivão		Senhor da quinta do Cardido
	Lic. António da Rocha e Araújo	Procurador		
	Padre David Quinteiro de Sá			
	Miguel Carlos Vilalobos de Lima			
	Francisco de Sá Souto Maior			
	Lic. João Lopes de Carvalho			
Menor condição	Manuel Fernandes			
	José Pereira			
	Miguel Vaz Torres			
	Manuel Gomes Ferraz			
	José de Sousa Lobato			
	José da Costa			
Definitório: Maior condição	José de Melo e Sampaio Pacheco			
	Agostinho Pereira Ferraz			
	Inácio Perestrelo Marinho Pereira			Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	Padre José de Sá Guedes Souto Maior			
	Lic. Pedro da Costa Jácome			
	João Marinho Falcão de Amorim			
	Padre António Pereira Rego			
	José Falcão Marinho Barbosa			
Menor condição	João Álvares		Surrador	
	Felix Antunes			
	João Pereira Barbosa			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Manuel Pereira		Alfaiate	
	João Francisco			
	Domingos da Costa		Sapateiro	
	João Fernandes de Abreu			
	João da Cunha Santiago			
1745-46				
Mesa: Maior condição	Padre António Pereira Rego e Amorim	Provedor		
	António de Sousa Oliveira Rego	Escrivão		
	António Lobo da Cunha Malheiro	Procurador		Cavaleiro da Ordem de Cristo, Sargento-mor
	Padre Francisco Correia de Puga			
	João de Barros Barbosa			
	António Correia Feijó			
	Caetano de Abreu Gondim			
Menor condição	Manuel Velho de Ramos		Carpinteiro	
	João Francisco			
	José de Azevedo		Surrador	
	Manuel Pereira			
	Rafael Marques			
	Martinho Barbosa			
Definitório: Maior condição	Diogo Fróis do Amaral			
	Agostinho Pereira Ferraz			
	Inácio Perestrelo Marinho Pereira			Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	José de Sá Guedes Souto Maior			
	Lic. Pedro da Costa Jácome			
	João Marinho Falcão de Amorim			
	José Falcão Marinho Barbosa			
	Francisco Pita Malheiro			Fidalgo da Casa Real
Menor condição	Felix Antunes			
	João Pereira Barbosa			
	Domingos da Costa		Sapateiro	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	João Fernandes de Abreu			
	Manuel Rodrigues			
	Manuel Afonso			
	Domingos Rodrigues da Costa		Mercador	
	Manuel Fernandes			
1746-47				
Mesa: Maior condição	António Pereira Rego Amorim Falcão, morreu	Provedor		
	Favião de Brito e Sousa	Provedor		
	Pedro Ribeiro de Araújo e Aguiar	Escrivão		
	Francisco José de Sousa Rego Pereira Marinho	Procurador		
	Miguel Jácome Pereira Gaio			
	João Barbosa Calheiros			
	Lic. André Pereira Pinto			
	Constantino de Sousa Dantas e Magalhães			
Menor condição	Manuel Araújo			
	Domingos da Costa		Sapateiro	
	Manuel Fernandes Fradique		Sapateiro	
	João Barbosa			
	João Álvares		Surrador	
	Francisco da Cunha		Curtidor	
Definitório: Maior condição	José de Melo e Sampaio Pacheco			
	Inácio Perestrelo Marinho Pereira			Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	Padre António Pereira Rego			
	Agostinho Pereira Ferraz			
	Padre José de Sá Guedes Souto Maior			
	José Falcão Marinho Barbosa			
	Lic. Pedro da Costa Jácome			
	Diogo Fróis do Amaral			
Menor condição	Felix Antunes			
	João Pereira Barbosa			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	João Fernandes de Abreu			
	Manuel Rodrigues			
	Manuel Afonso			
	Domingos Rodrigues da Costa		Mercador	
	Manuel Fernandes			
	João Francisco			
1747-48				
Mesa: Maior condição	Padre José de Sá Guedes Souto Maior	Provedor		
	Padre Pedro Pereira Amado	Escrivão		
	Lic. Manuel Fiúza de Matos	Procurador		
	João Marcos de Sousa e Brito			
	José de Melo e Sampaio Pacheco			
	Caetano José da Gama e Araújo Azevedo			
	Lic. António da Rocha e Araújo			
Menor condição	José Gomes			
	Luís da Cunha		Alfaiate	
	Bento Dias			
	Pedro da Cunha			
	Manuel Simões			
	Luís de Araújo		Carpinteiro	
	António Rodrigues			
Definitório: Maior condição	Bernardo de Azevedo da Gama			
	Agostinho Pereira Ferraz			
	Inácio Perestrelo Marinho Pereira			Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	António Pereira Rego			
	José Falcão Marinho Barbosa			
	Diogo Fróis do Amaral			
	Manuel Pereira de Castro			
	Lic. André Pereira Pinto			
Menor condição	Felix Antunes			
	João Pereira Barbosa			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	João Fernandes de Abreu			
	Manuel Rodrigues			
	Manuel Afonso			
	Domingos da Costa		Sapateiro	
	Domingos Rodrigues		Marchante	
	Manuel da Rocha			
1748-49				
Mesa: Maior condição	Manuel Pereira de Castro Amado	Provedor		
	Caetano de Abreu Gondim Amado	Escrivão		
	Pedro da Costa Jácome	Procurador		
	Padre David Quinteiro de Sá			
	Padre Francisco Correia de Puga			
	Lic. José Pinto de Araújo			
	Manuel Correia Feijó			Senhor da Casa da Torre da Anta
Menor condição	Manuel Rodrigues			
	Manuel de Lima			
	Brás Francisco			
	João Pereira			
	Santos Cerqueira			
	Manuel Afonso			
Definitório: Maior condição	Lic. José Galvão de Faria			
	Agostinho Pereira Ferraz			
	Inácio Perestrelo Marinho Pereira			Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	Padre José de Sá Guedes Souto Maior			
	António Pereira Rego			
	José Falcão Marinho Barbosa			
	Diogo Fróis do Amaral			
	Lic. André Pereira Pinto			
Menor condição	João Fernandes de Abreu			
	Felix Antunes			
	Domingos da Costa Bezerra		Sapateiro	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Domingos da Costa		Sapateiro	
	Domingos Rodrigues da Costa		Mercador	
	José Álvares			
	Manuel Fernandes			
	Pedro Fernandes			
1749-50				
Mesa: Maior condição	Lic. José Galvão de Faria	Provedor		
	António de Oliveira Rego	Escrivão		
	Francisco Manuel Perestrelo Pereira Lobato	Procurador		Sargento- mor
	António de Sá Souto Maior			
	Pedro Ribeiro de Araújo e Aguiar			
	Felix Pereira da Fonseca			
	Lic. António José da Silva			
Menor condição	Manuel Pereira		Alfaiate	
	Domingos da Costa		Sapateiro	
	Manuel da Cunha			
	Francisco da Cunha Correia			
	Martinho Barbosa			
	José Pereira			
Definitório: Maior condição	Lic. André Pereira Pinto			
	Agostinho Pereira Ferraz			
	António Pereira Rego			
	Inácio Perestrelo Marinho Pereira			Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	Padre José de Sá Guedes Souto Maior			
	José Falcão Marinho Barbosa			
	Manuel Pereira Castro Amado			
	Diogo Fróis do Amaral			
Menor condição	João Fernandes de Abreu			
	Domingos da Costa Bezerra		Sapateiro	
	Felix Antunes			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	João Pereira			
	Manuel da Rocha			
	Manuel Pereira		Alfaiate	
	Domingos Rodrigues da Costa		Mercador	
	Pedro Fernandes			
1750-51				
Mesa: Maior condição	Bernardo Malheiro Pereira Marinho	Provedor		Senhor da quinta do Cardido
	Padre Pedro Pereira Barbosa Amado	Escrivão		
	Lic. Manuel Fiúza de Matos	Procurador		
	João de Barros Barbosa			
	José Falcão Marinho Barbosa			
	Jerónimo de Sousa Barros			
	Miguel de Araújo de Azevedo			
Menor condição	Luís de Araújo			
	José Gomes			
	João Álvares		Surrador	
	Manuel Velho de Ramos		Carpinteiro	
	João Francisco			
	António Rodrigues Pereira			
Definitório: Maior condição	Lic. André Pereira Pinto			
	Agostinho Pereira Ferraz			
	António Pereira Rego			
	Inácio Perestrelo Marinho Pereira			Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	Padre José de Sá Guedes Souto Maior			
	Manuel Pereira de Castro Amado			
	Lic. José Galvão de Faria			
	Diogo Fróis do Amaral			
Menor condição	João Fernandes			
	Felix Antunes			
	Domingos Pereira			
	Domingos Rodrigues da Costa		Mercador	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Domingos da Costa		Sapateiro	
	Manuel Afonso			
	Manuel Rodrigues			
	Manuel Pereira		Alfaiate	
1751-52				
Mesa: Maior condição	Agostinho Pereira Ferraz	Provedor		
	António Lobo da Cunha Malheiro	Escrivão		Cavaleiro da Ordem de Cristo, Sargento-mor
	Manuel de Abreu de Lima	Procurador		Fidalgo da Casa Real
	Santos Luís Barreto de Lima Dantas			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Gaspar Malheiro Pereira Souto Maior			Fidalgo da Casa Real
	João Barbosa Calheiros			
	Manuel Pereira Castro			
Menor condição	José Lopes Correia			
	João Pereira			
	José Álvares			
	António da Cunha		Carpinteiro	
	Manuel Rodrigues			
	Manuel Afonso			
Definitório: Maior condição	José Falcão Marinho Barbosa			
	António Pereira Rego			
	Inácio Perestrelo Marinho Pereira			Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	Padre José de Sá Guedes Souto Maior			
	Lic. José Galvão de Faria			
	Bernardo Malheiro Pereira Marinho			Senhor da quinta do Cardido
	Diogo Fróis do Amaral			
	Lic. André Pereira Pinto			
Menor condição	João Fernandes de Abreu			
	Felix Antunes			
	Domingos Rodrigues da Costa			
	Domingos da Costa		Sapateiro	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Manuel Pereira		Alfaiate	
	João Francisco			
	Pedro Fernandes			
	José Gomes			
1752-53				
Mesa: Maior condição	António Pereira Rego Amorim	Provedor		
	Francisco Manuel Perestrelo Marinho Pereira	Escrivão		Sargento-mor
	Gaspar Pereira Ferraz Sarmento	Procurador		Senhor do Morgado de Barreiros
	Miguel Jácome Pereira Gaio			
	João Luís de Melo Magalhães e Lançóis			Capitão-mor das ordenanças
	Caetano José da Gama			Monteiro-mor de Ponte de Lima
	Caetano de Abreu Gondim			
Menor condição	Manuel Fernandes Fradique		Sapateiro	
	Rafael Marques			
	Martinho Barbosa			
	Manuel Pereira		Alfaiate	
	José Pereira		Tanoeiro	
	Manuel de Araújo			
Definitório: Maior condição	Felix Pereira da Fonseca			
	Agostinho Pereira Ferraz			
	Inácio Perestrelo Marinho Pereira			Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	José Falcão Marinho Barbosa			
	Padre José de Sá Guedes Souto Maior			
	Lic. José Galvão de Faria			
	Manuel Pereira Castro			
	Diogo Fróis do Amaral			
Menor condição	João Fernandes de Abreu			
	Felix Antunes			
	João Francisco			
	João Pereira			
	Domingos Rodrigues		Marchante	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Domingos da Costa		Sapateiro	
	José Álvares			
	João da Cunha			
1753-54				
Mesa: Maior condição	Inácio Perestrelo Marinho Pereira	Provedor		Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	Francisco José de Sousa Rego Pereira Amorim	Escrivão		
	Gaspar Francisco de Magalhães Barreto	Procurador		
	João de Barros Barbosa			
	António Correia Feijó			
	Tomás Malheiro dos Guimarães Abreu e Brito			
	António de Oliveira Rego			
Menor condição	Miguel Vaz Torres			
	Domingos da Costa		Sapateiro	
	Domingos Rodrigues		Marchante	
	João Francisco			
	Pedro Fernandes			
	António Rodrigues			
Definitório: Maior condição	Bernardino Azevedo			
	Agostinho Pereira Ferraz			
	António Pereira Amorim			
	Padre José de Sá Guedes Souto Maior			
	José Falcão Marinho Barbosa			
	Manuel Pereira Castro			
	Diogo Fróis do Amaral			
1754-55				
Mesa: Maior condição	José Caldas Falcão Marinho de Barbosa	Provedor		
	Vicente Álvaro Vaz de Magalhães Mogueimes	Escrivão		Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Santos Luís Barreto de Lima Dantas	Procurador		Cavaleiro da Ordem de Cristo
	António de Sá Souto Maior			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Gaspar Malheiro Pereira Souto Maior			Fidalgo da Casa Real
	Dr. António da Rocha e Araújo			
	Dr. João Lopes de Carvalho			
Menor condição	José Lopes Correia			
	Bernardo Cerqueira			
	Manuel Gomes Ferraz			
	Santos Cerqueira			
	Manuel Fernandes			
	Manuel da Cunha			
1755-56				
Mesa: Maior condição	António Lobo da Cunha Malheiro	Provedor		Cavaleiro da Ordem de Cristo, Sargento-mor
	Manuel de Abreu de Lima	Escrivão		Fidalgo da Casa Real
	Gonçalo Coelho de Araújo e Sousa	Procurador		Monteiro-mor de Ponte de Lima, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Miguel Jácome Pereira Gaio			
	Francisco de Melo da Gama			
	Dr. António José da Silva			
	Caetano José da Gama			Monteiro-mor de Ponte de Lima
Menor condição	Manuel Fernandes Fradique		Sapateiro	
	João da Costa			
	José Pereira			
	Alexandre de Castro		Cergueiro	
	Rafael Marcos			
	Manuel Afonso			
Definitório: Maior condição	António de Oliveira Rego			
	Inácio Perestrelo Marinho Pereira			Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	António Pereira Rego			
	José Falcão Marinho Barbosa			
	Lic. José Galvão de Faria			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Bernardino de Azevedo da Gama			
	Caetano de Abreu Gondim			
	Felix Pereira da Fonseca			
Menor condição	João Pereira Barbosa			
	João Francisco			
	Domingos da Costa		Sapateiro	
	Pedro Fernandes			
	João da Cunha			
	Miguel Vaz Torres			
	Manuel Rodrigues			
1756-57				
Mesa: Maior condição	Francisco José de Sousa Pereira Marinho	Provedor		
	Gaspar Pereira Ferraz Sarmento	Escrivão		Senhor do Morgado de Barreiros
	Pedro Caetano de Azevedo de Araújo Gama	Procurador		
	João Luís de Melo Magalhães e Lançóis			Capitão-mor das ordenanças
	Tomás Malheiro dos Guimaráes Abreu e Brito			
	Luís António de Sousa			
	Felix Pereira da Fonseca			
Menor condição	João Francisco			
	Luís de Araújo			
	José Gomes			
	Martinho Rodrigues Pacheco		Sapateiro	
	Miguel Vaz Torres			
	José da Luz			
Definitório: Maior condição	António de Oliveira Rego			
	Inácio Perestrelo Marinho Pereira			Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	António Lobo da Cunha Malheiro			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Sargento-mor
	José Falcão Marinho Barbosa			
	Vicente Álvaro de Couros Carneiro			
	Bernardino de Azevedo da Gama			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Lic. José Galvão de Faria			
	Manuel de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa Real
Menor condição	Manuel Pereira			
	Manuel Rodrigues			
	Manuel Fernandes Fradique		Sapateiro	
	António Afonso			
	João Pereira			
	Domingos da Costa		Sapateiro	
1757-58				
Mesa: Maior condição	Vicente Álvaro Vaz de Magalhães Mogueimes	Provedor		Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Santos Luís Barreto de Lima Dantas	Escrivão		Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Dr. José Pereira Pinto de Araújo	Procurador		
	Gaspar Malheiro Pereira Souto Maior			Fidalgo da Casa Real
	Dr. João Lopes de Carvalho			
	Jerónimo de Sousa Barros			
	João de Sousa Rego Caldas Barbosa			Capitão de ordenanças
Menor condição	Manuel Pereira			
	José Lopes Correia			
	Bernardo Cerqueira			
	Bernardo António de Sousa			
	Manuel Rodrigues			
	José da Costa Lima			
Definitório: Maior condição	António de Oliveira Rego			
	Inácio Perestrelo Marinho Pereira			Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	Padre José de Sá Guedes Souto Maior			
	José Falcão Marinho Barbosa			
	Lic. José Galvão de Faria			
	António Lobo da Cunha Malheiro			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Sargento-mor
	Francisco José de Sousa Amorim			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Felix Pereira da Fonseca			
Menor condição	João Francisco			
	Manuel Fernandes			
	Pedro Fernandes			
	Miguel Vaz Torres			
	João Pereira Barbosa			
	Manuel Afonso			
	José Gomes			
	Domingos da Costa		Sapateiro	
1758-59				
Mesa: Maior condição	António Lobo da Cunha Malheiro	Provedor		Cavaleiro da Ordem de Cristo, Sargento-mor
	Gaspar Francisco de Magalhães Barreto	Escrivão		
	Caetano José da Gama de Araújo Azevedo	Procurador		Desembargador da Relação do Porto
	João de Barros Barbosa de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa Real
	João Marcos de Sá Souto Maior			
	Francisco de Melo Costa Gama			
	António de Sá Souto Maior			
Menor condição	Manuel Gomes Ferraz			
	Rafael Marques da Costa			
	Domingos Álvares			
	Manuel Fernandes Fradique		Sapateiro	
	Brás Francisco			
	José Pereira			
Definitório: Maior condição	Padre Pedro Pereira Barbosa Amado			
	Inácio Perestrelo Marinho Pereira			Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	Lic. José Galvão de Faria			
	José Falcão Marinho Barbosa			
	Francisco José de Sousa Amorim			
	Vicente Álvaro Vaz de Magalhães Mogueimes			Fidalgo da Casa de Sua Majestade

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Felix Pereira Fonseca			
	António de Oliveira Rego			
Menor condição	João Pereira Barbosa			
	Manuel Afonso			
	José Gomes			
	José Álvares			
	João Francisco			
	Manuel Rodrigues			
	Manuel Pereira			
	António Rodrigues			
1759-60				
Mesa: Maior condição	António de Oliveira Rego	Provedor		
	Dr. Manuel Fiúza de Matos	Escrivão		
	António José da Silva	Procurador		
	Francisco José de Sousa Amorim			
	Felix Pereira da Fonseca			
	João Luís de Melo Magalhães e Lançóis			Capitão-mor das ordenanças
	Luís António de Sousa			
Menor condição	José Gomes			
	António Rodrigues Pereira			
	Domingos da Costa		Sapateiro	
	Luís de Araújo			
	Martinho Barbosa			
	Manuel Velho de Ramos		Carpinteiro	
Definitório: Maior condição	Manuel de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa Real
	José Falcão Marinho Barbosa			
	Inácio Perestrelo Marinho Pereira			Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	Lic. José Galvão de Faria			
	António Lobo da Cunha Malheiro			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Sargento-mor

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Vicente Álvaro Vaz de Magalhães Mogueimes			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Padre Pedro Pereira Barbosa Amado			
	Francisco Manuel Perestrelo Marinho Pereira			Sargento-mor
Menor condição	João Pereira Barbosa			
	Manuel Afonso			
	José Álvares			
	Manuel Pereira			
	Manuel Fernandes Fradique		Sapateiro	
	Miguel Vaz Torres			
1760-61				
Mesa: Maior condição	Padre Pedro Pereira Barbosa Amado	Provedor		
	Santos Luís Barreto de Lima Dantas	Escrivão		Cavaleiro da Ordem de Cristo
	João Marcos de Sá Souto Maior	Procurador		
	Dr. José Vaz de Faria			
	Vicente Álvaro Vaz de Magalhães Mogueimes			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Francisco Manuel Perestrelo Pereira Marinho			Sargento-mor
	Gonçalo Coelho de Araújo e Sousa			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro de Ordem de Cristo, Monteiro-mor de Ponte de Lima
Menor condição	Manuel Afonso			
	Manuel de Araújo			
	António de Sousa da Silva			
	Manuel Pereira			
	José Barbosa			
	José Alves			
Definitório: Maior condição	Gaspar Francisco de Magalhães Barreto			
	Inácio Perestrelo Marinho Pereira			Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	José Falcão Marinho Barbosa			
	António Lobo da Cunha Malheiro			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Sargento-mor
	Francisco José de Sousa Amorim			
	António de Oliveira Rego			
	Felix Pereira da Fonseca			
	Manuel de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa Real
Menor condição	José Álvares			
	Manuel Rodrigues			
	Brás Francisco			
	Pedro Fernandes			
	Miguel Vaz Torres			
	José Gomes			
	Manuel Gomes			
	Manuel Fernandes Fradique		Sapateiro	
1761-62				
Mesa: Maior condição	José Falcão Marinho Barbosa	Provedor		
	Gaspar Francisco de Magalhães Barreto	Escrivão		
	Dr. António José da Silva	Procurador		
	Inácio Perestrelo Marinho Pereira			Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	João Marcos de Sá Souto Maior			
	Tomás Malheiro dos Guimarães Abreu e Brito			
	João Luís de Melo Magalhães e Lançóis			Capitão-mor das ordenanças
Menor condição	Manuel Rodrigues			
	José Pereira			
	Manuel Gomes Ferraz			
	António da Cunha			
	Manuel Fernandes Fradique		Sapateiro	
	Bento Dias		Carpinteiro	
Definitório: Maior condição	Manuel de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa Real
	Lic. José Galvão de Faria			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	António Lobo da Cunha Malheiro			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Sargento-mor
	Francisco José de Sousa Amorim			
	Vicente Álvaro de Couros Carneiro			
	António de Oliveira Rego			
	Padre Pedro Pereira Barbosa Amado			
	Felix Pereira da Fonseca			
Menor condição	José Gomes			
	Manuel Afonso			
	Manuel de Araújo			
	Manuel Pereira			
	Brás Francisco			
	Pedro Fernandes			
	José Álvares			
	João Francisco		Tendeiro	
1762-63				
Mesa: Maior condição	Lic. José Galvão de Faria	Provedor		
	Dr. José Pereira Pinto de Araújo	Escrivão		
	Luís António de Sousa Calheiros	Procurador		
	António de Oliveira Rego			
	Gaspar Francisco de Magalhães Barreto			
	Dr. António José da Silva			
	Dr. Manuel Fiúza de Matos			
Menor condição	José Gomes			
	Luís de Araújo			
	Martinho Barbosa			
	Bernardo António de Sousa			
	Bento de Azevedo			
	Manuel da Rocha			
Definitório: Maior condição	António de Oliveira Rego			
	Inácio Perestrelo Marinho Pereira			Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	José Falcão Marinho Barbosa			
	António Lobo da Cunha Malheiro			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Sargento-mor
	Francisco José de Sousa Amorim			
	Vicente Álvaro de Couros Carneiro			
	Felix Pereira da Fonseca			
	Manuel de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa Real
Menor condição	Manuel Rodrigues			
	Manuel Pereira			
	Manuel Afonso			
	Manuel de Araújo			
	Manuel Fernandes Fradique		Sapateiro	
	José Álvares			
	Pedro Fernandes			
	António de Sousa da Silva			
1763-64				
Mesa: Maior condição	Manuel de Abreu e Lima	Provedor		Fidalgo da Casa Real
	Santos Luís Barreto de Lima Dantas	Escrivão		Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Padre Manuel António Galvão	Procurador		
	Padre Pedro Pereira Barbosa Amado			
	Felix Pereira da Fonseca			
	José Calheiros de Magalhães Barreto			Senhor da casa de Mato Bom
	Manuel Pedro Pereira de Castro			
Menor condição	Manuel Afonso			
	Manuel da Cunha			
	Bernardo Cerqueira			
	Manuel de Araújo			
	Pedro Álvares			
	Manuel Pereira		Ferrador	
Definitório: Maior condição	Gaspar Francisco de Magalhães Barreto			
	José Falcão Marinho Barbosa			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Inácio Perestrelo Marinho Pereira			Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	António Lobo da Cunha Malheiro			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Sargento-mor
	Lic. José Galvão de Faria			
	Francisco José de Sousa Amorim			
	Vicente Álvaro Vaz de Magalhães Mogueimes			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	António de Oliveira Rego			
Menor condição	Manuel Rodrigues			
	Manuel de Araújo			
	Manuel Fernandes Fradique		Sapateiro	
	José Álvares			
	Pedro Fernandes			
	António de Sousa Silva			
	José Gomes			
	Manuel Velho de Ramos		Carpinteiro	
1764-65				
Mesa: Maior condição	Gaspar Francisco de Magalhães Barreto	Provedor		
	João Luís de Melo Vilalobos Magalhães e Lançóis	Escrivão		Capitão-mor das ordenanças
	José Calheiros de Magalhães Barreto	Procurador		Senhor da casa de Mato Bom
	Inácio Perestrelo Marinho Pereira			Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	José Falcão Marinho Barbosa			
	Caetano José da Gama de Araújo Azevedo			Desembargador da Relação do Porto
	Gaspar Malheiro Pereira Souto Maior			Fidalgo da Casa Real
Menor condição	Manuel Rodrigues			
	Manuel da Cunha			
	Manuel Araújo			
	António Rodrigues		Baganheiro	
	Manuel Fernandes Fradique		Sapateiro	
	Manuel da Fonte			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
Definitório: Maior condição	Padre Pedro Pereira Barbosa Amado			
	Lic. José Galvão de Faria			
	António Lobo da Cunha Malheiro			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Sargento-mor
	Francisco José de Sousa de Amorim			
	Vicente Álvaro Vaz de Magalhães Mogueimes			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	António de Oliveira Rego			
1765-66				
Mesa: Maior condição	Santos Luís Barreto de Lima Dantas	Provedor		Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Dr. António José da Silva	Escrivão		
	Manuel Pedro Pereira de Castro	Procurador		
	Dr. Manuel Sousa de Matos			
	Dr. José Pereira Pinto de Araújo			
	Tomás Correia Feijó			
Menor condição	Luís de Araújo			
	Bento José			
	Manuel José Lopes		Carpinteiro	
	Martinho Barbosa			
	Domingos da Costa		Sapateiro	
	José de Melo			
Definitório: Maior condição	Gaspar Francisco de Magalhães Barreto			
	Inácio Perestrelo Marinho Pereira			Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	José Falcão Marinho Barbosa			
	Lic. José Galvão de Faria			
	António Lobo da Cunha Malheiro			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Sargento-mor
	António de Oliveira Rego			
	Padre Pedro Pereira de Barbosa Amado			
	Francisco José de Sousa Amorim			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
Menor condição	José Gomes			
	Manuel Pereira		Ferrador	
	Manuel Rodrigues			
	Manuel de Araújo			
	José Lopes Correia			
	António Rodrigues Pereira			
	José Pereira			
	Manuel Fernandes Fradique			
1766-67				
Mesa: Maior condição	António Lobo da Cunha Malheiro	Provedor		Cavaleiro da Ordem de Cristo, Sargento-mor
	Gaspar Francisco de Magalhães Barreto	Escrivão		
	Tomás Correia Feijó	Procurador		Senhor da Casa da Torre da Anta e Governador do Forte de Âncora
	Dr. António José da Silva			
	Luís António de Sousa			
	João Marcos de Sá Souto Maior			
	Gaspar Malheiro Pereira Souto Maior			Fidalgo da Casa Real
Menor condição	José Lopes Correia			
	João Pedro			
	Bernardo Cerqueira			
	José Barbosa			
	Manuel da Cunha			
	Pedro Alves			
	Manuel Velho de Ramos		Carpinteiro	
Definitório: Maior condição	Francisco José de Sousa Amorim			
	Inácio Perestrelo Marinho Pereira			Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	José Falcão Marinho Barbosa			
	Lic. José Galvão de Faria			
	António de Oliveira Rego			
	Manuel de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa Real
	Santos Luís Barreto de Lima Dantas			Cavaleiro da Ordem de Cristo

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Vivente Álvaro Vaz de Magalhães Mogueires			Fidalgo da Casa Real
Menor condição	José Gomes			
	Manuel Rodrigues			
	Manuel de Araújo de Almeida			
	Manuel Rodrigues Fradique			
	Manuel Pereira de Amorim		Ferrador	
	Martinho Barbosa			
	Luís de Araújo			
	António Rodrigues Pereira			
1767-68				
Mesa: Maior condição	João Luís Salgado Achiolli de Vasconcelos	Provedor		
	Luís António de Sousa e Castro e Araújo	Escrivão		
	Pedro Caetano da Gama de Pereira	Procurador		
	António de Oliveira Rego			
	Dr. José Pereira Pinto de Araújo			
	Joaquim José de Azevedo Araújo Lobato da Gama			
	Padre Gaspar de Faria Bezerra			
Menor condição	António Rodrigues Pereira			
	Manuel Velho de Ramos		Carpinteiro	
	José Lima			
	Manuel de Oliveira			
	José Gonçalves da Costa			
	Pedro José			
Definitório: Maior condição	Gaspar Francisco de Magalhães Barreto			
	Inácio Perestrelo Marinho Pereira			Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	José Falcão Marinho Barbosa			
	António Lobo da Cunha Malheiro			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Sargento-mor
	Francisco José de Sousa Amorim			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Lic. José Galvão de Faria			
	Vivente Álvaro Vaz de Mogueimes			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Manuel de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa Real
Menor condição	José Gomes			
	Manuel Rodrigues			
	Manuel de Araújo de Almeida			
	Manuel Fernandes Fradique		Sapateiro	
	Martinho Barbosa			
	Luís de Araújo			
	José Lopes Correia			
	Bernardo Cerqueira			
1768-69				
Mesa: Maior condição	Frei Ventura Malheiro Reimão Marinho	Provedor		Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Familiar do Santo Ofício, Capitão-mor de Ponte de Lima
	Gaspar Francisco de Magalhães Barreto	Escrivão		
	Padre António Luís de Magalhães	Procurador		
	João Luís de Melo Magalhães e Lançóis			Capitão-mor das ordenanças
	Manuel Pedro Pereira			
	Joaquim de Sá Souto Maior			
	Padre António Correia			
Menor condição	Manuel Fernandes Fradique		Sapateiro	
	Luís de Araújo			
	Bento José			
	João Manuel Cerqueira		Carpinteiro	
	Tomás da Silva Campos		Calígrafo/ professor	
	Francisco José		Carpinteiro	
Definitório: Maior condição	Inácio Perestrelo Marinho Pereira			Militar, Capitão-mor de Ponte de Lima
	José Falcão Marinho Barbosa			
	Lic. José Galvão de Faria			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	António Lobo da Cunha Malheiro			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Sargento-mor
	Francisco José de Mogueimes			
	António de Oliveira Rego			
	Manuel de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa Real
Menor condição	José Gomes			
	Manuel Rodrigues			
	Bernardo Cerqueira			
	José Lopes Correia			
	António Rodrigues Pereira			
	Manuel Velho de Ramos		Carpinteiro	
	Martinho Barbosa			
	José Álvares			
1769-70				
Mesa: Maior condição	João Luís de Melo Magalhães e Lançóis	Provedor		Capitão-mor das ordenanças
	Manuel Pedro Pereira de Castro	Escrivão		
	Padre Gaspar de Faria Bezerra	Provedor		
	Dr. Manuel Fiúza de Matos			
	Dr. António José da Silva			
	Pedro Malheiro Pereira			
	Pedro José de Melo			
Menor condição	João Barbosa Palha			
	João Barbosa			
	Martinho Rodrigues Pacheco		Sapateiro	
	Manuel Francisco		Carpinteiro	
	Manuel José Álvares			
	Francisco Pereira			
Definitório: Maior condição	Santos Luís Barreto de Lima Dantas			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	José Falcão Marinho Barbosa			
	Dr. José Galvão de Faria			
	António de Oliveira Rego			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	António Lobo de Cunha Malheiro			
	Vicente Álvaro Vaz de Magalhães Mogueimes			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Manuel de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa Real
	Gaspar Francisco de Magalhães Barreto			
Menor condição	José Gomes			
	Manuel Rodrigues			
	Manuel Fernandes Fradique		Sapateiro	
	Martinho Barbosa			
	Manuel Velho de Ramos		Carpinteiro	
	António Rodrigues Pereira			
	Bernardo Cerqueira			
1770-71				
Mesa: Maior condição	Dom Diogo Pereira Forjás Coutinho Barreto de Sá e Meneses	Provedor		Coronel de cavalaria e Capitão general da ilha da Madeira
	João Luís de Melo Magalhães e Lançóis	Escrivão		Capitão-mor das ordenanças
	António de Azevedo	Procurador		
	José Falcão Marinho Barbosa			
	António Lobo da Cunha Malheiro			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Sargento-mor
	João Luís Salgado Achiolli de Vasconcelos			
	Gaspar Francisco de Magalhães Barreto			
Menor condição	José Lopes			
	Martinho Barbosa			
	José Pereira			
	Manuel de Lima			
	Pedro Alves			
1771-72				
Mesa: Maior condição	Gaspar Malheiro Pereira Souto Maior	Provedor		Fidalgo da Casa Real
	Dr. José Pereira Pinto de Araújo	Escrivão		
	Diogo Lopes Calheiros	Procurador		
	Manuel de Abreu de Sousa			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Luís de Barros Barbosa Gavião de Abreu Lima			Fidalgo da Casa Real
	José Calheiros			
	Joaquim José de Azevedo Araújo Lobato da Gama			
Menor condição	António Rodrigues Pereira			
	Luís de Araújo			
	Manuel Velho de Ramos		Carpinteiro	
	José da Costa			
	José Gonçalves			
	Tomás José de Azevedo			
	José Gomes			
Definitório: Maior condição	José Falcão Marinho Barbosa			
	António Lobo da Cunha Malheiro			Cavaleiro da Ordem de Cristo, Sargento-mor
	Lic. José Galvão de Faria			
	Gaspar Francisco de Magalhães Barreto			
	António de Oliveira Rego			
	João Luís Salgado de Vasconcelos			
	João Luís de Melo Magalhães e Lançóis			Capitão-mor das ordenanças
	Dom Diogo Pereira Forjás Coutinho Barreto de Sá e Meneses			Coronel de cavalaria e Capitão general da ilha da Madeira
Menor condição	José Gomes			
	José Pereira			
	José Lopes Correia			
	Manuel Fernandes Fradique		Sapateiro	
	Bernardo Cerqueira			
	Martinho Barbosa			
	Manuel Rodrigues			
	Manuel de Lima			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
1772-73				
Mesa: Maior condição	Frei Manuel Pereira Malheiro	Provedor		Cavaleiro da Ordem de Malta
	Manuel Pedro Pereira de Castro	Escrivão		
	João Malheiro Pereira	Procurador		Capitão-mor de Ponte de Lima
	Santos Luís Barreto de Lima Dantas			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Padre Gaspar de Faria Bezerra			
	Padre Bento José			
	Dr. Caetano José Pereira Lima			
Menor condição	José Barbosa			
	Bento José			
	Alexandre de Castro		Cergueiro	
	Manuel da Cunha			
	José Barbosa			
	Miguel Vaz Maciel			
Definitório: Maior condição	Francisco José de Sousa			
	Lic. José Galvão de Faria			
	António de Oliveira Rego			
	João Luís Salgado Achiolli de Vasconcelos			
	Gaspar Francisco de Magalhães Barreto			
	Vicente Álvaro Vaz de Magalhães Mogueimes			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	João Luís de Melo Magalhães e Lançóis			Capitão-mor das ordenanças
	José Falcão Marinho Barbosa			
Menor condição	José Lopes Correia			
	José de Sousa			
	Manuel Fernandes Fradique		Sapateiro	
	Luís de Araújo			
	António Rodrigues			
	Manuel de Lima			
	Manuel Rodrigues			
	José Pereira			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
1773-74				
Mesa: Maior condição	Manuel Pedro Pereira de Castro	Provedor		
	Padre Gaspar de Faria Bezerra	Escrivão		
	Luís de Barros Barbosa Gavião de Abreu Lima	Procurador		Fidalgo da Casa Real
	Santos Luís Barreto de Lima Dantas			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Gaspar Malheiro Pereira Souto Maior			Fidalgo da Casa Real
	Alexandre José de Sousa e Meneses			
	Joaquim de Sá Souto Maior			Fidalgo da Casa Real
Menor condição	Miguel Vaz Maciel			
	Manuel Velho de Ramos		Carpinteiro	
	Manuel de Araújo			
	José de Carvalho			
	João Manuel Cerqueira		Carpinteiro	
	Francisco Gomes			
Definitório: Maior condição	Manuel Pereira Malheiro			
	António de Lacerda Rego			
	Gaspar Francisco de Magalhães Barreto			
	Vicente Álvaro Vaz de Magalhães Mogueimes			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	José Falcão Marinho Barbosa			
	João Luís de Melo Magalhães e Lançóis			Capitão-mor das ordenanças
	Frei Vicente Malheiro Reimão Marinho			Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Familiar do Santo Ofício, Capitão-mor de Ponte de Lima
	Dom Diogo Pereira Forjás Coutinho Barreto de Sá e Meneses			Coronel de cavalaria e Capitão general da ilha da Madeira
Menor condição	Martinho Barbosa			
	Luís de Araújo			
	Manuel de Lima			
	Manuel da Cunha			
	José Pereira			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
1774-75				
Mesa: Maior condição	José Calheiros de Magalhães Barreto	Provedor		Senhor da casa de Mato Bom
	Antrónio de Sousa Correia	Escrivão		
	Dr. Caetano José Pereira Lima	Procurador		
	João Luís de Melo Magalhães e Lançóis			Capitão-mor das ordenanças
	João de Castro Pereira			
	Padre João Luís de Barbosa e Fonseca			
	Pedro Marinho Pereira			
Menor condição	Manuel Fernandes Fradique		Sapateiro	
	António Rodrigues			
	João Barbosa			
	Manuel Rodrigues			
	João Manuel de Matos		Carpinteiro	
	Alexandre de Castro		Cergueiro	
Definitório: Maior condição	Manuel Pedro Pereira de Castro			
	João Falcão Marinho			
	Padre Pedro Pereira Barbosa Amado			
	António de Oliveira Rego			
	Gaspar Francisco de Magalhães Barreto			
	Santos Luís Barreto de Lima Dantas			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Gaspar Marinho Pereira de Souto Maior			Fidalgo da Casa Real
João Luís Salgado Achiolli de Vasconcelos				
Menor condição	José de Sousa			
	José Pereira			
	Martinho Barbosa			
	José Lopes			
	Manuel da Cunha			
	Luís de Araújo			
	António Rodrigues			
	João Barbosa			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Pedro da Cunha			
	Martinho Rodrigues			
	Domingos Alves			
1776-77				
Mesa: Maior condição	Santos Luís Barreto de Lima Dantas	Provedor		Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Caetano José Pereira Lima	Escrivão		
	António de Sá Souto Maior	Procurador		
	João Marcos de Sá Souto Maior			Fidalgo da Casa Real
	Caetano José da Gama de Araújo Azevedo			Desembargador da Relação do Porto
	Pedro José de Melo de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa Real
	Lic. Paulo João Antunes			
Menor condição	Martinho Barbosa			
	Pedro da Cunha			
	Pedro da Cunha			
	Manuel da Cunha			
	Manuel de Lima			
	José de Carvalho			
Definitório: Maior condição	Gaspar Marinho Pereira Souto Maior			Fidalgo da Casa Real
	José Falcão Marinho Barbosa			
	Gaspar Francisco de Magalhães Barreto			
	João Luís Salgado Achiolli de Vasconcelos			
	Dom Diogo Pereira Forjás Coutinho Barreto de Sá e Meneses			Coronel de cavalaria e Capitão general da ilha da Madeira
	Frei Manuel Pereira Malheiro			Cavaleiro da Ordem de Malta
	Vicente Álvaro Vaz de Magalhães Mogueimes			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	José Calheiros de Magalhães Barreto			
Menor condição	José de Sousa			
	José Pereira			
	Manuel Fernandes Fradique			
	António Rodrigues Pereira			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	José Gomes			
	João Barbosa			
	Martinho Rodrigues Pacheco		Sapateiro	
	Manuel da Cunha			
1777-78				
Mesa: Maior condição	Frei Fernando Pereira Malheiro	Provedor		
	Padre António Luís de Brito Amorim	Escrivão		
	Padre Domingos José Velho da Gama	Procurador		
	João Luís de Melo Magalhães e Lançóis			Capitão-mor das ordenanças
	Padre Manuel António Soeiro			
	Caetano José Pereira Lima			
	Jacinto de Magalhães Barreto			
Menor condição	Manuel Pereira		Ferrador	
	José de Azevedo			
	Manuel de Oliveira Brandão			
	Manuel Afonso			
	José Gonçalves			
	José Gonçalves da Costa			
Definitório: Maior condição	Francisco José de Sousa Amorim			
	Santos Luís Barreto de Lima Dantas			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Dom Diogo Pereira Forjás Coutinho Barreto de Sá e Meneses			Coronel de cavalaria e Capitão general da ilha da Madeira
	Vicente Álvaro de Vaz Magalhães Mogueimes			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	João Luís Salgado Achiolli Vasconcelos			
	Gaspar Malheiro Pereira Souto Maior			Fidalgo da Casa Real
	José Falcão Marinho			
Menor condição	João Barbosa			
	Manuel Fernandes Fradique		Sapateiro	
	Martinho Barbosa			
	Manuel de Lima			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Luís de Araújo			
	José de Sousa Lobato			
	José Gomes			
1778-79				
Mesa: Maior condição	Pedro Caetano de Araújo de Azevedo Gama	Provedor		Desembargador da Relação do Porto
	Dr. José Pereira Pinto de Araújo	Escrivão		
	Padre Bernardo José Pacheco Pereira	Procurador		
	Gaspar Malheiro Pereira Souto Maior			Fidalgo da Casa Real
	Pedro Marinho Malheiro Perestrela			
	Miguel Melo de Magalhães			
	Padre Lourenço de Abreu			
Menor condição	Manuel Fernandes Fradique		Sapateiro	
	João Barbosa			
	Luís de Araújo			
	João Manuel de Matos		Carpinteiro	
	Manuel da Cunha, o velho			
	Manuel Pereira		Ferrador	
Definitório: Maior condição	Caetano José da Gama de Araújo de Azevedo			Desembargador da Relação do Porto
	João Luís Salgado Achiolli de Vasconcelos			
	João Luís de Melo Magalhães e Lançóis			
	Gaspar Francisco de Magalhães Barreto			
	Santos Luís Barreto de Lima Dantas			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Frei Fernando Pereira Malheiro			
	Manuel Pedro Pereira Castro			
Menor condição	João de Sousa Lobato			
	Martinho Barbosa			
	José Gomes			
	Manuel Afonso			
	Manuel da Cunha, o velho			
	José Pereira			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	António Bezerra Pereira			
1779-80				
Mesa: Maior condição	João Malheiro Pereira Castro Lima Souto Maior	Provedor		Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Senhor da casa de Crasto
	Padre João Alexandre Lobo de Sousa	Escrivão		
	João Luís de Melo Magalhães e Lançóis	Procurador		Capitão-mor das ordenanças
	Luís Caetano da Gama de Araújo de Azevedo			
	Joaquim de Sá Souto Maior			Fidalgo da Casa Real
	António de Couros Carneiro			Fidalgo da Casa Real
Menor condição	Manuel da Cunha, o velho			
	Martinho Rodrigues Pacheco		Sapateiro	
	Miguel Vaz Maciel			
	Manuel de Araújo			
	Manuel da Cunha			
	Martinho Rodrigues			
Definitório: Maior condição	Pedro Caetano de Araújo de Azevedo Gama			
	Gaspar Malheiro Pereira Souto Maior			Fidalgo da Casa Real
	Francisco José de Sousa Amorim			
	Santos Luís Barreto de Lima Dantas			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	João Luís Salgado Achiolli e Vasconcelos			
	Vicente Álvaro Vaz de Magalhães Mogueimes			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
Menor condição	Manuel de Oliveira			
	Manuel Fernandes Fradique		Sapateiro	
	João Barbosa			
	José de Sousa			
	José Pereira			
	Luís de Araújo			
	Martinho Barbosa			
	Manuel de Lima			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
1780-81				
Mesa: Maior condição	Francisco de Abreu de Lima	Provedor		Fidalgo da Casa Real, Capitão
	Padre Domingos José Velho da Gama	Escrivão		
	Luís Caetano da Gama de Araújo e Azevedo	Procurador		
	Gaspar Malheiro Pereira Souto Maior			Fidalgo da Casa Real
	Padre Gaspar de Faria Bezerra			
	Miguel de Melo Magalhães e Lançóis Araújo Lima			Fidalgo da Casa Real
	Jacinto de Magalhães Barreto			
Menor condição	Manuel Rodrigues			
	Pedro da Cunha			
	Jerónimo Gonçalves			
	José de Azevedo			
	José Gonçalves			
	António Barbosa			
Definitório: Maior condição	Pedro Caetano de Araújo de Azevedo Gama			
	Dom Diogo Pereira Forjás Coutinho Barreto de Sá e Meneses			Coronel de cavalaria e Capitão general da ilha da Madeira
	Vicente Álvaro Vaz de Magalhães Mogueimes			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Gaspar Francisco de Magalhães Barreto			
	João Luís Salgado Achiolli de Vasconcelos			
	João Luís de Melo Magalhães e Lançóis			Capitão-mor das ordenanças
	Frei Manuel Malheiro Pereira			
Menor condição	Manuel Pereira		Ferrador	
	Martinho Pereira			
	José Gomes			
	Manuel Fernandes Fradique		Sapateiro	
	Manuel da Cunha, o velho			
	José Pereira			
	António Rodrigues Pereira			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Luís de Araújo			
1781-82				
Mesa: Maior condição	Gonçalo Coelho de Araújo e Sousa	Provedor		Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro de Ordem de Cristo, Monteiro-mor de Ponte de Lima
	Pedro Marinho Pereira	Escrivão		
Definitório: Maior condição	Francisco de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa Real
	Vicente Álvaro Vaz de Magalhães Mogueimes			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Gaspar Francisco de Magalhães Barreto			
	Gaspar Malheiro Pereira Souto Maior			Fidalgo da Casa Real
	Santos Luís Barreto de Lima Dantas			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	João Luís Salgado Achiolli de Vasconcelos			
	Pedro Caetano de Araújo de Azevedo Gama			
Menor condição	Manuel de Lima			
	Bento José			
	João Barbosa			
	João Pedro Dantas		Ourives	
	José Gonçalves da Costa			
	Miguel Vaz Maciel			
	João Manuel de Matos		Carpinteiro	
1782-83				
Mesa: Maior condição	Francisco Lopes Calheiros de Meneses	Provedor		Fidalgo da Casa Real, Coronel das Milícias de Vila do Conde, Senhor do Paço de Calheiros, do seu Padroado e das Casas de Roriz e Banho
	Padre João Alexandre Lobo de Sousa	Escrivão		
	Luís Caetano da Gama Araújo e Azevedo	Porcurador		
	Gaspar Malheiro Pereira Souto Maior			Fidalgo da Casa Real
	João Malheiro Pereira Castro Lima Souto Maior			Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Senhor da casa de Crasto

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Joaquim José de Azevedo Araújo Lobato da Gama			
	Miguel de Melo Magalhães e Lançóis Araújo Lima			Fidalgo da Casa Real
Menor condição	Manuel Fernandes Fradique		Sapateiro	
	Luís de Araújo			
	José Gonçalves			
	Manuel Rodrigues			
	Pedro da Cunha			
	Bento José			
Definitório: Maior condição	Gonçalo Coelho de Araújo e Sousa			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro de Ordem de Cristo, Monteiro-mor de Ponte de Lima
	João Luís de Melo Magalhães e Lançóis			Capitão-mor das ordenanças
	Pedro Caetano Araújo de Azevedo Gama			
	Frei Manuel Malheiro Pereira			
	Santos Luís Barreto de Lima Dantas			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Francisco de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Francisco José de Sousa Amorim			
	João Luís Salgado Achiolli de Vasconcelos			
Menor condição	António Rodrigues			
	Martinho Rodrigues Barbosa			
	Miguel Vaz de Castro			
	Manuel Pereira da Silva		Ferrador	
	João Manuel Cerqueira		Carpinteiro	
	João Manuel de Matos		Carpinteiro	
	Manuel da Cunha			
	Tomás da Silva Campos		Calígrafo/ professor	
1783-84				
Mesa: Maior condição	José Falcão Marinho Barbosa	Provedor		
	Santos Luís Barreto de Lima Dantas	Escrivão		Cavaleiro da Ordem de Cristo

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Caetano José Pereira Lima	Procurador		
	Damião de Sousa			
	Gonçalo Coelho de Araújo e Sousa			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro de Ordem de Cristo, Montei-ro-mor de Ponte de Lima
	Pedro Caetano Araújo de Azevedo Gama			
	João Luís de Melo Magalhães e Lançóis			Capitão-mor das ordenanças
Menor condição	Manuel Francisco		Carpinteiro	
	Jerónimo Gonçalves			
	José de Azevedo			
	Manuel da Cunha Lima			
	Pedro da Cunha			
	Matias Barbosa			
Definitório: Maior condição	José Malheiro Pereira			
	Francisco de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	João Luís Salgado Achiolli de Vasconcelos			
	Gaspar Marinho Pereira Souto Maior			Fidalgo da Casa Real
	Francisco José de Sousa Amorim			
	Frei Manuel Malheiro Pereira			
	José Calheiros de Magalhães e Barreto			Senhor da casa de Mato Bom
Menor condição	José Pereira			
	Manuel de Lima			
	António Rodrigues			
	Martinho Rodrigues Barbosa			
	Manuel de Araújo			
	Miguel Vaz de Castro			
1784-85				
Mesa: Maior condição	Francisco de Abreu de Lima	Provedor		Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Padre Gaspar de Faria Bezerra	Escrivão		
	Dr. Domingos José da Mota e Lemos	Procurador		

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Francisco Lopes Calheiros de Meneses			Fidalgo da Casa Real, Coronel das Milícias de Vila do Conde, Senhor do Paço de Calheiros e do seu Paredado e das Casas de Roriz e Banho
	João António de Brito de Araújo de Azevedo			Desembargador da Casa da Relação do Porto, Conselheiro da Real Fazenda, Fidalgo da Casa Real, Provedor da Comarca de Coimbra e Juiz de fora da vila de Viana
	Miguel de Melo Magalhães e Lançóis Araújo Lima			Fidalgo da Casa Real
	Lourenço de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa Real
Menor condição	Luís de Araújo			
	Manuel Rodrigues			
	Francisco Fernandes			
	José da Cunha		Carpinteiro	
	António Vaz		Carpinteiro	
	António José			
Definitório: Maior condição	José Falcão Marinho Barbosa			
	Santos Luís Barreto de Lima Dantas			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	João Malheiro Pereira Castro Lima Souto Maior			Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Senhor da casa de Crasto
	Gaspar Malheiro Pereira Souto Maior			Fidalgo da Casa Real
	José Calheiros de Magalhães Barreto			Senhor da casa de Mato Bom
	Luís de Barros Barbosa Gavião de Lima Abreu			Fidalgo da Casa Real
	Vicente Álvaro Couros Carneiro			
	Gonçalo Coelho de Araújo e Sousa			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro de Ordem de Cristo, Montei-ro-mor de Ponte de Lima
Menor condição	Martinho Rodrigues Barbosa			
	Manuel Fernandes Fradique		Sapateiro	
	José Pereira			
	Manuel de Araújo			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Manuel Fernandes			
	Miguel Vaz Maciel			
1785-86				
Mesa: Maior condição	A Mesa e o Definitório do ano anterior foram reconduzidos. Fizeram-se eleições em setembro para o escrivão			
	Padre Domingos José Velho da Gama	Escrivão		
1786-87				
Mesa: Maior condição	Padre Domingos José Velho da Gama	Provedor		
	Padre António Luís de Brito Amorim	Escrivão		
	Dr. José António da Costa Almeida Lima	Procurador		
	Caetano José Pereira Lima			
	Bernardo José			
	Lourenço Malheiro			
	Marcos António da Silva Costa Borges			Senhor do Morgado de Bonhadouro, Correio-mor de Ponte de Lima
	Pedro Marinho Malheiro Perestrelo			
Menor condição	Luís de Araújo			
	Pedro José			
	Pedro da Cunha			
	Bento José			
	José Caetano			
	Francisco Fernandes			
Definitório: Maior condição	Domingos José de Lemos			
	Vicente Álvaro Vaz de Magalhães Mogueimes			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Padre Gaspar de Faria Bezerra			
	Santos Luís Barreto de Lima Dantas			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Marcos António da Silva Costa Borges			Senhor do Morgado de Bonhadouro, Correio-mór de Ponte de Lima
	Gaspar Malheiro Pereira Souto Maior			Fidalgo da Casa Real

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Francisco Lopes Calheiros de Meneses			Fidalgo da Casa Real, Coronel das Milícias de Vila do Conde, Senhor do Paço de Calheiros, do seu Padroado e das Casas de Roriz e Banho
	João Calheiros de Magalhães Barreto			
Menor condição	Manuel Fernandes Fradique		Sapateiro	
	Luís de Araújo			
	Manuel da Cunha, o novo			
	José de Azevedo			
	João Manuel de Matos		Carpinteiro	
	Manuel Francisco		Carpinteiro	
	Martinho Rodrigues Barbosa			
	António Vaz		Carpinteiro	
1787-88				
Mesa: Maior condição	Francisco Lopes Calheiros Meneses	Provedor		Fidalgo da Casa Real, Coronel das Milícias de Vila do Conde, Senhor do Paço de Calheiros, do seu Padroado e das Casas de Roriz e Banho
	Padre Domingos José Velho da Gama e Lima	Escrivão		
	Dr. José António da Costa Almeida e Lima	Procurador		
	Dr. Caetano José Pereira Lima			
	Luís de Sousa			
	Dr. José Joaquim de Brito e Melo			Bacharel em leis pela Universidade de Coimbra
	Marcos António da Silva Costa Borges			Senhor do Morgado de Bonhadouro em Besteiros, Correio-mor de Ponte de Lima
Menor condição	Manuel de Oliveira Brandão			
	João Dias			
	João Bento			
	António Vaz		Carpinteiro	
	Caetano José de Amorim			
	Manuel Antunes		Carpinteiro	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
Definitório: Maior condição	Bernardo José Pacheco Botelho			
	Gonçalo Coelho de Araújo Sousa Azevedo			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro de Ordem de Cristo, Monteiro-mor de Ponte de Lima
	João Malheiro Pereira Castro Lima Souto Maior			Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Senhor da casa de Crasto
	António Luís de Sousa Castro e Araújo			
	Vicente Álvaro de Vaz Magalhães Mogueimes			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Gaspar Malheiro Pereira Souto Maior			Fidalgo da Casa Real
	Santos Luís Barreto de Lima Dantas			Cavaleiro de Ordem de Cristo
	Padre António Luís de Brito Amorim			
Menor condição	José Caetano de Freitas			
	Pedro da Cunha			
	Luís de Araújo			
	Manuel de Araújo			
	Manuel Francisco		Carpinteiro	
	Miguel Vaz Maciel			
	Jerónimo Gonçalves			
	José Gonçalves da Costa			
1788-89				
Mesa: Maior condição	Pedro Malheiro Pereira Machado			
	Dr. José António da Costa Almeida e Lima			
	Dr. José Joaquim de Brito e Melo			Bacharel em leis pela Universidade de Coimbra
	Padre Manuel António Soeiro			
	Dr. José Pereira Pinto de Araújo			
	Dr. Domingo José Lima			
	Dr. José de Lemos			
Menor condição	João Batista da Silva Campos			
	José António Alves		Ferrador	
	José Gonçalves			
	Manuel da Silva			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Manuel José			
	João José Fernandes		Carpinteiro	
Definitório: Maior condição	Pedro Marinho Malheiro Perestrelo			
	Padre Gaspar de Faria Bezerra			
	Padre António Luís de Brito Amorim			
	Francisco José de Sousa Rego Pereira Marinho			
	Joaquim José de Azevedo Araújo Lobato da Gama			
	Tomás Correia Feijó			
	João Malheiro Pereira Castro Lima Souto Maior			Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Senhor da casa de Crasto
Menor condição	Manuel da Cunha, o novo			
	Martinho Rodrigues Barbosa			
	Bento José			
	José António Carvalho			
	Manuel de Oliveira Brandão			
	Luís de Araújo			
1789-90				
Mesa: Maior condição	Tomás Correia Feijó			
	Padre Bernardo José Pacheco			
	José Lopes Barreto de Sá			
	João de São Miguel de Couros Mogueimes Cáceres de Souto Maior			Fidalgo da Casa Real
	Dr. Caetano José Pereira Lima			
	Manuel José da Silva e Melo			
	José Barreto de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa Real
Menor condição	Manuel Pereira da Silva		Ferrador	
	José Gomes			
	Manuel da Cunha			
	António		Padeiro	
	António da Cunha			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Custódio José de Amorim			
Definitório: Maior condição	Marcos António da Silva Costa Borges			Senhor do Morgado de Bonhadouro, Correio-mor de Ponte de Lima
	Padre Domingos José da Gama			
	Francisco Lopes Calheiros de Meneses			Fidalgo da Casa Real, Coronel das Milícias de Vila do Conde, Senhor do Paço de Calheiros, do seu Padroado e das Casas de Roriz e Banho
	Vicente Álvaro Vaz de Magalhães Mogueimes			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Santos Luís Barreto de Lima e Antas			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Gaspar Malheiro Pereira Souto Maior			Fidalgo da Casa Real
	Pedro Caetano Araújo de Azevedo da Gama			
	Francisco de Abreu de Lima			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
Menor condição	Luís de Araújo			
	António de Araújo			
	João Dias			
	Brás Dantas			
	Manuel Antunes		Carpinteiro	
	João Bento			
	Manuel Francisco		Carpinteiro	
	Pedro José			
1790-91				
Mesa: Maior condição	Caetano José da Gama Araújo de Azevedo	Provedor		
	Dr. José Joaquim de Brito e Melo	Escrivão		Bacharel em leis pela Universidade de Coimbra
	Dr. José Gonçalves Vieira	Procurador		
	Dr. José Pereira Pinto de Araújo			
	Luís Caetano da Gama			
	António Correia Feijó			
	José Joaquim de Brito Fagundes			Bacharel em leis pela Universidade de Coimbra
Menor condição	António Vaz		Carpinteiro	

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Manuel Pereira		Ferrador	
	José da Cunha		Carpinteiro	
	António de Araújo			
	Pedro António			
	José Gonçalves			
Definitório: Maior condição	João Malheiro Pereira Castro Lima Souto Maior			Fidalgo, Cavaleiro da Casa Real, Senhor da casa de Crasto
	Dr. Caetano José Pereira Lima			
	Dr. José António da Costa Almeida e Silva			
	Gonçalo Coelho de Araújo Sousa Azevedo			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro de Ordem de Cristo, Monteiro-mor de Ponte de Lima
	Luís António de Sousa e Castro e Araújo			
	Alexandre Botelho de Morais			
	Pedro Marinho Pereira			
	Dr. José de Lemos			
Menor condição	José Gonçalves da Costa			
	Manuel de Oliveira Brandão			
	José de Azevedo			
	Jerónimo Gonçalves			
	Manuel Rodrigues			
	João Batista Campos			
	Domingos Alves			
	Pedro da Cunha			
1791-92				
Mesa: Maior condição	Pedro Caetano Araújo de Azevedo da Gama	Provedor		
	João de São Miguel de Couros Mogueimes Cáceres de Souto Maior	Escrivão		Fidalgo da Casa Real
	Padre Manuel José da Silva	Procurador		
	Padre João Evangelista de Azevedo	Enfermeiro		
	António de Melo da Gama de Araújo de Azevedo	Enfermeiro		
	Dr. Caetano José Pereira Lima			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
Menor condição	Manuel de Oliveira Brandão			
	Marinho Rodrigues Barbosa			
	António José Berga Montenegro			
	Matias Barbosa			
	Lourenço António Fiúza		Sapateiro	
	Jerónimo José			
Definitório: Maior condição	Santos Luís Barreto de Lima e Antas			Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Vicente Álvaro Vaz de Magalhães Mogueimes			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	José Calheiros de Magalhães Barreto			Senhor da casa de Mato Bom
	Gaspar Malheiro Pereira Souto Maior			Fidalgo da Casa Real
	Manuel Pedro Pereira de Castro			
	Francisco Lopes Calheiros de Meneses			Fidalgo da Casa Real, Coronel das Milícias de Vila do Conde, Senhor do Paço de Calheiros, do seu Padroado e das Casas de Roriz e Banho
	Caetano José da Gama de Araújo Azevedo			
	Marcos António da Silva Costa Borges			Senhor do Morgado de Bonhadouro, Correio-mor de Ponte de Lima
Menor condição	Luís de Araújo			
	António da Cunha			
	Manuel Francisco		Carpinteiro	
	Manuel da Cunha			
	António de Araújo			
	Manuel da Silva Teixeira			
	António Luís		Padeiro	
	António Vaz		Carpinteiro	
1792-93				
Mesa: Maior condição	Joaquim José de Azevedo Araújo Lobato da Gama	Provedor		
	Dr. José Gonçalves Vieira	Escrivão		
	José Barreto de Abreu Lima	Procurador		

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Gaspar Malheiro Pereira Souto Maior			Fidalgo da Casa Real
	Manuel da Gama Araújo e Azevedo			
	Marcos António da Silva Costa Borges			Senhor do Morgado de Bonhadouro, Correio-mor de Ponte de Lima
	Manuel José da Silva e Melo			
Menor condição	Manuel da Cunha			
	Silvério José Pereira			
	José Caetano de Freitas			
	José Francisco Vieira			
	Manuel Francisco da Cruz			
	Manuel Francisco Gomes			
Definitório: Maior condição	João Malheiro Pereira Castro Lima Souto Maior			Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Se- nhor da casa de Crasto
	Pedro Marinho Pereira			
	Luís António de Sousa e Castro Araújo			
	Pedro Caetano da Gama de Araújo Azevedo			
	Domingos José Velho			
	José António da Costa Almeida			
	José Joaquim de Brito e Melo			Bacharel em leis pela Universidade de Coimbra
Menor condição	Bento José			
	João Bento			
	António de Araújo			
	Luís António Fiúza			
	Manuel António de Oliveira			
	Manuel António de Sousa			
	João Manuel Cerqueira		Carpinteiro	
1793-94				
Mesa: Maior condição	Luís António de Sousa e Castro Araújo	Provedor		
	João de Castro Pereira de Barbosa	Escrivão		

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Padre João de Amorim Vieira de Albuquerque	Procurador		
	Padre Bernardo José Pacheco	Enfermeiro		
	Padre Manuel da Silva	Enfermeiro		
	Luís de Sousa Araújo			
	José Pacheco			
Menor condição	António Vaz		Carpinteiro	
	Manuel Pereira		Ferrador	
	António Luís Pacheco			
	Domingos José da Costa			
	António Vaz			
	José de Carvalho			
	João Bento			
Definitório: Maior condição	Dr. José Gonçalves Vieira			
	Vicente Álvaro Vaz de Magalhães Mogueimes			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Manuel Pedro Pereira de Castro			
	José Calheiros de Magalhães Barreto			Senhor da casa de Mato Bom
	João Malheiro Pereira Castro Lima Souto Maior			Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Senhor da casa de Crasto
	Francisco Lopes Calheiros de Meneses			Fidalgo da Casa Real, Coronel das Milícias de Vila do Conde, Senhor do Paço de Calheiros, do seu Padroado e das Casas de Roriz e Banho
	Gonçalo Coelho de Araújo Sousa Azevedo			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro de Ordem de Cristo, Montei-ro-mor de Ponte de Lima
	Pedro Marinho Pereira			
Menor condição	Marinho Barbosa			
	Manuel da Silva Teixeira			
	Manuel Francisco		Carpinteiro	
	José Gonçalves da Costa			
	José de Azevedo			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	António da Cunha			
	Matias Barbosa			
	Manuel da Cunha Lima			
1794-95				
Mesa: Maior condição	Manuel Pedro Pereira de Castro	Provedor		
	Padre Manuel José da Silva	Escrivão		
	Luís António de Sousa e Castro Araújo	Procurador		
	Padre José Barreto de Abreu e Lima	Enfermeiro		
	Padre João Evangelista de Azevedo	Enfermeiro		
	João de Castro Pereira de Barbosa			
	Jacinto de Magalhães Barreto			
Menor condição	Pedro Domingues Ferreira			
	José de Azevedo			
	Manuel António			
	João José Fernandes		Carpinteiro	
	Custódio José de Oliveira			
	Vicente José Rebelo			
Definitório: Maior condição	Gaspar Malheiro Pereira Souto Maior			Fidalgo da Casa Real
	Gonçalo Coelho de Araújo e Melo			Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro de Ordem de Cristo, Mon- teiro-mor de Ponte de Lima
	João Malheiro Pereira Castro Lima Souto Maior			Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Senhor da casa de Crasto
	José Calheiro de Magalhães			
	Miguel de Melo Magalhães e Lançóis Araújo Lima			Fidalgo da Casa Real
	Domingos José de Lemos			
	Joaquim José de Azevedo de Araújo Lobato da Gama			
	Pedro Caetano da Gama de Araújo Azevedo			
Menor condição	José Gonçalves			
	Brás Dantas da Gama			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	José Francisco			
	Pedro José			
	António José		Padeiro	
	António José de Faria			
	José da Cunha		Carpinteiro	
	Silvério José Pereira			
1795-96	Transitou a Mesa e o Definitório do ano anterior			
1796-97	Transitou a Mesa e o Definitório do ano anterior			
1797-98				
Mesa: Maior condição	João Malheiro Pereira Castro Lima Souto Maior	Provedor		Fidalgo cavaleiro da Casa Real, Senhor da casa de Crasto
	José António da Costa Almeida Lima	Escrivão		
	António de Melo Lima Marinho	Procurador		Sargento-mor das ordenanças
	Gaspar Malheiro Pereira Souto Maior			Fidalgo da Casa Real
	Nicolau Barreto de Magalhães			
	João Luís de Sousa Sarmento de Meneses			
	Padre Manuel José da Silva			
Menor condição	Manuel Pereira		Ferrador	
	António Vaz			
	João José Fiúza		Calígrago	
	José da Cunha		Carpinteiro	
	João Ribeiro			
	José do Cruzeiro			
Definitório: Maior condição	João de São Miguel de Couros Mogueimes Cáceres de Souto Maior			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Manuel Pedro de Castro			
	Francisco Lopes Calheiros de Meneses			
	Dr. Caetano José Pereira Lima			
	Padre Bernardo José Pacheco			

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Padre Domingos José Velho da Gama			
	Padre João Evangelista de Azevedo			
Menor condição	António José de Faria			
	Manuel da Cunha			
	António da Costa			
	José de Azevedo			
	José Amorim Gomes			
	José Caetano de Freitas			
	Pedro Domingos Ferreira			
1798-99				
Mesa: Maior condição	João de Castro Pereira de Barbosa e Melo	Provedor		
	António de Couros Carneiro Souto Maior	Escrivão	Capitão-mor	Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo
	Luís de Barros Barbosa Gavião de Abreu Lima	Procurador		Fidalgo da Casa Real
	Gaspar Malheiro Pereira Souto Maior			Fidalgo da Casa Real
	José de Sousa Pereira Marinho			
	José Calheiros de Magalhães Barreto			Senhor da casa de Mato Bom
	Padre João Evangelista de Azevedo			
Menor condição	António José Berga de Faria			
	Manuel de Oliveira			
	Sebastião José			
	Manuel Francisco		Carpinteiro	
	Tomé Fernandes			
	Manuel António de Oliveira			
Definitório: Maior condição	José Gonçalves Vieira			
	Francisco Lopes Calheiros de Meneses			
	João Malheiro Pereira Castro Lima Souto Maior			Fidalgo cavaleiro da Casa Real, Senhor da casa de Crasto

	Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
	Frei Ventura Malheiro Reimão Marinho			Capitão-mor de Ponte de Lima, Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Familiar do Santo Ofício
	Manuel Pedro Pereira de Castro			
	João de São Miguel de Couros Mogueimes Cáceres de Souto Maior			Fidalgo da Casa de Sua Majestade
	Domingos José Velho da Gama			
	Dr. Caetano José Pereira Lima			
Menor condição	António da Cunha			
	Manuel da Cunha			
	Manuel Pereira			
	António Luís		Padeiro	
	António Vaz			
	José António		Surrador	
	João Manuel Cerqueira		Carpinteiro	
	José da Cunha		Carpinteiro	
1799-1800	Transitou a Mesa do ano anterior			
Definitório: Maior condição	José Calheiros de Magalhães Barreto			
	Gonçalo Coelho de Araújo			
	João Malheiro Pereira de Castro e Lira			
	Manuel Pedro Pereira de Castro			
	Francisco Manuel Perestrelo Marinho Pereira			
	Francisco Lopes Calheiros de Meneses			
	Dr. José Gonçalves Vieira			
	Dr. Caetano José Pereira Lima			
Menor condição	António da Cunha			
	Manuel da Cunha			
	José de Azevedo			
	José Gonçalves da Costa			

Nome	Cargo	Profissão	Título / Estatuto
Brás Dantas da Gama			
Manuel Pereira			
António Luís			
António José de Faria			



ISBN 978-989-755-275-5



9 789897 552755